

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Propaganda Americana, Regime Salazarista e Diplomacia Pública:
A “United States Information Agency” (USIA) em Portugal
durante a Guerra Fria (1953-1968)**

Olga Maria Oliveira Duarte

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues,

Professor Catedrático

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

agosto de 2019



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

**Propaganda Americana, Regime Salazarista e Diplomacia Pública: A
“United States Information Agency” (USIA) em Portugal durante a Guerra
Fria (1953-1968)**

Olga Maria Oliveira Duarte

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em História, Defesa e Relações Internacionais

Presidente do Júri:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL

Vogais:

Doutora Mónica Alves Dias Tishler, Professora Auxiliar, UCP

Doutor Pedro Aires Ribeiro da Cunha Oliveira, Professor Auxiliar, FCSH-UNova

Doutor Daniel da Silva Costa Marcos, Professor Auxiliar, FCSH-UNova

Doutor Bruno César Santos Cardoso Reis, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Orientador:

Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Catedrático, ISCTE-IUL

agosto de 2019

AGRADECIMENTOS

Finalizada uma etapa particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, por tudo o que me ensinou, pelo incentivo transmitido, pelo acompanhamento efectuado ao longo desta investigação e com quem fui partilhando dúvidas e angústias, e a quem agradeço pelas observações, comentários e sugestões, que em muito enaltecem este empreendimento e sem os quais não seria possível a sua realização.

Aos membros do CINAMIL, pelo apoio prestado na realização da viagem a Washington, o que me permitiu reunir as condições para a realização da pesquisa efetuada nos *National Archives and Records Administration* (NARA).

Aos meus colegas e amigos do Curso de Doutoramento, em especial à Sofia Meneses, a minha fiel companheira nesta viagem, e aos colegas e amigos com quem trabalho diariamente na Academia Militar, todas as palavras de apoio e incentivo que sempre manifestaram, e por terem estado sempre ao meu lado.

Agradeço ainda, a todos os familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram a dedicar-me à elaboração desta dissertação, e a perseverar em momentos mais difíceis.

Um obrigado especial ao meu marido e à minha filha, pela compreensão que a elaboração desta tese tantas vezes exigiu, e pelo tempo ausente.

E por último, e de modo algum menos importante, ao meu médico neurocirurgião, o Dr. Sérgio Figueiredo, pelo seu entusiasmo e incentivo neste desafio e longa caminhada, e cujo alto profissionalismo médico me permitiu um dia realizar uma tese de doutoramento.

RESUMO

O fim da II Guerra Mundial, em 1945, deu origem a uma nova ordem nas relações internacionais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA).

Durante grande parte do século XX, os responsáveis pela política norte-americana, fazendo uso da propaganda como uma ferramenta para aproximar as audiências internacionais dos valores do sistema democrático, e como forma de convencer o mundo da sua capacidade de liderança internacional e luta contra o comunismo soviético, levaram a cabo vários programas de cooperação técnica, económica, cultural e científica, que envolveram vários departamentos e agências estatais e privadas. Uma dessas agências foi a USIA – *United States Information Agency*. Criada em 1953 pelo presidente Eisenhower, conduziu a diplomacia pública de suporte à política externa dos EUA por todo o mundo, inclusive em Portugal.

Para compreendermos melhor o que levou à criação da USIA e às operações de propaganda do governo dos EUA, que envolveram atividades ideológicas no exterior, temos de recuar até à I Guerra Mundial e ao *Committee on Public Information* (CPI), durante a administração de Woodrow Wilson, depois até à II Guerra Mundial, na presidência de Franklin Roosevelt com o *Office of War Information* (OWI), para chegarmos à *United States Information Agency* (USIA), no período da Guerra Fria, o objeto de estudo do nosso trabalho.

Centrando a nossa atenção no período de criação da agência (1953), e no período de grande mudança política em Portugal, o Estado Novo, sob a governação de Salazar (1968), procuramos com esta investigação, compreender de que forma o governo americano agiu, por meio da USIA, usando a propaganda disfarçada de diplomacia pública, para influenciar, ou não, a opinião pública portuguesa.

Palavras-chave: *United States Information Agency* (USIA); Diplomacia Pública; Propaganda; Relações Estados Unidos da América-Portugal.

ABSTRACT

The end of World War II in 1945 gave rise to a new order in international relations, the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) and the United States of America (USA).

During much of the twentieth century, those responsible for American politics, making use of propaganda as a tool to bring international audiences closer to the values of the democratic system, and as a way to convince the world of its international leadership capacity and struggle against Soviet communism, carried out various programs of technical, economic, cultural and scientific cooperation, which involved various departments and state and private agencies. One of these agencies was the USIA - United States Information Agency. Created in 1953 by President Eisenhower, it conducted public diplomacy in support of US foreign policy throughout the world, including in Portugal.

To better understand what led to the creation of USIA and the US government's propaganda operations, which involved ideological activities abroad, we have to go back to World War I and the Committee on Public Information (CPI), during Woodrow Wilson's administration, then to World War II, under Franklin Roosevelt's presidency with the Office of War Information (OWI), to reach the United States Information Agency (USIA), during the Cold War period, the object of our work.

Focusing our attention on the period of the creation of the agency (1953), and on the period of great political change in Portugal, the Estado Novo, under the governance of Salazar (1968), we seek with this research to understand how the American government acted, through the USIA, using propaganda disguised as public diplomacy, to influence, or not, the Portuguese public opinion.

Keywords: United States Information Agency (USIA); Public Diplomacy; Propaganda; United States of America – Portugal Relations.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS | iv |
| RESUMO | vi |
| ABSTRACT | vii |
| ÍNDICE | x |
| ÍNDICE DE FIGURAS | xi |
| GLOSSÁRIO DE SIGLAS | xii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 - Objetivos | 1 |
| 2 - Justificação do Tema | 4 |
| 3 - Estado da Arte | 5 |
| 4 - Metodologia de Análise | 7 |
| 5 – Estrutura e Conteúdo | 9 |
| CAPÍTULO I – GUERRA FRIA: IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA PÚBLICA | 10 |
| 1.1 - Enquadramento | 11 |
| 1.2 - Diplomacia Pública na Guerra Fria | 23 |
| 1.2.1 – O <i>Soft Power</i> na Diplomacia Pública | 35 |
| 1.3 - Propaganda: a diplomacia pública na estratégia seguida pelos EUA | 40 |
| CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS | 67 |
| 2.1 - Enquadramento | 68 |
| 2.2- Salazar, Portugal e a Identidade Nacional | 77 |
| 2.3 - Estados Unidos da America e o <i>American Way of Life</i> | 88 |
| CAPÍTULO III – A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NORTE-AMERICANA NO ESTRANGEIRO | 97 |
| 3.1 - Enquadramento | 98 |
| 3.2 - Wilson e o início da política de informação dos Estados Unidos | 100 |
| 3.3 - Roosevelt e a consolidação dos serviços de informação existentes | 105 |
| 3.4 - Truman e o início do Programa de Informação pós II Guerra Mundial | 111 |
| 3.5 - Eisenhower e a criação da USIA | 120 |
| 3.6 - Kennedy e a reestruturação da USIA | 132 |
| 3.7 - Johnson e o início do declínio da USIA | 139 |
| CAPÍTULO IV – OS PERCURSOS LEGISLATIVOS | 149 |
| 4.1 - Enquadramento | 149 |
| 4.2- A Lei <i>Smith-Mundt</i> de 1948 | 150 |

| | |
|---|-------|
| 4.3- A Lei <i>Fulbright-Hays</i> de 1961 | 159 |
| CAPÍTULO V – A USIA EM PORTUGAL DE 1953 A 1968 | 167 |
| 5.1 - Enquadramento | 168 |
| 5.2 - O Funcionamento e a estrutura da USIA | 170 |
| 5.3 - As agências de notícias e a imprensa escrita | 186 |
| 5.4 - Os programas para os estudantes e profissionais da educação | 193 |
| 5.5 - As bibliotecas, as exposições e os concertos | 205 |
| 5.6 - A rádio, a televisão e o cinema | 210 |
| 5.7 - USIA e as colónias portuguesas | 213 |
| CONCLUSÃO | 219 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 225 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 225 |
| FONTES IMPRESSAS | 228 |
| BIBLIOGRAFIA | 230 |
| ANEXOS | I |
| ANEXO A - <i>Public Law 80-402 – United States Information and Exchange</i> <i>Act of 1948</i> | II |
| ANEXO B - <i>Public Law 87-256 – Mutual Educational and Cultural Exchange</i> <i>Act of 1961</i> | XI |
| APÊNDICE | XXIII |
| Citações traduzidas | XXIII |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1.1 - Diferenças entre <i>Hard Power</i> e <i>Soft Power</i> | 30 |
| Figura 1.2 - Organizações privadas dos EUA que contribuíram para a implementação e a promoção dos <i>American Studies</i> na Europa entre 1945-1966. | 31 |
| Figura 2.1 - Cartazes do <i>Committee on Public Information</i> apresentados em Portugal. | 93 |
| Figura 2.2 - Emissões da <i>Voice of America</i> (VOA) em Português. | 97 |
| Figura 2.3 - Plano de operação da <i>International Information Administration</i> (IIA). | 121 |
| Figura 2.4 - Organograma da USIA. | 128 |
| Figura 3.1 - Estrutura de um USIS de tamanho médio. | 153 |
| Figura 3.2 - Organograma do USIS Portugal em 1956. | 160 |
| Figura 3.3 - Verbas atribuídas aos USIS na Europa Ocidental pelo Departamento de Estado (1951-1954). | 166 |

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

A

AFS – American Field Service
AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
ANI – Agência de Notícias e de Informação

B

BBC – British Broadcasting Corporation
BBG – Broadcasting Board of Governors
BFS – Board of Foreign Scholarships

C

CAO – Cultural Affairs Officer
CBS – Columbia Broadcasting System
CEA – Centro de Estudos Aeronáuticos
CED – Committee for Economic Development
CCF – Congress for Cultural Freedom
CIA – Central Intelligence Agency
CIAA – Coordinator for Inter-American Affairs
CIIA – Committee on International Information Activities
COI – Coordinator of Information
COMSAT – Communications Satellite Corporation
CPI – Committee on Public Information
CR – Division of Cultural Relations

D

Dept. – Department (normalmente Department of State)
D GARQ – Direcção-Geral de Arquivos (registros Arquivo Nacional Torre do Tombo)

E

ECA – Bureau of Educational and Cultural Affairs
ECA – Economic Cooperation Administration
ECM – European Common Market
ERP – European Recovery Program
EUA – United States of America

F

FBI – Federal Bureau of Investigation
FCC – Federal Communications Commission
FIS – Foreign Information Service

FLP – Foreign Leader Program
FRUS – Foreign Relations of the United States
FSB – Fulbright Foreign Scholarship Board
FSO – Foreign Service Officer

G

GPO – Government Publishing Office
GM – General Motors

H

HR – House of Representatives

I

IACYA – Inter-Agency Committee on Youth Affairs
IBB – International Broadcasting Bureau
IBM – International Business Machines
IBS – Broadcasting Service
ICS – Information Center Service
IIA – International Information Administration
IIE – Institute of International Education
IIP – Office of International Information Programs
IMV – Motion Picture and Television Service
IO – Information Officer
IOC – Office of Private Cooperation
IPS – International Press Service
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
IVLP – International Visitor Leadership Program
IVP – International Visitor Program

J

JFK – John Fitzgerald Kennedy
JOT – Junior Officer Trainee

L

LSE – London School of Economics and Political Science

M

MDAP – Major Defense Acquisition Program
MoMa – Museum of Modern Art

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MSA – Mutual Security Agency

N

NAM – National Association of Manufacturers

NARA – National Archives and Records Administration, Archives II, College Park, MD

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NCFE – National Committee for a Free Europe

NPB – National Psychological Board

NSA – National Security Act

NSAM 60 – National Security Action Memoranda number 60

NSC – National Security Council

O

OCB – Operations Coordinating Board

OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico

OEEC – Organisation for European Economic Co-operation

OEM – Office for Emergency Management

OFF – Office of Facts and Figures

OGR – Office of Government Reports

OI – Information Officers

OIC – Office of Information and Cultural Affairs

OIE – Office of Information and Educational Exchange

ONU – Organização da Nações Unidas

OPC – Office of Policy Coordination

OSS – Office of Strategic Services

OWI – Office of War Information

P

PAA – Public Affairs Assistant

PAO – Public Affairs Officer

PDAA – Public Diplomacy Alumni Association

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PPS – Policy Planning Staff

PSB – Psychological Strategy Board

R

RAF – Royal Air Force

RDA – República Democrática Alemã

RFE – Radio Free Europe

RG – Record Group (usado com os registros National Archives and Records Administration)

RL – Radio Liberty

S

SDN – Sociedade das Nações

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

T

TCA – Technical Cooperation Administration

U

UAW – United Auto Workers

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation

UPA – União dos Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAAF – United States Army Air Forces

USAID – United States Agency for International Development

USIA – United States Information Agency

USIAAA – United States Information Agency Alumni Association

USICA – United States International Communications Agency

USIE – United States International Information and Exchange Program

USIS – United States Information Service

USOM – Director of the U. S. Operations Mission

V

VOA – Voice of America

VOKS – All Union Society for Cultural Relations with Foreign Countries

INTRODUÇÃO

“O wad some Power the giftie gie us To see oursel's as
ithers see us!” Tradução - “Oh, would some Power give us
the gift, to see ourselves as others see us!”¹

Robert Burns, 1786

1 - Objetivos

Com o fim da II Guerra Mundial a Ordem Internacional tinha-se alterado, e a Europa ficava dividida em dois blocos (sistema bipolar). As grandes potências europeias que antes eram Estados mais ou menos ricos, a nível populacional, de superfície e de recursos, com a II Guerra Mundial perdem prestígio, riqueza e poder. Os Estados Unidos, ao contrário, saem da guerra como a nação mais poderosa do mundo com uma política hegemónica. Esta foi uma época durante a qual os Estados Unidos fizeram uso de meios políticos, económicos, militares e culturais para fins de segurança nacional.

Em vários países da Europa Ocidental vivia-se uma situação de grave crise económica. Impunha-se assegurar a sobrevivência dos habitantes e reconstruir a indústria. Os Estados Unidos eram o único país com capacidade económica para ajudar a resolver a situação em que a Europa Ocidental se encontrava. Neste sentido, a 12 de Março de 1947, o presidente norte-americano Harry S. Truman, perante o Congresso, através da Doutrina Truman, deu o passo que levou os EUA a deixarem o seu isolamento tradicional e a aproximarem-se do mundo ocidental, ao mesmo tempo que assumiam o compromisso de defender o mundo livre contra a ameaça comunista da União Soviética. Os princípios da nova política externa americana eram simples: a manutenção da paz, a expansão da prosperidade e a progressiva implantação do modelo americano. Os Estados Unidos eram o modelo de prosperidade e bem-estar que os europeus pretendiam.

O período de opressão e tensão provocada pelo ambiente da II Guerra Mundial, tinha desaparecido na sociedade norte-americana. Não havia mais a ameaça direta da invasão nazi. Era o retorno a um período de estabilidade. Durante o período da Guerra Fria, o padrão de vida da população dos Estados Unidos caracterizava-se pelo capitalismo, pela democracia, em oposição ao da União Soviética, que representava o socialismo, o autoritarismo.

A cultura popular americana defendia a ideia de que qualquer pessoa, independentemente da

¹ Burns, s. a., *apud* Snow, 2008, p. 198. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 1).

classe social, raça, religião, poderia aumentar significativamente o seu padrão de vida através da determinação e do trabalho. Politicamente, esta ideia tomou a forma de uma crença na superioridade de uma democracia livre, com base numa expansão produtiva e económica sem limites.

Os Estados Unidos da América tinham criado uma ideologia de vida a que chamaram *American Way of Life*, que expressava o modelo de vida americano. Durante o século XX, esta ideologia de vida espalhou-se pelos quatro cantos do mundo, sendo adotada, incorporada e adaptada pelas mais diferentes culturas. Os meios de comunicação tiveram um papel fundamental na sua disseminação, apresentando-o ao mundo de modo sedutor e convincente. Perante uma Europa recetiva a este modelo de prosperidade e bem-estar, os Estados Unidos lançaram-se no negócio da persuasão internacional. Através do entretenimento, do cinema, da rádio, do teatro, da literatura, da música, ou até mesmo de iniciativas educativas, a diplomacia pública norte-americana, disfarçada de propaganda, começava a integrar-se no espaço europeu, a influenciar os outros países de acordo com os seus interesses políticos e económicos. Diplomatas, empresários, professores, médicos, políticos, entre outros, ajudavam a aperfeiçoar os objetivos da política externa dos Estados Unidos.

Mas será que em Portugal, essa integração aconteceu de forma comparável a outros países da Europa, mesmo com a proliferação de filmes e documentários, literatura, publicações em jornais e revistas ou do *rock and roll*?

Em Portugal vivia-se sob um regime ditatorial, o Estado Novo. Salazar, como chefe do governo, controlava todos os ministérios e governava o país de uma forma autoritária e absoluta. Dele dependiam todas as decisões administrativas e políticas, por conseguinte não havia liberdade de expressão. Era um regime corporativista, inspirado nos valores tradicionais e conservadores, e subordinado à trilogia “Deus, Pátria, Família”.

A sua missão era a de reconduzir o povo português ao novo “espírito da nação”, longe do liberalismo, de influência das ideias da Revolução Francesa. Os organismos repressivos criados por Salazar, como foi a censura e a polícia política viriam a revelar-se fundamentais no controle de toda a informação e produção cultural que pudesse prejudicar o regime, ou contra todos os que manifestassem ideias contra o governo ou fossem considerados opositores ao Estado Novo.

Para garantir e manter o apoio da população portuguesa foi organizado um sistema de propaganda ao Estado Novo. Tanto na educação, em especial no ensino primário, como nos meios de comunicação, elogiava-se o governo de Salazar e os seus ideais, assim como mentalizava-se a população para as vantagens que o Estado Novo lhes dava, escondendo dos portugueses tudo o que pudesse prejudicar a imagem do regime. A propaganda servia também para disseminar o nacionalismo político do Estado Novo, baseado num ruralismo/conservadorismo acentuado; papel da família como núcleo central da sociedade; forte ligação à Igreja Católica e engrandecimento de épocas passadas.

O regime de Salazar, ao contrário de outras nações, insistia na sua identidade própria e na sua independência contra as forças que representavam a homogeneização. Era um regime muito conservador, que tentava controlar o processo de modernização do País. Para Salazar, a mudança e o moderno significavam pôr em causa a identidade nacional. Não se vivia

(...) num país real, mas numa 'Disneylandia' qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas. O sistema [chegara] a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de [si próprio] àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa *imagem-curta* (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da *verdade portuguesa* por ele restituída à sua essência e esplendor (Lourenço, 2001)²

Este medo de uma modernização segundo os modelos capitalistas que imperavam no mundo ocidental terá, talvez, depois da II Guerra Mundial, contribuído para o distanciamento progressivo de Portugal em relação a outros países ocidentais, principalmente nas áreas das ciências, da tecnologia e da cultura. Torna-se necessária, assim, uma ampla discussão da política de informação norte-americana, enquanto vetor propagandista, na difusão de padrões, além de uma investigação histórica sobre as relações entre os Estados Unidos e Portugal e possíveis consequências dentro deste contexto.

Neste sentido, o objetivo deste estudo visa analisar o impacto dos programas e atividades da USIA nas relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos, assim como a importância das suas ações na disseminação de novas ideologias junto da opinião pública portuguesa, uma alternativa às ideologias contrárias às difundidas pelo regime de Salazar. Deste modo, pretende-se identificar e analisar que tipo de programas e atividades, a quem se destinavam, durante quanto tempo, qual o interesse dos EUA nesse tipo de ações, e qual a aceitação por parte da comunidade portuguesa durante o período da Guerra Fria (1953-1968). A discussão desta relação é inferida pela influência do regime ditatorial de Salazar, durante o Estado Novo. Torna-se pertinente apresentar, diante do emergente cenário interno e externo deste período, as principais mudanças ocorridas em Portugal, em conjugação com as mudanças de ordem internacional que estavam em curso no período da Guerra Fria.

A pergunta essencial que provoca esta investigação, a pergunta de partida, pode ser expressa do seguinte modo:

- Como foi recebida em Portugal a propaganda norte-americana, através da USIA, no período da Guerra Fria, durante o Estado Novo (1953-1968), e quais as ações estratégicas usadas?

A partir desta questão central, considerou-se um conjunto adicional de questões derivadas que serão o fio condutor ao desenvolvimento do estudo que nos propusemos realizar, e que são as seguintes:

² Lourenço, Eduardo (2001), *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, 2.^a ed., Lisboa: Gradiva, 2 pp., 33-34.

- De que forma a diplomacia pública norte-americana, que se alargou a toda a Europa, teve impacto em Portugal?
- Que tipo de planos dos EUA, através da USIA, foram estabelecidos para Portugal?
- Como se deu a entrada da *United States Information Agency* em Portugal?
- A intervenção americana, através dos seus programas e atividades, foi importante para as relações Portugal-EUA?
- Quais os alvos e agentes das ações de propaganda dos Estados Unidos da América?
- Que tipo de operações levadas a cabo por Portugal tiveram o patrocínio da USIA?
- Que tipo de informação, sobre Portugal, foi veiculada pela *United States Information Agency*?
- Houve alguma informação/relatório sobre as colónias portuguesas?
- Qual a posição do regime salazarista em relação à USIA?
- Que outras agências norte-americanas atuaram em Portugal antes da USIA?
- Quais os efeitos da propaganda norte-americana em Portugal?
- Que tipo de imagem sobre os EUA e os seus governantes passou para Portugal através da USIA?

Tendo em conta estas questões, torna-se mais fácil identificar as lacunas existentes sobre o assunto em análise, assim como, procurar entender de que forma a investigação para esta Tese de Doutoramento poderá contribuir para colmatar essas lacunas.

2 - Justificação do tema

Apesar de ter como pano de fundo a diplomacia pública norte-americana, o tema principal é a *United States Information Agency* (USIA), os seus responsáveis locais, os seus métodos, as suas atividades, programas e planos para Portugal, num período em que o governo dos Estados Unidos da América surge agora ao mundo como um competidor comercial, político e militar em relação à Europa e aos seus impérios. O período temporal escolhido para análise diz respeito ao ano de criação da USIA (1953) e o fim da era salazarista, com a destituição de António de Oliveira Salazar como Chefe do governo de Portugal em 1968. Razão que explica também o porquê do nosso estudo concluir com a Administração Johnson.

Torna-se, por isso, pertinente identificar e analisar os objetivos, as ações e os resultados alcançados pela *United States Information Agency* em Portugal no período da Guerra Fria, que nos permitam determinar até que ponto a propaganda norte-americana, via diplomacia pública, foi importante para as relações entre Portugal e os EUA, e que tipo de informação foi veiculada sobre Portugal, as suas ilhas e as suas colónias, durante o regime salazarista, e quais os resultados verificados a nível social, cultural, económico e político no nosso país.

Por outro lado, torna-se também necessário verificar a relevância associada às alterações

ocorridas a nível mundial no período da Guerra Fria e que se repercutiram em Portugal. Um período de mudança na Ordem Internacional, com um mundo bipolar. Posteriormente, fazer o enquadramento económico, político e social de Portugal e dos Estados Unidos no período pós – II Guerra Mundial, de forma a inferir possíveis condicionantes, favoráveis ou não, a um bom entendimento político e económico entre dois Estados tão díspares a vários níveis. Neste sentido, torna-se relevante também analisar as relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América, de modo a identificar perspetivas favoráveis à entrada da propaganda, do entretenimento e da comunicação norte-americana.

Tendo em conta que o território português se encontrava sob uma ditadura, é fundamental perceber a posição de Portugal em relação à influência norte-americana nos modos de pensar e viver dos portugueses, e de tudo o que lhe está associado, fervente de novos valores emergentes do período pós-II Guerra Mundial e que se iria refletir também nas relações políticas, económicas e culturais dos dois países. Por último, verificar de que forma a propaganda, a estratégia de informação dos Estados Unidos (o país mais poderoso a nível económico), através da USIA, veio alterar, ou não, a sociedade e mentalidade portuguesas com a vivência de duas formas de pensamento veiculadas através de diversos programas e atividades.

3 – Estado da Arte

A realização deste estudo centra-se, essencialmente, em torno da agência norte-americana USIA e da diplomacia pública dos Estados Unidos, o que exige, *a priori*, uma identificação da literatura/investigação sobre o tema da tese.

De entre os autores que se debruçam sobre a USIA, a nossa escolha recai sobre Nicholas J. Cull. Professor de diplomacia pública e diretor do programa de Mestrado em Diplomacia Pública, na *Annenberg School for Communication/School of International Relations* na *University of Southern California*, e autor da obra *The Cold War and the United States Information Agency: US Propaganda and Public Diplomacy, 1945-89* (*Cambridge University Press*), editada em 2008 e considerada uma das obras de referência sobre a agência norte-americana. Um trabalho exaustivo sobre a evolução da diplomacia pública nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, que destaca os sucessos e os fracassos e sugere lições para o futuro. É ainda autor de vários artigos, dos quais destacamos “Public diplomacy: Seven lessons for its future from its past”, (2010), *Place Branding & Public Diplomacy*, Vol. 6 Issue 1, 11-17, e “The man who invented truth’: The tenure of Edward R. Murrow as director of the United States Information Agency during the Kennedy years” (2003), *Cold War History*. Este último oferece ao leitor uma análise sobre a relação de Murrow com Kennedy, num período que foi considerado pelos historiadores como o mais bem sucedido da

USIA. É também de salientar, e relativamente ao estudo sobre a agência norte-americana, o historiador P. W. Dizard com a obra *Inventing Public Diplomacy: The Story of the U.S. Information Agency*, editada em 2004 pela *Lynne Rienner Publishers, Inc.*

A nível da diplomacia pública norte-americana importa também destacar a autora Nancy Snow. O seu artigo “International Exchanges and the U. S. Image”³ (2008), oferece-nos uma reflexão sobre a importância dos programas de intercâmbio internacional durante o período da Guerra fria, um dos métodos da diplomacia pública norte-americana que conseguiu criar relações exteriores e reforçar a reputação dos EUA no mundo. Do mesmo modo, “Maintaining Transatlantic Community: US Public Diplomacy, the Ford Foundation and the Successor Generation Concept in US Foreign Affairs, 1960s-1980s” (2014), de Giles Scott-Smith,⁴ aborda a importância das organizações filantrópicas privadas, como a “Ford Foundation”, na promoção da união transatlântica durante a Guerra fria, como o financiamento de várias iniciativas, como o “Atlantic Institute”.

No que diz respeito às atividades e/ou programas da USIA no espaço europeu, destacámos o autor Mikael Nilsson⁵, numa perspetiva mais relacionada com a propaganda da USIA e do serviço de informações dos Estados Unidos (USIS), no que diz respeito às organizações laborais e editores de jornais da Suécia, nos anos cinquenta e sessenta, com o objetivo de tornar o público sueco mais receptivo aos Estados Unidos.

No que ao caso português diz respeito, não existe até à data, qualquer tipo de estudo que analise a dimensão da expansão e influência da *United States Information Agency* em Portugal, seja qual for o período.

Também o historiador Garth S. Jowett⁶ analisa o papel da Agência de informações dos Estados Unidos durante a Guerra Fria como um instrumento de propaganda, a qual desenvolvia projetos com o propósito de combater o comunismo. Examina ainda alguns dos seus segmentos, como o *Fulbright Scholarship Program* ou a *Voice of America*.

Em relação à propaganda e a USIA, destacámos também a perspetiva de Laura A. Belmonte⁷. A autora denuncia a forma como o governo dos Estados Unidos e a *United States Information Agency*

³ Snow, Nancy, (2008), “International Exchanges in the U.S. Image”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, Issue 1, 198-222. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.

⁴ Scott-Smith, G. (2014), “Maintaining Transatlantic Community: US Public Diplomacy, the Ford Foundation and the Successor Generation Concept in US Foreign Affairs, 1960s-1980s”. *Global Society* (Online) Vol. 28, Issue 1, p.90-103. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.

⁵ Nilsson, Mikael (2012), “American Propaganda, Swedish Labor, and the Swedish Press in the Cold War: The United States Information Agency (USIA) and Co-Production of U.S. Hegemony in Sweden during the 1950s and 1960s”. *The International History Review* (Online), Vol. 34, No. 2, 315-345. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.

⁶ Jowett, Garth S. (2009), “The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945-1989”. *Historical Journal of Film, Radio and Television* (Online), Vol. 29 Issue 1, p129, 4 p. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.

⁷ Belmonte, Laura A. (2008), *Selling the American Way: U.S. Propaganda and the Cold War*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

fizeram uso da propaganda, disfarçada de diplomacia pública para difundir a imagem da política, da cultura e da sociedade norte-americana ao exterior. Fosse através de programas de rádio, filmes, livros, música, desporto, entre outras ações, o objetivo último era apenas persuadir a opinião pública estrangeira a aceitar o capitalismo democrático e a rejeitar o comunismo soviético.

Da vasta literatura que existe sobre Salazar é de referir a obra *Salazar-Uma Biografia Política*, de Filipe Ribeiro de Meneses.⁸ Uma perspetiva abrangente sobre as políticas de Salazar, os grandes momentos da ditadura e da política externa salazarista; assim como a obra do historiador Luís Nuno Rodrigues, Rodrigues, Luís N., (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias,⁹ sobre um dos períodos mais difíceis nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, ocorrido durante a Administração Kennedy, o qual será analisado no primeiro capítulo deste estudo.

4 – Metodologias de Análise

Neste capítulo do trabalho pretende-se apresentar os princípios conceptuais e metodológicos presentes na realização do estudo, de forma a dar resposta às questões levantadas.

Os campos a serem revistos bibliograficamente são: enquadramento económico, político e social de Portugal e dos EUA no período pós – II Guerra Mundial; análise das alterações verificadas, a nível mundial, no período da Guerra Fria; identificação/comparação das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América; caracterização da *United States Information Agency*; estudo da criação da política de informação americana no exterior, os objetivos, as ações, e os resultados, em especial em Portugal; análise dos resultados alcançados pela USIA em Portugal.

Neste estudo é também relevante a análise de conceitos inerentes à temática em causa como são: *soft power* em oposição a *hard power*; propaganda; diplomacia pública; Guerra Fria. Conceitos que surgem relacionados a outras ciências sociais para além da História, na qual se integra o nosso trabalho, nomeadamente no âmbito das Relações Internacionais. Estes conceitos serão explicados e aprofundados no primeiro capítulo do trabalho.

Para a elaboração deste estudo optou-se, maioritariamente, pelo levantamento e análise de trabalhos publicados em revistas académicas, resenhas, materiais de conferências e publicações de especialidade, em bases de dados da rede *Scopus* e *B-On*; uma escolha tendo em conta a preponderância de artigos existentes sobre o objeto de estudo (USIA), em comparação com obras impressas. Deste modo, optou-se por um extenso levantamento bibliográfico que permitisse uma

⁸ Meneses, F. Ribeiro de (2010), *Salazar-Uma Biografia Política*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

⁹ Rodrigues, Luís N., (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias.

caracterização abrangente e variada para a organização deste estudo. Os passos efetuados foram os seguintes:

- Pesquisa e seleção de um conjunto de bibliografia adequada sobre *soft power*, diplomacia pública; Guerra Fria; Estado Novo, americanismo;
- Elaboração de uma questão central e de um conjunto de questões secundárias que serviriam de linha de orientação para o estudo a realizar;
- Seleção criteriosa da informação mais adequada para o estudo em causa;
- Seleção de bibliografia de suporte de autores especialistas nos diferentes assuntos abordados neste trabalho.

Consistindo o plano principal na identificação, registo e análise da informação veiculada pela agência de informações norte-americana USIA sobre Portugal, as suas ilhas e colónias para o governo dos Estados Unidos, procedemos à consulta direta do acervo documental nuclear, o arquivo norte-americano *National Archives and Records Administration/NARA* em Maryland (College Park), onde se encontra, predominantemente, a documentação dos *Records of the United States Information Agency (USIA) - record group 306*, e dos *General Records of the Department of State - record group 59*. Trata-se de documentação proveniente dos serviços acima mencionados, e dos consulados e da embaixada norte-americana em Lisboa.

Além disso, foram usados como referência obras e artigos de ex-funcionários da *United States Information Agency*, bem como de historiadores que se debruçaram e continuam a debruçar sobre os programas/atividades da agência.

O Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontra, predominantemente, a documentação dos serviços centrais do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação (SNI), e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), dado que integra um vasto e valioso fundo bibliográfico e documental, especializado nas áreas da diplomacia, relações internacionais, política internacional, história internacional e história, constituem outro do sistema de informação,

Recorremos também a outras fontes impressas sempre que foi necessário enquadrar as questões que nos propusemos tratar ou fazer a ponte entre a documentação arquivística e assuntos de índole política.

De modo a complementar a pesquisa foi também empregue, sempre que pertinente, uma perspetiva comparativa, sobretudo noutros países da Europa Ocidental, que representava a esfera da influência norte-americana durante a Guerra Fria.

As fontes foram inseridas numa base de dados para tratamento dos dados recolhidos. Dado o grosso do estudo do trabalho incidir sobre as ações do governo dos EUA, através da *United States*

Information Agency em Portugal durante a época de Salazar, os critérios a utilizar foram: relatórios da USIA e relatórios do *Department of State* norte-americano, de modo a facilitar a análise dos dados recolhidos.

Foi também realizada a sistematização das citações selecionados e traduzidas dos documentos utilizados na elaboração deste estudo, na sua versão original, para consulta mais detalhada, disponível em “Apêndice”.

5 – Estrutura e conteúdo

Tendo em vista a concretização dos objetivos propostos, dividimos a nossa tese em cinco capítulos.

No primeiro capítulo pretende-se analisar de que forma a diplomacia, mais precisamente a diplomacia pública, recorrendo a atividades, iniciativas e programas, elaborados através da cooperação, promoção cultural e ações informativas e educacionais, serviu os propósitos dos Estados Unidos nos seus principais embates ideológicos e culturais, travados na segunda metade do século XX, durante o período da Guerra Fria. Neste sentido, e entrando num subcapítulo, pretende-se verificar como a diplomacia pública integrada na lógica de *soft power* permitiu aos Estados Unidos inserir-se e reforçar o seu perfil em diversos países e daí retirar vantagens políticas e/ou económicas; de seguida, aborda-se a questão da propaganda, procurando saber se este instrumento político norte-americano assumiu, ou não, a forma de diplomacia pública.

Quanto ao segundo capítulo, pretende-se analisar as relações entre Portugal e os Estados Unidos, de que forma as ideologias, as dinâmicas e especificidades de cada um destes Estados contribuíram, ou não, para o desenvolvimento das relações políticas e económicas e o intercâmbio cultural transatlântico, pelo que iremos abordar este assunto em duas partes, consoante os respetivos países em estudo: Portugal, António Salazar e a identidade nacional, e Estados Unidos da América e o “American Way of Life”.

O terceiro capítulo encontra-se estruturado em sete partes, cada uma relativa às diferentes administrações presidenciais norte-americanas envolvidas nessas atividades, criadas em diferentes períodos de guerra, com início em 1917 durante a I Guerra Mundial, passando pela II Guerra mundial e acabando com a USIA no período da Guerra Fria, de forma a percebermos o que foi mudando na política americana de “informação” no estrangeiro, quais os focos de interesse segundo as diferentes administrações e época de atuação, e se alterou, ou como alterou, o funcionamento da *United States Information Agency* no exterior.

No quarto capítulo focámos a nossa atenção em duas leis criadas pelo *Department of State* na condução da política externa norte-americana, na implementação dos programas de “informação”, educação, cultura e intercâmbio no exterior, através de agências como a *United States Information*

Agency, responsáveis pela coordenação desses programas.

O último capítulo encontra-se estruturado em seis subcapítulos, constituindo-se o primeiro como uma análise da estrutura e funcionamento da *United States Information Agency* no geral, e de forma mais elaborada em Portugal, como por exemplo a forma como atuava, quais eram os seus campos de ação e objetivos, entre outros aspetos. Os restantes cinco subcapítulos tratam de uma área específica da sua atuação no nosso país, ou seja, as agências de notícias e a imprensa escrita; os programas para os estudantes e profissionais da educação; as exposições, as bibliotecas e os concertos; a rádio, a televisão e o cinema, e por fim, a USIA e as colónias portuguesas.

CAPÍTULO I – GUERRA FRIA: IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA PÚBLICA

“Há agora duas grandes nações no mundo...os russos e os anglo-americanos... Cada um parece ter sido chamado um dia por algum projeto secreto da Providência para ter em suas mãos os destinos de metade do mundo.”¹⁰

Alexis de Tocqueville, 1835

Neste capítulo pretende-se analisar de que forma a diplomacia pública, recorrendo a atividades, iniciativas e programas, elaborados através da cooperação, promoção cultural e ações informativas e educacionais, serviu os propósitos dos Estados Unidos nos seus principais embates ideológicos¹¹ e culturais, travados na segunda metade do século XX, durante o período da Guerra Fria. Procuramos dar a conhecer de que modo os Estados Unidos da América construíram e divulgaram a imagem de um país forte e poderoso, com valores contraditórios aos difundidos pelo comunismo, procurando levar a comunidade internacional a aceitar, de forma pacífica, que o principal objetivo da sua política externa era a paz, enraizada na liberdade e na segurança, e a aceitar também os seus valores e o seu modelo político e económico.

Neste sentido, e entrando num subcapítulo, pretende-se verificar como uma nova prática político-diplomática, a diplomacia pública integrada na lógica de *Soft Power*, permitiu aos Estados Unidos inserir-se e reforçar o seu perfil em diversos países e daí retirar vantagens políticas e/ou económicas; de seguida, aborda-se a questão da propaganda, procurando saber se este instrumento político norte-americano assumiu, ou não, a forma de diplomacia pública para conquistar os corações e as mentes, tanto no próprio país como no estrangeiro, de forma a influenciar opiniões para promover interesses e valores.¹²

1.1 – Enquadramento

O fim da II Guerra Mundial, em 1945, deu origem a uma nova ordem nas relações internacionais - a URSS e os EUA emergiram como superpotências. As grandes potências europeias que antes eram

¹⁰ Alex de Tocqueville (1805-1859) foi um sociólogo e teórico político francês, autor de "Democracia na América" (1835), um dos livros mais influente do século XIX. *Apud* Gaddis, 1997, p.1. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 2).

¹¹ Não adotámos um conceito específico de "ideológico (s)", pelo que será adotada a conotação mais geral de "conjunto de ideias".

¹² Este estudo concentra-se apenas nos programas de propaganda dos Estados Unidos.

Estados mais ou menos ricos, a nível populacional, superfície e de recursos, com a Segunda Guerra Mundial perdem o seu prestígio, a sua riqueza e o seu poder. O cenário internacional tinha-se alterado com a deslocação dos polos da ordem mundial - de um lado os Estados Unidos da América, e do outro a União Soviética. Enquanto os americanos se espalham pela Europa e pela Ásia, os soviéticos posicionam-se na Europa de Leste e no Extremo Oriente. Com o fim da guerra surge um mundo bipolarizado. Era o início da Guerra Fria (1947-1989).¹³

Nos últimos anos, o estudo da Guerra Fria tem vindo a expandir-se devido ao interesse de académicos em explicar os esforços feitos por soviéticos e americanos na conquista dos corações e as mentes do público estrangeiro através da propaganda e da cultura como uma estratégia, e não como um elemento de política externa.

No entanto, não existe consenso sobre as origens deste período da humanidade, sobre quem começou esta luta de poderes, se os soviéticos, se os norte-americanos. Deste modo, teremos de abordar, inicialmente, um conjunto de teorias, ou linhas de pensamento defendidas por vários autores, que pela sua importância e relevância nos ajudem a compreender melhor como este fenómeno definiu a conjuntura internacional durante a segunda metade do século XX, condicionando políticas económicas, sociais e culturais por todo o mundo. Torna-se pertinente fornecer, *a priori*, uma breve explicação sobre o que foi o fenómeno da Guerra Fria, mesmo não sendo este o nosso foco de análise, mas o pano de fundo e ponto de partida para este estudo.

Pegando nas palavras do historiador Frederico Romero (2014), o termo “Guerra Fria”¹⁴ pode ser definido como

um antagonismo oeste-este, com raízes em ideologias irreconciliáveis, estruturadas em divisões geográficas e dissuasão estratégica, e combatida numa variedade de esferas (de aliança diplomática e manipulação política, a projetos de desenvolvimento, de confrontos culturais e intelectuais, a “guerras sangrentas por procuração” em áreas supostamente “periféricas”).
(Romero, 2014)¹⁵

Uma visão pragmática, mas que demonstra bem a posição de cada um dos blocos, já que ambos procuravam aumentar a sua área de influência, recorrendo para isso a todo o tipo de “armas” de

¹³ Sobre o início da Guerra Fria ver como obras de referência, Daniel Yergin, *Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State*, Houghton Mifflin, publicada em 1977; Thomas G. Paterson and Robert J. McMahon (editors), *The Origins of the Cold War*, Lexington, D.C. Heath and Company, 1991; John Lewis Gaddis, *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1972.

¹⁴ De acordo com o historiador Odd Arne Westad, (2010) o termo "Guerra Fria" começou a ser usado pelos historiadores no final da década de 1940, ao tentarem explicar como a aliança entre os líderes das principais nações aliadas, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética, havia entrado em colapso em tempo de guerra. Nos primeiros anos do pós-guerra, foram principalmente os historiadores americanos a usar o termo como sinónimo do que consideravam como as políticas de confronto de Stalin a partir dos últimos anos da II Guerra Mundial. Westad, 2010: 3.

¹⁵ Romero, 2014: 689. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 3).

forma a limitar as respectivas fronteiras geográficas e diplomáticas.

Tanto os Estados Unidos, como a União Soviética tinham saído vitoriosos da II Guerra Mundial, e apesar de terem lutado contra o mesmo inimigo, iniciaram uma batalha pelo poder. A população mundial viu-se confrontada com um mundo bipolar, e com a obrigação de ter de “escolher” entre quem defendia os seus interesses, se a ideologia socialista/comunista da URSS, se a ideologia capitalista dos EUA. Duas posições antagónicas que condicionaram transformações internacionais e globais a longo-termo, quer a nível político, económico, social e, fundamentalmente cultural, e que marcaram o Sistema Internacional por mais de quatro décadas. Os Estados Unidos pretendiam reconstruir a Europa, o que lhes permitiria ganhar acesso aos mercados europeus, encorajar o crescimento da democracia e unificar a Alemanha. Já o governo soviético tinha como metas a reconstrução da URSS, o controlo da Europa de Leste e, conseqüentemente o crescimento do comunismo, assim como a defesa da divisão da Alemanha. Ambos os blocos tinham objetivos concretos em relação ao resto do mundo, o que nos remete para uma questão pertinente - quem, ou o que deu origem à Guerra Fria?

Houve o tempo em que este conflito era visto como uma tentativa da União Soviética para “tornar comunista a Europa Oriental no final da II Guerra Mundial, mas os Estados Unidos opunham-se profundamente a essa política, e o embate que se seguiu desempenhou um papel decisivo no desencadeamento da Guerra Fria”.¹⁶ Mas a visão atual é completamente diferente, e os objetivos por detrás do expansionismo dos dois blocos levaram ao aparecimento de várias visões associadas a esses propósitos, quer por historiadores, politólogos, ou autores ligados à vivência da Guerra Fria.

Segundo o cientista político Joseph S. Nye (2004), há três principais linhas de pensamento entre os diferentes autores: tradicionalista, revisionista e pós-revisionista.¹⁷

De acordo com a linha de pensamento da escola ortodoxa, ou tradicionalista, que surgiu nos anos 40 e vigorou até aos anos 60, a responsabilidade do desaparecimento da flexibilidade do equilíbrio do poder deveu-se à política expansionista da União Soviética, de modo a estabelecer uma esfera de influência na Europa de Leste. Profundamente influenciada pelas guerras que tinham acabado de terminar contra os três grandes poderes políticos autoritários (Alemanha, Itália, Japão), esta interpretação da Guerra Fria define-a como um período de agressão soviética iniciado pelo seu poder em crescimento nos últimos estágios da guerra e que se tornou doutrina em 1947.¹⁸ Após a II Guerra Mundial assiste-se à desmobilização das tropas norte-americanas, enquanto os exércitos soviéticos permanecem nos territórios do Leste Europeu. Os tradicionalistas acreditavam que, tendo em conta as experiências de agressão totalitária na década de 1930 e o dramático fracasso das

¹⁶ Trachtenberg, 2008: 94.

¹⁷ Nye, 2004a: 117.

¹⁸ Westad, 2010: 3-4.

práticas de pacificação, aos Estados Unidos apenas lhe restava adotar uma diplomacia defensiva perante um comportamento expansivo mais agressivo por parte da URSS.¹⁹

Apesar das críticas feitas às políticas ocidentais, em especial aos EUA e à Grã-Bretanha por não confrontarem as políticas soviéticas com força e rapidez suficientes, esta interpretação coloca a culpa pela Guerra Fria não só sobre a União Soviética, mas também, e cada vez mais a partir do início dos anos 50, sobre o que é denominado "ideologia comunista" (o mesmo será dizer, a agenda anticapitalista do Estado soviético).²⁰ Para o historiador Luís Nuno Rodrigues (2004), são duas as razões por detrás desta interpretação, a ideologia marxista-leninista, a roçar o fanatismo, e Stalin, um ditador "paranóico" apostado em conquistar o mundo e destruir a democracia e o capitalismo.²¹ De acordo com o autor, um dos estudiosos que melhor exemplifica a linha ortodoxa é Walt W. Rostow.²² No seu livro, *The United States in the World Arena*, publicado em 1960, Rostow coloca a responsabilidade pelo início da Guerra Fria unicamente no lado soviético. A partir do momento em que a URSS teve noção de que conseguiria resistir ao ataque alemão a Estalinegrado, em 1943, o objetivo primordial da sua política externa passava por questões territoriais. Para Stalin, o período do pós-guerra surgia como uma ótima oportunidade para a extensão do poder comunista na Europa e na Ásia, uma política seguida em 1945 e 1946.²³

Também o autor Vladislav Zubok (2007), especialista em história da Guerra Fria, defende que Stalin, no final da II Guerra Mundial, pretendia controlar a Europa de Leste a qualquer custo, na qual pretendia impor novas ordens políticas e sociais com inspiração soviética, assegurando desta forma a sua esfera de influência nos países dessa parte da Europa.²⁴ Da mesma opinião partilham, ainda, os historiadores Seton-Watson e Zbigniew Brzezinski (2007), ao sustentarem que "...tinha sido uma decisão de Moscovo com o propósito de estender a sua esfera de influência não só na Europa, mas em todo o mundo."²⁵

Perante este cenário de medição de forças, os Estados Unidos vêem-se forçados a assumir uma postura defensiva e reativa. E a resposta surge, tal como refere Luís Nuno Rodrigues (2004), "materializada através da proclamação da doutrina de Truman e do lançamento do Plano Marshall

¹⁹ Gaddis, 1983, *apud* Leffler e Painter, 2005, p. 15.

²⁰ Westad, 2010: 4.

²¹ Rodrigues, 2004: 1.

²² Walt W. Rostow foi funcionário do Departamento de Estado nos começos da Guerra Fria, uma profissão que trocou por uma carreira académica no *Massachusetts Institute of Technology* onde passou a ensinar História Económica até reingressar na política, nos anos 60, na administração Kennedy. Rodrigues, 2004: 1-2.

²³ Rodrigues, 2004: 2.

²⁴ Zubok, 2007, *apud* Trachtenberg, 2008, p. 95.

²⁵ Esta citação resume a interpretação desenvolvida por Seton-Watson e Brzezinski, e encontra-se numa passagem em Naimark, Norman e Leonid Gibianskii (1997), *Establishment of Communist Regimes in Eastern Europe, 1944-1949*. Boulder, CO: Westview, p. 7. Seton-Watson e Brzezinski, 2007, *apud* Trachtenberg, 2008, p. 96. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 4).

em 1947, da assinatura do Pacto de Bruxelas em 1948, e da criação da NATO e da República Federal Alemã em 1949”.²⁶

As intenções agressivas de Stalin foram, entre outras coisas, e para exemplificar o que foi referido atrás, espelhadas pelo golpe comunista na Checoslováquia, pelo Bloqueio de Berlim e pelo ataque da Coreia do Norte à Coreia do Sul em 1950.

Em meados da década de 1980, esta visão tradicionalista foi perdendo expressão para voltar na década de 1990, quando documentos comunistas soviéticos ficaram disponíveis aos estudiosos do mundo ocidental, tornando-se possível argumentar que a política externa soviética (e dos regimes comunistas em geral) era motivada por razões ideológicas e agressivamente expansionistas.²⁷

Partimos agora para a segunda linha de pensamento, o mesmo será dizer a linha revisionista.

De acordo com esta visão, que surgiu em finais da década de 1950, a acusação recai do lado dos americanos, pondo em causa a diplomacia dos Estados Unidos. Para os revisionistas, a União Soviética não podia ser responsabilizada pelo início do conflito, pois encontrava-se em desvantagem bélica e arrasada no final da II Guerra Mundial, em oposição aos Estados Unidos que viam a Guerra Fria como um meio para impor ao mundo os seus interesses e o seu sistema económico. A União Soviética era uma grande potência, mas não detinha o poder que o seu rival americano tinha ganhado através da guerra. Prova disso foi a expansão dos EUA para os quatro cantos do mundo, ao contrário da URSS que se expandiu pouco fora das suas fronteiras comunistas,²⁸ como foi o caso dos governos não-comunistas da Finlândia e da China (até ao ano de 1949), em torno dos quais a União Soviética podia ter exercido a sua influência ideológica, mas optou por não o fazer.

O alargamento da Guerra Fria para o Terceiro Mundo²⁹ nos anos 1960, assim como a derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietname, vieram evidenciar aos historiadores radicais no Ocidente que as críticas feitas ao papel dos EUA no conflito eram válidas. Com uma agenda anti coletivista cada vez mais global, os Estados Unidos tinham promovido e perpetuado a Guerra Fria a um grau tão elevado quanto o da União Soviética. Enquanto para alguns destes estudiosos, os motivos do governo americano foram suscitados por necessidades económicas, uma vez que os EUA eram a superpotência capitalista global, para outros, o Vietname provou que os Estados Unidos simplesmente não estavam preparados para fazer mudanças no exterior, e que deveriam antes concentrar-se numa agenda política progressista interna, retificando injustiças baseadas na raça, no

²⁶ Rostow, 1960, *apud* Rodrigues, 2004, p. 2.

²⁷ Painter e Leffler, 2005: 2.

²⁸ Lundestad, 1986: 263.

²⁹ De acordo com uma interpretação corrente no hemisfério norte, a expressão “Terceiro Mundo” sintetiza uma visão estereotipada do Sul, com carga pejorativa, à qual são associados males como o subdesenvolvimento e a incapacidade de autogoverno. Vieira, 2009: 144.

gênero, na educação e nos níveis de rendimento.³⁰

Para o pós-revisionista John Lewis Gaddis (1994),³¹ e tendo por referência a obra de William Appleman Williams, *The Tragedy of American Diplomacy* (1959), o ponto de partida desta teoria era demonstrar o que tinha levado os Estados Unidos a adquirir uma política imperialista pelo mundo, e que justificava os gastos dispendiosos com armamento, violações dos direitos humanos no estrangeiro, negligência de prioridades domésticas, e até mesmo a ameaça de explosão do mundo.³² Desta forma, refere três grupos de estudiosos apologistas desta teoria, cada um defensor de uma razão específica. O primeiro grupo apresenta os fatores económicos e ideológicos, profundamente enraizados na política americana, que levaram os EUA a assumir responsabilidades globais. O segundo grupo concentrou-se mais no legado da grande depressão como a razão para a necessidade de expansão do mercado externo, a fim de evitar a estagnação da economia e o alto nível de desemprego. Por fim, o terceiro grupo apresenta como motivador a diplomacia de Harry S. Truman que, acreditavam eles, reverteu o desejo de seu antecessor de manter a aliança de guerra com a União Soviética.³³ Para William Appleman Williams,³⁴ se a União Soviética não tivesse servido de adversário, teria sido outro país qualquer, na medida em que os EUA são um país propenso a lutar guerras frias.³⁵

De acordo com Luís Nuno Rodrigues (2004), existem dois fatores que foram determinantes na emergência do revisionismo, para o qual o declínio do macarthismo foi o prelúdio, devido à sua forte postura e discursos anticomunistas. O primeiro fator, o qual já tivemos oportunidade de mencionar, é o livro *The Tragedy of American Diplomacy*, de William Appleman Williams. Para o historiador, a obra justifica que as ações tomadas pelos Estados Unidos no pós-II Guerra Mundial não foram uma resposta defensiva contra os ataques da União Soviética, na medida em que também eles tinham ambições e necessidades próprias, logo também foram movidos por ideias expansionistas.³⁶ O segundo fator prende-se com o envolvimento norte-americano na região da Indochina, que resultaria na Guerra do Vietname. Este foi o rastilho para debates e discussões não só sobre o envolvimento dos EUA neste conflito, mas também sobre as razões e causas do intervencionismo americano por todo o mundo após a Segunda Guerra Mundial, que muitas vezes

³⁰ Leffler e Westad (Eds.), 2010: 4.

³¹ John Lewis Gaddis é considerado por vários autores como o mais importante historiador da Guerra Fria dos últimos tempos, e o fundador da teoria pós-revisionista, em grande parte devido à sua obra *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, publicada originalmente em 1972. Geir Lundestad, 2006: 535.

³² Gaddis, 1994: 143.

³³ Gaddis, 1983, *apud* Painter e Leffler, 2005, p. 15.

³⁴ Considerado o “pai” do revisionismo, e autor do livro *The Tragedy of American Diplomacy, United States, 1959*. Gaddis, 1994: 142.

³⁵ Gaddis, 1994: 143.

³⁶ Paterson e McMahon, 1991, *apud* Rodrigues, 2004, p. 4.

preferia abandonar a diplomacia em favor do confronto direto.³⁷ No fundo, os revisionistas defendem que as políticas levadas a cabo pela União Soviética se devem a necessidades de segurança, e nenhuma das medidas tomadas pela União Soviética foi necessariamente uma ameaça para os Estados Unidos, ou destinada a fins de agressão ou expansão.³⁸

Passemos agora à análise da última das escolas de interpretação das origens da Guerra Fria, e entrando já nos anos de 1970, a escola pós-revisionista.

Com o fim da II Guerra Mundial o mundo assistiu à sobrevivência de duas superpotências, as quais visavam a expansão com fins de segurança interna, ao mesmo tempo que ampliavam o seu modelo ideológico, pelo que o domínio de um sobre o outro, em especial na Europa, colocava o outro numa posição delicada, de perigo, ao ponto de ameaçar com uma guerra nuclear. Num mundo bipolar, existiam sempre razões para discordar e entrar em conflito sobre política e sociedade porque cada país tentava empurrar a sua política externa tanto quanto possível. A isto, acrescenta-se o fato de as potências europeias se encontrarem fragilizadas a vários níveis. Neste sentido, a Guerra Fria era inevitável, daí que não havia verdadeiramente um culpado, porque todos os ingredientes estavam lá para que o conflito eclodisse.

Nas palavras do historiador Luís Nuno Rodrigues (2004), o pós-revisionismo deve-se, em grande parte, à obra *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, (1972), de John Lewis Gaddis, na qual chama a atenção para o fato de a II Guerra Mundial ter deixado a Europa destruída e num vazio que impeliu os Estados Unidos e a União Soviética a seguirem as políticas características do início da Guerra Fria.³⁹ O comportamento da URSS tinha por base a “busca de segurança, o papel da ideologia, as necessidades massivas de reconstrução no pós-guerra, a personalidade de Stalin”, em oposição aos EUA que reagiam devido à importância do “ideal de autovalorização, medo do comunismo e ilusão da onnipotência gerada pelo poderio económico da América e pela bomba atómica”.⁴⁰ Para além de Gaddis, também o historiador Geir Lundestad (1986)⁴¹ veio contestar a teoria revisionista, uma vez que teriam sido os países europeus a “pedir” o apoio dos Estados Unidos, e não imposto à força pelos EUA. Segundo o autor, a expansão

³⁷ Rodrigues, 2004: 4.

³⁸ Sobre o revisionismo ver como obras de referência, David Horowitz's (1965), *The Free World Colossus: A Critique of American Foreign Policy in the Cold War*. New York: Hill & Wang; Michael J. Hogan's (1987), *The Marshall Plan: America, Britain, and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. Cambridge: Cambridge University Press.

³⁹ Rodrigues, 2004: 5

⁴⁰ Gaddis, 1972, *apud* Rodrigues, 2004, p. 5.

⁴¹ Geir Lundestad é diretor do *Norwegian Nobel Institute* e Professor de História Internacional na Universidade de Oslo. Foi autor de uma comunicação intitulada “Empire by Invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952”, publicada em 1986, na qual se debruçou sobre se a expansão americana, em especial na Europa após a II Guerra Mundial, criou o que poderíamos chamar de um “império americano”, que foi, em grande medida, um império por convite feito pelos países da Europa Ocidental. Rodrigues, 2004: 6.

americana foi mais profunda que a da União Soviética, pois estava de acordo com a vontade dos governos de outros países, quer fosse a nível militar, económico e cultural, pois só assim é que conseguiriam lutar contra o comunismo soviético.⁴² Do mesmo modo, rejeitam a ideia de que a política soviética na Europa de Leste foi resultado das ambições dos Estados Unidos.

Contudo, tanto os pós-revisionistas como os revisionistas partilham da opinião que medidas importantes da política dos EUA, com o objetivo de promover os seus interesses, foram criadas antes da Doutrina Truman e do Plano Marshall. A diferença entre as duas escolas reside no fato de os revisionistas pretenderem saber até que ponto essas medidas se regeram por motivos antissoviéticos.

Muitos historiadores defendem que falar do séc. XX implica falar dos EUA, pelo papel ativo que desempenharam na luta contra os regimes autoritários que surgiram neste século, projetando forças mais poderosas e bem-sucedidas que a dos regimes, assim como a visão de Woodrow Wilson foi superior à de Stalin ou Hitler, já que mostrou ao mundo que o autoritarismo não era o único, ou o melhor caminho para o futuro.⁴³

Podemos dizer que se trata de uma linha de entendimento que procura uma posição neutra ou imparcial entre as outras duas escolas de interpretação da Guerra Fria, dado tratar-se de uma questão de interação entre vários atores. Os pós-revisionistas defendem assim, a pluralidade, isto é, um tipo de explicação não precisa de excluir a outra. A par dos revisionistas, esta terceira linha de pensamento defende a necessidade da USSR em ter uma zona de proteção dos ataques exteriores, em especial da Alemanha que a invadiu duas vezes. Embora fosse expansionista, o seu propósito era apenas a proteção.

Fica claro, no entanto, que se mantém mais próxima da escola tradicionalista, uma vez que estabelece que os Estados Unidos eram um império pelo simples fato de defenderem o ocidente contra o comunismo soviético, através da democracia, da liberdade e da autodeterminação. Apesar de ambos terem agido como resposta às intenções do seu opositor, e ambos terem cometido erros, os EUA continuavam a ser vistos como o ator benevolente.

Em resumo, e tendo apenas como ponto de discussão os motivos das políticas dos Estados Unidos, os tradicionalistas defendem a necessidade de os EUA salvaguardarem os seus próprios interesses legítimos de segurança, assim como os da Europa Ocidental, perante uma União Soviética em expansão, que coincidem com a defesa dos direitos democráticos. Os revisionistas, porém, defendem que a política americana foi impulsionada principalmente por necessidades do capitalismo e do anticomunismo. Quanto aos pós-revisionistas, não só aceitam essas razões, como incluem uma série de outros fatores, como o papel desempenhado pela opinião pública, pelo

⁴² Lundestad, 1986: 263.

⁴³ Gaddis, 1994: 153.

Congresso e por grupos de pressão. Os pós-revisionistas reiteram, ainda, que as condições económicas não foram tão significativas como defendem os revisionistas, e discordam da quase total demissão dos tradicionalistas de tais forças motivadoras para a política dos Estados Unidos.⁴⁴

De acordo com o historiador Luís Nuno Rodrigues (2004), as perspetivas sobre a Guerra Fria reflectiam os tempos que se viviam. Neste sentido, o tradicionalismo, que vigorou até aos anos 1960 foi, em grande parte, resultado do clima inicial da Guerra Fria, em especial nos Estados Unidos dos anos 1950, enquanto o revisionismo foi um reflexo das dúvidas levantadas pelo envolvimento dos EUA no Vietname na década de 1960, e o pós-revisionismo, que surgiu nos anos 1970, foi o reflexo da política de “détente” e de aproximação entre as duas super-potências ocorrida nos primeiros anos dessa década.⁴⁵

O fim da Guerra Fria, mais precisamente o colapso do comunismo, a dissolução da URSS e a queda do Muro de Berlim, vieram facultar a abertura gradual de arquivos na antiga União Soviética e nos seus países aliados no início da década de 1990. Uma oportunidade que permitiu a pesquisadores e historiadores começarem a estudar a Guerra Fria, depois de ter terminado, como um período distinto da história, ultrapassando a visão meramente bipolar do fenómeno, criar novos campos de discussão de interpretações anteriores, especialmente daqueles que tentaram compreender não só as origens do conflito, mas também os acontecimentos ocorridos no final do século XX, e enriquecer uma série de publicações sobre diferentes aspectos relacionados com a história da União Soviética durante este período de conflito. Deste modo, o conhecimento tornou-se menos certo e mais contraditório, e tornou-se possível esclarecer dúvidas e formular novas perguntas sobre as origens da Guerra Fria.

Neste contexto, e de acordo com Lundestad (2018), surgiram novas correntes de pensamento que acenderam novamente o debate sobre as origens da Guerra Fria, e que contribuíram para a mudança de pontos de vista.

Em primeiro lugar, e tendo por base o alargamento do acesso a materiais referentes à União Soviética e seus aliados, assim como a posição pouco esclarecedora do pós-revisionismo, colocou-se novamente em destaque a escola tradicionalista, que veio sublimar as ligações entre a política interna e externa soviética, uma política de linha dura, em especial para com os Estados Unidos, fruto de uma visão ideológica extrema e de um paradigma “revolucionário-imperial”, que acabou por mudar mais uma vez o debate para a direita, uma visão defendida por estudiosos e académicos de renome, como John Lewis Gaddis, ou Vojtech Mastny, e até mesmo alguns de origem russa como Vladislav Zubok, Constantine Pleshakov, ou Vladimir Petchatnov.⁴⁶ Em segundo lugar,

⁴⁴ Lundestad, 2018: 9.

⁴⁵ Rodrigues, 2004: 6.

⁴⁶ Os autores Vladislav Zubok e Vladimir Pleshakov formaram-se na *Moscow State University* no início da década de 1980, e escreveram em conjunto, a partir dos documentos recentemente desclassificados, a obra

desenvolveu-se toda uma série de novas perspectivas, distantes das dicotomias marcantes daquele período, como foi o ressurgir da hegemonia britânica na “nova ordem mundial” pós-Guerra Fria, e a contribuição de historiadores de outros países não-europeus com as suas próprias perspectivas nacionais.⁴⁷ Estamos, assim, perante uma interpretação global que interliga todas as arenas internacionais onde ocorreu o conflito, não apenas sobre as motivações e comportamentos americanos, mas também sobre as motivações e comportamentos soviéticos.

Como foi referido atrás, John Lewis Gaddis foi um dos novos historiadores da Guerra Fria, apologista da nova escola de pensamento que se tem vindo a chamar “Nova” História da Guerra Fria, e que aos poucos tem vindo a relativizar as teses de alguns autores conservadores, através de novas abordagens e interpretações. Gaddis tende a situar a historiografia da Guerra Fria diretamente sobre Stalin, e o seu compromisso ideológico extremo com o comunismo e as suas políticas duras. Este autor assume especial destaque, pois foi, sem dúvida, a sua obra *We Now Know. Rethinking Cold War History*, publicada em 1997, que marcou o início desta era, uma vez que veio refletir sobre as origens do conflito soviético-americano, mas agora tendo em consideração a figura de Stalin.⁴⁸ Não nos podemos esquecer que Gaddis era um defensor da teoria pós-revisionista, sustentando que nem os EUA nem a URSS “têm responsabilidade exclusiva pelo início da guerra fria”, uma vez que o conflito “surtiu de uma interação complicada (em ambos os países) de desenvolvimentos externos e internos”, e que “os líderes de ambas as superpotências procuravam a paz”.⁴⁹ Contudo, a informação sobre as políticas da Guerra Fria Soviética de Joseph Stalin e Nikita Khrushchev que antes se encontrava proibida, mas que nestes últimos anos foi tornada pública, veio permitir analisar o conflito como um todo e alargar a perspectiva dos acontecimentos, como foi o caso de Gaddis que vem argumentar que o confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética tinha por base as diferentes percepções de segurança das nações.

Na análise do historiador Luís Nuno Rodrigues (2004), no que diz respeito à obra acima referida, uma das questões mais determinantes colocadas pelo autor foi a da “responsabilidade” pelo início da Guerra Fria, que nos remete para a resposta defendida pela escola tradicional, isto é, que a Guerra Fria seria sempre inevitável com Stalin como líder da União Soviética, pelo que falar sobre as origens do conflito soviético-americano implica necessariamente levar em consideração a figura

Inside the Kremlin's Cold War: From Stalin to Khrushchev (1996), considerada, até aos dias de hoje, como a obra mais influente no que diz respeito às políticas da Guerra Fria Soviética levadas a cabo por Joseph Stalin e Nikita Khrushchev, e premiada com o “Lionel Gelber Prize”. Maddux, 1999: 1.

⁴⁷ Lundestad, 2018: 10.

⁴⁸ De destacar são também, Melvyn Leffler, (1999), “The Cold War: What Do 'We Now Know'?” *American Historical Review*, 104, 2, 501-24; Vojtech Mastny (1996), *The Cold War and Soviet Insecurity: The Stalin Years*. Oxford: Oxford University Press; e Vladislav Zubok e Konstantin Pleshakov (1996), *Inside the Kremlin's Cold War: From Stalin to Khrushchev*, Cambridge, MA: Harvard University Press. Engerman, 2010: 510.

⁴⁹ Schoenfeld, 1997: 64.

do ditador, que “tinha uma propensão natural para a “Guerra Fria” e lançou verdadeiras guerras frias em todas estas frentes”.⁵⁰ No fundo, Gaddis veio demonstrar o que ortodoxos e tradicionalistas já antes defendiam, isto é, que o regime totalitário soviético, a personalidade de Stalin e a ideologia marxista-leninista são três fatores básicos que estão na origem da Guerra Fria.⁵¹

Não podemos, porém, deixar de referir que o autor não iliba os Estados Unidos e os seus aliados de qualquer responsabilidade no que diz respeito à forma como o conflito foi gerido, principalmente devido ao envolvimento dos EUA na Guerra do Vietname e os gastos excessivos em armamento inútil.⁵²

No entanto, outros autores vieram criticar as teses defendidas pelos historiadores da “Nova” História da Guerra Fria, entre os quais se destaca Geir Lundestad. De acordo com Lundestad (2000), apesar desta nova linha de pensamento representar em muitos aspetos um progresso em relação à “Velha História”, continua a representar uma forma “tosca” de tradicionalismo, pois continua a tentar decifrar quem foi o responsável pelo início do conflito, em vez de centrar a sua atenção em questões básicas sobre o que aconteceu e como aconteceu.⁵³ Da mesma opinião partilha Luís Nuno Rodrigues (2004), que defende que o problema com esta nova tese reside em considerar apenas o lado soviético, e não considerar “as motivações e os comportamentos dos Estados Unidos e do Ocidente em geral”, assim como ter também em atenção “as dinâmicas próprias na Europa, na Ásia e, mais tarde, na África, para conseguir verdadeiramente escrever uma “história internacional” da Guerra Fria”.⁵⁴

Ao avaliar a mudança de pontos de vista sobre as origens do confronto soviético-americano, a fim de alargar os nossos horizontes de compreensão sobre este assunto, deparámo-nos com outro historiador da “Nova” História da Guerra Fria, cuja relevância está longe de ser negada. Estamos a referir-nos a Odd Arne Westad,⁵⁵ autor do livro *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*, segundo vários estudiosos, é uma obra original e pioneira da história da Guerra Fria,⁵⁶ publicada em 2007, que liga todas as arenas internacionais, numa

⁵⁰ Rodrigues, 2004: 7.

⁵¹ Rodrigues, 2004: 11.

⁵² Rodrigues, 2004: 7.

⁵³ Lundestad, 2000, *apud* Rodrigues, 2004, p. 9.

⁵⁴ Rodrigues, 2004: 12.

⁵⁵ Odd Arne Westad é um proeminente estudioso da Guerra Fria, leciona História Internacional na prestigiada *London School of Economics and Political Science* (LSE), onde também dirige o “Cold War Studies Programme”. A sua obra *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times* (2007), recebeu o Prémio Bancroft, o Prémio Internacional de História Akira Iriya e o Prémio Michael Harrington da *American Political Science Association*. Hager, 2007: 387. É, ainda, um dos editores da revista *Cold War History*, e coordenador, juntamente com Melvyn P. Leffler, da obra *The Cambridge History of Cold War* (2010), uma compilação de trabalhos de vários estudiosos que vêm lançar uma nova luz sobre a Guerra Fria. Vieira, 2009: 143.

⁵⁶ De acordo com vários autores, George Orwell foi o primeiro a usar a expressão “Guerra Fria”, ao descrever o estado de crescente hostilidade entre os Estados Unidos e a União Soviética após a II Guerra

perspectiva global, onde o confronto entre as duas potências mundiais ocorreu, e ajuda a dar sentido aos principais problemas e conflitos internacionais atuais, que surgem no Sul Global, como por exemplo a acção militar direta dos EUA e da URSS em países como o Afeganistão, o Irão ou Angola, entre outros. Tal como refere o autor, “Precisamos de colocar a Guerra Fria no contexto mais amplo do tempo cronológico e do espaço geográfico, dentro da rede que une os fios intermináveis da história, dentro da história mais ampla do século XX, numa perspectiva global.”⁵⁷

Através do recurso a uma variedade de fontes, não só dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, mas também dos arquivos soviéticos e da Europa Oriental e de países da África, Ásia e América Latina, Westad rejeita as teses dos historiadores revisionistas e tradicionalistas, pois argumenta que não tiveram como base de sustentação evidências concretas, assim como rejeita a questão da “responsabilidade” pelo início da Guerra Fria defendida por Gaddis, e tenta analisar de forma mais ampla as origens da Guerra Fria. Deste modo, centra o seu foco de atenção na periferia, fora do espaço europeu, onde argumenta que se centraram as principais disputas da Guerra Fria.

De acordo com Hitchcock (2006), o autor Westad apresenta duas teses para o seu estudo: a primeira defende que a Guerra Fria deve ser vista como parte de uma competição ideológica entre dois Estados imperiais poderosos e ambiciosos, e não apenas uma competição militar-estratégica bilateral centrada na Europa. A segunda, e no seguimento da primeira, este confronto deve antes ser visto como uma competição multifacetada de ideais sociais e políticos disputada no chamado Terceiro Mundo.⁵⁸

Tanto os Estados Unidos como a União Soviética acreditavam que tinham de remodelar o mundo em desenvolvimento de forma a proteger os seus interesses e ideologias, pelo que o Terceiro Mundo tornou-se num local de conflito por projeto, ou seja, era a principal aposta do confronto para soviéticos e americanos.⁵⁹ Deste modo, as intervenções das superpotências ocorreram por interesse, criando um paralelismo entre o chamado novo imperialismo de finais do século XIX e inícios do século XX, e as políticas intervencionistas ocorridas durante o período da Guerra Fria, a ponto de Westad descrever a situação como uma continuação do colonialismo.⁶⁰ As estratégias de desenvolvimento usadas pelos EUA e pela União Soviética para atingir os seus propósitos eram, no fundo, as mesmas para os dois Estados, uma vez que cada um vendia ao resto do mundo a sua própria variante de uma marca de modernidade e desenvolvimento, mas ambas ambiciosas,

Mundial. No entanto, Westad, à semelhança de outros autores, em especial os representantes da “Nova” História da Guerra Fria, defende que a sua origem remonta a 1917 com a vitória da revolução bolchevique, ao introduzir um novo elemento de instabilidade no sistema mundial, colocando as antigas potências europeias para segundo plano, desmoralizadas pela catástrofe da I Guerra Mundial. Vieira, 2009: 143.

⁵⁷ Leffler e Westad, 2010: 2

⁵⁸ Hitchcock, 2006: 134.

⁵⁹ Hitchcock, 2006: 135.

⁶⁰ Vieira, 2009: 149.

megalómanas e inclinadas a recorrer à crueldade e à violência, caso fosse necessário.⁶¹

Westad apresenta-nos assim uma versão melhorada da perspectiva pós-revisionista, já que põe em destaque a importância da falsa percepção, quer seja da parte dos Estados Unidos, quer seja da União Soviética, ao analisar e apresentar a verdadeira realidade dos conflitos políticos, económicos e ideológicos que ocorreram no Sul Global.

Neste sentido, o autor dá a conhecer uma nova tese fruto de um subconjunto considerável da historiografia internacional que surgiu após o ano de 1991, a que chama de “conceptualismo” da Guerra Fria, e que define como a crença de que “cada grupo envolvido no conflito tinha conjuntos de conceitos ou ideias que os definiu e constituiu”.⁶² Para os concetualistas, estas noções que explanavam o conflito refletiam a imagem que os vários protagonistas queriam que fosse projetada para o exterior. Eram conceitos e ideias diferentes do que era a realidade da Guerra Fria, mas que permitiam pluralizar a história dos anos pós-II Guerra Mundial. Para o autor, alguns concetualistas abordam o papel principal do confronto entre as superpotências de forma muito simplista, igualando-o a um dos vários “grandes acontecimentos” do final do século XX, mais relacionado com a descolonização e o reacendimento económico da Ásia.⁶³

Como podemos constatar, através das diferentes abordagens e interpretações aqui descritas e analisadas, os historiadores não conseguem chegar a uma mesma conclusão sobre as causas e origens da Guerra Fria, apesar de terem à sua disposição uma base mais ampla de arquivos que lhes permite investigar mais profundamente as circunstâncias que condicionaram o início do embate entre as duas superpotências. As perspetivas serão sempre únicas para o estudioso, elaboradas de acordo com vários fatores, como por exemplo o seu interesse e/ou motivação para a investigação. O debate em torno das origens da Guerra Fria continua a ser de grande interesse internacional a vários níveis, um assunto que não se esgota, como tivemos a oportunidade de verificar, e que é relevante para a análise do futuro da relação entre a Rússia e os Estados Unidos.

1.2 – Diplomacia Pública na Guerra Fria

Tendo em conta o que acabámos de descrever sobre as diferentes linhas de pensamento em relação às origens da Guerra Fria, verificámos que tanto os Estados Unidos como a União Soviética, através de estruturas governamentais bem organizadas, e tendo como alvo os países europeus, utilizaram a diplomacia pública como uma exigência da guerra na promoção de ideais e políticas. No contexto de um mundo em profundas mudanças a nível económico, político, cultural e social, e com o

⁶¹ Hitchcock, 2006: 135.

⁶² Westad, 2010: 6. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 5).

⁶³ Westad, 2010: 6.

aparecimento de novos atores e novas fontes de poder, os esforços dos Estados deixam de representar os interesses dos seus cidadãos para se concentrarem na persuasão do outro. E no caso dos Estados Unidos foi evidente, por exemplo, a segregação racial durante a década de 1950, a qual contribuiu para expor os limites à liberdade doméstica; a promulgação da *Smith-Mundt Act*, uma lei que iremos abordar no segundo capítulo deste estudo, que regulava qual o tipo de informação veiculada no exterior a que o cidadão americano podia ter acesso, ou, ainda, a entrada dos Estados Unidos na Guerra do Vietname, um conflito armado alvo de grande contestação não só a nível internacional, mas também a nível interno, em especial no seio do mundo estudantil.

Esta foi uma época durante a qual os Estados Unidos fizeram uso de meios políticos, económicos, militares e culturais para fins de segurança nacional, isto é, a promoção do “americanismo”. Assim, a Guerra Fria assumiu a forma de “guerra cultural” em que valores americanos tais como o liberalismo e o individualismo se espalharam por todo o mundo, principalmente através dos meios de comunicação e da educação, apresentando-os de modo sedutor e convincente.

As campanhas de informação e persuasão seriam as principais armas que as duas superpotências iriam utilizar na luta ideológica e estratégica global, recorrendo para tal à diplomacia pública para obter resultados a longo prazo em países estrangeiros. Desta forma, se o público-alvo fosse persuadido a aceitar uma imagem favorável do outro, iria persuadir o seu governo a alterar as atitudes e as políticas hostis existentes.⁶⁴

A Guerra Fria é, por isso, um elemento chave para este estudo, na medida que esta conjuntura internacional veio proporcionar o uso de outro tipo de diplomacia, a diplomacia pública, para influenciar a opinião pública mundial. Mas para entendermos como este processo decorreu é preciso explicar primeiro o que se entende por diplomacia pública.

O tema tem sido abordado por diversos prismas, tanto no campo das Relações Internacionais como da política externa e/ou política mundial, através de trabalhos de alguns autores americanos como Walter Roberts em “What Is Public Diplomacy? Past Practices, Present Conduct, Possible Future”, (2007), onde discute a definição e o desenvolvimento histórico da diplomacia pública com origem nos fatores norte-americanos responsáveis pelo exercício da política externa, de modo a incluir uma ligação entre o governo e o público estrangeiro; Joseph S. Nye Jr. em “Public Diplomacy and Soft Power”, (2008), onde o politólogo defende a diplomacia pública como um dos principais instrumentos do poder brando na prática diplomática; Nancy Snow e o artigo “International Exchanges and the U.S. Image”, (2008), no qual a autora demonstra que os métodos de diplomacia pública da Guerra Fria são aplicáveis na atualidade, em especial o uso do diálogo para superar estereótipos, desenvolver relações e melhorar a reputação nacional dos Estados Unidos

⁶⁴ Gilboa, 2008: 59.

durante disputas ideológicas; ou, ainda, Nicholas J. Cull e “Public diplomacy: Seven lessons for its future from its past”, (2010), um artigo no qual o historiador faz um exame à história da diplomacia pública e identifica sete lições nessa mesma história, relevantes para “a nova diplomacia pública” que surgiu na última década, uma época em que as comunicações tiveram um papel fundamental.

Como já foi referido, o aparecimento de novos atores e polos de poder no cenário das relações internacionais provocou uma alteração na conduta de diplomacia, em que a comunicação deixa de ser governo-a-governo (diplomacia tradicional) como era antes da II Guerra Mundial, e passa a ser governo-a-pessoa, o que se chama atualmente de diplomacia pública.⁶⁵ Era reconhecer a existência de uma prática diplomática inovadora em relação ao que a diplomacia tradicional nos tinha habituado, em especial no campo da tomada de decisões em matéria de política externa, que defendia a eliminação de cláusulas confidenciais nos tratados e a democratização dos temas internacionais. No fundo, era o apelo a uma diplomacia “aberta” e defendida por Woodrow Wilson no primeiro dos seus “Fourteen Points”,⁶⁶ onde exortava as nações a pôr fim a acordos diplomáticos que não fossem reconhecidos publicamente.

De acordo com Roberts (2007), Benjamin Franklin⁶⁷ é considerado um dos principais líderes da Revolução Americana de 1776 e o primeiro diplomata de diplomacia pública, uma vez que, enquanto primeiro embaixador dos Estados Unidos em França, expandiu as suas funções para além das atividades da embaixada com o governo francês, procurando também o contacto com a sua população. Como reconhecimento de tal fato, o Departamento de Estado criou o *Franklin Award* para a diplomacia pública. Foi também em França que nasceu o primeiro esforço governamental, em termos de contacto com o público estrangeiro, através da criação, em 1883, da *Alliance Française*, cuja missão era a de ensinar a língua francesa, primeiro nas suas colónias, e depois no resto do mundo.⁶⁸

De acordo com o historiador Nicholas Cull (2010),⁶⁹ apesar de o termo “diplomacia pública” ser novo na linguagem das Relações Internacionais, a atividade de diplomacia, a procura do

⁶⁵ Roberts, 2007: 37; Vela, 2013: 147.

⁶⁶ O presidente dos EUA, Woodrow Wilson, queria mostrar que a sua nação tinha uma visão mais ampla e altruísta das necessidades do futuro, e perante o Congresso norte-americano, a 8 de janeiro de 1918, esboçou o que considerava ser “o único programa possível” para a paz, que ficaria conhecido como os “Catorze Pontos de Wilson”. Farmer, 2018: 41.

⁶⁷ Benjamin Franklin foi nomeado pelo Congresso logo após a Declaração de Independência, e a sua tarefa era persuadir o governo francês a ficar do lado das colónias contra os britânicos, o que conseguiu quando o tratado de aliança foi assinado em 1778. Tanto ele como o seu sucessor, Thomas Jefferson, eram emissários de guerra para quem as regras rígidas da diplomacia não se aplicavam. Roberts, 2007: 38.

⁶⁸ Roberts, 2007: 38.

⁶⁹ Nicholas J. Cull é Professor de Diplomacia Pública na *University of Southern California*, onde dirige o programa de Mestrado em Diplomacia Pública na *Annenberg School for Communication/School of International Relations*. Autor da obra *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945–1989*, (Cambridge University Press, 2008). Cull, 2010: 11.

envolvimento do público estrangeiro na condução da política externa, já é antiga.⁷⁰ Uma tese defendida pelo escritor e perito em diplomacia pública americana Walter Roberts (2006),⁷¹ que refere que os antigos “programas internacionais de cultura e informação” são considerados atividades de diplomacia pública, fruto do contexto da guerra, quando o governo tentava estabelecer contacto com pessoas de outros países e influenciá-las.⁷² Mas será que podemos definir diplomacia pública apenas como programas de promoção da imagem e de políticas do governo para influenciar a opinião do público estrangeiro? Para podermos responder a esta pergunta, temos de começar pela expressão em si, pelo seu aparecimento no léxico da política externa.

O termo “diplomacia pública” é resultado das atividades de difusão, dos programas culturais e de intercâmbio dos Estados Unidos com o exterior durante a Guerra Fria, por essa razão é neste país que se constata os principais desenvolvimentos do termo ao longo dos anos, e que se tornou popularizado em 1965 por Edmund Gullion,⁷³ reconhecido diplomata americano de carreira aposentado e reitor da *Fletcher School of Law and Diplomacy* na *Tufts University*, em Massachussets.

Gullion pretendia criar um centro de pesquisa e ensino relacionado com a nova dimensão das Relações Internacionais, com a participação de públicos estrangeiros na política externa norte-americana, que não prejudicasse o apoio político a programas de informação pública. Contudo, o termo que caracterizaria essa dimensão não estava claro, pois o que surgia na sua mente era “propaganda”, o qual rejeitava profundamente devido às conotações negativas criadas por Goebbels (Ministro da Propaganda nazi) durante a II Guerra Mundial. Decide, por isso, escolher o termo “diplomacia pública”.⁷⁴ No entanto, este termo só foi aceite internacionalmente nos finais da Guerra Fria.⁷⁵ Segundo Gullion,

A diplomacia pública... lida com a influência das atitudes do público na formação e execução de políticas externas. Compreende dimensões das relações internacionais para além da diplomacia tradicional; o cultivo por parte dos governos da opinião pública em outros países; a interação de grupos e interesses privados entre países, o relato de relações exteriores e o seu impacto na política ... Em diplomacia pública, o fluxo transnacional da informação e das ideias é um

⁷⁰ Cull, 2010: 12.

⁷¹ Walter R. Roberts é cofundador do *Public Diplomacy Institute* da Universidade George Washington, onde lecionou um curso sobre diplomacia pública durante dez anos. Ao serviço do governo foi diretor associado da USIA e nomeado pelos presidentes George H. W. Bush e Bill Clinton para a *US Advisory Commission on Public Diplomacy*. Roberts, 2006: 55.

⁷² Roberts, 2007: 37.

⁷³ É preciso salientar, que de acordo com Nicholas Cull, Gullion não foi o primeiro a utilizar o termo, “diplomacia pública”, dado ter sido usado pela primeira vez em 1856, no jornal britânico *The Times*, onde foi referido como sinónimo de “civismo” num artigo sobre o presidente Franklin Pierce. Banai, 2013: 469. Gullion foi, talvez, o primeiro a fornecer uma definição e explicação mais precisas deste conceito.

⁷⁴ Cull, 2010: 11.

⁷⁵ Banai, 2013: 469.

aspecto fundamental. (Vela, 2013)⁷⁶

Como podemos verificar, a capacidade de influência dos países é fator decisivo na projeção e representação da política externa do governo à opinião pública internacional. Neste sentido, as administrações americanas que se seguiram adotaram o seu conceito, criando e patrocinando uma extensa variedade de atividades e programas de diplomacia pública. Logo, falar de diplomacia pública dos Estados Unidos é falar da *United States Information Agency* (USIA), criada para acolher todas as atividades no campo da informação internacional, estabelecidas durante a II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Este assunto vai ser objeto de análise mais aprofundada no segundo capítulo.

Não existe, contudo, entendimento entre profissionais, peritos em matéria de política externa e estudiosos de diplomacia pública sobre como definir o termo, devido à falta de conhecimento profissional neste domínio entre os diplomatas tradicionais, pelo que são várias as definições que surgiram ligadas a este conceito.⁷⁷ Arriscamo-nos a concordar com a autora Darzhan Kazbekova (2013),⁷⁸ quando refere que tal fato se deve, na maioria dos casos, aos estudiosos definirem o termo de acordo com as necessidades dos seus próprios interesses de pesquisa, o que pode levar a definições fragmentadas que não cobrem todas as dimensões da diplomacia pública. Deste modo, surgem autores⁷⁹ que definem diplomacia pública como o processo de influenciar atitudes públicas, opiniões, pessoas e governos para construir e mobilizar o público internacional e as suas decisões a seu favor; ou como um processo de comunicação com a comunidade estrangeira na tentativa de explicar a outras nações as suas ideias e valores, instituições e cultura, objetivos e políticas nacionais para ganhar os corações e mentes das pessoas; ou ainda, para construir relações com atores da sociedade civil em países estrangeiros, e facilitar a organização de relações entre organizações não-governamentais dentro e fora do país.⁸⁰ Mesmo dentro do governo americano, surgem definições diferentes, dependendo dos objetivos estabelecidos pelos diferentes órgãos. De acordo com o Departamento de Estado, diplomacia pública diz respeito a “programas patrocinados pelo governo e destinados a informar ou influenciar a opinião pública em outros países; os seus principais instrumentos são publicações, filmes, intercâmbios culturais, rádio e televisão.”⁸¹ Para a *Advisory Commission on Public Diplomacy* dos Estados Unidos, trata-se de “o processo de informar, envolver e influenciar públicos estrangeiros para que possam, por sua vez, encorajar os

⁷⁶ Vela, 2013: 147. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 6).

⁷⁷ Roberts, 2007: 36.

⁷⁸ Kazbekova, 2013: 407.

⁷⁹ Autores como W. Olins, J. Melissen, Edmund A. Gullion, R. Sheldon, J. Stauber, Jr. Crocker Snow, Alan K. Henrikson e M. Butler. Kazbekova, 2013: 407.

⁸⁰ Kazbekova, 2013: 407.

⁸¹ *US Department of State*, 1987, *apud* Sun 2008, p. 173. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 7).

seus governos a apoiar as principais políticas dos EUA”.⁸² Para o autor Hans Tuch (1990),⁸³ a forma como tal se consegue é simples: basta combinar as habilidades do diplomata tradicional com as do especialista em comunicação de massa e do pesquisador social. O primeiro cria as ideias que quer comunicar ao público estrangeiro, o pesquisador social determina o público-alvo, e o especialista em comunicação escolhe os meios de comunicação mais apropriados para difundir essas ideias.⁸⁴

Segundo o autor Walter Roberts (2007), o termo “diplomacia pública” foi usado pela primeira vez num documento oficial do governo quando, em 1977, o deputado democrata pela Flórida, Dante Fascell, e presidente do *House International Relations Subcommittee*, levou a cabo um estudo sobre o futuro dos programas culturais e de informação dos Estados Unidos, e intitulou-o “Public Diplomacy and the Future”. Refere ainda, que apesar de hoje em dia ser um termo comum, principalmente no âmbito das Relações Internacionais, só depois dos atentados de 11 de setembro de 2001⁸⁵ é que a expressão “diplomacia pública” foi aceite pela imprensa americana e pelo governo dos Estados Unidos.⁸⁶

Se estamos perante um novo tipo de diplomacia, é lógico que quem a pratica também o faça de forma diferente, expandindo-se o papel de divulgação do embaixador. Este continua a manter um bom relacionamento com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do país anfitrião, mas agora também se esforça para ter a seu lado os meios de comunicação, e ser aceite pela comunidade cultural do país onde se encontra a exercer as suas funções. Se antes da II Guerra Mundial as embaixadas e legações norte-americanas eram quase exclusivamente ocupadas por funcionários do *Department of State*, atualmente apenas uma minoria de funcionários é trabalhador do Departamento de Estado. A maior parte é composta por funcionários de outros departamentos, incluindo Tesouro, Defesa, Justiça, Comércio, Trabalho e Agricultura, além de funcionários da CIA e do *Federal Bureau of Investigation*, e o embaixador tornou-se no gestor dos diversos grupos de funcionários do governo dos EUA.⁸⁷

Mark Leonard (2002) chama a atenção para o facto de existirem três dimensões de atividades de

⁸² *United States Advisory Commission on Public Diplomacy*, 2005, *apud* Izadi, 2016, p. 37. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 8).

⁸³ Tuch é autor da obra *Communicating with the World: U.S. Public Diplomacy Overseas*, (New York: St. Martin's Press, 1990), patrocinado pela Georgetown University, e considerado como o primeiro grande estudo sobre diplomacia pública. Disponível em: <http://www.publicdiplomacycouncil.org/about/council-members/>, consultado em 03.12.2017.

⁸⁴ Tuch, 1990, *apud* Kazbekova, 2013, p. 410.

⁸⁵ Em 11 de setembro de 2001, dezenove terroristas membros da Al-Qaeda, uma rede extremista islâmica, sequestraram quatro aviões comerciais americanos, em diferentes pontos dos Estados Unidos, e dirigiram intencionalmente dois aviões contra as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, o terceiro contra o Pentágono e o quarto acabou por despenhar-se num campo na Pensilvânia. Morreram cerca de 3.000 pessoas, o maior número de vítimas mortais, fruto de um ataque estrangeiro em território norte-americano. Informação disponível em: <https://timeline.911memorial.org/#FrontPage>, consultado em 12.11.2018.

⁸⁶ Roberts, 2007: 44

⁸⁷ Roberts, 2006: 63.

diplomacia pública: a primeira referente às comunicações do dia-a-dia e à gestão de informações, que devem estar de acordo com os objetivos pretendidos pela política externa do país, explorando os ângulos de comunicação de todas as atividades, daí que os meios de comunicação são considerados essenciais para a diplomacia pública; segue-se a apresentação de uma imagem favorável do país que o promove internacionalmente, quer seja através de eventos culturais ou outras atividades típicas da cultura dum país, a qual deve ser entendida como uma prática ligada à diplomacia pública; e a última diz respeito a atividades como conferências, ensino de língua estrangeira, radiodifusão internacional, concessão de bolsas de estudo, intercâmbios culturais ou educacionais, com o objetivo de construir relações duradouras com públicos-chave.⁸⁸ A criação de inúmeros programas norte-americanos no estrangeiro, em especial na Europa Ocidental, na área das ciências sociais e das humanidades, como o *Fulbright Exchange Program* ou o *International Visitors Program*, foi um dos maiores sucessos de diplomacia pública dos EUA após a II Guerra Mundial, uma necessidade para fortalecer a legitimidade do seu poder e um investimento na segurança da Europa, juntamente com o investimento político e militar.⁸⁹ Logo, diplomacia pública é a ferramenta que os países utilizam para que estes recursos cumpram o seu objetivo de atração e comunicação junto do público-alvo.

Para o historiador Cull (2008), este é um termo novo para cinco práticas antigas, cinco elementos básicos nas atividades de diplomacia pública e nas suas inter-relações. Esses elementos são audição (*listening*), argumentação (*advocacy*), diplomacia cultural (*cultural diplomacy*), intercâmbio (*exchange*) e transmissão internacional de notícias (*international news broadcasting*). De acordo com o autor, ouvir tem de ser o primeiro elemento da diplomacia pública, pois antes de se falar de alguma coisa há que saber ouvir primeiro, principalmente se queremos persuadir alguém a fazer ou dizer algo. No fundo, saber quais são as suas necessidades, as necessidades da situação. Ouvir é, por isso, e segundo Cull, “uma tentativa do ator em gerir o ambiente internacional ao recolher informação sobre públicos estrangeiros, e usar essa informação para redirecionar a sua política ou a sua abordagem de diplomacia pública”. Apesar de a auscultação da opinião estrangeira ser algo moderno, as tentativas de conhecer o que o outro pensa já existem desde os primeiros relatórios de inteligência. O autor refere como um bom exemplo de sucesso deste elemento, a diplomacia pública Suíça, onde o governo conduziu, em 1990, uma série de inquéritos de imagem a países alvo, de modo a saber quais as atividades necessárias para reposicionar a sua imagem internacional, após a decisão do sistema bancário suíço em querer lidar com o ouro nazista. Quanto à argumentação, Cull afirma que se trata de “uma tentativa do ator em gerir o ambiente internacional ao empreender uma atividade de comunicação internacional para promover uma

⁸⁸ Leonard, 2002: 11-18.

⁸⁹ Scott-Smith, 2007: 284.

determinada política, ideia ou interesse para o público estrangeiro”. Embora seja comum a todos os Estados, é dominante na diplomacia pública americana, devido à supervisão do Congresso quando se trata de “vender” a ideia de Estados Unidos aos outros países. O Estado procura expandir a sua cultura a nível internacional para assim poder tirar benefício dessa ligação, como por exemplo influência política. Um bom exemplo do que foi mencionado foi o trabalho levado a cabo pelo *British Council*, ou pelo *Italian Cultural Institute*, na promoção da língua inglesa e língua italiana, respetivamente. Segue-se o intercâmbio, que o autor descreve como “uma tentativa do ator para gerir o ambiente internacional através do envio dos seus cidadãos para o estrangeiro, e aceitando cidadãos de outros países para um período de estudo e/ou aculturação.” Neste elemento, o conceito de “reciprocidade” é fundamental, ou seja, é um intercâmbio mútuo, onde ambos os lados saem beneficiados e transformados. Apesar de os EUA terem investido fortemente no intercâmbio, apenas podemos dar como exemplo as bolsas instituídas pelo Senador Fulbright, já que exigiu ao governo americano que o Programa *Fulbright* fosse separado das atividades de “informação”, ou atividades de propaganda. Por último, a transmissão internacional de notícias, “uma tentativa do ator em gerir o ambiente internacional usando as tecnologias da rádio, da televisão e da internet para atrair públicos estrangeiros.”⁹⁰ O *BBC World Service*, criado em 1932, é o mais bem-sucedido e mais conhecido exemplo de diplomacia pública (britânica) a nível internacional. Se quisermos falar do caso dos EUA, temos de referir a *Voice of America* (VOA), criada dez anos mais tarde que a sua rival inglesa, mas que em 1943 possuía 23 transmissores a dar notícias em 27 línguas.

Dando seguimento ao que foi referido atrás, e de acordo com Cull (2010), a construção de diplomacia pública assenta em sete componentes fundamentais.⁹¹ Para além de “ouvir”, já explicado atrás, também é importante que esta esteja ligada à política, ao fazer política, de forma a garantir que a opinião pública exterior seja considerada no processo de política externa, ponto base do conceito de *soft power* de Joseph Nye. A título exemplificativo, refere o que o diretor da USIA, Edward Murrow afirmou quando disse ao presidente Kennedy que a agência tinha de “estar na descolagem da política” se esperava que “estivesse na aterragem”. A diplomacia pública não é para ser praticada em casa, mas no exterior. Muitos governos conduzem a diplomacia pública, não como um meio de envolver o público estrangeiro, mas para impressionar o seu público com o que fazem para corrigir as interpretações erradas de “estrangeiros ignorantes”. Exemplo disto foi a diplomacia pública soviética na época de Brezhnev. Cull refere, ainda, que a diplomacia pública para ser eficaz deve ser credível. Se for feita com o intuito de recolha de informação secreta, ou de guerra psicológica, deixa de ter credibilidade junto da opinião pública estrangeira. Isto foi evidente na história da *Voice of America*, na sua luta para operar de forma independente do governo. Passando

⁹⁰ Cull, 2008: 31-37. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 9).

⁹¹ Cull, 2010: 13-16.

ao componente número cinco, o autor afirma que às vezes a voz mais credível não é a nossa, sendo mais proveitoso para o governo afastar-se e deixar outras vozes falar por si. Quando, em 1980, os EUA precisavam de saber a opinião da Europa em relação ao emprego de Forças Nucleares Intermediárias, decidiu afastar-se e deixar que fossem as vozes locais a fazer esse trabalho. Quanto ao sexto componente, diz que diplomacia pública nem sempre é sobre “nós”, sobre a imagem do estado, mas sobre os avanços da política externa em termos, por exemplo, do fortalecimento do ambiente internacional. Por último, refere que a diplomacia diz respeito a todos, desde o diplomata ao cidadão comum, necessário na promoção da mensagem que o diplomata procura mostrar ao mundo, pois há sempre a hipótese de o cidadão rejeitar algo que não seja compatível com os seus ideais, valores ou necessidades.⁹²

Podemos apresentar, a título de exemplo do que acabámos de afirmar, três espaços geográficos diferentes, como são o Médio Oriente, Turquia e África Francófona, que por meio da cultura, a parte orgânica da diplomacia pública, promoverem os seus programas junto de públicos estrangeiros

O primeiro caso chega-nos através do estudo de Louise S. Robbins, sobre o *Franklin Book Programs*, uma organização criada em 1952, sob a égide do Comité Internacional da Associação Americana de Editores e a Associação Americana de Bibliotecas. Segundo Louise Robbins, esta organização tinha três objetivos estratégicos: ajudar a fortalecer a estrutura económica, social e política dos países do Médio Oriente; difundir os pontos de vista e de informação relativos à democracia dos EUA e desenvolver a troca cultural nesta região. A tradução de livros de autores norte-americanos era a melhor forma de os EUA alcançarem o seu público alvo, por conseguinte foram traduzidos para as línguas dos seus potenciais eleitores, como o malaio, urdu, árabe, espanhol, português, entre outras. Além de traduções, esta organização também publicou livros e revistas semanais e elaborou dicionários e enciclopédias. Ajudou, ainda, a formar ilustradores, editores, escritores de livros didáticos e vendedores de livros, e em alguns países, também criou bibliotecas escolares. O *Franklin Book Programs* centrou inicialmente as suas atenções no Médio Oriente, num período em que era o palco principal das disputas da Guerra Fria. Através da publicação de livros americanos de qualidade, com ideias a servirem de mensagens para a democracia, em diferentes línguas do mundo muçulmano, e não só, os interesses dos Estados Unidos seriam concretizados.⁹³

No que diz respeito à Turquia, podemos apresentar o exemplo da disciplina de *American Studies* em algumas universidades turcas. De acordo com a especialista em política externa norte-americana Esra Pakin (2008), os esforços turcos para divulgar a ameaça soviética sobre a sua soberania

⁹² Cull, 2010: 11-16.

⁹³ Robbins, 2007: 638-640.

finalmente deram resultados, com os Estados Unidos a rezear que a Turquia se tornasse num "trampolim para a expansão política e militar da URSS no Próximo e Médio Oriente, estendendo a ajuda diplomática para ajudar a evitar a invasão soviética".⁹⁴ A Doutrina Truman, o Plano Marshall e a sua entrada na NATO em 1952, permitiram à Turquia receber a ajuda política, militar e económica de que precisava para o início do desenvolvimento das relações entre os dois países.

A disciplina de Estudos Americanos entrou nas universidades da Turquia após a II Guerra Mundial, e em 1950 é criada a fundação *Turkish Fulbright Commission*, para auxiliar no desenvolvimento de programas importantes para a cultura americana na Turquia, através da Literatura Americana e dos Estudos Americanos. Pretendia-se que as pessoas aprendessem sobre história, civilização, literatura, ideais e instituições americanas. A Universidade de Ancara foi a primeira universidade turca a institucionalizar esta disciplina, e em 1957 criou o Departamento de Literatura Americana. A partir de 1970, os programas de Estudos Americanos começaram a ser re-institucionalizados, os currículos foram diversificados, e em algumas universidades os departamentos de Língua Americana, Língua Inglesa e de Literatura Americana tornaram-se independentes, levando à criação, em 1982, de um programa de licenciatura em Língua e Literatura Americana. Esta iniciativa norte-americana veio também permitir a formação de peritos turcos em política e em história dos Estados Unidos.⁹⁵

A promoção dos Estudos Americanos no estrangeiro passou por três leis. A primeira, a *Fulbright Act of 1946*, que autorizou a utilização de fundos provenientes da venda do excedente do equipamento militar para o financiamento de atividades pedagógicas, na realização de intercâmbios entre os Estados Unidos e países estrangeiros. Passados dois anos surge a *Information and Educational Exchange Act of 1948* (também conhecida como *Smith-Mundt Act*), que autorizava a disseminação de informações no exterior sobre os EUA, as políticas do seu governo e também sobre o seu povo, assim como autorizava o *Secretary of State* a fornecer assistência às bibliotecas, escolas e centros comunitários no estrangeiro. Entre estas duas leis e a terceira, surgiu a *United States Information Agency (USIA)* em 1953 que, em conjunto com o *Department of State*, financiaram intercâmbios e realizaram conferências com parceiros locais, com o propósito de promover e incentivar os programas de Estudos Americanos. Em 1961, é aprovada a *Mutual Educational and Cultural Exchange Act*, que tinha como objetivo fomentar os programas de Estudos Americanos em universidades estrangeiras, através de conferências, seminários, criação de institutos e cursos como História da América ou Literatura Americana, entre outros temas relacionados com a cultura e a civilização norte-americana. Voltaremos a falar da *Information and Educational Exchange Act of 1948* e da *Mutual Educational and Cultural Exchange Act* e da sua importância para o tema do

⁹⁴ Harris, 1972, *apud* Pakin, 2008, p. 512. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 11).

⁹⁵ Pakin, 2008: 512-518.

nosso estudo no quarto capítulo, de forma mais aprofundada.

Juntamente com os Estados Unidos, também França e Inglaterra fizeram uso da sua cultura para introduzir as suas ideologias na África Francófona, em especial em Dakar. Os três países patrocinaram o ensino de línguas, criaram centros culturais e bibliotecas e doaram livros, de modo a influenciar a elite africana sobre o estilo de vida, ideais e conceitos durante o período da Guerra Fria. Em 1958 os EUA, através da *United States Information Agency* (USIA), estabelecem a primeira biblioteca em Dakar. Metade dos livros era de autores americanos, mas traduzidos para francês. Deste modo, os EUA esperavam divulgar a sua posição em assuntos internacionais junto de países estrangeiros. Em 1959, França cria a biblioteca do Centro Cultural Francês, cujo objetivo era o de preencher a falta de uma biblioteca pública na região só com livros em francês, e levar os escritores africanos a escrever em francês para promover o intercâmbio cultural entre os dois países. De salientar que França foi dos países que mais investiu no ensino da língua francesa. Numa tentativa de revitalizar o prestígio da nação depois da derrota na guerra franco-prussiana, o governo francês decidiu promover a língua e a literatura francesa com a criação, em 1883, da *Alliance Française*, uma organização privada sediada em Paris, que se alastrou ao resto do mundo, inclusive Portugal, e que ainda hoje persiste. De acordo com Pells (1997), “a projeção da cultura francesa tornou-se um componente significativo da diplomacia francesa”.⁹⁶

Através do *British Council*, em 1965, a Inglaterra também desenvolveu uma biblioteca em Dakar, para apoiar e complementar o ensino da língua inglesa na região, ao disponibilizar livros em inglês a estudantes de línguas. No fundo, era uma forma de tornar a cultura inglesa presente na África Francófona.⁹⁷

Com estes exemplos, pudemos verificar que cada país escolheu a sua própria estratégia para fazer uso de diplomacia pública na promoção de valores liberais democráticos, tanto direcionada para o governo como para a opinião pública estrangeira, conforme os seus interesses e necessidades. Constatámos também, e neste raciocínio junta-se a nós o autor Scott-Smith (2007), que o campo educacional teve um destaque especial, uma vez que “as universidades norte-americanas funcionaram como ímanes para aqueles que estavam interessados em adquirir as competências, qualificações e prestígio que vinham com marca registada “Made in the USA”.⁹⁸ E tal como referiu J. Manuel Espinosa, do *State Department's Bureau of Educational and Cultural Affairs* dos EUA, o valor estratégico do fluxo educacional proporcionado pelos intercâmbios educacionais era óbvio, isto é, “o estudo de temas americanos nos sistemas educativos de outros países, reforça a base para uma melhor compreensão da vida americana e das instituições, pela população que molda a opinião pública e orienta a política nacional - os educadores, estudantes, intelectuais, escritores, e outros

⁹⁶ Pells, 1997, *apud* Nye, 2008, p. 96. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 12).

⁹⁷ Maack, 2001: 58-60.

⁹⁸ Ninkovich, 1996, *apud* Scott-Smith, 2007, p. 287.

elementos de liderança.”⁹⁹

Achamos pertinente fazer aqui uma referência ao conceito “diplomacia cultural”, isto é, fazer a distinção entre este e “diplomacia pública”, muitas vezes confundidos.

De acordo com o historiador Walter Roberts (2006), depois da II Guerra Mundial, em tempo de paz, tornou-se aceitável um país tentar influenciar outro, o que mudou profundamente a natureza da diplomacia. Os esforços diplomáticos com o fim de fortalecer relações culturais, chamados de programas de informação e culturais, começaram por ser considerados parte integrante da diplomacia, desse modo foram denominados de diplomacia cultural. No entanto, não incluíam as funções de transmissão internacional e política de informação, sendo assim nos finais dos anos 60, diplomacia cultural passou a ser designada de diplomacia pública, com uma abrangência maior e aceite por mais profissionais de diplomacia.¹⁰⁰ Cull (2008) também refere que alguns estudiosos, como é o caso de Feigenbaum,¹⁰¹ restringem o uso do termo diplomacia pública ao trabalho descrito como *advocacy*, logo apoiam a separação de diplomacia cultural de diplomacia pública.¹⁰²

Como já referimos neste estudo, a definição do termo “diplomacia pública” ainda não é clara ou consensual entre profissionais, peritos em matéria de política externa e estudiosos de diplomacia pública, surgindo muitas vezes associado a diplomacia cultural, como foi salientado atrás, e por isso é normal encontrarmos referências em livros e artigos de diplomacia pública equivalente a relações públicas, *nation branding*,¹⁰³ diplomacia cultural, e propaganda, uma vez que foram atividades exercidas durante a Guerra Fria.

No entanto, e chegados a este ponto, estamos certos ao afirmar que a diplomacia pública é um dos principais instrumentos de política externa, mas que só funciona de forma eficaz se tiver o envolvimento do público-alvo, e que os programas, ou atividades culturais, educacionais ou de informação, aliados ao uso de tecnologias de informação e comunicação que surgiam na época, constituíram um importante ponto de partida para a abertura da diplomacia às pessoas, ao povo. É por essa razão que para o Estado poder alcançar os objetivos pretendidos, como por exemplo aumentar o seu prestígio a nível internacional, tem essencialmente que fazer uso da atração e da legitimidade, em detrimento da coação, ou seja, tem de fazer uso de “poder suave”. O conceito de *soft power* torna-se assim, num dos conceitos fundamentais para os estudos de diplomacia pública.

⁹⁹ Department of State, 1961, *apud* Scott-Smith, 2007, p. 288. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 13).

¹⁰⁰ Roberts, 2006: 62-63.

¹⁰¹ Ver Feigenbaum, Harvey B. 2001. *Globalization and cultural diplomacy*. Center for Arts and Culture. <http://www.culturalpolicy.org/pdf/globalization.pdf>. Cull, 2008: 33.

¹⁰² Cull, 2008: 33.

¹⁰³ De acordo com o autor Fernandes Cavia, “branding” consiste no “processo mediante o qual uma organização (uma empresa, um partido político, uma instituição pública ou um organismo gestor de um território) atribui significado à marca que representa. Logo, pressupõe a construção de certo valor da marca, mediante a comunicação dos seus atributos que quer transmitir à mente do recetor.” Fernandes Cavia, 2011, *apud* Vela, 2013, p. 148.

Com o desmantelamento da USIA a diplomacia pública ficou para segundo plano, deixou de ter a importância que tinha durante o período da I e II Guerras Mundiais e no período entre guerras, mas que viu novamente a sua importância ser reconhecida após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Na sequência dos ataques terroristas os EUA tiveram o apoio internacional, mas foi diminuindo à medida que a comunidade internacional foi tomando conhecimento dos objetivos de política norte-americana. A Guerra do Iraque resultou num aumento de atitudes e opiniões negativas em relação aos Estados Unidos, especialmente junto dos países aliados.

1.2.1 – O *Soft Power* na Diplomacia Pública

Cunhado em finais dos anos 80 por Joseph Nye, distinguido Professor da Universidade de Harvard e ex-funcionário do governo,¹⁰⁴ o conceito *soft power* (poder suave) foi utilizado pela primeira vez na sua obra *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, publicada em 1990. Desde a data da sua publicação, este conceito tem sido amplamente difundido pelos estudiosos das Relações Internacionais e é usado com frequência por líderes políticos e académicos de todo o mundo.

O termo “poder” determina a capacidade de alterar o comportamento dos outros para se conseguir o que se deseja, e segundo Nye (2008) existem 3 formas de um Estado conseguir poder: 1) coagir com ameaças; 2) aliciar com incentivos e pagamentos ou; 3) através da atração.

Quando políticas de Estados ou não-estatais possuem autoridade moral, ou são vistos como legítimos, o seu “poder suave” é aumentado. Atores na esfera internacional, como o Papa ou ONGs, possuem apenas *soft power*.¹⁰⁵ De acordo com o Nye (2008), *soft power* é “a capacidade de afetar os outros para se obter os resultados desejados por meio da atração para a cooperação, em vez da coerção ou pagamento”,¹⁰⁶ e pode ser encontrado na cultura de um país, no apoio económico, nos seus valores políticos e na forma como estabelecem relações com os outros, isto é, a política externa. É, por isso, o oposto ao *hard power* (poder duro), que na sua definição original, resulta na capacidade de alguém ordenar ou forçar “os outros a desejarem os resultados que se quer” e, por conseguinte, aumentar o seu poder.¹⁰⁷ A forma como se exerce o poder, juntamente com os tipos de recursos que são utilizados é que diferenciam o *soft power* do *hard power*. Este último é exercido essencialmente a nível militar e económico, com recurso, por exemplo, à força militar, coimas económicas ou até mesmo subornos.

¹⁰⁴ De acordo com o autor, “Eu introduzi este conceito pela primeira vez em *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (Nye,1990).Baseia-se no que Peter Bachrach e Morton Baratz (1963) chamaram de “segunda face do poder”. Desenvolvi o conceito de forma mais completa em *Soft Power: The Means to Success in World Politics*” (Nye, 2004b). Nye, 2008: 108.

¹⁰⁵ Powers e Gilboa, 2007, *apud* Gilboa, 2008, p. 61.

¹⁰⁶ Nye, 2008: 94. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 10).

¹⁰⁷ Nye, 2008, *apud* Banai, 2014, p. 470.

No que diz respeito à eficácia do *soft power*, esta resulta de valores expressos na cultura de um país, quer seja para as massas ou para a elite; na coerência e atratividade dos valores políticos; na legitimidade e autoridade moral da política externa de um país. Desta forma, um país tem mais “poder suave” se a sua cultura, os seus valores e as suas instituições apelarem à admiração de outros países estrangeiros, o que resultaria numa opinião pública mais favorável.¹⁰⁸ Não podemos, no entanto, defender que “poder suave” é a mesma coisa que influência, uma vez que também se usa a influência para ameaçar e recompensar, daí que o “poder suave” não é só persuasão, mas também sedução e atração.¹⁰⁹

Apesar de recorrerem a recursos diferentes, menos concretos no caso do *soft power* como por exemplo a cultura, a ideologia ou as instituições, e mais concretos no caso do *hard power* como a economia, as forças armadas ou o desenvolvimento tecnológico, ambos estão interligados, já que tanto um poder como o outro são utilizados com o propósito de influenciar o comportamento de outros. Nye (2005) apresenta como exemplo da atração pelo “poder duro” com base no mito da invencibilidade ou da inevitabilidade, o caso dos Países Baixos e do Canadá, que possuem uma influência política maior devido a causas ligadas à manutenção da paz, ao invés da sua força militar ou económica. Deste modo, refere ainda o autor, atrai-se ou repele-se os outros consoante o comportamento ou as atitudes que são tomadas, ou ainda pelos valores que são defendidos como por exemplo os Direitos Humanos. No caso dos EUA, os valores que defendem a nível interno (democracia) e a nível de política externa (promoção da paz), determinam a forma como os outros Estados reagem ao poder norte-americano.¹¹⁰ É aqui que reside o aspeto essencial do *soft power* em oposição ao *hard power*, ou seja, é mais importante captar a atenção para assuntos de política através da cultura, levando-o a cooperar e a admirar outros valores para além dos seus, do que obrigá-lo a mudar por meio da força militar, por exemplo. Contudo

Outro elemento que distingue os dois tipos de poder prende-se com a ligação que têm com o governo. Enquanto muitos dos recursos de *soft power* não têm ligação com o governo, como é caso das fundações privadas, os recursos de *hard power* são principalmente recursos governamentais como as forças armadas, e associados a eles estão também os recursos nacionais como as reservas de petróleo, e os que são utilizados para controlo coletivo como é o caso dos bens industrializados empregues numa emergência, por essa razão nas relações internacionais o poder utilizado é maioritariamente o poder económico e o poder militar.¹¹¹ No entanto, um Estado detentor de ambos os recursos tem vantagens políticas se usar a combinação do *soft power* com o *hard power* (*smart power*). A diplomacia pública, dentro do contexto da política externa, pode pôr em prática os

¹⁰⁸ Nye, 2008: 95.

¹⁰⁹ Nye, 2005: 29.

¹¹⁰ Nye, 2005: 30-31.

¹¹¹ Nye, 2005: 30

recursos de “poder suave” que, por sua vez, geram recursos de “poder duro” como, por exemplo, na forma de alianças militares e ajuda económica.

A figura seguinte (figura 1.1) sistematiza as diferenças entre *hard power* e *soft power*, tendo em conta os recursos, as políticas e os comportamentos do governo.¹¹²

| <i>Hard Power</i> | | | <i>Soft Power</i> |
|----------------------------|--------------------------------------|----------------------|---|
| Type | Military | Economic | |
| <u>Behaviors</u> | coercion; deterrence | inducement; coercion | attraction; agenda setting; co-optation |
| <u>Resources</u> | force; threats | sanctions; payments | values; culture; policies; institutions |
| <u>Government policies</u> | coercive diplomacy; war; alliance | aid; bribes | public diplomacy; bilateral and multilateral diplomacy |

Figura 1.1 – Diferenças entre *Hard Power* e *Soft Power*.¹¹³

Um bom exemplo dos recursos do “poder suave” são os programas internacionais de informação, uma ferramenta da política de segurança nacional ou estrangeira desde a Primeira Guerra Mundial, como a emissora norte-americana *Voice of America* (VOA) a transmitir em várias línguas desde 1942, assim como os programas educacionais e culturais iniciados no final da década de 1930, num esforço para conter a penetração alemã na América Latina, e que incluíam intercâmbios educacionais, exposições artísticas e culturais e a criação de bibliotecas. Quanto à política, ligada aos outros dois recursos, nem sempre foram satisfatórios, em parte devido à sua ligação com atividades de propaganda, secretas e de inteligência.¹¹⁴

Uma nação tem vantagem a nível de “poder suave” quando a sua cultura e os seus valores estão em consonância com os do resto do mundo, ou quando tem acesso a múltiplos canais de comunicação que podem influenciar a forma como os assuntos são discutidos nos meios de comunicação globais, ou ainda, quando a credibilidade de um país é aumentada pelo comportamento nacional e internacional.¹¹⁵ Neste sentido, se os EUA conseguissem que os outros países cooperassem com ele, então não precisaria de recorrer à força para os obrigar a isso. Se o governo fizer boas políticas, tem mais “poder suave”, logo torna-se mais atrativo aos outros. A

¹¹² Gilboa, 2008: 61.

¹¹³ Adaptado de Guilboa, Eytan (2008), “Searching for a Theory of Public Diplomacy”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616; 55.

¹¹⁴ Lord, 1998: 51.

¹¹⁵ Nye, 2008, *apud* Pamment, 2014, p. 52.

segregação racial nos Estados Unidos, na década de 1950, é um bom exemplo do que acabámos de mencionar, uma vez que tal política enfraqueceu o *soft power* americano em África.¹¹⁶

Como já referimos, os recursos que produzem “poder suave” surgem em grande parte da cultura de um país, a qual tem, por um lado, a capacidade de influência, de persuasão e, por outro, a capacidade de transmissão de valores e ideias. Para o historiador Volker Berghalm (2010), a cultura de um país vai para além da “alta” cultura, incluindo também a cultura popular, a religião, as ciências e a educação, e apesar de os Estados Unidos terem determinado para a Europa este tipo de cultura, o que encontrou foi ceticismo e resistência, em especial junto das gerações mais jovens. Ainda segundo o autor, através da criação das *America Houses*, tornou-se visível o esforço norte-americano em disponibilizar ao público estrangeiro o acesso a livros, jornais e revistas americanas, ou através de painéis de debates, “workshops” ou palestras. A partir de 1950 ambos os tipos de cultura circulavam na Europa Ocidental.¹¹⁷

Através da cultura, os países conseguem inserir-se e reforçar os seus perfis em países estratégicos e daí retirar vantagens políticas ou económicas. O governo dos Estados Unidos procurou garantir aliados para a sua causa quando o poder económico se encontrava enfraquecido, celebrando o “americanismo” através de programas educacionais, especialmente a nível universitário.¹¹⁸ Para o autor Bruce Gregory (2008), os EUA seguiram um modelo de diplomacia diferente do europeu no que diz respeito a programas culturais e educacionais, dependendo, inicialmente, da intervenção de empresas privadas e de organizações filantrópicas e educacionais, como as pioneiras *Carnegie Corporation of New York*, as Fundações *Rockefeller e Guggenheim*, e o *Institute for International Education*,¹¹⁹ como podemos verificar através do exemplo apresentado por Jiménez (2010) em relação à disciplina de “Estudos Americanos” na Europa Ocidental durante os anos de 1945 e 1966 (figura 1.2).

| Fundações Filantrópicas | Empresas |
|----------------------------------|------------------------|
| Ford Foundation | American Home Products |
| Rockefeller Foundation | Quaker Oats Company |
| Smithsonian Foundation | Campbell Soup Company |
| Carnegie Corporation of New York | Coca-Cola Company |

¹¹⁶ Nye, 2005: 95

¹¹⁷ Berghahn, 2010: 111.

¹¹⁸ Jiménez, 2010: 97.

¹¹⁹ Gregory, 2008: 277.

| | |
|----------------------------------|--|
| Gulbenkian Foundation | Colgate Palmolive |
| Arthur I. Johnson Foundation | Continental |
| W. K. Kellogg Foundation | Illinois National Bank & Trust Company |
| Max Kade Foundation, Inc. | Trans World Airlines |
| Aaron E. Norman Foundation | First National City Bank |
| Overbrook Foundation | Ford Motor Company |
| Amaricen Metal Climax Foundation | General Telephone & Electronics |
| Conrad I. Hilton Foundation | Chicago Bridge Iron Company |
| Cities Service Foundation | Honeywell, Inc. |
| | W. R. Grace & Company |

Figura 1.2 – Organizações privadas que contribuíram para a implementação e promoção dos *American Studies* na Europa entre 1945-1966.¹²⁰

No fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos encontravam-se em vantagem em relação aos outros países, não só porque tinham muitos recursos de *soft power*, mas também porque possuíam a combinação de recursos dos dois poderes: economia, força militar e cultura. Esta situação permitiu-lhes realizar várias atividades com o fim de estabelecer e sustentar a influência norte-americana no exterior, especialmente na Europa, como a promoção da formação em língua estrangeira e estudos nessa área nas universidades e faculdades americanas, o desenvolvimento de Estudos Americanos no estrangeiro através de professores leitores, a criação de institutos, seminários e cursos em temas como a história dos Estados Unidos, o seu governo, a economia, a língua, a literatura, e outros assuntos relacionados com a civilização e a cultura americana, incluindo o financiamento da participação em tais estudos por pessoas de outros países, a criação de bibliotecas e centros culturais, entre outras iniciativas.

No entanto, com o fim da Guerra Fria, os interesses do governo norte-americano voltaram-se para as questões orçamentais, o que implicou uma redução nos investimentos em “soft power” e consequentemente no orçamento da USIA, a agência responsável por “contar a história americana

¹²⁰ “Financial Status of the John Hopkins Bologna Center”, 29-IV-1966. FFA.R:0679.63-139, adaptado de Jiménez, 2010: 97.

ao mundo”, que viu o número dos seus agentes diminuir de 12.000 para 6.715, entre 1963 e 1999.¹²¹

Esta situação vai de encontro ao que Joseph Nye, na sua obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, publicada em 2004, apresenta como uma chamada de atenção ao defender a relevância do “poder suave” na formação da política externa dos EUA após o 11 de setembro. Nye argumenta que os Estados de sucesso precisam de ter os dois tipos de poder, o que equivale a dizer a capacidade de coagir os outros, bem como a capacidade de moldar as suas atitudes e preferências a longo prazo. Durante o período da Guerra Fria os Estados Unidos distinguiram-se na projeção do *soft power*, um esforço que abrangeu também empresas, fundações, universidades, igrejas, entre outras instituições da sociedade civil. Não é de estranhar, por isso, que as sociedades aceitem frequentemente os valores e a cultura dos Estados Unidos, mas resistem às suas políticas externas.

1.3 – Propaganda: a diplomacia pública na estratégia seguida pelos EUA

É sobre o termo “propaganda” que passaremos a focar a nossa atenção no subcapítulo seguinte, de forma a demonstrar se o termo “diplomacia pública” era um eufemismo para “propaganda”, já que ambos são significado de influência, apesar de o último surgir com conotação negativa devido ao seu uso por nazistas, fascistas e comunistas.

O uso do *soft power* pelos Estados Unidos na promoção e difusão dos seus valores e políticas, através de uma ofensiva cultural contra os soviéticos, criou duas posições entre os vários autores: os que consideravam tal ação como tratando-se de “diplomacia pública”, e os que achavam que mais não era que “propaganda” americana. Além disso, pudemos constatar, em vários artigos de diferentes autores, que o termo “propaganda” surge associado às várias agências de informação norte-americanas, em especial a USIA. O autor Mario Del Pero (2001) refere, a título de exemplo, que para os EUA ganharem o que foi chamado de batalha por “corações e mentes”, os políticos norte-americanos empregaram cada vez mais as técnicas de persuasão denominadas de “propaganda” ou, como preferiam chamá-la, de informação.¹²²

Tendo em conta esta situação como ponto de partida, é nossa intenção privilegiar neste trabalho o esforço manipulativo e propagandístico das atividades culturais, de informação e educação, em detrimento do esforço cooperativo e colaborativo entre o governo dos Estados Unidos e o público estrangeiro.¹²³

¹²¹ Nye, 2008: 98.

¹²² Del Pero, 2001, *apud* Rider, 2016, p. 5.

¹²³ De referir, ainda, que serão usadas aspas na palavra informação sempre que o seu significado for equivalente a propaganda, de forma a não confundir com informação propriamente dita.

Ao longo deste capítulo será demonstrado como a política de “informação” dos Estados Unidos se foi desenvolvendo ao longo do século XX, durante o período da I Guerra Mundial, de forma mais organizada, durante a II Guerra Mundial e, principalmente, durante a Guerra Fria nas décadas de 1940 e 1950, onde atinge a sua expressão máxima. Este tema voltará a ser abordado no segundo capítulo, de forma mais exaustiva, complementando a informação aqui apresentada.

A política de propaganda norte-americana pode ser dividida em três fases.¹²⁴ A primeira fase diz respeito ao período logo a seguir ao fim da II Guerra Mundial, com o desmantelamento das atividades de propaganda aberta e secreta que haviam sido desenvolvidas durante o tempo de guerra. Um período marcado pela indecisão sobre a necessidade de disseminação de “informação” sobre os EUA no estrangeiro; ultrapassado pelo início da Guerra Fria, e da constatação de que a propaganda era uma ferramenta importante na contenção do comunismo soviético na Europa. Entramos na segunda fase, o início da Guerra Fria, assim como o início do programa de propaganda contra a União Soviética. Sob a influência de George Kennan, agente diplomático em Moscovo, os EUA levaram a cabo operações de “guerra psicológica” (propaganda aberta e operações secretas) no exterior, de modo a fortalecer a capacidade de resistência europeia à propaganda comunista. Era o período da “contenção”. Por fim, a terceira fase, desde 1950 até 1952, com o lançamento da “Campanha da Verdade”, símbolo de grande mudança em termos de estratégia de propaganda, comparada com a que foi desenvolvida por Kennan em 1948.¹²⁵

Entre os anos de 1917 e 1945, durante as duas guerras mundiais, dois grandes debates determinaram a relação entre a política externa e a propaganda levada a cabo pelos Estados Unidos, que iria definir a diplomacia pública na Guerra Fria. O primeiro, saber se um país democrático devia participar na manipulação da opinião pública; o segundo, sobre os que concordavam com a necessidade de um organismo que lidasse com a publicidade e as relações culturais no estrangeiro, mas pondo em dúvida a sua natureza e objetivos. Os idealistas da esquerda defendiam que a política externa dos EUA devia refletir os ideais democráticos e a liberdade dos Estados Unidos, enquanto os realistas viam a diplomacia de informação, cultural e educacional como ferramentas úteis para os EUA conseguirem alcançar os seus objetivos no exterior.¹²⁶

Nas últimas duas décadas, um grande número de estudiosos tem-se dedicado à análise do papel da propaganda e da diplomacia pública no período da Guerra Fria, como é o caso do historiador Walter L. Hixson, com a obra *Parting the Curtain: Propaganda, Culture, and the Cold War, 1945-1961*, (1997), onde o autor explica como os Estados Unidos conseguiram cativar os cidadãos na União Soviética, minimizando os métodos de guerra psicológica em favor de notícias, exposições

¹²⁴ Optou-se pela divisão de fases e respetivas caracterizações feitas por Schwartz (2009), por estar em consonância com a nossa investigação.

¹²⁵ Schwartz, 2009, *apud*, Mistry, 2011, p.177.

¹²⁶ Léon-Aguinaga, 2015: 343.

culturais e música; ou Shawn J. Parry-Giles e a obra *The Rhetorical Presidency, Propaganda, and the Cold War, 1945-1955*, (2002), onde explica como os presidentes Harry Truman e Dwight Eisenhower usaram programas de propaganda em tempo de paz para moldar o discurso político no país. Para além destes dois temas, também é abordado o papel da CIA no patrocínio de atividades ligadas à arte, a aceitação da cultura americana pelos europeus ou, ainda, a utilização de organizações privadas como o *Advertising Council* para “moldar” a opinião pública estrangeira sobre os EUA.¹²⁷

Para o historiador Francisco Jiménez (2010), “o uso da cultura como arma de propaganda durante o período do confronto bipolar, tem sido objeto de análise, mas continua a ser uma das facetas menos estudadas desse conflito.”¹²⁸ O mesmo podíamos dizer em relação ao caso português, isto é, sobre a cultura norte-americana em Portugal, ou até mesmo sobre as relações culturais entre os dois países, uma situação que não se verifica em relação à vertente política entre os Estados Unidos e Portugal, sobre a qual já existem vários estudos.¹²⁹

Vejamos então o que se entende por propaganda, e qual o seu papel na diplomacia pública dos Estados Unidos.

O termo “propaganda” não é novo, e temos de recuar até ao ano de 162, quando o Vaticano estabeleceu o *Congregatio de Propaganda Fide*, com o propósito de propagar a fé cristã pelo mundo, logo com sentido mais religioso. Em 1923, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de França decide criar uma secção cultural no seu ministério, com o objetivo de desenvolver uma atmosfera pró-França entre os outros países através de relações culturais. Neste sentido, tornava-se mais fácil aos governos estrangeiros aceitar a política externa francesa. A partir deste momento o termo “propaganda” passa a ter um carácter mais político.¹³⁰ Já aqui referimos que o termo “diplomacia pública” surgiu em alternativa a “propaganda”, uma vez que este tinha conotação negativa, criada pelo governo alemão. Depois de 1933, o governo nazi adicionou adidos culturais a algumas das suas embaixadas que, com o pretexto da cultura, disseminavam propaganda nazista. Quando os nazis formaram governo, Goebbels chamou o seu ministério de *Propagandaministerium* (Ministério da Propaganda), atribuindo a partir deste momento a conotação negativa que o termo acarreta, e que até hoje não foi possível alterar, devido a informações pouco, ou nada credíveis, resultado das atividades suspeitas seguidas pelos Estados.¹³¹

¹²⁷ Dizard, 2004 *apud* Krugler, 2008, p. 158.

¹²⁸ Jiménez, 2010: 80.

¹²⁹ A respeito das relações Estados Unidos-Portugal ver: Rodrigues, Luís N., (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*. Lisboa, Editorial Notícias; Rodrigues, Luís N., (editor literário), (2006), *Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.

¹³⁰ Roberts, 2007: 38.

¹³¹ Roberts, 2007: 39.

A disseminação da propaganda nazi pelo mundo levou alguns países a tomarem iniciativas de caráter cultural para contrapor esse ataque. Em 1934, o governo inglês funda o *British Council*, uma organização de âmbito cultural que, seguindo o exemplo francês, passa a desenvolver o seu trabalho fora das embaixadas e legações britânicas; um ano mais tarde a emissora inglesa BBC (*British Broadcasting Corporation*) alargou as transmissões do *English Empire Service* a outras línguas, de modo a criar um ambiente favorável à sua política externa junto dos públicos no exterior, e dos seus governos.¹³²

A definição do termo “propaganda” não é conclusiva, pois é definida de várias maneiras, por isso são muitas as dúvidas que ainda persistem junto dos estudiosos, tal como refere o historiador Brett Gray (1999), “a propaganda como rótulo sofreu (e sofre) de certa imprecisão; não é diferente da lendária definição de pornografia do juiz Potter Stewart: “Eu não sei como a definir, mas sei quando a vejo””,¹³³ o que leva muitos a associá-la a comunicação persuasiva.¹³⁴ Assim, de uma maneira geral, falar de propaganda equivale a dizer que se trata de um processo de informação para alcançar um determinado objetivo através da manipulação, da persuasão. Este processo pode ocorrer de duas maneiras: aberto, em que a mensagem chega ao recetor de modo claro; e fechado, em que o recetor não se apercebe que está a ser manipulado, como por exemplo a informação gerada através dos comunicados de imprensa.¹³⁵

O governo norte-americano procurava uma nova abordagem junto do público cético, pelo que era importante saber como conduzir a propaganda, e quais as funções que deveria ter. Deste modo, propaganda assume três formas diferentes: propaganda branca, preta e cinzenta. A primeira, a branca, é aquela que provém de fonte identificada e transmitida com precisão, também chamada de “propaganda verdadeira” e “diplomacia informacional” para se distinguir das outras duas formas, já que se tratava de informações verdadeiras e não de manipulação do público-alvo através do engano e da emoção.¹³⁶ Um bom exemplo deste tipo de propaganda é o Ministério de Propaganda de Goebbels, que tal como o nome indica não escondia o propósito das suas funções. A propaganda negra é “aquela que é atribuída a uma fonte falsa com o objetivo de espalhar mentiras, invenções e enganos”, como é o caso das iniciativas levadas a cabo pela *Central Intelligence Agency* (CIA). A terceira forma é um meio-termo, isto é, em que a fonte “pode ou não ser corretamente identificada,

¹³² Roberts, 2007: 39.

¹³³ Referência do autor ao juiz norte-americano Potter Stewart que ao julgar um caso de pornografia citou esta frase ao classificar algo que é subjetivo, e que ficou famosa nos EUA. Disponível em: <https://blogs.wsj.com/law/2007/09/27/the-origins-of-justice-stewarts-i-know-it-when-i-see-it/>, consultado em 23.04.17; The Wall Street Journal. Gray, 1999, *apud* Guth, 2009, p.310. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 15).

¹³⁴ Guth, 2009: 310.

¹³⁵ Mertz e Lieber, 1991, *apud* Guth, 2009, p.310.

¹³⁶ Graham, 2014: 526.

e a precisão das informações é incerta”.¹³⁷

Perante as várias definições de “propaganda” com que nos deparámos, a nossa escolha recai na definição de 1989 do *Department of Defence* norte-americano,¹³⁸ e que refere que propaganda é “qualquer tipo de comunicação de apoio a objetivos nacionais destinados a influenciar as opiniões, emoções, atitudes ou comportamentos de qualquer grupo, a fim de beneficiar o seu patrocinador, direta ou indiretamente.”¹³⁹ Esta definição reflete a posição do governo dos EUA em relação à propaganda, ou seja, usar a “informação” através de qualquer tipo de comunicação, para influenciar outros. Neste sentido, agências de informação do governo dos Estados Unidos usaram, usam e usarão propaganda, logo o *Committee on Public Information* (CPI), o *Office of War Information* (OWI) e a *United States Information Agency* (USIA) foram agências de propaganda norte-americana. Nas linhas que se seguem tentaremos provar isso mesmo.

Um aspeto curioso, salientado por Yarrow (2009), é o fato de a propaganda ser reativa, isto é, “as mensagens podem dizer tanto sobre a imagem de um adversário de propaganda ou líder de opinião de um país, como sobre o adversário que as envia”,¹⁴⁰ por conseguinte os Estados Unidos, ao serem confrontados com a propaganda da União Soviética, responderam de igual forma, mesmo sendo contra si.

O número de estudos sobre propaganda é vasto, dado que são várias as teorias que explicam a razão por trás do seu uso, seja devido, por exemplo, ao seu contexto histórico, a percepções ou pontos de vista políticos, a fontes ou intenções. Alguns académicos defendem que a propaganda foi uma defesa política com intenção hostil ou oculta (Smith, 1989), ou como resultado da tecnologia (Ellul, 1965), ou consequência da manipulação da elite das burocracias estatais (Herman e Chomsky, 1988). Outros, ainda, veem a propaganda como um instrumento neutro usado pelos políticos para alcançar certos fins (Bernays (1928) 2005; Lasswell (1936) 1958, 1980; Taylor 2003).¹⁴¹

Muitos autores diferenciam diplomacia pública de propaganda. Contudo, nem sempre é uma tarefa fácil devido à imprecisão da definição do termo “propaganda”, uma vez que durante a Guerra Fria, e ainda hoje, o termo “diplomacia pública” tem sido utilizado como o sinónimo mais comum para propaganda.¹⁴²

As agências propagandísticas mais importantes de projeção cultural, de informação e de difusão

¹³⁷ Jowett e O'Donnell, 2006, *apud* Guth, 2009, p.311.

¹³⁸ DOD Directive 5025.12, 23 August 1989, *Standardization of Military and Associated Terminology*, *Joint Chiefs of Staff*, 2001: 2.

¹³⁹ Joint Chiefs of Staff, 2007, *apud* Murphy e White, 2007, p.15. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 16).

¹⁴⁰ Yarrow, 2009: 14. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 17).

¹⁴¹ Gregory, 2008: 277-78.

¹⁴² Yarrow, 2009: 4-5.

do governo dos Estados Unidos no estrangeiro foram criadas em períodos relacionados com guerra ou ameaça de guerra - o *Creel Committee* (CPI) na Primeira Guerra Mundial; o *State Department's Bureau of Cultural Affairs* (ECA), o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), o *Office of War Information* (OWI) e a *Voice of America* (VOA) na Segunda Guerra Mundial; a *Central Intelligence Agency* (CIA), a *Radio Free Europe/Radio Liberty* (RFE/RL) e a *United States Information Agency* (USIA) na Guerra Fria. As ameaças externas eram o denominador comum, mas as pressões políticas internas e visões diferentes da política dos Estados Unidos da América fizeram com que cada organização traçasse diferentes abordagens aos objetivos propostos.¹⁴³

No segundo capítulo iremos analisar de forma mais detalhada as principais agências de “informação” americana que marcaram o período da I Guerra Mundial, da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, respetivamente, o CPI, o OWI e a USIA. Neste subcapítulo apenas será feita uma abordagem da formação da propaganda norte-americana, em geral, até à criação da USIA, o objeto de estudo do nosso trabalho.

As duas guerras mundiais foram seguidas pelo desmantelamento das suas agências de “informação”, pois, e nas palavras de Ralph Block (1949), “nos Estados Unidos... educação e informação eram “boas”, propaganda era... “má””,¹⁴⁴ mas à medida que a tensão entre as duas potências mundiais se intensificaram durante a Guerra Fria, tornou-se novamente aceitável discutir “propaganda”, embora apenas como algo utilizado pelos inimigos da democracia.¹⁴⁵

De acordo com Paulu (1953), foram várias as razões que levaram os Estados Unidos a entrar no desenvolvimento de atividades de propaganda, mas, de um modo geral, faltavam os incentivos que haviam levado os outros países a embarcar neste tipo de atividades, como o fato de não se encontrarem isolados politicamente como a União Soviética após a I Guerra Mundial, ou não terem qualquer ligação colonial com outros países, como a Holanda e a Grã-Bretanha. Além disso, refere ainda o autor, o povo americano era contra o “governo nos negócios”, e tinha antipatia por todos os géneros de operações de propaganda governamental, mas a preocupação com a política internacional e com o sucesso da campanha de propaganda do Eixo contra a América de terminaram o começo do envolvimento dos Estados Unidos neste tipo de atividades.¹⁴⁶

Quando os EUA entraram no conflito em 1917, o presidente Woodrow Wilson criou o *Committee on Public Information* (CPI), chefiado por George Creel como um contrapeso necessário contra a propaganda do inimigo, os Impérios Centrais. A sua ação no exterior foi o primeiro dos três grandes esforços dos Estados Unidos em termos de interação com o público de outros países. Foi a partir desta comissão que o termo “informação” foi cunhado para designar as ações de propaganda,

¹⁴³ Gregory, 2008: 279.

¹⁴⁴ Block, 1949, *apud* Finch, 2000, p. 369.

¹⁴⁵ Finch, 2000: 369.

¹⁴⁶ Paulu, 1953: 301.

difusoras do modo de vida americano, o *American way of life*. Foi também a partir do CPI que se iniciou a relação direta entre o presidente dos EUA e as atividades de “informação”. A escolha da palavra “*Information*” no nome do *Committee on Public Information* tinha sido propositada, de modo a evitar a palavra “propaganda”, que para Creel era igual a “mentira intencional.”¹⁴⁷ As agências norte-americanas que se lhe seguiram, responsáveis pela propaganda no estrangeiro, nunca adotaram o termo “propaganda”, adotando antes o termo “informação”, como será demonstrado nos subcapítulos que se seguem.¹⁴⁸

Creel viu a aplicação da propaganda como uma forma para popularizar os objetivos dos EUA na guerra, como sendo preferível à censura de guerra, defendida pelos militares.¹⁴⁹ À medida que os ataques da Alemanha iam sendo maiores, Wilson apercebeu-se da necessidade de mobilizar a população para o esforço de guerra, e o papel fundamental desempenhado pela informação para conseguir esse apoio. Com o *Committee on Public Information* conseguiu disseminar propaganda do governo, primeiro ao povo americano e depois ao resto do mundo, através das suas declarações de incentivo à causa da guerra. Tanto a propaganda doméstica, como a destinada ao exterior estavam a cargo do CPI. No entanto, Creel desassociou o trabalho do *Committee on Public Information* ao termo “propaganda”,¹⁵⁰

Nós não o chamamos de “propaganda”, pois aquela palavra nas mãos dos alemães tinha sido associada a mentiras e corrupções. O nosso trabalho era apenas educacional e informativo, pois tínhamos confiança no nosso trabalho, a ponto de sentir que apenas a apresentação justa dos fatos era necessária.¹⁵¹

Mas os fatos desmentiram as suas afirmações. A nível interno, Creel, através do CPI, encomendou filmes especificamente para o esforço de guerra, muitos com uma vertente antialemã, e facilitou o desenvolvimento de programas educacionais para escolas e universidades relacionados com os objetivos da guerra e a natureza do inimigo. No exterior, emitiu comunicados de imprensa, distribuiu panfletos, cartazes e filmes americanos com notícias ou publicidade dos aliados anexadas, e enviou representantes para cidades neutras como Berna, Haia, ou Buenos Aires, e chegou até à Alemanha e à Áustria a partir de bases militares em nações vizinhas neutras, através dos jornais em alemão e dos turistas alemães.

¹⁴⁷ Ardnt, 2006: 28.

¹⁴⁸ O problema que se criou à volta do termo “propaganda” não tem sido de fácil entendimento, pois para os responsáveis políticos, o termo “informação”, era menos ameaçador e, para acender ainda mais o debate, termos como “guerra política” e “guerra psicológica” também eram usados em substituição de “propaganda”, ou como estratégias mais amplas dentro das quais a propaganda era empregada. Atualmente, académicos, e agentes políticos norte-americanos, referem-se a essas atividades como “diplomacia pública”. Rider, 2016: 5.

¹⁴⁹ Guth, 2009: 311-312.

¹⁵⁰ Murphy e White, 2007: 17.

¹⁵¹ Creel, 1920, *apud* Murphy e White, 2007, p.18. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 18).

Alguns agentes do CPI recorriam ao suborno para conseguir ajuda de agências noticiosas estrangeiras na divulgação da sua propaganda de guerra. Sempre que era necessário, o *Committee on Public Information* passava “informações” para direcionar as audiências em todo o mundo. Quando o presidente Wilson proferiu o seu discurso dos “Catorze Pontos”,¹⁵² em janeiro de 1918, os representantes do CPI em São Petersburgo e Moscovo receberam o texto através da rádio e do telégrafo que poucos dias depois transmitiram à população por meio de cartazes e folhetos.¹⁵³

Wilson escolheu George Creel para "vender a guerra" ao povo norte-americano, o que ele fez com considerável zelo, unindo organizações governamentais e privadas numa força poderosa que cristalizou a opinião pró-guerra, mas que levou ao assédio e perseguição dos seus opositores.¹⁵⁴ Este trabalho de divulgação das ideias de Woodrow Wilson por todo o mundo não agradou aos seus oponentes no Congresso, e o CPI foi abolido logo após o fim da I Guerra Mundial. Contudo, os objetivos propostos por Wilson foram alcançados, uma vez que conseguiu que a população americana apoiasse o esforço de guerra, e no exterior permitiu que apresentasse os seus ideais e objetivos de guerra a uma audiência mundial. A máquina de propaganda montada por Creel foi de tal forma um sucesso que o próprio Wilson ficou surpreso com a disseminação efetiva dos seus objetivos de paz, assim como da reação do mundo a eles, afirmando ao próprio Creel que "Gostava de saber se você não criou, inconscientemente, uma rede da qual não há escapatória".¹⁵⁵

Após a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, os americanos começaram a tomar consciência sobre um lado obscuro do entusiasmo da guerra no seu país, e autores como Brett Gary (1999) relatam o alcance da reação à propaganda norte-americana contra o povo alemão, em que a liberdade de expressão, a dissensão política e o processo democrático tinham sido minados e manipulados.¹⁵⁶ Apropaganda como instrumento do governo de Woodrow Wilson tornou-se ao mesmo tempo respeitada e temida, como uma força altamente eficaz que deu “o poder de capturar os corações dos homens, evitando os seus processos racionais.”¹⁵⁷

Um fator importante neste contexto, facilitador das atividades de propaganda, foi o desenvolvimento da tecnologia. Através das tecnologias de comunicação da era industrial, os atores políticos tinham ao seu dispor uma ferramenta para influenciar não só governantes estrangeiros, mas também a sua população. Com o telégrafo e a rádio de ondas curtas, tornou-se possível

¹⁵² Dirigindo-se ao Congresso dos EUA em 8 de janeiro de 1918, Woodrow Wilson apresentou “o único plano possível” para a paz mundial, constituído por catorze pontos, ao mesmo tempo que mostrava que os EUA tinham uma visão mais ampla e sem qualquer outro interesse que não o de ajudar às necessidades do futuro. Farmer, 2018: 41.

¹⁵³ Mock e Larson, 1939, *apud* Murphy e White, 2007, p.18.

¹⁵⁴ Parmar, 2014: 63.

¹⁵⁵ Murphy e White, 2007: 18-19.

¹⁵⁶ Na sua obra *The Nervous Liberals: Propaganda Anxieties from World War I to the Cold War*, o autor discute o reexame da propaganda aliada após a I Guerra Mundial. Gary, 1999: 22.

¹⁵⁷ Winkler, 1978, *apud* Murphy e White, 2007, p.19.

comunicar diretamente, e em várias línguas, com ministérios de negócios estrangeiros e pessoas de outros países.¹⁵⁸ Uma oportunidade aproveitada pela Alemanha, que enviava propaganda nazista para vários países, em especial para a América Latina, que acabava por influenciar também a população dos Estados Unidos. No início da década de 1930, o governo dos EUA estava cada vez mais preocupado com o esforço organizado, sofisticado e altamente bem-sucedido da propaganda alemã dirigido à América do Norte e do Sul, assim como com a suscetibilidade de grandes segmentos da população à propaganda e desinformação estrangeiras.¹⁵⁹

Em 1938, e como forma de retaliação, o então presidente Franklin Roosevelt estabeleceu o *Interdepartmental Committee for Scientific and Cultural Cooperation* (ICSCC), e nesse mesmo ano o *Department of State* criou a *Division of Cultural Relations*, para ajudar as universidades e fundações americanas a estabelecer relações com universidades estrangeiras, disseminando materiais propagandísticos não só a pessoas do país onde se encontravam a trabalhar, mas também a diplomatas e órgãos de imprensa.¹⁶⁰

O ano de 1940 representa o início da criação de agências para combater os efeitos da propaganda do Eixo. Para Dizard (2004), esse ano representava o marco do esforço de “informação” norte-americano no estrangeiro com a criação do *Office of the Coordinator for Inter-American Affairs* (OCIAA), para neutralizar a propaganda alemã e italiana na América Latina, assim como os postos de adido de imprensa, destinados a três missões naquela região, mais precisamente no Brasil, Peru e México, e cuja missão era explicar a política externa norte-americana.¹⁶¹ O desenrolar do conflito na Europa passou depressa do combate militar para o combate ideológico entre fascismo e a democracia liberal, ao qual se juntou mais tarde o comunismo com a entrada da União Soviética na guerra, pelo que os EUA, apesar de se manterem neutros, envolveram-se cedo no embate ideológico.¹⁶² Antes de entrarem na II Guerra Mundial, os Estados Unidos já tinham estabelecido um programa de propaganda em tempo de paz, para alcançar os corações e mentes do público estrangeiro.¹⁶³

Em julho de 1940, Roosevelt cria o *Coordinator of Information* (COI), responsável pela propaganda negra, para realizar espionagem no exterior, e o *Foreign Information Service* (FIS), um departamento do COI, responsável pela disseminação de notícias e propaganda branca contra os nazistas na Europa, incluindo a produção de conteúdos para transmissões privadas de ondas curtas. Era o núcleo das futuras operações de propaganda, que rapidamente se tornou numa unidade quase autónoma. A sua sede operacional encontrava-se em Nova Iorque, onde havia maior concentração

¹⁵⁸ Roberts, 2006, *apud* Gregory, 2008, p.276.

¹⁵⁹ Murphy e White, 2007: 21.

¹⁶⁰ Roberts, 2006: 57.

¹⁶¹ Dizard, 2004, *apud* Roberts, 2006, p.58.

¹⁶² Gómez-Escalonilla, 2014: 280.

¹⁶³ Roberts, 2007: 40.

de instalações de transmissão e de pessoas que falavam outros idiomas. Esta situação permitia ao governo chegar a vários países ao mesmo tempo.¹⁶⁴ Quase imediatamente após o ataque a Pearl Harbor em setembro do mesmo ano, o FIS foi autorizado a realizar o seu próprio serviço de transmissão para terras aliadas, ou ocupadas, e conseguiu aprovação para a nacionalização de três estações de ondas curtas, que levaria à criação da *Voice of America* (VOA), que começou a transmitir propaganda pró-América para vários países ao mesmo tempo no início de 1942.¹⁶⁵ Com a entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, os EUA mobilizam todo o seu potencial militar, económico, cultural e informativo para o esforço de guerra.¹⁶⁶ No entanto, surgem divergências entre as duas agências e, face a esta situação, em 1942, Roosevelt decide criar duas novas agências: o COI torna-se o *Office of Strategic Services* (OSS) e o FIS é incorporado na segunda agência, o *Office of War Information* (OWI). O OSS, antecessor da *Central Intelligence Agency* (CIA), fica a cargo do antigo diretor do COI, William Donovan, e o OWI surge como o "ministério da propaganda" de Roosevelt, com Elmer Davis como seu diretor.¹⁶⁷ A imprensa, cinema e rádio passam a ocupar um lugar de destaque nas campanhas que foram desenvolvidas como complemento e apoio às operações militares, como os estúdios de Hollywood e a VOA.¹⁶⁸

A *Voice of America* ocupou um lugar de destaque, passando a ser o programa principal do OWI.¹⁶⁹ A razão era simples, tal como salienta Finch (2000): “a propaganda dirigida a inimigos civis era mais eficaz através da radiodifusão e, normalmente, semeava a desconfiança nos líderes políticos e tentava minar a sua resistência”.¹⁷⁰ Franklin Roosevelt gostava de comunicar com o público e fazia-o diretamente via rádio e, em 1941, 90% da população americana já possuía rádio.¹⁷¹

Quanto a Hollywood, outra ferramenta eficaz de propaganda, o governo norte-americano sugeriu adições e exclusões a muitos filmes, e negou licenças àqueles que não serviam os seus propósitos.¹⁷² Uma situação bem aceite no meio cinematográfico, pois “os administradores empresariais e publicitários americanos, assim como os chefes dos estúdios de Hollywood, vendiam não apenas os seus produtos, mas também a cultura e os valores da América, os segredos do seu sucesso para o resto do mundo”.¹⁷³

¹⁶⁴ Léon-Aguinaga, 2015: 344.

¹⁶⁵ Léon-Aguinaga, 2015: 346.

¹⁶⁶ Gómez-Escalonilla, 2014: 280.

¹⁶⁷ O presidente Roosevelt escolheu o popular e respeitado locutor de rádio Elmer Davis para liderar a nova organização que incluiria a filial no exterior e a filial doméstica. Winkler, 1978 *apud* Murphy e White, 2007. p. 21.

¹⁶⁸ Winkler, 1978; Koppes e Black, 1988; Shulman, 1990; Jarvie, 1992 *apud* Gómez-Escalonilla, 2014, p. 280.

¹⁶⁹ Roberts, 2007: 40.

¹⁷⁰ Finch, 2000: 371.

¹⁷¹ Winkler, 1978, *apud* Murphy e White, 2007, p.21.

¹⁷² Nye, 2008: 98.

¹⁷³ Pells, 1997, *apud* Nye, 2008, p.58. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 19).

Para Bogart (1995), as diferentes missões do *Office of War Information* (OWI) e do *Office of Strategic Services* (OSS) deram início a uma “divisão filosófica” que influenciaram os programas de informação norte-americanos para o exterior durante todo o período da Guerra Fria, e ainda na era pós-soviética.¹⁷⁴ Esta situação foi relatada pelo autor num estudo do *Brookings Institution* em 1948, que referia que a discussão sobre o papel dos programas de informação estrangeiros “repousam sobre diferenças entre aqueles que acreditavam que a propaganda deve fazer parte do programa de operações subversivas ... e aqueles que acreditavam que a propaganda deve ser pública, uma operação da responsabilidade do governo em dizer a verdade”.¹⁷⁵

Apesar de pretenderem o mesmo objetivo, isto é, a disseminação do “American way of life” e a derrota do nazismo, e posteriormente do comunismo soviético, houve diferenças significativas entre o OWI e o seu antecessor CPI.

Muitos congressistas viam o *Office of War Information* como um meio de publicidade de Roosevelt, como foi o caso da primeira edição da revista “Victory”, lançada no estrangeiro pelo OWI, onde era apresentado um artigo intitulado “Roosevelt of America, President - Champion of Liberty” (tradução minha: Roosevelt da América, Presidente - Campeão da Liberdade), com uma imagem de Franklin Roosevelt tendo como pano de fundo a bandeira americana. Esta e outras situações levaram alguns deputados a investigar os esforços de propaganda dos EUA, e o Congresso a proibir a divulgação dentro dos Estados Unidos de materiais destinados ao público estrangeiro. Em 1945, o presidente Harry S. Truman dissolve o *Office of War Information* (OWI).¹⁷⁶

Ao contrário do que aconteceu com o fim da I Guerra Mundial, os programas das agências de propaganda criados durante a Administração Roosevelt não se extinguiram com as agências. No entanto, em vez de ser criada uma agência para receber os programas do OWI, estes são mantidos no Departamento de Estado, no *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC), juntamente com atividades e programas já existentes, e chefiados pelo *Assistant Secretary for Public and Cultural Affairs*.

Em 1946, o OIC tinha uma rede de 76 agências em todo o mundo, pois era responsável por todos os programas culturais e de “informação” do governo no estrangeiro, como as transmissões da VOA, imprensa e publicações, exibição de filmes e exposições, manutenção e desenvolvimento de bibliotecas americanas e intercâmbio de professores e estudantes.¹⁷⁷ O início da Guerra Fria foi o marco da institucionalização e expansão dos esforços de propaganda dos Estados Unidos, com as primeiras transmissões para a União Soviética em fevereiro de 1947.¹⁷⁸ Contudo, estes esforços do

¹⁷⁴ Guth, 2008: 312.

¹⁷⁵ Bogart, 1995, *apud* Guth, 2008, p.312. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 20).

¹⁷⁶ Murphy e White, 2007: 22.

¹⁷⁷ Roberts, 2007: 41.

¹⁷⁸ Yarrow, 2009: 16.

governo americano foram assolados por discussões criadas em relação aos programas dirigidos ao público estrangeiro, sobre o que se considerava ser cultural e “informativo”. Uma questão que envolveu pontos de vista diferentes, os quais podiam ser divididos em dois campos opostos: a visão da “informação” e a visão educacional-cultural.

De acordo com Roberts (2007), foram feitas várias tentativas para racionalizar a distinção - os programas culturais eram de longo prazo e os de “informação” de curto prazo; os programas culturais tinham por base exclusivamente a cultura, e os propagandísticos eram orientados por políticas; os programas culturais eram dirigidos à elite, os “informativos” eram destinados às audiências de massa.¹⁷⁹ O debate era mais acentuado entre os culturalistas que pretendiam a separação dos “informacionistas”, pois defendiam a diferença entre ambos, e que nos dois casos as relações culturais deviam estar afastadas da política externa. O problema residia em programas com funções duplas como rádio, publicações, bibliotecas e atividades cinematográficas que eram meios de informação que frequentemente carregavam material cultural. No caso das bibliotecas, o problema era mais enfatizado devido ao termo com que eram designadas no estrangeiro – centros de informação ou centros culturais, conforme a preferência do oficial responsável pela gestão desses centros. Tal como sugere Roberts (2009), teria sido mais sensato o nome de “Centro Americano” ou simplesmente “Biblioteca Americana”, tal como já antes tinham feito as autoridades norte-americanas de ocupação na Alemanha e Áustria, ao chamar as bibliotecas de *Amerikahaus*.¹⁸⁰

Embora se trate de duas categorias diferentes como são "informação cultural" e "relações culturais", tal diferenciação foi “considerada na época como uma distinção sem diferença”.¹⁸¹ Apesar de seguirem vias diferentes, o propósito era o mesmo, disseminar o americanismo junto de públicos estrangeiros, dado que através do Programa Fulbright, os estudantes ou professores, ao regressarem ao seu país de origem, levariam consigo uma opinião favorável em relação aos Estados Unidos.¹⁸² O Departamento de Estado rejeitou a separação entre cultura e “informação”, alegando que os dois tipos de programas eram ferramentas políticas, desse modo deviam estar relacionados integralmente com a política externa dos EUA e continuar no Departamento de Estado.¹⁸³

Em 1946, o Congresso aprovou uma lei que foi a base de uma de duas medidas legislativas que iriam fortalecer os programas culturais e educacionais, e da qual surgiu o Programa Fulbright, um dos pilares do intercâmbio educacional internacional dos Estados Unidos. Estamos a falar da *Fulbright Act*, a antecessora daquela que viria a ser a lei base para todos os apoios financeiros do governo norte-americano a este tipo de programas, a *Fulbright-Hays Act of 1961*.

¹⁷⁹ Roberts, 2007: 41.

¹⁸⁰ Roberts, 2007: 41-42.

¹⁸¹ Coombs, 1964, *apud* Bettie, 2015, p.365.

¹⁸² Este foi um debate exaustivo sobre os propósitos e papéis dos programas educacionais e culturais do governo norte-americano em assuntos internacionais. Sobre este assunto ver Coombs, 1964.

¹⁸³ Roberts, 2007: 42.

A *Fulbright Act of 1946* é uma emenda à *Surplus Property Act of 1944*, e surgiu a partir de uma proposta feita pelo Senador J. William Fulbright em 1945, e cujo objetivo era possibilitar o financiamento de intercâmbio educacional com países estrangeiros nas áreas da educação, cultura e ciência, utilizando uma percentagem da receita da venda de propriedade de guerra excedentária à disposição do governo norte-americano, resultado da sua ajuda aos países aliados.¹⁸⁴ Associada a esta lei está a criação do Programa Fulbright (*Fulbright Scholarships Program*), assim designado devido ao nome do seu criador, o Senador J. William Fulbright.

Pelo fato de suscitar opiniões dispares entre os estudiosos sobre se este programa era considerado ferramenta de propaganda, ou não, este assunto será novamente abordado no capítulo seguinte.

Esta lei alterou a sua antecessora em três aspetos. Primeiro, decretou que o Departamento de Estado fosse o responsável pela gestão da propriedade de guerra americana remanescente no exterior, após a Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, o *Secretary of State* podia decidir se a venda da propriedade podia ser paga em moeda estrangeira ou em créditos, de acordo com os interesses dos Estados Unidos. Por fim, autorizou o *Secretary of State* a celebrar acordos com governos estrangeiros para o financiamento das atividades educacionais americanas nesses países, e patrocínio para o transporte dos estrangeiros que frequentassem instituições americanas de ensino superior.¹⁸⁵

Os programas de “informação” no exterior tornaram-se um campo de batalha política entre Harry Truman e os seus opositores no Congresso, que criticavam as suas medidas de ajuda financeira e combate ao comunismo soviético, e estavam descontentes com o que consideravam ser uma resposta pouco satisfatória por parte dos EUA à propaganda russa. Neste sentido, e de forma a superar esta situação, em janeiro de 1948 é criada a segunda lei, a *Information and Educational Exchange Act of 1948*, mais conhecida como *Smith-Mundt Act*, que determinou, finalmente, um estatuto permanente para o programa de propaganda americano no estrangeiro,¹⁸⁶ assim como exigiu o financiamento e a divulgação de “informações” sobre os Estados Unidos por meio de publicações, imprensa, radiodifusão, filmes e centros de informação.¹⁸⁷ A *Smith-Mundt Act* reconheceu a importância de se organizarem esforços de divulgação cultural e de “informação” norte-americanos no exterior, mas estipulou cuidadosamente que esses programas tinham sido desenvolvidos apenas para públicos estrangeiros, logo não podiam ser divulgados a nível nacional. Neste sentido, os cidadãos norte-americanos não sabiam, ou sabiam muito pouco, sobre os

¹⁸⁴ Gómez-Escalonilla, 2014: 282.

¹⁸⁵ Dubois, 1995: 2.

¹⁸⁶ Snyder, 1994, *apud* Guth, 2008, p. 313.

¹⁸⁷ Yarrow, 2009: 17.

programas de “informação” levados a cabo pelo seu país.¹⁸⁸ Curiosamente, os meios de comunicação, em especial o *The New York Times*, foram uma peça chave na aprovação da Lei *Smith-Mundt*, considerada pelos entendidos na matéria como uma violação das normas da imprensa privada nos Estados Unidos. Tal situação pode ser explicada, em parte, pela quantidade de jornalistas responsáveis por postos de propaganda durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que deste modo ajudaram a legitimar a prática da propaganda em tempo de paz.¹⁸⁹ De acordo com Sager (2015), alguns estudiosos argumentavam que a versão original da lei permitia a disseminação doméstica, pois não continha uma proibição explícita da propaganda produzida pelo governo, o que permitia o acesso a certos membros do público americano. Mas, uma leitura mais exaustiva à lei veio provar que, de fato, existia uma proibição. Mesmo não estando explícita na lei, havia claras restrições sobre quem podia ter acesso a essa “informação”. Os programas produzidos pelo governo só podiam ser “examinados” por “representantes de associações de imprensa dos Estados Unidos”, e só podiam ser “disponibilizados” a membros do Congresso.¹⁹⁰ No entanto, apesar da proibição, o Congresso autorizava esporadicamente, se tal fosse do seu interesse, a divulgação de certos materiais englobados nesta lei. Em 1965, por exemplo, o Congresso autorizou a transferência de cópias do filme “Years of Lightning, Day of Drums”, um documentário da USIA sobre John F. Kennedy, para o *John F. Kennedy Center for Performing Arts*, para ser visionado pelo público americano.¹⁹¹

Esta situação, colocada ao povo americano, era a prova de que o governo o queria manter afastado da propaganda criada para o exterior.¹⁹² Por outro lado, e ainda de acordo com o mesmo autor, disseminar a propaganda em casa poderia ser contraproducente, uma vez que os americanos estavam cansados da propaganda produzida pelo seu governo e transmitida durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁹³ De referir ainda, que a *Smith-Mundt Act*, que estabeleceu a rede de rádio *Voice of America* (VOA) para transmitir propaganda democrática pró-americana por todo o mundo, recebeu o nome eufemístico de “Lei de Intercâmbio de Informação e Educação”.¹⁹⁴

¹⁸⁸ Murphy e White, 2007: 22.

¹⁸⁹ Parry-Giles, 1996: 149.

¹⁹⁰ Sager, 2015: 519.

¹⁹¹ Sager, 2015: 520.

¹⁹² O Congresso estava tão preocupado com a possibilidade do cidadão americano poder aceder à propaganda criada pelo seu governo, que o processo de seleção daqueles que implementaram o programa de transmissão internacional da Lei Smith-Mundt tinha sido “mais rigoroso do que foi feito às pessoas que trabalharam na bomba atômica durante a guerra”. Paulu, 1953, *apud* Sager, 2015, p. 519.

¹⁹³ Ver Palmer & Carter, 2006, p. 6 - “Até ao fim da II Guerra Mundial, muitos americanos tinham uma percepção negativa da propaganda do governo, não apenas por causa da censura e desinformação pelo governo americano, mas também por causa da extensa propaganda antijudeu e pró-nazista disseminada na Alemanha durante a década de 1930.”; Paulu, 1953, p. 300 - “Em tempos de paz... (os americanos) sempre se opuseram aos serviços de informação do governo...) A aprovação da lei (Lei Smith-Mundt), marcou, portanto, um afastamento significativo da política americana tradicional.”. Sager, 2015: 520.

¹⁹⁴ Finch, 2000: 369. Para mais informação sobre a proibição à disseminação interna de propaganda pela Lei

Estas leis serão tratadas de forma mais exaustiva no quarto capítulo, uma vez que foram determinantes na consolidação das várias atividades e/ou programas internacionais levados a cabo pela USIA, em análise no capítulo seguinte.

De volta à política de propaganda americana, Truman, no início da sua presidência, distanciou o governo do uso de propaganda no exterior como uma ferramenta estratégica, afirmando que “Este governo não tentará ultrapassar os extensos e crescentes programas de “informação” de outras nações. Em vez disso, esforçar-se-á por garantir que outros povos recebam uma imagem completa e justa da vida americana e dos objetivos e políticas do governo dos Estados Unidos.”¹⁹⁵ Contudo, os primeiros anos da Guerra Fria levaram Truman a adotar uma atitude diferente em relação aos programas internacionais de “informação”, mais determinado em separar propaganda (“uma das armas mais poderosas que os comunistas têm nesta luta. Engano, distorção e mentiras são sistematicamente usadas por eles como uma questão de política deliberada”), de “verdade” (“Onde for espalhada a propaganda do totalitarismo comunista, devemos enfrentá-la e superá-la com informações honestas sobre liberdade e democracia.”).¹⁹⁶

Mas a propaganda da Guerra Fria não surgiu apenas na área do entretenimento educacional e cultural. Tendo em conta o poder que os meios de comunicação podiam ter na influência da opinião pública, ambas as administrações presidenciais de Roosevelt e Truman quiseram tirar vantagem desse fato, tentando manipular a imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria para o programa de propaganda norte-americano.

O Departamento de Estado decidiu fortalecer os laços com a comunicação social quando Truman assumiu o cargo, através de estratégias que envolviam o financiamento da imprensa privada, bem como a construção de táticas veladas destinadas a influenciar o que era publicado. Muitos propagandistas da Guerra Fria também eram jornalistas,¹⁹⁷ o que influenciou as suas opiniões sobre agências de notícias patrocinadas pelo governo. A Guerra Fria fez crescer a sua importância ao ajudarem a vencer a guerra de palavras, escrevendo o que ia de encontro aos programas de propaganda do governo, tornando-os nos novos “soldados” dos EUA. Uma relação

Smith-Mundt of 1948, ver Sager, 2015: 511-525; Metzgar, 2012; 80-100; Palmer e Carter, 2006: 1-34.

¹⁹⁵ Declaração do presidente Harry Truman, 31 de agosto de 1945, *apud* Guth, 2008, p. 312-313. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 21).

¹⁹⁶ Truman, 1950 *apud* Finch, 2000, p. 369. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 22).

¹⁹⁷ Robert R. Mullen, foi diretor do programa de propaganda da *Economic Cooperation Administration* (ECA), trabalhou como redator editorial da revista *Life* (Price, 1955), Edward W. Barrett, foi ex-diretor editorial da revista *Newsweek*, e diretor assistente de Relações Públicas durante da Administração Truman e responsável pelo programa de propaganda do Departamento de Estado (Barrett, 1953), Robert L. Johnson foi o primeiro vice-diretor de relações públicas de Eisenhower e cofundador da *Time, Inc.* (Merson, 1955). C. D. Jackson foi o principal redator dos discursos do presidente Eisenhower e o seu principal conselheiro em estratégia psicológica no início do primeiro mandato de Eisenhower (Donovan, 1956). Parry-Giles, 1996: 150.

que ajudou a garantir que estratégias conduzidas pelo presidente fossem implementadas.¹⁹⁸ Tal como afirma Comstock (1981), “os meios de comunicação de massa não são embarcações que transportam conteúdos impassíveis. Eles moldam, transformam e inventam o que pretendem transmitir”.¹⁹⁹ Um exemplo apresentado por Parry-Giles (1996) demonstra bem a relação de lealdade entre jornalistas e governo, no que se refere ao seu programa propagandístico: Anne McCormick, jornalista do *The New York Times*, afirmou em duas ocasiões que a falta de notícias na Europa representava um perigo maior para a paz do que “a fome, o frio ou a bomba atômica”, e que notícias e informações funcionavam como a “primeira resposta à bomba atômica”.²⁰⁰ Através da aprovação da *Smith-Mundt Act*, que legalizou um programa de propaganda em tempo de paz, foram estabelecidas novas estratégias para obter cobertura gratuita do programa e da Administração Truman, como a aprovação da *Economic Cooperation Act*, em 1948,²⁰¹ que levou posteriormente à criação de uma nova agência, a *Economic Cooperation Administration* (ECA), para facilitar a gestão dos programas do “Plano Marshall” e impulsionar o Congresso a autorizar a circulação no estrangeiro de jornais e revistas norte-americanas, material trabalhado por propagandistas do governo dos Estados Unidos.²⁰² A ECA, outro braço de propaganda de Truman, foi criada para interpretar a nova lei e “contar a história da recuperação económica não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros 17 países”.²⁰³

Quanto à propaganda camuflada, foi mais vista através da promoção estratégica de textos escritos em apoio ao Plano Marshall, e do acesso a materiais de propaganda internacional que foram concedidos à comunicação social, mas negados ao povo americano. No entanto, todo o produto propagandístico veiculado pela imprensa noticiosa foi trabalhado por propagandistas do governo.²⁰⁴

A televisão foi outro instrumento de propaganda utilizado pelo governo dos Estados Unidos, na preparação de produções documentais e dramáticas baseadas em registros militares, como foi, por exemplo, o programa “The Big Picture”, produzido pelo exército norte-americano e um dos

¹⁹⁸ Parry-Giles, 1996: 150.

¹⁹⁹ Comstock, 1981, *apud* Parry-Giles, 1996, p.150. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 23).

²⁰⁰ A primeira afirmação refere-se a declarações proferidas perante um grupo de professores e apresentadas no *The New York Times*, p. 6, em março de 1947. Quanto à segunda afirmação, surgiu no mesmo ano que a anterior, numa palestra pública e transcrita num artigo do jornal atrás mencionado (página 4), intitulado “Seminar Speakers Deplore Slash in Voz da América”. Parry-Giles, 1996: 151.

²⁰¹ Através da *Economic Cooperation Act of 1948*, o Congresso estabeleceu a *Economic Cooperation Administration* (ECA), a agência responsável por administrar o Programa de Recuperação Europeia, mais conhecido por Plano Marshall. O seu administrador foi nomeado pelo presidente dos EUA com o conselho e o consentimento do Senado. A *Mutual Security Act* de 10 de outubro de 1951, aboliu a ECA e transferiu as suas funções para a *Mutual Security Agency* (MSA) nesse mesmo ano. Disponível em <https://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/administrator-economic-cooperation-administration>, consultado em 18.09.2017.

²⁰² Green, 1988, *apud* Parry-Giles, 1996, p.153.

²⁰³ Fahnstock, 1948, *apud* Parry-Giles, 1996, p.154.

²⁰⁴ Parry-Giles, 1996: 152.

programas de serviço público mais amplamente divulgados na história.²⁰⁵ Apresentava temas tão variados que iam desde a ocupação de Berlim, passando pela Academia Militar de *West Point*, ou as atrocidades comunistas na Coreia até a reconstituições de grandes momentos da história militar.²⁰⁶

Mais uma vez, estes programas só foram possíveis graças a um relacionamento de cooperação entre especialistas em propaganda do governo e representantes de poderosas organizações norte-americanas de comunicação social. Os oficiais do governo planeavam programas, forneciam imagens, desenvolviam ideias para histórias, subsidiavam custos de produção e produziam programas, caso fosse necessário. As estações de televisão, em troca, recebiam programação livre ou barata, e ajudavam o país na luta contra o comunismo. Esta colaboração foi protegida do público pela imagem de “imprensa livre”, isto é, as empresas de comunicação passavam a ideia de estar afastadas da manipulação do governo, dado tratar-se de organizações noticiosas privadas.²⁰⁷ No entanto, não era bem assim, e tal como afirma Bernhard (1999), “O Estado controlava virtualmente todas as notícias sobre segurança, códigos estritos de objetividade isentavam os jornalistas de avaliar declarações oficiais, e qualquer um que contradissesse declarações de política, arriscava acusações de subversão”.²⁰⁸

Apesar de os Estados Unidos defenderem e propagandear a importância da liberdade, contrapondo a falta dela na União Soviética, a verdade é que os fatos contavam outra história, uma vez que muitas das notícias sobre a Guerra Fria divulgadas na televisão violavam as regras de uma imprensa livre e independente, com o propósito de influenciarem o público exterior em relação à ameaça soviética comunista.

As divergências geopolíticas entre as duas superpotências acentuar-se-iam a partir de 1947, obrigando os EUA a envidar esforços para solidificar a sua influência na Europa Ocidental. Em meados de 1947, enquanto a União Soviética afirmava a sua posição na Europa de Leste com a criação do *Cominform* para reforçar o movimento comunista internacional, reabriu-se o debate sobre a necessidade de os Estados Unidos estenderem os esforços propagandísticos a nível global. A resposta a este clima de tensão internacional surgiu através da aprovação da *National Security Act* que levou à criação de duas agências, a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o *National Security Council* (NSC),²⁰⁹ cujo objetivo era fornecerem a estrutura necessária, até então ausente, para o

²⁰⁵ Bernhard, 1999 *apud* Osgood, 2002, p.104.

²⁰⁶ Osgood, 2002: 104.

²⁰⁷ Osgood, 2002: 105.

²⁰⁸ Bernhard, 1999 *apud* Osgood, 2002, p. 105. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 24).

²⁰⁹ O NSC é chefiado pelo presidente e pelo vice-presidente e, ainda, pelo *Secretary of State*, *Secretary of the Treasury*, *Secretary of Defense* e o *Assistant to the President for National Security Affairs*. Caso entenda necessário, o presidente dos EUA pode convocar outras chefias. A função do *National Security Council* (NSC) é assessorar e auxiliar o Presidente dos EUA na segurança nacional e nas políticas externas, assim como coordenar essas mesmas políticas entre os vários órgãos do governo. Informação disponível em:

governo poder analisar e coordenar melhor a política externa americana na Guerra Fria, uma vez que não havia meta aparente da política operacional americana.²¹⁰

Em relação à CIA, era responsável pelas operações de propaganda secreta iniciadas em 1942 com o OSS, mas acabou também por financiar um conjunto de atividades e organizações privadas na área cultural como turnês de orquestras, exposições de pintura contemporânea, jornais e revistas, entre outras. Financiou ainda, várias fundações e organizações privadas, em especial a Fundação Ford.²¹¹ De acordo com Osgood (2002), os Estados Unidos usaram ações abertas e dissimuladas tanto por trás da Cortina de Ferro, como dentro do chamado “mundo livre” na luta para ganhar os “corações e as mentes”, mas o pouco que se sabia provinha de participantes e partidários, daí que foram poucos os historiadores que abordaram a propaganda da Guerra Fria como um assunto único de investigação, e menos ainda incorporaram guerra psicológica, propaganda e operações secretas nos estudos sobre Guerra Fria ou sobre a política externa dos EUA.²¹² A razão para esta situação pode ser explicada, não como uma falha dos estudiosos e entendidos na matéria, mas pelo fato de que muita da informação ser na altura altamente classificada, logo inacessível aos historiadores.²¹³

Outro aspeto que explica esta lacuna reside no fato de a guerra psicológica e a propaganda não serem da exclusiva competência da USIA ou da CIA.

Outras agências e entidades desenvolveram esforços de propaganda na Guerra Fria, incluindo a Casa Branca, o Conselho de Segurança Nacional, o Departamento de Estado, o *Joint Chiefs of Staff*, o Departamento de Defesa, o Exército, as agências de assistência económica estrangeira, as agências ligadas à política interna, como os Departamentos de Trabalho e Agricultura, além de muitas organizações privadas, fundações sem fins lucrativos e empresas e cidadãos norte-americanos.²¹⁴

Embora a guerra psicológica estivesse frequentemente ligada a campanhas agressivas direcionadas para a Europa Oriental, atividades importantes de propaganda dos Estados Unidos

<https://www.whitehouse.gov/nsc/>, consultado em 23.03.2017.

²¹⁰ Corke, 1997: 46.

²¹¹ Gómez-Escalonilla, 2014: 284.

²¹² Osgood, 2002: 86.

²¹³ A passagem do tempo e o fim da Guerra Fria ajudaram a mudar esta situação, tornando acessíveis os documentos dos Estados Unidos para pesquisa histórica. Os materiais das agências de coordenação dos esforços de propaganda, o *Psychological Strategy Board* e a sua sucessora o *Operations Coordinating Board*, foram desclassificados em meados da década de 1990 pelas bibliotecas presidenciais de Truman e Eisenhower. A CIA começou a disponibilizar os documentos relativos às operações secretas durante a Guerra Fria, mas de forma gradual. Quanto aos documentos relativos à USIA (alojados no *National Archives and Records Administration*, em College Park, Maryland, no *Record Group* (RG) 306), apenas estão disponíveis alguns documentos e materiais de “informação”, filmes, folhetos e fotografias, e alguns mal organizados e incompletos, mas os registos textuais que refletem a política e gestão da USIA não estão disponíveis. Os documentos operacionais e relacionados com as políticas mais importantes da agência permanecem alojados no *National Records Center* em Suitland, Maryland, e inacessíveis aos pesquisadores. Osgood, 2002: 86-87.

²¹⁴ Osgood, 2002: 87.

aconteceram na Europa Ocidental e, a partir de meados da década de 1950, grande parte da atenção virou-se para países de África, Ásia e América Latina.²¹⁵ As administrações Truman e Eisenhower desenvolveram operações secretas de controlo de informação para criar uma noção de “vontade nacional”, e estavam dependentes dos meios de comunicação para realizar as suas missões de propaganda, cujo sucesso só foi possível devido à relação entre as agências de propaganda patrocinadas pelo governo e a imprensa privada iniciada durante a Segunda Guerra Mundial.²¹⁶

De salientar que nenhuma destas atividades foi politicamente controversa na época, e obteve consenso entre as elites americanas de que a propaganda era uma ferramenta legítima e importante da política dos Estados Unidos.²¹⁷

Também George F. Kennan, o chamado “pai da contenção”,²¹⁸ foi responsável por uma série de medidas de guerra psicológica destinadas a fomentar problemas por trás da Cortina de Ferro. Através de um artigo para a revista *Foreign Affairs*, Kennan explicou a ideia de contenção ao público em julho de 1947, sob o pseudónimo “X”. O artigo defendia “uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante, das tendências expansivas russas”. Defendia que os Estados Unidos deviam apresentar “uma contra força hábil e vigilante numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança”, ou, simplificando, um programa agressivo de guerra secreta contra o comunismo que envolvia propaganda, sabotagem, subversão e envolvimento paramilitar. De 1948 até meados da década de 1950, ano em que saiu do governo, Kennan esteve fortemente envolvido em atividades encobertas e esforços de guerra psicológica por detrás da Cortina de Ferro.²¹⁹

Quando se fala de guerra psicológica, ou operações secretas, o nosso pensamento leva-nos de imediato para a CIA. Criada como parte do esforço de rearmamento dos Estados Unidos contra o comunismo soviético, esta agência ficou responsável pela condução de todo o tipo de propaganda dissimulada, tanto no campo político, como no campo cultural, destinada a influenciar a opinião de pessoas e organizações chave no exterior. Foi, sobretudo, responsável pelo financiamento das atividades de “informação” anticomunista. Um exemplo acentuado da sua ação foram os esforços na Itália do pós-guerra, na campanha política multifacetada destinada a garantir a vitória democrata-cristã nas eleições de 1948.²²⁰

Quanto à esfera cultural, o caso mais marcante foi a ascensão e queda do *Congress for Cultural*

²¹⁵ Osgood, 2002: 100.

²¹⁶ Parry-Giles, 2009: 148-149.

²¹⁷ Lord, 1998: 52.

²¹⁸ Kennan foi embaixador em Moscovo e em 1946 escreveu o chamado “telegrama longo” onde apresentava algumas das razões para a luta contra o comunismo soviético. O telegrama diplomático destinado a ser apenas uma informação, acabou por oferecer ao governo um quadro legítimo de referência para o que viria a ser a política de contenção dos Estados Unidos. Groome, 2015: 119.

²¹⁹ Osgood, 2002: 89-90.

²²⁰ Lord, 1998: 51.

Freedom (CCF).²²¹ Patrocinado pela *Ford Foundation*, mas ao mesmo tempo financiado em segredo pela CIA, começou como uma importante conferência em Berlim Ocidental em junho de 1950 e que se tornou numa instituição permanente criada sob a influência de reconhecidos intelectuais norte-americanos e europeus como François Bondy, Irving Brown, James Burnham, Sidney Hook, Michael Josselson e Arthur Koestler, Melvin Lasky, Nicolas Nabokov e Ignazio Silone. No entanto, a sua ligação com a CIA levou alguns historiadores a considerá-lo como pouco mais que uma ferramenta da política externa dos Estados Unidos, e cujos interesses intelectuais e culturais não eram mais que uma manobra de diversão para uma “política de controlo” subjacente.²²² O Congresso continuou a solidificar o seu perfil e o seu compromisso com os valores culturais numa sociedade democrática, patrocinando conferências de intelectuais e a publicação de revistas académicas, incluindo a *Encounter* em inglês, a *Der Monat* e *Forum* (distribuídas na Áustria) em alemão, a *Preuves* em francês, em italiano a *Tempo Presente*, e a *Cuadernos* em espanhol. Apesar de o seu objetivo primário ser os intelectuais da Europa Ocidental, as suas ideias comunistas espalharam-se pelo bloco soviético através do patrocínio da revista polaca *Kultura*, publicada em Paris. O CCF chegou ao fim na década de 1960, depois de a notícia da sua ligação à CIA ter sido divulgada ao público nacional e internacional.²²³ Esta situação pôs em causa programas culturais que não estavam ligados à propaganda, mas que passaram a ser conotados como tal por se encontrarem junto com as operações da CIA. Segundo Saunders (2013), a *Central Intelligence Agency* injetou dezenas de milhões de dólares no *Congress for Cultural Freedom* e em projetos relacionados, tornando a agência no “Ministério da Cultura dos EUA”. Para além da Fundação Ford, outras fundações como a *Rockefeller*, *J. M. Kaplan* e *Farfield* também serviram de condutores para os fundos da CIA.²²⁴ O CCF esteve presente em mais de trinta países, através de várias iniciativas levadas a cabo por escritores, poetas, artistas, historiadores e cientistas. De acordo com Osgood (2002), o *Congress for Cultural Freedom* “publicou mais de vinte revistas de prestígio, realizou exposições de arte, possuía um serviço de notícias e reportagens, organizou conferências internacionais de alto nível e patrocinou performances públicas de músicos e artistas”.²²⁵

Apesar dos esforços do governo na promoção de relações culturais no exterior, abertas ou secretas, muitos historiadores, como Stonor Saunders, defendem que tais impulsos deviam ser

²²¹ Para uma análise mais desenvolvida e crítica sobre o financiamento da CIA ao “Congresso para a Liberdade Cultural”, ver Saunders (2013) “Who Paid the Piper? CIA and the Cultural Cold War” / “The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters” (versão americana). New York, *The New Press*, 427.

²²² Scott-Smith, 2003: 2-3.

²²³ Critchlow, 2004: 80-81. Para uma visão geral sobre diferentes interpretações do “Congresso para a Liberdade Cultural”, ver *The Cultural Cold War in Western Europe, 1945-1960*, Scott-Smith G., e Krabbendam H., eds. (2003), London: Frank Cass.

²²⁴ Saunders, 1999 *apud* Osgood, 2002, p.101.

²²⁵ Osgood, 2002: 101. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 25).

idealistas e apolíticos, pelo que a ligação do Departamento de Estado a fundações filantrópicas privadas, onde existe o livre fluxo de ideias, destruiu a liberdade em vez de a promover.²²⁶ No entanto, e de acordo com Rietzler (2010), este tipo de cooperação em que cultura surge ao serviço da política (“Kulturpolitik”) não é um fenómeno novo. Em 1920, França desenvolve o *Service des Oeuvres Françaises à L'Etranger*, mais tarde a Alemanha cria o *Kulturabteilung*, e em 1934 surge o *British Council* no Reino Unido, cujo objetivo, a par dos seus congéneres, era o de servir de contrapropaganda. Quanto aos Estados Unidos, só em 1938 é que iniciou a sua adesão à *Kulturpolitik*, através da criação da *Division of Cultural Relations* para combater a propaganda nazista na América Latina. O objetivo inicial e principal destas fundações privadas era providenciar apoio financeiro a projetos de associações académicas, que por sua vez levariam ao aumento da mobilidade dentro do mundo académico nacional e internacional. De lamentar, e partilhando da opinião de Rietzler, que a partir de 1950 as relações intelectuais tenham passado a ser políticas, concentrando-se apenas em objetivos de interesse nacional e a curto prazo.²²⁷

Relativamente à CIA, esta agência também financiou atividades culturais tradicionais. Subsidiou concertos de música clássica, exposições de arte, bailados clássicos de ballet, grupos de teatro, óperas e músicos de *jazz* para contrariar as informações negativas predominantes na Europa Ocidental. Para financiar a Guerra Fria cultural, a CIA disponha de uma rede de fundações, algumas fictícias, criadas apenas para canalizar os seus fundos para vários projetos secretos.²²⁸ O historiador Critchlow (2004) justifica o financiamento encoberto com duas razões: o receio do Departamento de Estado de que o apoio aberto a tais atividades comprometesse os objetivos da política externa americana, e os alvos das perseguições e acusações anticomunistas de Joseph McCarthy ficavam a salvo ao ser empregues em operações clandestinas, pois “McCarthy e outros demagogos mostravam-se relutantes em enfrentar a CIA”.²²⁹

Para Dizard (2004), a *Central Intelligence Agency* era o *Doppelgänger* (sósia) da USIA, pois tinha quase total liberdade para levar a cabo as suas operações psicológicas de propaganda e de diplomacia pública, e não apenas durante a Administração de Eisenhower.²³⁰

Outro exemplo do financiamento secreto operado pela *Central Intelligence Agency* foi a criação, em 1950, das emissoras privadas *Radio Free Europe* e *Radio Liberty* (RFE-RL) para captar as audiências na Europa Oriental e na União Soviética, respetivamente. Em 1970, o Congresso norte-americano decidiu criar um mecanismo de financiamento aberto, algo que devia ter sido feito desde

²²⁶ A CIA também financiou a *Metropolitan Opera*, o *Museum of Modern Art*, a editora *Harper & Row*, a *Modern Language Association*, o *American Council of Learned Societies* e a *Time Inc.*, responsável pelas revistas, *Time*, *Fortune*, *Sports Illustrated*, *Money*, entre outras. Osgood, 2002: 101.

²²⁷ Rietzler, 2010: 149-150.

²²⁸ Osgood, 2002: 101.

²²⁹ Critchlow, 2004: 80.

²³⁰ Dizard, 2004 *apud*, Krugler, 2007, p. 160-161.

o início. Em 1976 fundiram-se numa só, mas mantiveram o nome RFE/RL.²³¹ Os funcionários das estações de rádio eram, na sua maioria, emigrantes e líderes políticos exilados do bloco soviético, mas era a CIA que mantinha o controlo sobre as transmissões através do *National Committee for a Free Europe* (NCFE), também conhecido como *Free Europe Committee*,²³² e cujo objetivo era apoiar atividades anticomunistas desenvolvidas por emigrantes, estimulando ao mesmo tempo um espírito de não cooperação com o regime soviético.²³³

Para além da utilização das emissoras como veículos de guerra psicológica, também era disseminada propaganda americana, que por vezes chegava a sobrepor-se àquela. Ao mesmo tempo que encorajavam os camponeses a reter os cereais que cultivavam, ou a fugir do país, passavam música *jazz* ou músicas natalícias típicas americanas. Mas as atividades do NCFE estenderam-se para além da mera propaganda de rádio na Europa Oriental, tornando-se também numa sofisticada campanha de propaganda destinada a angariar apoio doméstico para a Guerra Fria. A CIA, proibida de desenvolver atividades de propaganda entre o público americano, criou a *Crusade for Freedom*, uma campanha massiva de arrecadação de fundos para as transmissões da RFE/RL. Não só passava a ideia junto da opinião pública de que as estações de rádio eram financiadas por contribuições privadas, como estimulava ao mesmo tempo o fervor anticomunista e apelava ao patriotismo americano, mostrando a Guerra Fria como uma luta pela liberdade dos "povos escravizados" pela União Soviética.²³⁴ O dinheiro atribuído à CIA pelo governo dos Estados Unidos para as operações da RFE/RL foi muito superior ao financiamento atribuído às operações de radiodifusão desenvolvidas pela VOA, através da USIA.²³⁵ Nas palavras de Osgood (2002), “a propaganda, a guerra psicológica e as operações encobertas foram instrumentos críticos da política externa dos EUA no início da Guerra Fria” e a “Guerra Fria não convencional” não foi um aspeto periférico, mas um aspeto central da Guerra Fria”.²³⁶

A política externa, a cultura e a propaganda estavam interligadas numa espécie de rede construída à sombra da Guerra Fria. Os programas educacionais e de intercâmbio, publicações e revistas, projeções cinematográficas, emissões de rádio e a presença na agenda cultural local de

²³¹ Critchlow, 2004: 80.

²³² Em 1 de junho de 1949, um grupo de distintos empresários, advogados e filantropos norte-americanos, entre os quais Allen Dulles, diretor da *Central Intelligence Agency* em 1953, anunciaram a criação do *National Committee for a Free Europe* num comunicado à imprensa em Nova Iorque. No entanto, poucos sabiam que esta organização era na verdade a face pública de um projeto de “guerra psicológica” desenvolvido pela CIA, que seria uma das campanhas de ação secreta mais antiga e bem-sucedida realizada pelos Estados Unidos. Informação disponível em: <https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2007-featured-story-archive/a-look-back.html>, CIA, consultado em 14-01-2018.

²³³ Osgood, 2002: 92.

²³⁴ Osgood, 2002: 93.

²³⁵ Dizard, 2004 *apud*, Krugler, 2007, p.161.

²³⁶ Osgood, 2002: 95. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 26).

Casas Americanas, de centros binacionais, exposições e outras atividades, todos faziam parte do esforço para transmitir os ideais do país, os valores do *American Way of Life*. O objetivo final era unir as elites e as sociedades ocidentais, favorecer a sua afinidade em torno da política externa americana e torná-las imunes em relação à propaganda comunista.²³⁷ Perante a escalada de tensão internacional, tornou-se fundamental atrair "líderes de opinião estrangeiros", capazes de criar um clima favorável entre a opinião pública, nesse sentido surge o *Foreign Leader Program* (FLP),²³⁸ considerado "uma arma na Guerra Fria", já que a sua principal tarefa era identificar grupos de pessoas influentes de outras nações, dispostas a colaborar com os Estados Unidos e fortalecer a sua posição junto dos países da Europa Ocidental.²³⁹ Em operação um ano antes da Campanha da Verdade, foi dirigido aos principais "líderes de opinião" que podiam ser possíveis canais de transmissão das metas da política externa dos EUA. O FLP oferecia uma viagem de três ou quatro meses pelos Estados Unidos, tornando as pessoas influentes estrangeiras em porta-vozes das metas da política externa norte-americana. O objetivo era, portanto, deixar que os líderes de opinião locais defendessem a política, a cultura ou o "know-how" dos Estados Unidos perante o seu povo.²⁴⁰

O início da década de 1950 revelou ser um período difícil e confuso para os propagandistas dos Estados Unidos, agravado com a campanha anticomunista do senador Joseph McCarthy, que empurrou a Administração de Truman para uma postura mais agressiva.²⁴¹ No meio de uma atmosfera de medo, McCarthy lançou um ataque sobre o governo Truman em 9 de fevereiro de 1950, acusando o Departamento de Estado de estar "crivado" com 205 "conhecidos" simpatizantes e traidores comunistas. Esta situação aumentou a pressão sobre o governo para explicar a sua política de contenção.²⁴²

Face a esta pressão dentro do governo, e face ao primeiro teste nuclear efetuado pela União Soviética, em princípios de 1950, o NSC emitiu uma série de relatórios sobre as possíveis ameaças à segurança dos Estados Unidos. Para Truman a resposta traduziu-se em "um esforço de propaganda mais amplo e agressivo", e em abril desse mesmo ano apelou a que os EUA assumissem um compromisso que fosse de encontro à ofensiva comunista da União Soviética de "Ódio à América", que mostrasse ao mundo como era na realidade o povo norte-americano.²⁴³ Deste modo, recorreu aos programas de propaganda no exterior, e a 20 de abril, com o apoio financeiro do Congresso, anuncia a *Campaign of Truth* e as razões da sua criação,

A causa da liberdade está a ser desafiada em todo o mundo pelas forças do comunismo

²³⁷ Gómez-Escalonilla, 2014: 288-89. Para um estudo mais atualizado ver Scott-Smith & Krabbendam, 2003.

²³⁸ O FLP seria depois renomeado *International Visitor Program* para evitar receios em relação à ideia de atrair líderes de outros países. Gómez-Escalonilla, 2014: 291.

²³⁹ Gómez-Escalonilla, 2014: 286.

²⁴⁰ Scott-Smith, 2006: 2.

²⁴¹ Yarrow, 2009: 19.

²⁴² Guth, 2002: 20.

²⁴³ Gómez-Escalonilla, 2014: 286.

imperialista. Isto é uma luta, acima de tudo, pelas mentes do homem. A propaganda é uma das armas mais poderosas que os comunistas têm nesta luta. Engano, distorção e mentiras são sistematicamente usados por eles como uma questão de política deliberada. Esta propaganda pode ser superada pela verdade - verdade clara, simples e sem verniz - apresentada por jornais, rádio e outras fontes nas quais as pessoas confiam. (Truman, 1950)²⁴⁴

Nesta luta para mostrar a América como o bastião da liberdade e da democracia, o presidente Truman nomeia William Benton e Edward Barret²⁴⁵ como seus *Assistant Secretaries of State for Public Affairs*, para supervisionar os programas de “informação” e definir a batalha ideológica da Guerra Fria.²⁴⁶ Esta iniciativa americana assinalou um compromisso sem precedentes, ao propor o uso de propaganda contra o comunismo em tempo de paz, quando anos antes durante a II Guerra Mundial, a situação tinha sido completamente diferente através de ações militares aliadas a programas de “informação” com recurso a métodos de persuasão, aberta e dissimulada, que após o fim da guerra foram alocados no Departamento de Estado com estatuto provisório.²⁴⁷

Perante a diversidade de programas de guerra psicológica sob a tutela de diferentes agências do governo, Truman decide estabelecer, em 1951, o *Psychological Strategy Board* (PSB).²⁴⁸ Criado para planear, coordenar e conduzir de forma mais eficaz os programas das várias agências existentes, preenchendo ao mesmo tempo a lacuna que havia entre elas e a política norte-americana, o PSB foi uma grande aposta de Truman, elevando as expectativas dos “guerreiros psicológicos”, mas que acabou por não ter recursos nem peso institucional de forma a causar impacto significativo, ao que se somaram os problemas dentro do governo e as dificuldades burocráticas tal como observou Walter Hixson (1997), “O PSB produziu muitos estudos, mas não conseguiu mobilizar a burocracia da segurança nacional por trás de um esforço coordenado.”²⁴⁹

Durante os dois últimos anos da presidência Truman, o debate sobre os programas americanos no estrangeiro esteve ofuscado por duas agitações, o conflito entre as duas Coreias na tentativa de impedir que as forças comunistas do norte invadissem o sul, e as batalhas dentro da burocracia de Washington. Enquanto a Guerra da Coreia apresentava carácter urgente ao debate, divergências entre

²⁴⁴ Truman, 1950, *apud* Guth, 2008, p. 313. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 27).

²⁴⁵ Benton foi cofundador da agência de publicidade “Benton & Bowles”, logo sabia como captar audiências, foi presidente da Encyclopedia Britannica, líder precoce do Committee for Economic Development (CED), e enquanto Assistant Secretary of State desde 1945 a 1949, ajudou a estabelecer a *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization* (UNESCO) e o Programa Fulbright, e como senador ajudou a ganhar algumas das primeiras dotações do pós-guerra para a propaganda nos Estados Unidos. Barrett prestou serviço no OWI durante a II Guerra Mundial, foi editor da revista *Newsweek* e *Assistant Secretary of State* desde 1950 a 1952. Para reforçar a programação da VOA, fez filmes com atores como Henry Fonda, Rock Hudson e Ronald Reagan para distribuição no exterior, e produziu textos para redatores estrangeiros. Yarrow, 2009: 18.

²⁴⁶ Yarrow, 2009: 18.

²⁴⁷ “Organizational Developments and Delineation of Psychological Warfare Responsibilities Since World War II,” White House Report, *apud* Rider, 2016, p. 8.

²⁴⁸ Rider, 2016: 11.

²⁴⁹ Hixson, 1997, *apud* Coleman, 2000, p.10.

a *United States International Information and Exchange Program* (USIE)²⁵⁰ e a *Economic Cooperation Administration* (ECA) tornaram a discussão mais intensa. Esta última, em 1949, e a par da sua rival, passou também a divulgar os programas do “Plano Marshall” junto dos países aderentes.²⁵¹ Em 16 de janeiro de 1952, um ano antes do fim da administração Truman, o Departamento de Estado anunciou a criação da *International Information Administration* (IIA), uma agência semi-autónoma “para a condução dos programas internacionais de informação e intercâmbio educacional do Departamento de Estado”.²⁵² Uma vez que não existia qualquer determinação quanto às funções que cada uma desempenhava, chegavam por vezes a colidir. A IIA veio assim pôr fim a esta batalha de território, tornando-se a única responsável pelos programas de “informação” no exterior.²⁵³

Tanto o PSB como a IIA foram de curta duração, mas estabeleceram as bases para os programas governamentais de “informação” no exterior para o resto do século XX.²⁵⁴

Como tivemos oportunidade de demonstrar, os programas de “informação” pública desempenharam um papel importante na implementação da política externa, mas que Truman não soube aproveitar em pleno durante a sua governação. Uma crítica muitas vezes feita por Eisenhower ao seu predecessor, levando-o a tomar uma atitude mais agressiva perante os programas de propaganda dos Estados Unidos no exterior, como iremos demonstrar no capítulo seguinte.

Logo após ter sido eleito, Eisenhower tornou claro que iria travar uma guerra política e psicológica, pelo que resolveu criar o *Committee on International Information Activities* (CIIA), ou *Jackson Committee* para avaliar os programas existentes e definir um novo plano de ação.²⁵⁵ O seu objetivo principal era elaborar novas estratégias para os novos esforços de “informação” dos Estados Unidos, com mais meios de comunicação privados para o avanço das operações de propaganda interna e internacional dos Estados Unidos.²⁵⁶ No entanto, não havia consenso sobre quem seria responsável pela condução dessa tarefa, um problema que Truman também enfrentou, por isso o presidente Eisenhower encerrou a discussão quando, em 1953, submeteu o Plano de Reorganização Número 8 para aprovação no Congresso, o qual estabeleceu a *United States*

²⁵⁰ A USIE era a agência responsável pelo programa de intercâmbio e “informação” no exterior do Departamento de Estado. Guth, 2002: 21.

²⁵¹ Guth, 2008: 314.

²⁵² *Department of State Departmental Announcement No.4*, "Establishment of the United States International Information Administration (IIA)," 16 January 1952. As published in *Foreign Relations of the United States 1952-1954*. Volume II. Part 2. (Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1984), 1591, *apud* Guth, 2002, p.21.

²⁵³ Guth, 2002: 21.

²⁵⁴ Guth, 2002: 30.

²⁵⁵ Chamado desta forma devido a dois dos seus oito membros, William H. Jackson, presidente da comissão, e C. D. Jackson, um dos conselheiros mais próximos de Eisenhower, nomeado assistente para o planeamento da Guerra Fria, cargo que lhe deu acesso direto ao presidente e voz nas discussões de política externa de alto nível. Coleman, 2000: 10.

²⁵⁶ Parry-Giles, 1996: 156-157.

Information Agency (USIA),²⁵⁷ para consolidar as funções de informação administradas pelo Departamento de Estado e outras agências. A *Voice of America* uniu-se à USIA, mas os intercâmbios educacionais e culturais permaneceram no Departamento de Estado.

Depois desta análise, e como tivemos a oportunidade de constatar, as duas guerras mundiais propiciaram o terreno para a disseminação de “informação” e divulgação cultural dos Estados Unidos para o exterior, favorecendo a colaboração não só entre o governo e instituições privadas, mas também com outros métodos de ação e iniciativas práticas. Esta experiência foi também concebida no período entre guerras, baseada na experiência anterior das instituições privadas. Tudo isto teve continuação na Guerra Fria, embora em escala muito maior e com um envolvimento mais determinado do aparato propagandístico estatal.²⁵⁸ Observámos ainda como essas estruturas criadas e abandonadas foram reinventadas e potencializadas de uma guerra para outra na batalha ideológica entre os blocos capitalista e comunista.

No final da década de 1950, um relatório elaborado pelo *Policy Planning Staff (PPS)* do Departamento de Estado dos EUA observou que os interesses do país que antes dependiam da discussão e da negociação, agora tinham-se alterado. O alvo da diplomacia ampliou-se para além das elites da política externa e dos diplomatas profissionais para incluir públicos internacionais, de modo a pressionar os seus governos a criar uma atmosfera favorável para as políticas dos Estados Unidos.²⁵⁹ Logo, exigir que os cidadãos fossem persuadidos e convencidos tornou-se parte integrante do processo democrático norte-americano, e a propaganda o meio para alcançar esse objetivo.

Como síntese da análise efetuada, podemos concluir que os conceitos abordados contribuem para uma melhor compreensão das políticas diplomáticas e culturais empreendidas pelo governo norte-americano no estrangeiro durante o período da Guerra Fria, com o propósito de passar a imagem de um país forte e poderoso, assente em valores democráticos e cujo principal objetivo da sua política externa era a paz, enraizada na liberdade e na segurança e dar a conhecer os seus valores e o seu modelo político e económico.

Carregada com conotação negativa desde a II Guerra Mundial, quando a Alemanha levava a cabo campanhas de disseminação do nazismo por todo o mundo, a diplomacia pública é ainda hoje um conceito difícil de definir entre os estudiosos de diplomacia pública e peritos de política externa, pois cada um a define de acordo com as necessidades da sua área de pesquisa. É por isso confundida com diplomacia cultural, relações públicas internacionais e propaganda.

²⁵⁷ Guth, 2008: 317.

²⁵⁸ Gómez-Escalonilla, 2014: 281.

²⁵⁹ Osgood, 2002: 88-89.

As sucessivas Administrações norte-americanas, durante o período da Guerra Fria, criaram e patrocinaram uma extensa variedade de programas e atividades informativas, culturais e educacionais: estações de rádio e televisão, programas de intercâmbio, tradução e publicação de livros, cinema, bibliotecas, espetáculos de música, teatro, programa de bolsas de estudo, entre muitos outros. No entanto, uma tática comum do governo norte-americano foi associar o rótulo de “diplomacia pública” ao esforço de influenciar a opinião pública estrangeira. Contrário ou não, ao que se podia pensar, foram poucos os que se deixaram enganar pelo uso da linguagem criativa.

O veterano da USIA, Fitzhugh Green, reconheceu no seu livro *American Propaganda Abroad* (1988) que a diplomacia pública é “um eufemismo para a palavra que os americanos modernos detestam – propaganda”.²⁶⁰ Em 1978, e recorrendo ao ex-diretor da USIA Walter Roberts, para exemplificar o que foi dito atrás, o governo dos EUA transferiu os programas culturais que estavam no Departamento de Estado para a USIA, que voltaram a misturar-se com os programas de “informação” ideológica, mas que passaram a denominar-se programas de “diplomacia pública”.²⁶¹ A propaganda, nas palavras de Lasswell (2015), “é a guerra de ideias sobre ideias”, e a razão da sua importância reside no fato de que conquistar as mentes tornou-se uma questão de ganhar ou perder a guerra,²⁶² daí que enquanto se desenrolaram as guerras, o binómio informação-cultura esteve sempre associado a atividades propagandísticas.²⁶³

É a partir desta conclusão, e tendo como objetivo final deste estudo saber em que medida a propaganda dos Estados Unidos entrou em Portugal através da USIA, e que vai ser objeto de análise no quinto capítulo, que passamos agora a nossa atenção para o capítulo seguinte, de forma a analisar as relações entre os dois países, não esquecendo que Portugal estava sob um regime ditatorial.

²⁶⁰ Green, 1988 *apud* Guth, 2002: 16; Guth, 2008: 311.

²⁶¹ Roberts, 2007: 44.

²⁶² Lasswell, 2015 *apud* Finch, 2000, p. 372.

²⁶³ Nye alerta para o fato de que boa diplomacia pública tem de ir além da propaganda. A “diplomacia pública que se transforma em propaganda, não só não consegue convencer, como pode anular o soft power”. Nye, 2008: 108.

CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

“Portugal tem uma importância vital por causa dos Açores.”²⁶⁴

Dean Acheson (1949)

“Ditaduras deste tipo são por vezes necessárias em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas.”²⁶⁵

Dwight Eisenhower (1960)

As relações bilaterais Lisboa-Washington datam dos primeiros anos de história dos Estados Unidos, quando Portugal reconheceu os EUA em 1791, após a Guerra Revolucionária. Contribuindo para os fortes laços entre os Estados Unidos e Portugal está a presença de importantes comunidades portuguesas no país, como por exemplo em Massachusetts, Rhode Island ou New Jersey.

Atualmente, a manutenção de uma relação estreita a nível político e económico com os Estados Unidos está entre as prioridades da política externa portuguesa. Os Estados Unidos e Portugal cooperam em várias organizações internacionais em prol da paz, da prosperidade e da segurança, incluindo as Nações Unidas; Organização do Tratado do Atlântico Norte; Conselho de Parceria Euro-Atlântica; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; Fundo Monetário Internacional, entre outras.

Mas esta relação nem sempre foi assim. A seguir à Segunda Guerra Mundial, com o início da Guerra Fria e a emergência do sistema internacional bipolar, Portugal decide alinhar-se ao polo norte-americano, uma decisão que iria determinar o momento mais importante das relações entre os dois Estados, como iremos ter oportunidade de verificar neste capítulo. Seria a integração de Portugal na NATO em 1949 como membro fundador, o primeiro teste a esta relação.

Hoje em dia, Portugal é um membro activo da Aliança, com as suas forças a serem destacadas para operações da NATO no Afeganistão, nos Balcãs e na Europa Central e Oriental, bem como para missões da UE e da ONU no Mediterrâneo, Mali, República Centro-Africana e Somália. Portugal foi uma das três principais nações aliadas a acolher a Operação “Trident Juncture”, um dos maiores exercícios da NATO de sempre, em Outubro-Novembro de 2015.

²⁶⁴ Antunes, 2013: 13. Tradução do autor.

²⁶⁵ Antunes, 2013: 13. Tradução do autor.

Outro passo fundamental nas relações bilaterais e o mais difícil, foi a assinatura de novos acordos sobre o uso das bases militares dos Açores, uma vez que para os EUA, a ilha portuguesa tinha um papel central no novo sistema de segurança criado para fazer frente à ameaça soviética. Presentemente, o Grupo da 65ª Base Aérea da Força Aérea Americana opera a partir da Base das Lajes, na Ilha Terceira e serve de plataforma logística para o Comando de Transportes dos EUA, Comando Europeu dos EUA, e aliados da NATO.

A nível cultural e educacional, a Comissão Fulbright EUA-Portugal, fundada em 1960, é outro bom exemplo da importância para a cooperação e boas relações entre as duas nações, como iremos demonstrar no último capítulo deste trabalho.

2.1 - Enquadramento

Portugal, sob o governo de António Salazar, permaneceu neutro durante a II Guerra Mundial, apesar da aliança centenária que tinha com a Grã-Bretanha. Arriscamos-nos a dizer que tinha agido como um neutro, pró-aliado. No entanto, com o fim da guerra, e com a emergência de um sistema internacional bipolar, a situação de Portugal tinha mudado, pois já não detinha a postura neutral de outrora e sentia-se isolado perante o ressurgimento das democracias europeias. Um período marcado também pelo início da descolonização, e ainda, pela fundação das Nações Unidas. Confrontado com o isolamento que esta mudança na Ordem Internacional o tinha vetado, Salazar apercebe-se que tinha de escolher qual a posição que pretendia ocupar entre as duas potências. Alinhou-se ao polo liderado pelos EUA. Em termos gerais, e antecipando o que será desenvolvido neste subcapítulo, esta decisão, para além de confirmar o carácter anticomunista de Oliveira Salazar, iria também influenciar e alterar a sua política externa e a relação com os Estados Unidos.

De acordo com Nuno Severiano Teixeira (2006), Salazar não estava disposto a reconhecer a emergência dos EUA como potência marítima, um estatuto que antes pertencia à Grã-Bretanha, assim como desconfiava do poder da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, refere ainda o autor, não percebia porque razão a reconstrução da Europa tinha de ser feita a nível internacional, e não nacional, assim como não concordava com o princípio de uns países decidirem sobre outros na Assembleia Geral da ONU, de maneira que não aceitava a imposição à descolonização.²⁶⁶

Como refere Luís Nuno Rodrigues (2018), “a ascensão dos Estados Unidos a uma posição hegemónica era um cenário que preocupava Salazar, pois significaria a preponderância de um poder democrático com um discurso marcadamente anticolonialista”.²⁶⁷ Uma situação que determinaria a evolução da política externa portuguesa em relação à segurança atlântica, à construção europeia e à

²⁶⁶ Teixeira, 2006: 150

²⁶⁷ Rodrigues, 2018: 684.

questão colonial. Neste período o objetivo da política externa do Estado Novo era essencialmente a defesa da independência nacional, por conseguinte os seus princípios eram: evitar envolver-se em conflitos europeus; manter a amizade peninsular; desenvolver as potencialidades das colónias ultramarimas.

Destacamos três momentos base das relações entre Portugal e os Estados Unidos, por acharmos que foi a partir deles, e com eles, que se alterou a política externa de Salazar, e o seu relacionamento com os Estados Unidos: a participação no Plano Marshall, a adesão à *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e a autorização do uso da base militar das Lajes nos Açores.

Como já tivemos oportunidade de referir nos capítulos anteriores, o Plano Marshall foi criado em 1947, para apoiar os países esgotados economicamente após o término da II Guerra Mundial. No entanto, Portugal decidiu prescindir da assistência financeira norte-americana, pois não se coadunava com os princípios da sua política. De acordo com a historiadora Fernanda Rollo (1994), esses princípios colidiam com os pilares base que asseguravam o lançamento deste plano de recuperação económica, isto é:

- Que os países europeus, à beira da rutura económica e financeira, não dispunham dos recursos necessários à sua construção;
- Que, por isso, necessitavam de um gigantesco auxílio externo, atribuído de uma forma sistemática, que só os EUA se podiam propor disponibilizar;
- Que esse auxílio só poderia tornar-se exequível se os próprios países europeus se juntassem e colaborassem na construção de um programa comum para utilização dessa ajuda.²⁶⁸

A acrescentar a isto, a política externa portuguesa assentava num espírito de autonomia e autarcismo, “por um mal-disfarçado antiamericanismo”, e na certeza de que Portugal conseguiria sobreviver e recuperar sozinho.²⁶⁹ Para além do fato de a “opção europeia” estar assente numa democracia, uma novidade para a política externa de Oliveira Salazar.²⁷⁰

Em 1948 Salazar começa a dar os primeiros passos em direção à internacionalização, e assina um acordo bilateral de cooperação militar com os Estados Unidos e adere à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). No entanto, a partir de 1948, a situação económica de Portugal começou a dar sinais de enfraquecimento, devido à diminuição das exportações de certos produtos desvalorizados após o fim da guerra, ao aumento das importações de produtos agrícolas, e ao aumento de importação de equipamento industrial necessário.²⁷¹ Tal situação levou Salazar a colocar a hipótese de recorrer à ajuda dos Estados Unidos. Contudo, só no ano de 1949, mas agora ciente da necessidade de ajuda económica norte-americana, é que Portugal se candidata ao segundo

²⁶⁸ Rollo, 1994: 856.

²⁶⁹ Rollo, 1994: 856-857.

²⁷⁰ Teixeira, 2006: 151.

²⁷¹ Rollo, 1994: 859-860.

exercício de auxílio do Plano Marshall, e voltaria a fazê-lo no ano de 1950.²⁷² No total foram cerca de 90 milhões de ajuda, um valor muito significativo para as contas nacionais, apesar de muito inferior ao que os outros países europeus receberam.²⁷³

A evolução da política externa de Portugal face a esta mudança no espaço europeu seria marcada por um certo afastamento e dupla posição, ou seja, a presença nas organizações de cooperação económica, mas distanciamento em relação a qualquer projeto de integração ou supranacionalidade.²⁷⁴

Em 1949, Portugal torna-se membro da *North Atlantic Treaty Organization*, apesar de não reunir os requisitos propostos, principalmente o fato de ser o único país dos restantes países fundadores com um regime ditatorial, contrariando o espírito democrático na base da organização. No entanto, para os EUA havia dois aspetos muito fortes que pendiam a favor de Portugal: o fato de, apesar de neutral, estar próximo dos aliados durante a fase final da Segunda Guerra Mundial, e o forte carácter anticomunista do Estado Novo.²⁷⁵

Se Salazar tinha tido reservas quanto à necessidade de ajuda do Plano Marshall, a entrada na NATO também não foi uma decisão rápida e fácil de tomar.

Uma vez que o governo português não pretendia abdicar da união estratégica a Espanha, apelou aos restantes membros que o país vizinho também fosse aceite na NATO, assim como a integração e rearmamento da Alemanha Ocidental, o que lhe foi negado por parte da França e dos países do Benelux. Salazar não só receava que este tratado representasse uma ameaça às relações que Portugal tinha com Espanha, como também fosse antialemão.²⁷⁶

Acrescente-se também o fato de Salazar acreditar que Washington parecia não conhecer os valores europeus, o que equivale dizer a importância das colónias para as potências europeias,²⁷⁷ uma vez que durante as negociações os Estados Unidos insistiam na recusa de admissão à NATO das colónias de países com territórios coloniais.

Apesar de várias discussões, mesmo depois de ver os seus pedidos recusados, e apesar dos fatores que tinha contra si, e aqui já referidos, Portugal tornou-se membro fundador da *North Atlantic Treaty Organization* em 1949. A sua entrada na NATO implicava uma abertura aos canais políticos entre Portugal e as democracias do Atlântico, as quais impuseram o seu regime na esfera ocidental como foi o caso do Japão e da República Federal Alemã. No entanto, a marginalização

²⁷² O apoio financeiro tinha como finalidade a compra de equipamento ao exterior para as áreas da energia, irrigação e indústria mineira, transportes, indústria transformadora, agricultura, saúde e educação. Rollo, 1994: 865.

²⁷³ Rollo, 1994: 865.

²⁷⁴ Teixeira, 2006: 151.

²⁷⁵ Kaplan, 2007 *apud* Marcos, 2014, p. 326.

²⁷⁶ Telo, 1999: 56.

²⁷⁷ Marcos, 2014: 326.

internacional era um cenário pior, já que em 1947 a adesão de Portugal às Nações Unidas tinha sido vetada pela União Soviética e ser excluído também da NATO significava ficar isolado no Ocidente.²⁷⁸ De acordo com Teixeira (2000), no que respeita à internacionalização, o período entre 1948 e 1955 é “um dos períodos mais favoráveis da política externa do Estado Novo, que só a entrada na ONU, em 1955, virá (ia) encerrar”.²⁷⁹ Mas o que beneficiou Portugal com esta adesão? O historiador António Telo (1999) apresenta sete razões: (1) Portugal passou a fazer parte do sistema Ocidental Atlântico, deixando de vez a “zona não inserida” da qual fazia parte juntamente com Espanha e respetivas áreas territoriais em África e América Latina; (2) recuperou parcialmente a parceria que tinha com a Grã-Bretanha, parceria essa que se encontrava enfraquecida; (3) deu início a uma aproximação com os Estados Unidos e reconhecimento de Portugal como o interlocutor Ibérico junto dos países que dominavam o Atlântico; (4) introduziu no país as principais técnicas, métodos e formas de organização das sociedades pós-industriais, em todas as esferas da sociedade; (5) permitiu que as Forças Armadas e a estrutura da Defesa se tornassem semelhantes às das democracias ocidentais, sem nunca perder a sua originalidade base; (6) modificou a política de defesa e militar do país em 1949-59; (7) e facilitou a passagem do país de um regime para uma democracia pluralista, quer através de Forças Armadas modernas, quer apoiando os passos principais no que viria a ser um período sensível para Portugal em 1974-76.²⁸⁰

A partir deste momento, Portugal dava início à sua integração na esfera de influência norte-americana na Europa Ocidental, permitindo-lhe aceder a compromissos a outros níveis, como o económico, do qual resultou a sua adesão ao Plano Marshall.

Com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, a relação entre os Estados Unidos e Portugal alterou-se, os EUA estavam a aumentar a sua influência diplomática sobre o governo português, e Portugal passou a ser mais que “um amigo dos nossos amigos”, uma vez que passou a fazer parte do bloco ocidental. No fundo, o governo americano queria aproveitar este pacto para renovar a relação bilateral com Portugal, tendo como principal objetivo a presença das forças norte-americanas na base das Lajes, nos Açores.²⁸¹ Este tinha sido, de fato, a principal razão do convite a Portugal para assinar o Tratado do Atlântico Norte, uma questão geo-estratégica. De acordo com Teixeira (1993), o sistema de segurança para o Atlântico Norte assentava em dois pilares fundamentais: o primeiro, no continente americano, a retaguarda, apoio indispensável e autogarantia de todo o sistema; o segundo, no continente europeu, linha da frente e defesa imediata. Contudo, para cobrir totalmente a área de aplicação do Tratado o sistema estava ainda incompleto: em primeiro lugar, tornava-se necessária a protecção dos flancos, a razão do convite à Noruega, Dinamarca e Itália; em segundo

²⁷⁸ Meneses, 2013: 27.

²⁷⁹ Teixeira, 2000: 85.

²⁸⁰ Telo, 1999: 45-46.

²⁸¹ DGRQ, Lisboa, *apud* Marcos, 2014, p. 237-238.

lugar, a ligação entre a frente e a retaguarda, ou seja, o convite à Islândia e a Portugal, cujo território as ilhas dos Açores conferem um valor estratégico decisivo. Um convite de ordem geoestratégica.²⁸²

Tal como aconteceu com o Plano Marshall, a adesão de Portugal à NATO foi uma excelente oportunidade para a sua integração internacional, tendo em consideração que não era membro da ONU. A aceitação de Portugal na NATO significava também que o império colonial português seria aceite a partir deste momento.²⁸³

E eis-nos chegados ao momento mais tenso nas relações entre os dois países, a negociação da base aérea das Lajes. Para entendermos todo as discussões que estiveram por detrás da entrada de Portugal na NATO, temos de recuar uns anos, até 1943, quando tudo começou.

Foi nos períodos da I e II Guerras Mundiais que a importância geoestratégica do Arquipélago dos Açores se tornou mais relevante.²⁸⁴ A sua localização permitia o rápido acesso à Europa, África e Médio Oriente, um fator essencial para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, no confronto com a União Soviética, e um meio de evitar um eventual avanço das potências do Eixo à Península Ibérica. Para Moreira de Sá (2016), o arquipélago português permaneceria, durante a Guerra Fria e depois, “numa posição de grande utilidade em momentos como o bloqueio de Berlim, a Guerra do Yom Kippur, as guerras na Bósnia e no Kosovo, ou ainda a Guerra do Iraque, cujo começo foi parcialmente decidido numa cimeira ocorrida nas Lajes”.²⁸⁵

Em 1943, pouco tempo depois da Cimeira de Moscovo, os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética acordaram na necessidade de nova pressão à Alemanha, uma decisão mais tarde confirmada na Conferência de Teerão, pelo que a criação de bases navais e aéreas nos Açores, entre outros recursos, eram fundamentais para a ofensiva contra o nazismo.²⁸⁶ De acordo com o governo norte-americano, a utilização das bases açorianas significava poupar milhões de litros de combustível de aviação, o equivalente ao consumo de um mês pelas operações da RAF e da USAAF no e do Reino Unido.²⁸⁷

Em outubro de 1943, Portugal permite apenas, e em nome da aliança, a utilização da base das Lajes por unidades inglesas que se quisessem instalar lá, ao passo que os americanos só podiam servir-se dela se os seus aviões estivessem em trânsito.²⁸⁸ Os Açores representavam assim um ponto de apoio aéreo para projeção de força militar a longa distância, um aspeto que interessava aos EUA,

²⁸² Teixeira, 1993: 64.

²⁸³ Rodrigues, 2008: 464.

²⁸⁴ A respeito das relações Estados Unidos-Portugal sobre a ilha dos Açores ver: Rodrigues, Luís Nuno et al (2008) (orgs.), *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.

²⁸⁵ Sá, 2016: 69.

²⁸⁶ Rodrigues, 2004: 53-54.

²⁸⁷ Foreign Relations of the United States, 1943 *apud* Rodrigues, 2008, p. 458.

²⁸⁸ Telo, 2008: 203.

mas que lhes colocava um problema, pois Salazar apenas permitia o uso das instalações das Lajes à Grã-Bretanha.²⁸⁹ Salazar e Truman, através de George Kennan, o *chargé d'affaires* norte-americano em Portugal, entraram num impasse, só desbloqueado com a possibilidade de retirada do Japão de Timor, uma colónia portuguesa ocupada por aquele país em 1942.²⁹⁰ Com os países aliados perto de vencer a guerra, e com a possibilidade de que a continuação de recusa em conceder a utilização de instalações em Santa Maria poderia pôr em causa não só a manutenção de Timor e de todas as colónias portuguesas, como até mesmo a do próprio regime, Salazar resolve que é chegado o momento de entrar em conversações com o governo norte-americano.²⁹¹ Após longas e difíceis negociações, é assinado um acordo entre os dois governos em novembro de 1944.²⁹²

No entanto, com o fim da II Guerra Mundial, e com a base de Santa Maria construída, o compromisso dos americanos com Portugal fica desfeito, pois só era permitida a sua utilização durante o período do conflito.²⁹³ A partir de 1945, o governo norte-americano estabelece negociações com Portugal para obtenção de direitos sobre as bases portuguesas em tempo de paz.²⁹⁴ As forças norte-americanas não deixariam o arquipélago, pois em fevereiro de 1948 os dois países assinam o Acordo das Lajes, um acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos.²⁹⁵ Neste sentido, limitaram-se a trocar a sua base na ilha de Santa Maria por uma na Terceira, no campo das Lajes, uma base aérea portuguesa (Base Aérea nº 4), cuja situação seria sujeita a contrato entre ambos os países no Acordo Técnico e no Acordo de Cooperação e Defesa de 1951, e a sucessivas renovações.²⁹⁶ No entanto, o acordo luso-americano de 1948 não concedia aos Estados Unidos direitos de permanência no território a longo prazo, por essa razão para Washington só havia uma maneira dos EUA continuarem a dispor das bases nesse tipo de regime, que era convidar Portugal a aderir à NATO, tal como veio a acontecer em 1949, embora fosse o único país

²⁸⁹ Telo, 2008: 204.

²⁹⁰ Salazar autorizou a “concessão ao governo dos Estados Unidos de instalações para a construção, uso e controlo de uma base aérea na ilha de Santa Maria, para o objetivo de facilitar o movimento das forças americanas para o teatro de guerra no Pacífico”, e em troca, Portugal estava autorizado a participar “nas operações que eventualmente sejam conduzidas para expulsar os japoneses do Timor português a fim de ser restituído à plena soberania portuguesa”. *United States Treaties and other International Agreements, 1951* *apud* Rodrigues, 2008, p. 459.

²⁹¹ Rodrigues, 2004: 61.

²⁹² A coabitação de ingleses e norte-americanos nos Açores, durante o período de guerras, simboliza bem a transição de poder no Atlântico dos primeiros para os últimos, demonstrando a importância do papel dos Estados Unidos a nível internacional. Sá, 2016: 69.

²⁹³ Telo, 2008: 205.

²⁹⁴ Muitas das bases impostas pelos Estados Unidos aos países inimigos na sua condição de “vencedores” após as duas guerras mundiais, mesmo as localizadas em países aliados ou neutrais (como o caso de Portugal durante a II Guerra Mundial), começaram por estabelecer-se a nível temporário, mas acabaram por adquirir carácter permanente. Sá: 2016: 66-67.

²⁹⁵ Teixeira, 2006: 150.

²⁹⁶ Ferreira, 2011 *apud* Sá, 2016, p. 68.

com um regime não democrático entre os restantes países fundadores.²⁹⁷

Os acordos de permanência norte-americana na base eram renovados periodicamente, sem necessidade de as forças militares se retirarem do arquipélago. Uma vez expirada a data, os Estados Unidos deveriam cessar o uso da Base das Lajes, mas foram sempre autorizados a continuar na base durante os períodos de negociações para a renovação da sua permanência.²⁹⁸

No entanto, a partir de meados dos anos 1950, e em especial na Administração Eisenhower, a relação entre os dois países começa a entrar numa fase menos boa, devido à política americana apostada em fazer valer as suas tradições anticoloniais, e preocupada com o comunismo soviético que ameaçava cada vez mais a hegemonia dos Estados Unidos.

Em 1954, Portugal precisou do apoio e solidariedade internacional dos Estados Unidos, quando a União Indiana decidiu ocupar os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli, proibindo o acesso às autoridades portuguesas e às forças militares a estas regiões.²⁹⁹ A resposta de Washington não foi a desejada, tal como refere o historiador Rodrigues (2002), “O responsável norte-americano afirmou compreender a posição portuguesa, mas adiantou que “lhe parecia difícil” uma declaração oficial do Governo americano”.³⁰⁰ Esta situação começava a pôr em causa as negociações entre os dois países em relação à continuação das forças militares norte-americanas na Base das Lajes, uma vez que o governo americano se recusava a condenar a atitude da União Indiana, e mostrava indecisão sobre o colonialismo em relação a Portugal. Contudo, em 1957 os EUA vêm renovado o acordo das Lajes e o clima de instabilidade entre os dois países parecia ter desaparecido.

Dois anos antes, em 1955 Portugal aderiu à ONU, iniciando um período de grandes problemas em termos de política externa devido à sua política colonial. Com Eisenhower a tentar não criar ruturas com Salazar, em dezembro de 1960, num conjunto de votações que ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas, quando surgiu a questão da condenação do colonialismo em todas as suas formas, a “Resolução 1514”, os Estados Unidos votaram a favor, mas preferindo abster-se quando se tratou de decidir sobre as colónias portuguesas.³⁰¹ Uma posição que refletia no fundo, a indecisão do governo dos EUA que defendia as suas políticas para África, de modo a evitar a entrada do comunismo soviético neste continente, apoiando os movimentos de libertação, mas ao mesmo tempo também não queria afastar o seu aliado português, arriscando-se a perder a base dos Açores.

Contudo, e de acordo com o historiador Luís Nuno Rodrigues (2000), foi durante a Administração Kennedy que as relações entre Portugal e os Estados Unidos mais se agravaram, quando o presidente norte-americano decidiu reformular a política externa americana no que

²⁹⁷ Telo, 2008: 208.

²⁹⁸ Sá, 2016: 70.

²⁹⁹ Rodrigues, 2002: 26-27.

³⁰⁰ Rodrigues, 2002: 27.

³⁰¹ Magalhães, 1996 *apud* Rodrigues, 2002, p. 32.

respeita a África.³⁰²

Para o governo português, a preservação do seu império ultramarino era de suma importância, um elemento fulcral da política externa de Salazar desde a II Guerra Mundial, e do qual não estava disposto a abdicar. Neste contexto, mas do lado oposto, surge Kennedy, eleito presidente dos Estados Unidos em 1961, adepto de uma política de revisão do posicionamento americano em relação a África, de modo a estabelecer a sua influência entre as novas nações africanas nascidas da descolonização europeia. De acordo com Magalhães (2006), a recusa de Kennedy em entrar em acordos com Salazar era de tal forma evidente, que preferia perder a base dos Açores a permitir a Salazar implementar a sua política nas colónias africanas.³⁰³ África apresentava-se como uma nova fonte de mercado para a indústria americana, com importantes fontes de matérias-primas e, acima de tudo, um valioso ponto geopolítico para a defesa do Ocidente.³⁰⁴

Em Abril de 1961, depois da informação da existência de confrontos anticoloniais em Angola, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 1603 (XV), que pedia a Portugal a introdução de reformas em relação a Angola, que passariam a definir este país como um território autónomo. Os Estados Unidos votaram a favor desta resolução, uma inversão no seu padrão de voto de abstenção que vigorou durante a administração Eisenhower sempre que as resoluções diziam respeito às colónias portuguesas.³⁰⁵ A tensão entre os dois países era agora mais acentuada e acabaria por piorar ao longo de 1961 e 1962, com o apoio dos Estados Unidos a organizações e líderes nacionalistas africanos, a União dos Povos de Angola (UPA), uma facção pró-ocidental, e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), uma facção pró-comunista, fomentando a possibilidade da criação de uma frente de libertação angolana.³⁰⁶ Ainda no mesmo ano, e como se não bastasse a situação periclitante entre os dois governos, os Estados Unidos adoptam uma nova política no que diz respeito à venda de armas a Portugal, que se traduziu no *NSAM 60*, de 18 de julho de 1961,³⁰⁷ que estabelecia, entre outras determinações, que os EUA não deviam fazer exportações para os dois países envolvidos no conflito, e que deviam encetar todos os esforços para evitar que Portugal

³⁰² Rodrigues, 2000: 53. Apesar da existência de dois acontecimentos que influenciaram ao mau estar na relação entre os dois países durante o ano de 1961, como foi o caso do “sequestro do navio Santa Maria”, e o episódio conhecido como “golpe Botelho Moniz”, a razão principal da divergência entre Salazar e Kennedy foi a questão colonial. Neste sentido, será sobre ela que iremos focar a nossa análise. Sobre o assalto ao navio Santa Maria ver, Antunes, José Freire (1991), *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*. Lisboa, Difusão Cultural. Sobre o “golpe Botelho Moniz” ver, Nogueira, Franco (1988), *Salazar: Vol. V. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora.

³⁰³ Magalhães, 2006: 165.

³⁰⁴ Rodrigues, 2002: 74.

³⁰⁵ Magalhães, 2006: 165-166.

³⁰⁶ Rodrigues, 2002: 103.

³⁰⁷ O NSAM 60 é um memorando, o *National Security Action Memoranda number 60* (NSAM 60) intitulado “Ações dos EUA em Relação aos Territórios Portugueses em África”, enviado por McGeorge Bundy, *Special Assistant* do presidente dos EUA para Assuntos de Segurança Nacional e dirigido ao Secretário de Estado Dean Rusk. Informação disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/330/JFKNSF-330-010>, consultado em 28.11.18.

disponibilizasse equipamento militar fornecido pela NATO e, a ser utilizado, que o fizesse apenas no âmbito desta organização.³⁰⁸ Não será de estranhar por isso, que quando o governo português tomou conhecimento que a União Indiana se preparava para levar a cabo uma ocupação militar a Goa, Damão e Diu, e pediu ajuda a Washington para tornar público a sua posição em relação a ataques contra territórios portugueses,³⁰⁹ tenha encontrado falta de firmeza. Tal como refere Franco Nogueira, numa declaração lida ao embaixador norte-americano em Lisboa, Charles Elbrick, momentos depois da ocupação das colónias portuguesas, “(...) o seu Governo tinha vindo a avisar os Estados Unidos “durante os últimos dez meses”, dos perigos da sua política quanto ao problema ultramarino português”.³¹⁰

Durante os anos de 1961 e 1962, o governo americano oscilou entre os que defendiam o apoio aos nacionalistas angolanos, e os que viam Portugal como um elemento crucial à própria segurança americana.³¹¹ Por esta razão, a Administração Kennedy viu-se obrigada a ter de escolher a Europa em detrimento de África quando Portugal usou do trunfo da aproximação do fim do empréstimo das bases dos Açores aos norte-americanos, em dezembro de 1962.³¹² Depois do ano de 1962 a relação entre os dois países torna-se mais calma, com ambos os governantes cientes de que a questão colonial podia sempre voltar a ser discutida.³¹³

Durante a administração de Lyndon Johnson a crispação entre os dois governos diminuiu ainda mais, principalmente em relação à postura de Portugal face à sua política nas colónias.

Segundo o historiador Luís Nuno Rodrigues (2006), as razões para esta situação de acalmia são duas; isto se não levarmos em conta o peso estratégico da base dos Açores, que foi a principal razão, como tivemos oportunidade de observar. A primeira diz respeito a preocupações com a política interna, com a *Great Society*, um projeto para melhorar as condições de vida do povo norte-americano, e a segunda com a guerra do Vietname, onde os EUA tinham concentrado toda a força militar e política.³¹⁴ Refere ainda o autor que, no que se refere ao Vietname, foi uma situação que canalizou toda a atenção de Johnson, pondo de lado todas as questões africanas, incluindo as guerras coloniais portuguesas.³¹⁵ Deste modo, as relações entre Salazar e Johnson não enfrentaram

³⁰⁸ FRUS, 1961-1963 *apud* Rodrigues, 2002, p. 121.

³⁰⁹ Rodrigues, 2002: 121.

³¹⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967 e 1968, *apud* Rodrigues, 2002, p. 152.

³¹¹ Magalhães, 2006: 169.

³¹² Magalhães, 2006: 171.

³¹³ Para uma análise alargada da crise nas relações Luso-Americanas ver, Luís N. R., (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*. Lisboa, Editorial Notícias.

³¹⁴ Lyons, 1994 *apud* Rodrigues, 2006, p. 94.

³¹⁵ Noer, 1985 *apud* Rodrigues, 2006, p. 94. Sobre as relações luso-americanas durante a administração Johnson ver, Rodrigues, Luís Nuno (2006), “A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o “Plano Anderson”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.

grandes distúrbios, acabando por propiciar uma fase de tranquilidade na administração seguinte, com Richard Nixon.

Apesar do período de calmaria que dominou as relações entre Portugal e os Estados Unidos durante a Administração Johnson, a comunidade internacional continuava a exigir o fim dos territórios ultramarinos portugueses. Este foi o período mais difícil do Estado Novo em termos de política externa, pois “acentua-se o isolamento e a hostilidade internacional (ao regime) (...) e a questão colonial torna-se a preocupação exclusiva da política externa portuguesa”.³¹⁶ que só irá terminar com a queda do regime em 1974.

Como pudemos verificar, a política externa portuguesa passou a ter por base um alinhamento com os EUA, porém a relação entre os dois países nem sempre estava em sintonia, pois traduzia uma desconfiança permanente de Salazar em relação aos EUA, mas com a qual soube sempre lidar, principalmente quando tinha o trunfo dos Açores, uma área de grande interesse estratégico para os Estados Unidos, de um país pequeno e pobre como era Portugal. O governo norte-americano também sabia isso, mas acreditava que valia o esforço no fortalecimento do processo de americanização:

Embora relativamente insignificante em tamanho, provou ser, por razões geográficas, de muito maior importância do que geralmente é reconhecido, e nós exigimos e obtivemos de Portugal muitas concessões de vital importância para o nosso esforço de guerra. O processo para obtê-las do Governo Português tornou-se imensuravelmente mais difícil devido à sua completa falta de compreensão do nosso país e dos seus verdadeiros motivos. Portugal continuará a ser muito importante para nós por causa de certas áreas dentro do seu império que são vitais para as zonas de defesa do mundo anglo-americano. O dinheiro gasto em educar devidamente o Governo Português e os seus apoiantes sobre os verdadeiros factos e objetivos dos Estados Unidos não só será bem gasto, como pagará dividendos ricos no futuro.³¹⁷

2.2 - Portugal, Salazar e a Identidade Nacional

Falar de Portugal no período da Guerra Fria é falar do Estado Novo, um regime ditatorial defensor da identidade nacional (nacionalismo), de ideais próprios, com misturas iguais de princípios católicos romanos e fascistas semelhantes ao de Mussolini, que fez de Portugal um país com algumas características únicas relevantes, no contexto de duas guerras mundiais, e as quais passamos a analisar.

Em 11 de abril de 1933 nasce a Constituição Política que marca o fim da ditadura militar e consolida o Estado Novo, um diploma extenso de conteúdo ideológico, criado pelo novo chefe do

³¹⁶ Teixeira, 2000: 87

³¹⁷ NARA II: RG 59, *Subject Numeric Files. Cultural Relations Program in Portugal*, agosto 1945, p. 2.

governo português, António de Oliveira Salazar,³¹⁸ inspirada em outros modelos autoritários com diretrizes de cariz fascista e corporativista.³¹⁹ Um ano antes, Salazar tinha sido nomeado Presidente do Conselho de Ministros, um cargo de chefia do governo, que embora não sendo o de Presidente da República, a sua autoridade foi sempre superior e inquestionável. Os seus princípios eram: a negação da democracia e dos partidos; um corporativismo atento às mudanças económica e social e o integrismo colonial.

Este novo período político determinou o fim do liberalismo em Portugal, com uma expressão autoritária, presidencialista e antiparlamentar que duraria até 1974, um regime político também chamado de salazarismo, em referência a Salazar, o seu criador.³²⁰

Sendo assim, e como em qualquer regime autoritário, a população era levada a idolatrar o líder político que se apresentava como independente e soberano, a defender os seus ideais, a desenvolver uma consciência nacional. De acordo com Leal (2015), o autor António Carneiro Pacheco, apresenta-nos uma visão bem elucidativa de como o ditador se apresentava ao povo na sua obra *O Retrato do Chefe*, de 1935, na qual surge rodeado de um ““messiânico prestígio” e incumbido de uma “missão providencial”, que o transformava num “guia espiritual do Povo”, num “grande Educador do nosso tempo””.³²¹ De acordo com Ferreira (2014), para o chefe do governo, a sua política de renovação nacional apenas pretendia defender a religião católica, o passado mítico da História de Portugal, a organização social, em especial a família, e o valor do trabalho, daí que o apoio do povo devia surgir como algo natural, principalmente porque Salazar abdicara de tudo (conforto, carreira académica, família) para se dedicar a reerguer Portugal, a construir a sua identidade.³²²

É neste contexto de senhor soberano que o chefe do Governo cria o único partido do Estado Novo, a União Nacional, com deputados escolhidos por ele, homens da sua confiança política pessoal, de modo a poder impor a sua vontade política ao país e obter o apoio da massa popular portuguesa a esse partido. Salazar, fiel ao princípio do *divide et imperat*, e enquanto chefe do governo, teve sempre como interesse prioritário manter a estabilidade interna do regime evitando, por isso, concentrações de poder no interior do Estado que pusessem em causa a sua governação. Logo, assinala ainda o historiador Ferreira, o papel que atribuiu ao partido único, a União Nacional, é apenas emblemático, pois representa apenas o lugar onde se reúne com notáveis do regime para os

³¹⁸ Para um conhecimento mais alargado sobre Salazar e o Estado Novo ver, Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar: A Political Biography*. New York: Enigma Books, 2010.

³¹⁹ Nogueira, 1981: 11.

³²⁰ O Estado Novo abrange também o período de Marcello Caetano, sucessor de António de Oliveira Salazar a partir de 1968, quando este foi destituído do cargo.

³²¹ Pacheco, 1935 *apud* Leal, 2015, p. 130-131.

³²² Ferreira, 2014: 22.

poder controlar.³²³ Para reforçar e concentrar ainda mais o poder político em si próprio, Salazar reunia frequentemente com o Ministro da Presidência para discutir assuntos do governo, em vez de com o Conselho de Ministros, o que lhe permitia que os assuntos fossem tratados de forma mais exaustiva do que era possível numa reunião com o Conselho.³²⁴ De acordo com Rosas (2015), o chefe do governo escutava as posições dos deputados, sem entrar em confronto com eles, mas tomava a decisão que entendia ser a mais conveniente para os equilíbrios e interesses do regime.³²⁵ Era no fundo um processo de consulta com apenas uma voz.

Conseguindo a pouco e pouco tornar-se no líder do povo português, ao afirmar-se como um homem simples, Salazar pretendia mudar o país e renovar a consciência dos portugueses para um forte sentido patriótico com base na nação, na família e na defesa de ideais conservadores, através da Igreja Católica, responsável por difundir os valores que representavam esse nacionalismo autoritário sob a trilogia ideológica “Deus, Pátria e Família”,³²⁶ levando os portugueses a aceitar o Catolicismo como um tipo de cultura popular portuguesa.³²⁷ Após a revisão da Constituição de 1935, a religião católica foi reconhecida como religião nacional, e por conseguinte um participante essencial no processo de afirmação ideológica do regime.³²⁸ De acordo com Pinto (2007) Salazar ““ofereceu” à Igreja o enquadramento simbólico/ideológico de largos sectores da sociedade, particularmente aqueles mais próximos da sociedade rural tradicional e abriu-lhe espaço social para as suas organizações próprias”.³²⁹ A sociedade portuguesa, segundo o modelo salazarista era, por isso, uma sociedade educada segundo o cristianismo (Deus), o nacionalismo (Pátria) e o corporativismo (Família).

O sistema governativo de Salazar foi estabelecido nos princípios do catolicismo romano tradicional, com ênfase na ordem, disciplina, autoridade, família, paróquia e cristianismo, que eram considerados os fundamentos do Estado, mas Salazar não pretendia estar sob controlo clerical. Deste modo, Portugal e o Vaticano assinaram uma Concordata (Concordata de 1640) que passou a reger as relações entre a Igreja e o Estado, a qual reverteu muitas das políticas anticlericais empreendidas durante a república, e que estipulou que a Igreja não devia interferir em questões do Estado,³³⁰ mas gozava de uma posição especial, já que ajudaria Salazar a difundir os valores defendidos pelo ditador, como por exemplo, a idealização do Portugal rural, em que a pobreza e o atraso são sinais de dignidade e pureza, virtudes nacionais.³³¹ O regime baseava-se num

³²³ Marchi, 2008: 446.

³²⁴ Andresen, 2007: 198.

³²⁵ Rosas, 2015: 45

³²⁶ Peña-Rodrigues, 2013: 179.

³²⁷ Corkill e Almeida, 2009: 395.

³²⁸ Rosas, 2015: 349

³²⁹ Pinto, 2007: 41

³³⁰ Oliveira, 2007: 1138.

³³¹ Marchi, 2008: 447-448.

corporativismo social de inspiração católica. A Igreja iria ser também a responsável pela educação, orientando os programas escolares para o ensino religioso em especial no ensino primário, que era símbolo e orgulho do laicismo republicano, assim como a introdução da vertente nacionalista e tradicionalista da história portuguesa.³³²

A sua política de renovação nacional ambicionava modificar o modo de pensar e ser da sociedade portuguesa, recuperando a sua "verdadeira" essência, assente numa forte socialização tradicionalista, através de um modelo de integração social baseado nos valores e ideais do regime. Para o chefe do governo o povo, estava destinado a ser o objeto da política do Estado Novo, nunca sujeito produtor de decisão política, pois precisava de ser doutrinado nos valores da “nova ordem moral”. Uma missão que estava a cargo das elites do regime. As forças armadas e a Administração pública foram os maiores fornecedores de ministros, a maioria professores universitários, particularmente de direito, educados no espírito do interesse nacional. Elas saberiam controlar a massa e garantir a estabilidade e durabilidade do regime.³³³

Neste sentido, era necessário criar um “homem novo”, um ser renovado e limpo dos vícios do liberalismo, do racionalismo e do marxismo e torná-lo temente a Deus, respeitador da ordem estabelecida e respeitador das hierarquias sociais e políticas, pronto a servir a Pátria e o império e a realizar as suas tarefas no seio da família e no trabalho, sem ambições e satisfeito com a sua condição modesta na sociedade.³³⁴

Neste contexto, a identificação da sociedade com a política do seu líder exigiu que as instituições desenvolvessem campanhas de propaganda a favor do Estado Novo e das suas obras de valorização nacional, não só a nível nacional como internacional, através das embaixadas portuguesas e divulgadas por jornalistas estrangeiros que publicavam artigos favoráveis ao Estado Novo, o que levou à criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).³³⁵

Segundo o historiador Rosas (2015), Salazar tinha sentimentos contraditórios em relação à propaganda, já que reconhecia a sua necessidade face à “crise moral das sociedades, à rotura dos automatismos de obediência hierárquica dos países “bem organizados”, por virtude da massificação das políticas”, mas lamentava ser esta a única forma de alcançar a meta do bom governo.³³⁶

O SPN foi fundado em 25 de setembro de 1933, sob a direção do jornalista António Ferro, apesar

³³² Pinto, 2007: 39.

³³³ Rosas, 2015: 329.

³³⁴ Rosas, 2015: 327.

³³⁵ Peña-Rodrigues, 2013: 179. O SPN também trabalhou em prol da causa do fascismo espanhol, através dos Serviços de Censura e de numerosas campanhas específicas para melhorar a imagem externa do Movimento Nacional Franquista, que contou com a colaboração de alguns prestigiados intelectuais franquistas, como Eugenio D'Ors ou Wenceslao Fernández Flórez. O objetivo da troca de informação era doutrinar a opinião pública portuguesa sobre os benefícios do franquismo, e projectar uma imagem positiva do salazarismo em Espanha. Peña-Rodrigues, 2013: 203.

³³⁶ Rosas, 2015: 37.

de não ter o mesmo conceito de tradição e de espírito nacional que Salazar,³³⁷ e cujo objetivo era "iluminar" o mundo sobre o "caso português"³³⁸ e proteger o regime de campanhas de propaganda contrárias à sua política, convencer a sociedade portuguesa da necessidade de implementar e consolidar em Portugal a visão da realidade de Salazar, assim como integrar os princípios ideológicos na base do Estado Novo, na cultura e educação nacionais. Um processo a que o regime chamou de "política do espírito" por tentar moldar a alma dos homens, e que era no fundo o projeto cultural do regime numa tentativa de conciliar as velhas tradições e os antigos valores com o tempo moderno.³³⁹ Para António Ferro a propaganda era mais do que um serviço de informação pública do governo, era um investimento do regime na formação do "novo" homem português a todos os níveis, nas artes, literatura, cultura e educação, em geral, num sentido mais vasto, diversificado e totalizante.

Dispondo da confiança do ditador e dependendo directamente dele, António Ferro criou uma máquina de propaganda que foi mais além das meras necessidades de gestão de imagem de Salazar, e apesar de ter pouco a ver com o integrismo provinciano do chefe do governo, ofereceu ao regime um "projeto cultural" que sintetizou com habilidade recursos estéticos "modernos" com uma verdadeira "reinvenção da tradição".³⁴⁰

Recorrendo à propaganda o SPN pretendia desenvolver um clima interno de ressurgimento nacional que alastrasse também para o exterior, desse modo era prioritário encontrar uma estética nova e persuasiva que traduzisse os pilares do regime.³⁴¹

Neste sentido, durante a primeira década, o regime fez da política cultural a sua prioridade, com o objetivo de recuperar "a verdadeira cultura portuguesa" enraizada em princípios conservadores e retrógrados,³⁴² através da qual a população era convidada a voltar ao tradicional nacional, e os movimentos culturais eram orientados no sentido de glorificar o regime e Salazar.³⁴³ Assim, e como parte da sua política de renovação cultural, desenvolveu um extenso programa de restauração do

³³⁷ Desde muito cedo António Ferro (1895-1957) manifestou a sua devoção ao jornalismo: esteve ligado ao movimento modernista português, e foi editor da revista modernista *Orpheu* (1915). Quando regressou de Angola enveredou pela vida política, defendendo o nacionalismo e a intervenção do Estado na cultura. Em 1921, editou a revista *Ilustração Portuguesa*, onde se tornou evidente o seu carácter nacionalista. Em 1933, publicou Salazar o Homem e a sua obra, uma série de entrevistas com Salazar ao *Diário de Notícias*, com várias edições e em várias línguas. Nesse mesmo ano é chamado a dirigir o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), através do qual põe em prática o seu projecto intervencionista na cultura portuguesa. Foi director do SPN entre 1933 e 1944, e do Secretariado Nacional de Informação (SNI), quando aquele passou a ter esta designação, até ao ano de 1950. Peña-Rodrigues, 2013: 180.

³³⁸ Peña-Rodrigues, 2013: 180-181.

³³⁹ Paulo, 1994 *apud* Peña-Rodrigues, 2013, p. 181. António Ferro era nacionalista, modernista e admirador da Itália de Mussolini, pelo que importou para Portugal alguns conceitos europeus e tornou a sua política do espírito no centro da política governamental. Corkill e Almeida, 2009: 388.

³⁴⁰ Pinto, 2007: 38

³⁴¹ Ferreira, 2014: 52.

³⁴² Corkill e Almeida, 2009: 384.

³⁴³ Marchi, 2008: 447.

património nacional, como bem exemplificou a “Exposição do Mundo Português”, o maior evento cultural do Estado Novo, ocorrido entre junho e dezembro de 1940,³⁴⁴ onde eram mostrados os símbolos da identidade do regime, como “Deus, nação, família, trabalho, autoridade, ruralidade (valores tradicionais e vida camponesa), unidade, coesão, reconhecimento internacional, universalismo, império e civilização”.³⁴⁵ Deste modo, a população era encorajada a voltar ao passado, como por exemplo, a construir a casa num estilo neo-tradicional conhecido como “casa portuguesa”, que simbolizava o regresso às “raízes”, aproveitando ao máximo os materiais nacionais como o azulejo, a cortiça, o ferro forjado, o algodão, entre outros mais;³⁴⁶ a aderir também ao folclore e à música folclórica, e até mesmo ao fado, depois de retirado qualquer significado político.³⁴⁷ Foi deste modo que se impulsionaram, entre outras actividades, exposições, concursos como, por exemplo, o da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, ou o “Concurso das Montras”, e a criação do grupo de bailado “Verde Gaio”, um reflexo do fascínio de António Ferro pelos ballets russos.³⁴⁸ As actividades tradicionais como a agricultura, a criação de gado e a pesca tornaram-se fundamentais na construção da identidade nacional, aspeto que se traduziu na criação, na década de 1930, de vários museus dedicados à cultura nacional e regional.³⁴⁹

A propaganda veiculava a mensagem do governo, e tendo em conta o fato de a maioria da população ser analfabeta, o SPN recorreu a todos os meios à sua disposição, como a imprensa, a rádio, o cinema e o teatro, os quais informavam sobre comemorações, cerimónias, prémios, conferências e outros eventos, com o propósito de “utilizar todos os grandes valores e datas da nossa história como símbolo e lição para a atual geração de portugueses”.³⁵⁰ Um dos mais importantes meios utilizados e onde o governo investiu mais dinheiro foi o cinema português que, remete também a apologia dos bons valores cristãos e da família pobre mas honrada.³⁵¹ Fosse através de filmes ou noticiários, pretendia-se garantir que as ideias do regime e os grandes eventos públicos fossem transmitidos ao país e gravados em documentários. O responsável por esta tarefa foi António Lopes Ribeiro, considerado o cineasta do regime.³⁵² Neste contexto, e de acordo com os autores Corkill e Almeida (2009), também a história serviu de meio para justificar e legitimar o Estado Novo, já que foi um elemento chave na construção da “portugalidade”, levando Salazar a restaurar a Academia Portuguesa da História, em 1936, para promover uma reinterpretação do passado mítico, mas de acordo com os traços mais marcantes do seu nacionalismo, como eram o

³⁴⁴ Corkill e Almeida, 2009: 381.

³⁴⁵ Corkill e Almeida, 2009: 382.

³⁴⁶ Corkill e Almeida, 2009: 385.

³⁴⁷ Corkill e Almeida, 2009: 386.

³⁴⁸ Pinto, 2008 *apud* Neto, 2010, p. 440.

³⁴⁹ Corkill e Almeida, 2009: 394.

³⁵⁰ Secretariado Nacional de Informação, 1948 *apud* Corkill e Almeida, 2009, p. 384.

³⁵¹ Pinto, 2007: 38

³⁵² Corkill e Almeida, 2009: 386.

autoritarismo, o elitismo, o paternalismo e o conservadorismo.³⁵³

Salazar também reconheceu a importância das elites intelectuais internacionais na divulgação da sua ação no exterior, por isso quando recorreu à propaganda teve em conta a situação política europeia, ameaçada por regimes ditatoriais e conflitos armados. Neste contexto, interessava-lhe apresentar Portugal ao exterior, através da cultura, como um exemplo de país ordeiro, coeso e em progresso, resultado da sua ação governativa, da sua missão civilizadora.³⁵⁴ Independentemente dos meios utilizados para disseminar a propaganda do regime, esta seria sempre para “a difusão de uma ideia integrativa de uma nação coletiva forjada pela união do nacionalismo, do tradicionalismo e do ruralismo, com uma linguagem moderna”.³⁵⁵

A tradição era muito importante para a política do regime, nesse sentido a “revolução nacional” tinha de compreender as qualidades do “novo homem”: “trabalho, propriedade da terra, família, religião e pátria”,³⁵⁶ que foram incorporadas em alguns aspectos essenciais do Estado Novo, isto é, catolicismo, obediência, caridade, desigualdade de género e mobilidade social limitada.³⁵⁷

Chegados a este ponto do estudo, não podemos deixar de salientar o fato de Salazar entrar em contradição ao apelar aos portugueses para a reconstrução e valorização nacional com base nos princípios da cultura tradicional portuguesa, quando ele não se mostrava interessado em procurar o contacto com as massas e, tal como refere Ribeiro (2014), preferindo que o povo adotasse uma posição passiva, sem interferir no seu poder, o que explica porque o objetivo central da propaganda era elogiar o seu trabalho e os feitos heróicos da nação portuguesa, criando um ambiente de tranquilidade e confiança no regime, em vez de revolta e mobilização.³⁵⁸ Na conceção desta “nova” nação, a população não participava das decisões políticas para o país, devendo apenas dedicar-se à família, à freguesia, ao município, e às corporações profissionais, sinónimo de cumprimento dos valores da Nação, com dignidade e responsabilidade. O povo desempenhava o papel que Salazar determinava. Um bom exemplo desta posição do povo português surge-nos através do autor Howard (1960), que o descreve como calmo e sombrio, que espera por tudo pacientemente em filas, onde não há pressa como a que existe em França, não há risos ou insultos como em Itália. Em Portugal, refere ainda o autor, impera a ordem, imposta por Salazar, uma palavra que o ditador emprega várias vezes nos seus discursos.³⁵⁹ Em suma, a visão do mundo do regime salazarista definia-se segundo quatro pontos de orientação, isto é, o “viver habitualmente”, a trivialidade da

³⁵³ Corkill e Almeida, 2009: 387.

³⁵⁴ Ferreira, 2015: 23.

³⁵⁵ Melo, 2010 *apud* Pinto e Carvalho, 2018, p. 137.

³⁵⁶ Solta, 1941 *apud* Pinto e Carvalho, 2018, p. 136.

³⁵⁷ Pinto e Carvalho, 2018: 136.

³⁵⁸ Ribeiro, 2014: 921.

³⁵⁹ Howard, 1960: 98.

pobreza, o “autoritarismo conservador” de caráter paternalista, e a desmobilização das massas.³⁶⁰

Através do SPN os portugueses eram levados a ganhar autoconfiança e orgulho no trabalho do Estado Novo, orgulho do que era “nacional”, um processo de transformação espiritual que acarretava um controlo férreo sobre a opinião pública, partindo do lema que inspirou a estratégia de propaganda do regime: “Não pode haver liberdade contra a verdade, não pode haver liberdade contra o interesse comum”.³⁶¹

Um dos instrumentos de controlo social utilizado pelo regime foi a criação, em 1936, de duas milícias oficiais, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, que enquadravam crianças e jovens adultos, respetivamente, com o propósito de os doutrinar de acordo com a visão ideológica do Estado Novo, e a partir deles influenciar outros, e evitar que aderissem a ideais contrários, como o comunismo. Um esforço canalizado, entre outras ações, em desfiles de rua e acampamentos, propagação ideológica do anticomunismo (dentro de um espírito de cruzada de matriz cristã) por meio de folhetos, elaboração de artigos de jornal, programas de rádio e até discursos em comícios.³⁶² Contrária ao paganismo dos seus homólogos alemães e italianos, a Mocidade Portuguesa, de caráter paramilitar e obrigatório a todas as crianças entre os 7 e os 14 anos, empenhou-se na educação cristã da juventude e ao “renascimento da pátria”,³⁶³ para que se tornassem obedientes ao Estado Novo e ao culto do dever militar. A Legião Portuguesa, com funções paramilitares e de informação policial, dedicou-se a canalizar os partidários radicais de direita do regime e conter a expansão comunista que se fazia sentir, primeiro na longínqua União Soviética, e depois mais perto, em Espanha, com a vitória da Frente Popular nas eleições de 1936 e a subsequente eclosão da guerra civil.³⁶⁴ E tal como em outros regimes da era fascista, as crianças e os jovens deviam seguir-se por orientações morais bem definidas pelo regime como honra, ordem, disciplina, obediência, lealdade, fé e amor à pátria.³⁶⁵

Apesar de António Ferro ser para Salazar a força de que este precisava para valorizar a sua política, nem sempre concordava com a sua visão modernista, já que para Salazar tudo deveria girar em torno da Nação, do tradicional. Uma posição bem patente, por exemplo, na Exposição de Portugal de 1940, que exaltava uma era passada, a “era dourada” da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640), em comparação com a *New York World Fair*, realizada no mesmo ano, mas cuja temática estava direcionada para o futuro e o progresso -

³⁶⁰ Pinto, 2008 *apud* Neto, 2010, p. 439.

³⁶¹ Matos, 2010 *apud* Peña-Rodrigues, 2013, p. 181.

³⁶² Leal, 2015: 131.

³⁶³ Pinto e Carvalho, 2018: 138.

³⁶⁴ Pinto e Carvalho, 2018: 132-133. Para mais informação sobre a Legião Portuguesa ver, Rodrigues, L. Nuno, (1996), *A Legião Portuguesa: A Milícia do Estado Novo. 1936-1944*. Lisboa: Editorial Estampa.

³⁶⁵ Pinto e Carvalho, 2018: 138.

Tomorrow's World.³⁶⁶ Uma rejeição também patente nos seus discursos, onde expressa alguma simpatia para com a pobreza rural, onde reside a "pureza da humanidade".³⁶⁷ Numa visita ao Brasil, perante elementos da comunidade portuguesa nesse país, Salazar referiu-se à modernização:

Não somos seduzidos nem pela riqueza nem pelo luxo das técnicas, nem pela máquina que diminui o homem nem o delírio da mecânica... Queremos preservar Portugal a todo o custo da onda que está a cair por todo o mundo, queremos preservar a simpatia da vida, a pureza da moral, a doçura dos sentimentos, o equilíbrio das relações sociais, esse olhar familiar, modesto mas digno, da vida portuguesa - e através destas conquistas ou reconquistas das nossas tradições, alcançaremos a paz social. (Salazar, 1945)³⁶⁸

Apesar de ter gerido o país com base numa visão “organicista” da sociedade, de carácter tradicionalista e católico, tinha consciência da inevitabilidade da modernização, mas pensando sempre na sobrevivência e no bem-estar do que estava ameaçado por ela.³⁶⁹

Como já foi referido, a forma de atuar do SPN era através de um controlo apertado, ou censura, a todo o tipo de comunicação sobre o que se dizia, via e escrevia em relação a Salazar, ao regime e a Portugal. Um instrumento indispensável para controlar a formação de “falsa opinião pública”. O objetivo da censura era distorcer a realidade a partir da informação dos meios de comunicação, criando uma nova e falsa percepção da estrutura política e social do país, tendo em conta uma perspetiva profundamente nacionalista, em que o papel da censura era fundamental para “proteger” a nação de influências estrangeiras, tal como referiu Salazar a António Ferro, em 1932,

O que temo são os pequenos jornalistas que se desnacionalizam sem dar por isso, talvez por não estarem o suficientemente armados para se defenderem de sedutoras e fáceis teorias. É preciso não esquecer que não existe comunismo português, inglês ou francês, mas sim o comunismo internacional que procura minar, falando, às vezes, a própria língua dos países onde se agita, a independência de todos os povos. Contra esse imperialismo ideológico, tão perigoso como qualquer outro, a censura é arma legítima. Todas as medidas de defesa se justificam perante a invasão estrangeira (...) Comunismo, na nossa época, é a guerra latente, permanente, a sempre iminente invasão estrangeira. (Ferro, 1938)³⁷⁰

Tudo o que fosse considerado “inconveniente” e desprestigiante para Portugal era alterado ou eliminado pelos censores. Simples informação, sem qualquer carácter político, sobre conflitos laborais, aborto, alcoolismo, suicídios, delinquência, entre outra, era eliminada.

A censura, juntamente com a polícia política e articulada com a propaganda, defendiam o interesse nacional, não só contra a oposição, mas todos aqueles que estavam em convivência com

³⁶⁶ Corkill e Almeida, 2009: 384.

³⁶⁷ Melo, 2010 *apud* Pinto e Carvalho, 2018, p. 136.

³⁶⁸ Salazar, 1945 *apud* Pinto e Carvalho, 2018, p. 136.

³⁶⁹ Pinto, 2007: 35

³⁷⁰ Ferro, 1938, *apud* Peña-Rodrigues, 2013, p. 189.

interesses estrangeiros, como eram os comunistas, internacionalistas, burguesia liberal ou os judeus.³⁷¹ De acordo com Barreto (1999), a realidade da censura exercida pelo regime era muito mais do que era do conhecimento geral da população portuguesa. Nos noticiários, por exemplo, eram efetuados cortes aos telegramas vindo de agências noticiosas internacionais, de modo a poder decidir o que o público português podia saber; os jornalistas estrangeiros que desagradavam ao governo eram “convidados” a sair de Portugal.³⁷² Mas a censura ia mais além, proibindo a publicação de livros, os quais eram depois apreendidos pela PIDE; muitos dos jornais estrangeiros estavam impedidos de circular no país; peças de teatro, filmes e espectáculos eram banidos ou mutilados e as emissões de rádio vindas do exterior tinham de aguardar autorização, que na sua maioria não chegava, para poderem emitir os seus programas.³⁷³

Para além do uso da censura para reprimir a oposição à sua política de renovação nacional, ou o comunismo, Salazar faz uso da PIDE - Polícia Internacional Defesa do Estado, que era simultaneamente, polícia de imigração, polícia secreta e polícia política. A PIDE, para além de exercer uma vigilância rígida aos portugueses, controlava também os estrangeiros que entravam e viviam em Portugal. Só com autorização da PIDE é que um cidadão português podia sair do país, e raramente conseguia essa autorização. Como se pode ver, esta era uma forma utilizada pelo regime para evitar a entrada de influências estrangeiras em Portugal.

Apesar de o Estado Novo não se assumir como um regime semelhante ao fascismo, muitos dos seus aspetos relacionam-se com ele, como o corporativismo; o sistema de partido único (União Nacional); a militarização (Legião Portuguesa); a polícia política repressiva (PIDE) e a organização juvenil (Mocidade Portuguesa).³⁷⁴ No entanto, e de acordo com Andresen (2007), ao contrário do que se passava na Espanha, Itália e Alemanha, as diretrizes políticas do Estado Novo estavam limitadas pela Constituição de 1933, pelo que para Salazar o “principal objectivo ... é restabelecer um Estado autoritário e nacional ... Mas temos de evitar a tendência para criar ... um Estado totalitário. Um Estado que serve a ideia de nação ou de raça é um ser onnipotente, o princípio e o fim de si mesmo”.³⁷⁵ Ainda segundo Andresen, isto significava que a Constituição não tinha criado uma rutura total com o liberalismo, pois reconhecia alguns, mesmo que poucos, direitos individuais e democráticos, como por exemplo a liberdade de expressão e o de formar partidos, ainda que regulados por “leis especiais”. Mas a realidade não foi essa, já que esses direitos constitucionais ficaram comprometidos antes da entrada em vigor da Constituição, como por exemplo, com eleições controladas e fraudulentas; a proibição de criação de outros partidos políticos; a liberdade

³⁷¹ Barreto, 1999: 4.

³⁷² Barreto, 1999: 6

³⁷³ Barreto, 1999: 5-6.

³⁷⁴ Andresen, 2007: 197.

³⁷⁵ Amaral, 2002 *apud* Andresen, 2007, p. 197. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 28).

de expressão reprimida; a imprensa controlada pela censura, ou ainda o recurso à violência, como a tortura e o assassinio de críticos ao regime e de opositores políticos.³⁷⁶ O Estado Novo subordinava a liberdade do povo aos interesses do Estado. Um bom exemplo pode ser visto no papel que Salazar atribuía à mulher, muito rígido e inferior ao do homem, apesar de defender a família como um dos pilares do regime. As regras da secção feminina da Mocidade Portuguesa proibiam a mulher de todas as atividades que exigiam força, mas encorajavam-na a praticar exercícios respiratórios que a ajudassem na sua missão principal como mulher, que era a de dar à luz.³⁷⁷ Segundo o autor Howard (1960), as leis salazaristas proibiam as mulheres portuguesas de ter bons empregos, votarem, ou receberem um salário digno, entre outras proibições. Uma mulher, refere ainda o autor, que trabalhasse para Salazar, recebia exatamente o mesmo dinheiro que o que se pagava por um café num hotel de Lisboa.³⁷⁸ No fundo, e tendo em conta a desigualdade de género apoiada pela religião católica, o papel da mulher assentava na responsabilidade de cuidar da casa, do marido (do qual dependia) e dos filhos. Salazar não negou essa ligação ao fascismo quando referiu que “A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura Fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios de Democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social”, mas afastando-se dele no que dizia respeito aos “seus processos de renovação”.³⁷⁹

A permanência de António de Oliveira Salazar como Chefe do governo é outra das características relevantes que merecem referência neste estudo. De acordo com o historiador Meneses (2010), são três os fatores responsáveis por esta situação: o primeiro, diz respeito à “crença em si mesmo como agente providencial”, o segundo, a profunda convicção de que era ele que sustentava o Estado Novo, e que sem ele o regime acabaria por desaparecer; e o terceiro, defender o império colonial português, principalmente depois de 1961, pelas razões que já tivemos oportunidade de explicar neste trabalho, e que no final convergiram num só propósito, o de “permitir a Portugal, ou a uma certa visão do mesmo, viver o máximo de tempo possível”.³⁸⁰

De forma resumida, podemos definir o ideário político de Salazar, e pegando nas palavras do historiador Ernesto Castro Leal (2015), como “antiliberal e antidemocrático, autoritário e conservador, nacionalista e colonial, elaborado fundamentalmente a partir de conceitos e de práticas ideológicas das matrizes católica social (...), republicana autoritária conservadora, tradicionalista monárquica e fascista italiana”.³⁸¹ Uma descrição muito negativa, mas que define bem as bases do Estado Novo a que submeteu os portugueses durante 41 anos, apesar de ter libertado o país de uma

³⁷⁶ Andresen, 2007, p. 197.

³⁷⁷ Cova e Pinto, 2002 *apud* Pinto e Carvalho, 2018, p. 141.

³⁷⁸ Howard, 1960: 98.

³⁷⁹ Rosas, 2015: 174.

³⁸⁰ Meneses, 2010 *apud* Rodrigues, 2013, p. 270.

³⁸¹ Leal, 2015: 119.

grande crise financeira e económica e da devastação da Segunda Guerra Mundial. Uma política que, ao impor a supremacia do interesse nacional sobre o interesse individual, bem patente na sua expressão “tudo pela Nação, nada contra a Nação”, também provocou algum isolamento de Portugal e dificultou as relações diplomáticas com outros países durante anos,³⁸² como por exemplo os Estados Unidos, que já tivemos oportunidade de verificar no início deste capítulo.

De acordo com Pinto (2007), a resistência de Salazar em relação à ocupação das bases do arquipélago dos Açores e os cenários de derrube do regime enquanto arma de arremesso são várias vezes equacionados, sobretudo pelos norte-americanos e só suavizada com o acordo de cedência das bases açorianas aos aliados perante uma Administração norte-americana impaciente. A partir deste momento a sobrevivência do regime seria a sua prioridade, sobretudo perante a pressão dos Estados Unidos da América, a aproximação de Espanha às forças do Eixo, as aproximações de Mussolini a África e as opções continentais da Alemanha nazi.³⁸³

2.3 - Estados Unidos da America e o *American Way of Life*

Para compreender melhor as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América durante o período da Guerra Fria, somos obrigados a considerar o *American Way of Life*, ou americanismo, uma ideologia de vida baseada na atratividade dos Estados Unidos para o exterior. Durante o século XX, esta ideologia de vida espalhou-se pelos quatro cantos do mundo, sendo adotada, incorporada e adaptada pelas mais diferentes culturas, inclusive a portuguesa.

Mas o que se entende por “American Way of Life”? Nas linhas seguintes tentaremos responder a esta questão, de modo a perceber qual a sua importância e consequências na política externa dos Estados Unidos.

De acordo com o historiador Volker Berghahn (2010), foi no séc. XIX que os Estados Unidos surgiram no palco mundial, já não como uma sociedade de colonos e agricultores, a imagem que os caracterizava anteriormente, mas como uma potência industrial e urbana, um adversário comercial e político-militar da Europa.³⁸⁴ Ainda de acordo com o autor, em 1902, o jornalista britânico William Stead apresenta a sua visão do “século americano”, através da sua obra *The Americanization of the*

³⁸² Ferreira, 2014: 19.

³⁸³ Pinto, 2007: 43.

³⁸⁴ Berghahn, 2010: 107. O autor apresenta dois exemplos desta mudança de opinião sobre os americanos. Na viragem do século, se não antes, os empresários e intelectuais europeus começaram a viajar em maior número para toda a parte dos Estados Unidos, especialmente aos centros de produção em expansão na Pensilvânia, Ohio e Michigan; durante a Exposição Mundial de Paris (1900), o pavilhão americano era o que suscitava mais curiosidade, devido à nova maquinaria de corte que se encontrava lá exposta. Berghahn, 2010: 107.

World,³⁸⁵ onde analisa o lugar e o papel dos Estados Unidos no mundo, no século XX, antevendo que as “ideias americanas sobre como organizar uma sociedade e economia modernas não só seriam discutidas, mas também adotadas, rejeitadas e transformadas por outras nações ao responderem ao “Desafio Americano””.³⁸⁶ Uma afirmação que seria mais tarde retomada por outros autores.

Partindo deste argumento, o historiador Volker Berghahn (2010), defende então, que o processo pelo qual os Estados Unidos fomentaram o seu *American Way of Life* junto dos países estrangeiros, tem por base o conceito de “americanização” que, segundo ele, “não é apenas a adoção de certos estilos de vida e técnicas de produção como o “fordismo” e o “taylorismo” que se originaram nos Estados Unidos”, mas acima de tudo, é a “cooperação de americanos e não americanos na criação de uma comunidade transatlântica de valores por meio de transferência cultural”.³⁸⁷ Defende ainda o autor, que existem três momentos de estudos acadêmicos e jornalísticos sobre a “americanização”. O primeiro surgiu antes de 1914; o segundo ocorreu durante o período entre guerras, numa altura em que a presença dos Estados Unidos já era muito visível nas esferas financeira, industrial e na cultura popular, tanto na Europa como no resto do mundo; e o terceiro momento apareceu depois do ano de 1945, quando as sociedades do mundo discutiam a emergência dos Estados Unidos como superpotência mundial após a II Guerra Mundial, devido ao seu poder tecnológico-militar e industrial-comercial, apesar de em conflito crescente contra o comunismo soviético.³⁸⁸

Neste contexto, o historiador Andrew Yarrow (2009) coloca algumas questões pertinentes: o que fez dos Estados Unidos o modelo de terra próspera e sem classes sociais? Porque é que surgiu, quando surgiu? E ainda, porque prevaleceu? Segundo ele, tratou-se de uma resposta à “questão social” que afligiu os Estados Unidos após a industrialização, desde as greves ferroviárias de 1877 até a greve de Flint de 1936-1937,³⁸⁹ em que as receitas da economia mista do pós-guerra mostraram que as necessidades e problemas sociais da maioria dos norte-americanos, como a pobreza, poderiam ser resolvidos. Para além disso, a imagem de uma América poderosa e próspera ajudou os empresários a recuperar o poder e a estima que haviam perdido durante a Grande Depressão, e proporcionou a “abundância sem classes para todos”, que os *cold warriors* defendiam. Refere ainda Yarrow, que “o alinhamento de um liberalismo *New Deal* mais favorável ao capitalismo, uma comunidade empresarial mais keynesiana e orientada para o consumidor”, e o

³⁸⁵ Stead, W. T., (1902). “The Americanization of the world: or, The trend of the twentieth century”. London: *The Review of Reviews’ Office*. Berghahn, 2010: 129.

³⁸⁶ Berghahn, 2010: 108. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 29).

³⁸⁷ Berghahn, 2010: 109.

³⁸⁸ Westad, 2007 *apud* Berghahn, 2010, p.108.

³⁸⁹ A “greve de Flint” diz respeito a uma greve ocorrida em 30 de dezembro de 1936, em Flint, Michigan, em que os trabalhadores da *General Motors* (GM) permaneceram sentados nos seus postos de trabalho até dia 11 de fevereiro de 1937, quando foi alcançado um acordo com os patrões. A greve de quarenta e quatro dias marcou um ponto de viragem na história da *United Auto Workers* (UAW) e na história dos trabalhadores na América moderna. Sem autor, 2006: 624.

desejo da população por uma vida melhor, impulsionaram este novo conjunto de crenças.³⁹⁰

Neste trabalho, é nossa intenção privilegiar a análise à transferência cultural e econômica norte-americana para o exterior, em detrimento da política-militar, a partir do período de 1945, uma vez que corresponde ao espaço temporal em estudo neste trabalho.

Historicamente, e ao contrário das nações europeias, em especial a França e a Inglaterra, os Estados Unidos nunca viram a sua cultura como um instrumento de política externa, concentrando-se apenas no seu sistema político e militar, pois para os governantes a cultura popular era apenas uma fonte de entretenimento. Deste modo, o governo norte-americano nunca sentiu necessidade de criar um departamento responsável pelos assuntos culturais, e quando o fez em 1938, ao criar a *Division for Cultural Relations*,³⁹¹ muitas vezes políticas continuaram a criticar o uso dos programas culturais como ferramenta diplomática, alegando serem ineficientes e dispendiosos.³⁹² No entanto, depois da Segunda Guerra Mundial a situação alterou-se, e diplomatas americanos, aos quais se juntaram também figuras públicas e decisores políticos, constataram que os Estados Unidos deviam começar a difundir o “American Way of Life” ao público estrangeiro através da cultura, não só como uma resposta às ideologias propagandeadas pela União Soviética, mas também porque, e como referiu Arthur W. Macmahon, consultor do Departamento de Estado, “Seríamos pessoas decadentes se não desejássemos que outros soubessem das normas e técnicas americanas ... que comprovadamente contribuíram para a felicidade humana”.³⁹³

Neste contexto, a historiadora Jessica Gienow-Hecht (2000) aborda duas questões que consideramos fundamentais: qual o interesse dos decisores políticos pelo “American way of life”? Qual a premência em transmiti-lo ao público estrangeiro? A autora apresenta três razões. Primeiro, a nível ideológico, a cultura americana era significativamente democrática e contra autocracias, pelo que a promoção no exterior de uma cultura empresarial, difundiria mais democracia e conteria as ideologias autoritárias estrangeiras; segundo, os regimes comunistas, em especial a República Democrática Alemã (RDA), proclamava-se como uma democracia, e fizera do conhecimento e da educação (*Bildung*), e da alta cultura (*Kultur*), os pontos centrais da sua propaganda, atacando a cultura americana de democracia corrupta. Uma posição justificada pelo receio de que a sua herança cultural fosse preterida em relação aos valores democráticos dos EUA, mas que era preciso anular;

³⁹⁰ Yarrow, 2009: 6.

³⁹¹ Em 1 de junho de 1959, a *Division for Cultural Relations* passou a designar-se *Bureau of International Cultural Relations* e, no ano seguinte, em 17 de abril de 1960 passou a chamar-se *Bureau of Education and Cultural Affairs*. Em 1978, este departamento foi abolido e as suas funções foram transferidas para a *United States Information Agency* (USIA). Informação disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/assistant-secretary-for-educational-cultural-affairs> consultado em 15.07.2019.

³⁹² Gienow-Hecht, 2000: 466.

³⁹³ Macmahon, 1972 *apud* Gienow-Hecht, 2000, p. 467. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 30).

eterceiro, na década de 1950, os americanos começaram a sentir que a imagem dos Estados Unidos no exterior estava em declínio, comprovada por uma coleção de ensaios intitulada *As Others See Us*, editada em conjunto, em 1959, por Franz M. Joseph,³⁹⁴ advogado internacional e presidente da *American European Foundation*, e o politólogo francês Raymond Aron, que descrevia as opiniões de representantes de vinte países sobre a sociedade americana. No geral, a opinião era de que “os americanos tinham feito coisas notáveis a nível da produção e tinham o “know-how” técnico, mas a própria América era ... (um) gigante com cabeça de rufia”.³⁹⁵

Durante o período entre guerras, o internacionalismo cultural norte-americano foi desenvolvido essencialmente pelo setor privado, por organizações privadas e universitárias, como a *American Library Association* (1879), o *Institute of International Education* (1919) e o *American Council of Learned Societies* (1919) e também por fundações filantrópicas como a Carnegie (1910) e a Rockefeller (1913), às quais se juntaram posteriormente, na década de 1930 a Fundação Ford (1936) e a Guggenheim (1937), e cujos esforços estavam orientados principalmente para as áreas da educação, saúde, saneamento, criação de bibliotecas e disseminação de arte. O seu objetivo era implementar uma série de melhorias sociais nos EUA e no exterior, ao mesmo tempo que disseminavam os benefícios do americanismo.³⁹⁶

No início do pós-guerra, o tipo de cultura americana projetada no exterior pelo governo norte-americano e pelas grandes fundações filantrópicas, como a Rockefeller e a Ford, era principalmente a denominada “alta” cultura, como as artes visuais, a música clássica, a literatura, a dança, a arquitetura e o teatro, contrária à cultura popular. Contudo, foi este tipo de cultura que teve mais impacto junto do público estrangeiro, em especial a música e o cinema, desta forma iremos focar a nossa análise nestes dois produtos culturais. Em oposição, a “alta” cultura americana, dirigida a grupos de elite, encontrou mais ceticismo e resistência estrangeira e, conseqüentemente, requereu um esforço mais calculado e organizado por parte do governo. “Hollywood” e a indústria musical americana foram acolhidos com entusiasmo por consumidores das classes mais baixas.³⁹⁷

No que diz respeito à música, o *jazz* foi o estilo musical que atraiu mais atenção, ouvido principalmente em clubes por entusiastas da classe média, e cujo desenvolvimento foi ainda maior depois de 1945. Uma grande receptividade teve também o *rock and roll*, em especial pelo público juvenil, uma vez que cantores famosos como Elvis Presley e Bill Haley passaram a atuar nas grandes cidades da Europa Ocidental, incentivando ainda mais o gosto por este tipo de música. A receção da música popular americana continuou nos anos 1960 e 1970 com a projeção de novos

³⁹⁴ Joseph, Franz M. (1959), “As Others See Us. The United States Through Foreign Eyes”. Princeton, New Jersey. *Princeton University Press*. Gienow-Hecht, 2000: 467-468.

³⁹⁵ Gienow-Hecht, 2000: 467-468.

³⁹⁶ Gómez-Escalonilla, 2014: 278.

³⁹⁷ Berghahn, 2010: 111.

estilos musicais como o *rap* e o *hip-hop*.³⁹⁸ O desejo pela música americana era fomentado através das estações de rádio e pelos esforços do governo dos EUA, distribuindo gravações, música impressa, textos sobre música e financiando atuações ao vivo. Um esforço bem recebido, já que foi visto como de interesse local, pois o público estrangeiro apreciava a música norte-americana.³⁹⁹ Do mesmo modo, e pegando num exemplo apresentado pela autora Fosler-Lussier (2012), a visita à Turquia da Banda de Jazz da Universidade Millikin, em 1969, levou a uma mudança nas aspirações da população local. Os estudantes do conservatório de Ancara passaram a exigir que o currículo fosse atualizado, assim como uma melhor qualidade de ensino e mudanças no repertório musical de modo a aproximá-los da educação musical contemporânea em outras partes do mundo.⁴⁰⁰

O cinema tornou-se em outra grande influência da "americanização". De acordo com Berghahn (2010), a influência de "Hollywood" nos mercados estrangeiros, como o britânico, começou já em 1920, com 70 a 80% dos filmes vistos serem provenientes dos Estados Unidos. Depois de 1945, a sua influência foi ainda maior, devido à proliferação da televisão, o que fez com que organizações semipúblicas como a *British Broadcasting Association*, que antes dominavam o meio televisivo, vissem a sua posição prejudicada pela legislação que concedeu licenças a um número cada vez maior de canais privados americanos. O cinema americano tornou-se de tal forma apelativo que levou o Ocidente a imitar programas de entretenimento como *talk shows*, ou filmes com grande audiência como *Star Wars*.⁴⁰¹

Segundo a historiadora Jessica Gienow-Hecht (2006), antes da Guerra Fria, a Alemanha era o mais americano dos países europeus, uma posição bem patente nos Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim, dada a admiração por parte de um grande número de observadores políticos e intelectuais alemães pelo desporto norte-americano, especialmente a vitória do atleta afro-americano Jesse Owens.⁴⁰² Ainda segundo a autora, nem mesmo o próprio Adolf Hitler conseguiu resistir ao modelo americano. Desprezava os EUA, considerando-o um país fraco e não militar, constituído por judeus, afro-americanos e pelo dólar, mas ao mesmo tempo, mostrava-se interessado no desenvolvimento tecnológico, no "taylorismo", no modernismo e na produção em massa, especialmente produtos de consumo como os automóveis. Os filmes, o *jazz* e o *swing* permaneceram em voga até o fim da guerra, apesar de terem sido proibidos por Hitler.⁴⁰³

Passemos agora à análise da economia.

À medida que a economia assumiu um papel de destaque no pensamento americano, e os princípios do "americanismo" passaram a destacar os valores económicos como o elevado padrão

³⁹⁸ Berghahn, 2010: 113-114.

³⁹⁹ Fosler-Lussier, 2012: 62.

⁴⁰⁰ Fosler-Lussier, 2012: 61.

⁴⁰¹ Berghahn, 2010: 115.

⁴⁰² Gienow-Hecht, 2006: 1075-1076.

⁴⁰³ Gienow-Hecht, 2006: 1076-1077.

de vida do país, a economia tornou-se no meio pelo qual os americanos passaram a definir o seu país. A partir do final da década de 1940, a projeção dos Estados Unidos no exterior passou a estar ligada à imagem de uma sociedade modelo, geralmente associada à liberdade, à modernidade, ao desenvolvimento tecnológico, ao progresso e aos ideais democráticos.⁴⁰⁴

De acordo com Yarrow (2009), personalidades-chave dos negócios, publicidade e meios de comunicação como Paul Hoffman, William Benton, C. D. Jackson e Edward R. Murrow desempenharam papéis de liderança na formação e disseminação da mensagem dos Estados Unidos como sociedade próspera. Um esforço também assumido por organizações empresariais e corporações individuais, como o *Committee for Economic Development* (CED), a *National Association of Manufacturers* (NAM), o *Advertising Council*, o *U.S. Chamber of Commerce*, a *Time Inc.*, a *General Motors* (GM), ou a *International Business Machines* (IBM). Conseguido, por exemplo, através de materiais escritos, como materiais publicitários do *Advertising Council*, “Miracle of America” (1950), “Future of America” (1954) e “Promise of America” (1960).⁴⁰⁵ O autor destaca o trabalho da NAM, no movimento de educação económica ocorrida durante os anos 50, realçando de entre os vários projetos levados a cabo por esta empresa, o seu programa semanal de televisão “Industry on Parade”, coproduzido com a *National Broadcasting Corporation* (NBC), entre 1950 e 1960, e exibido em escolas de 33 países, e que apresentava as maravilhas da indústria americana. Do mesmo modo, refere ainda o autor, em finais da década de 1940, a Câmara de Comércio dos EUA desenvolveu a campanha “Program for American Opportunity”, para explicar o funcionamento do “sistema empresarial americano”, e garantir que os princípios do modelo americano fossem compreendidos, pois o “nosso padrão de vida e liberdade são a inveja do mundo”, através de reuniões, *spots* de rádio e publicações.⁴⁰⁶

Em termos de aceitação do modelo americano, as reações foram muito diversas, uma vez que tiveram efeitos não só na organização económica e nas alianças político-militares, mas também na cultura e na sociedade, fatores frequentemente associados à preservação da identidade nacional. É certo que todos esses processos contribuíram para aumentar a influência dos Estados Unidos na Europa Ocidental, mas também deram origem a críticas a essa influência, desenvolvendo-se um antiamericanismo cultural e político.⁴⁰⁷ A pressão de movimentos e eventos que entretanto se desencadearam não eliminaram a ideologia do *American Way of Life*, mas causaram grandes mudanças na estrutura social americana.

⁴⁰⁴ Yarrow, 2009: 13.

⁴⁰⁵ Yarrow, 2009: 8-9.

⁴⁰⁶ Yarrow, 2009: 11. Outras publicações também se dedicaram a este tema, numa tentativa de “domesticar” a economia, como foi o caso dos jornais de negócios *The Wall Street Journal* e *Business Week*, assim como as revistas *Time*, *Newsweek*, e *U.S. News & World Report* e as revistas de grande circulação, *Look*, *The Saturday Evening Post*, *Reader's Digest*, e *Ladies Home Journal*. Yarrow, 2009: 12.

⁴⁰⁷ Gómez-Escalonilla, 2014: 283.

A queda de Wall Street em 1929, e a depressão que se seguiu, vieram alimentar os primeiros receios em relação ao poder americano, e para muitos observadores europeus o *crash* significava também o fracasso do capitalismo americano e punha à luz a corrupção que se vivia no meio financeiro.⁴⁰⁸ No período entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, os Estados Unidos viram-se confrontados com campanhas anticomunistas, associadas ao McCartismo, que puseram em dúvida o compromisso americano com a liberdade de expressão e outras liberdades civis básicas. O movimento dos Direitos Civis e os confrontos raciais como os ocorridos em Little Rock em 1958, desencadearam uma onda de protesto por parte da comunidade branca, que punha em causa o compromisso declarado dos Estados Unidos com a “liberdade e justiça para todos”. Do mesmo modo, o ressurgimento do feminismo, com a obra *The Feminine Mystique* de Betty Friedan em 1963,⁴⁰⁹ veio reforçar a noção de que a liberdade e a igualdade não eram para todos, aliado ao sentimento de que “muitos ideais americanos pareciam ultrapassados, excessivamente intelectuais e sobrecarregados com advertências.”⁴¹⁰ Também as críticas ao envolvimento dos EUA no Terceiro Mundo, principalmente no Vietname, foram associadas ao capitalismo como algo negativo, pois “minava a integridade, a individualidade, o senso de comunidade, os laços sociais, a autorealização e os valores autênticos”.⁴¹¹

Em síntese da análise efetuada pudemos constatar que a política externa portuguesa pós-II Guerra Mundial, passou a ter por base um alinhamento com os Estados Unidos que tinham emergido da guerra como uma potência mundial, juntamente com a União Soviética. No entanto, a relação entre os dois Estados nem sempre estava em sintonia, pois traduzia uma desconfiança permanente de Salazar em relação aos EUA, que defendia o liberalismo, os valores democráticos e o “American “Way of Life”, contrários ao conservadorismo do Estado Novo.

Desde o início da Guerra Fria até 1961, as relações entre ambos os países foi sempre sem grandes confrontos que pusessem em causa essa relação, mas que acabariam por enfrentar um momento mais tenso durante a Administração Kennedy, devido à questão colonial.

No que diz respeito ao nacionalismo português, a cultura serviu para ligar o povo português ao regime de Salazar, mas não foi uma ligação feita em conformidade com as vontades da população, foi imposto através dos organismos repressivos desenvolvidos durante o regime. Deste modo, e recorrendo ao conceito do *Soft Power* já aqui analisado, convém recordar que se os recursos utilizados não resultarem atraentes, então não pode existir o poder suave da atração, e por isso, o

⁴⁰⁸ Gienow-Hecht, 2006: 1075.

⁴⁰⁹ Friedan, Betty (1963), *The Feminine Mystique*. New York: W. W. Norton. Yarrow, 2009: 7.

⁴¹⁰ Yarrow, 2009: 7.

⁴¹¹ Gienow-Hecht, 2000: 471.

Estado Novo só conseguiu desenvolver um ambiente de lealdade e confiança no regime através da coação, da censura, da violência (PIDE). Mas o patriotismo era uma forma de expressar o nacionalismo do Estado Novo, e tal como afirmava Salazar: “Quem não é patriota, não pode ser considerado português”.⁴¹²

Relativamente ao americanismo, pudemos verificar, e apesar da existência de motivos relevantes prejudiciais à aceitação no exterior do modelo americano, que a sua influência foi muito superior, verificando-se ainda nos dias de hoje.

Deste modo, e depois desta análise, não podemos afirmar que a influência dos Estados Unidos eliminaram as estruturas e tradições económicas, políticas e culturais dos países onde exerceram influência, em especial a partir da II Guerra Mundial, uma vez que esta inter-relação nem sempre foi aceite pelo público estrangeiro e pelas instituições sóciopolíticas e económicas, que viram na “americanização” uma ameaça à sua identidade nacional. Contudo, na maioria dos casos este processo deu origem a uma mistura entre as ideias, valores e práticas entre os países que receberam esta influência e os Estados Unidos. E, tal como refere Berghahn (2010), mesmo que esta relação não tenha chegado a um equilíbrio perfeito, os países saíram com um “tom” norte-americano, independentemente de ser mais escuro ou mais claro.⁴¹³

É precisamente em relação ao que acabámos de referir que iremos estudar a influência, ou não, da *United States Information Agency* (USIA) em Portugal durante o período do Estado Novo no quinto e último capítulo deste estudo.

⁴¹² Salazar, 1949 *apud* Corkill e Almeida, 2009, p. 398.

⁴¹³ Buisscot e Reinhardt, 2000 *apud* Berghahn, 2010, p. 110.

CAPÍTULO III – A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NORTE-AMERICANA NO ESTRANGEIRO

“A informação e a educação são forças poderosas de apoio à paz. Assim como a guerra começa nas mentes dos homens, também a paz começa.”⁴¹⁴

“Eisenhower's Remarks”, 1958

No decorrer deste capítulo vamos começar por analisar de forma mais exaustiva os esforços de propaganda dos Estados Unidos, os seus métodos e a criação de uma política americana de “informação” no estrangeiro, desde a I Guerra Mundial. Pretendemos dar a conhecer o processo evolutivo das ações de propaganda, escamoteadas em programas de informação, culturais e educacionais, e assim perceber de que forma se desenvolveram como um complemento essencial da política de segurança nacional dos Estados Unidos da América, e se tal evolução explica a necessidade de criação da *United States Information Agency* (USIA) como instrumento da política externa do governo norte-americano.

Neste sentido, este capítulo encontra-se estruturado em sete partes, de acordo com as diferentes administrações presidenciais envolvidas nessas atividades, criadas em diferentes períodos de guerra, com início em 1917 durante a I Guerra Mundial, passando pela II Guerra mundial e acabando com a USIA no período da Guerra Fria, de forma a percebermos o que foi mudando na política americana de “informação” no estrangeiro, quais os focos de interesse segundo as diferentes administrações e época de atuação, e se alterou, ou como alterou, o funcionamento da *United States Information Agency* no exterior.

No que diz respeito à USIA, pretende-se verificar de que forma as diferentes disputas de política externa entre as várias administrações presidenciais e o Congresso dos Estados Unidos, entre os anos de 1953 e 1968,⁴¹⁵ alteraram o curso das suas ações no exterior, inclusive em Portugal durante o regime salazarista, e que constitui o foco de estudo do terceiro e último capítulo deste trabalho.

Deste modo, e tendo em conta o que foi referido atrás, em primeiro lugar analisa-se a

⁴¹⁴ Palavras proferidas pelo presidente Eisenhower numa cerimónia comemorativa do 10º aniversário da Lei Smith-Mundt. *The New York Times* (1958), *apud* Wang, 2007, p. 25. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 31).

⁴¹⁵ O período temporal escolhido para análise diz respeito ao ano de criação da USIA (1953), o nosso objeto de estudo, e o fim da era salazarista, com a destituição de António de Oliveira Salazar como Chefe do governo de Portugal em 1968. Razão que explica também o porquê do nosso estudo concluir com a Administração Johnson.

Administração do presidente Woodrow Wilson, mais precisamente o período compreendido entre 1917 e 1919, que diz respeito à criação da primeira agência oficial de propaganda dos Estados Unidos, o *Committee on Public Information* (CPI), e o que poderá ter tido influência na criação e desenvolvimento de outras agências de “informação”; de seguida aborda-se a forma como o presidente Franklin D. Roosevelt, durante a II Guerra Mundial, consolidou os serviços de propaganda existentes, analisando ainda nesta parte, a forma como liderou importantes esforços de criação e execução de programas de propaganda, com a fundação do *Office of War Information* (OWI) entre 1942 e 1945; de seguida, e entrando já no período da Guerra Fria, é intenção analisar a Administração Truman, no que diz respeito às medidas tomadas para conter a propaganda comunista soviética na Europa Ocidental, e as dificuldades encontradas num período de tensão entre as duas superpotências, para podermos proceder à análise sobre o que determinou a propaganda como um instrumento da política externa dos Estados Unidos; no subcapítulo seguinte, pretende-se examinar de que forma as ações levadas a cabo pelo presidente Dwight Eisenhower foram diferentes das do seu predecessor, no que diz respeito aos programas propagandísticos do governo, e que constituíram uma guerra psicológica para os corações e as mentes nos EUA e no exterior, e que culminariam na criação da *United States Information Agency* (USIA) em 1953; segue-se outro subcapítulo onde é nossa intenção analisar a importância que Kennedy atribuiu às operações da USIA, no que diz respeito à sua política externa contra o comunismo, e se seguiam os propósitos pelos quais tinha sido criada; por último, pretende-se examinar a forma como as políticas de propaganda durante a Administração Johnson levaram a um ponto de mudança na história da USIA, com a diminuição da sua importância junto do governo norte-americano durante a segunda metade dos anos 1960 e 1970, e que levaram à sua inflexão nos anos 1980 e 1990 e extinção em 1999.

3.1 – Enquadramento

Para melhor compreendermos o papel que a diplomacia pública dos Estados Unidos desempenhou na promoção do “Americanismo”, na construção da identidade nacional do país ao resto do mundo, teremos de recuar até ao ano de 1942, data da publicação da revista norte-americana *Reader's Digest* que, no nosso entendimento, exemplifica bem essa missão. Deste modo, em fevereiro de 1942 era editada a primeira versão em língua portuguesa de uma das revistas mais conhecidas no mundo, a revista *Seleções do Reader's Digest*. Editada e vendida no Brasil e depois importada para Portugal até 1967, ano em que se invertem os papéis e nasce em Lisboa a *Seleções do Reader's Digest* Portugal, que passa a exportar para o Brasil.⁴¹⁶ Criada em 1929 por Dewitt Wallace, foi, segundo o

⁴¹⁶ Site da publicação disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/50_aniversario_2698704.html, consultado em 23.03.2017.

New York Times, a publicação mais vendida no mundo em 1940, só ultrapassada pela Bíblia. Pelo quadragésimo aniversário da revista, em plena Guerra Fria, já contava com 40 edições e era publicada em 13 línguas, inclusive em linguagem Braille.⁴¹⁷

Não estaremos longe da verdade se dissermos que esta revista faz parte da memória de quase todas as famílias portuguesas. Em formato pequeno, bem impressa e fácil de ler, o objetivo desta revista era simples, a difusão do *American Way of Life* na sociedade e cultura portuguesas, pelo que os temas abordados eram selecionados pelos critérios de poder de Washington, embora uma ou outra vez também cedessem à decisão dos escritores. Os textos e as ilustrações transmitiam harmonia, simplicidade e um design cativante, fruto das grandes agências de propaganda norte-americanas.

Na revista *Seleções do Reader's Digest*, encontravam-se artigos com testemunhos de vida americanos interessantes e instrutivos, exemplos inspiradores muito bem contados, dicas práticas sobre variados assuntos, anedotas e adivinhas. Mais do que meros artigos, os textos eram escolhidos de forma a levar os leitores a acreditar num mundo diferente e melhor, onde pessoas ditas “normais” podiam ser heróis.

No período de confusão e reconstrução que caracterizava a Guerra Fria, os países estrangeiros precisavam de livros e revistas na sua língua, que lhes transmitissem esperança no futuro, e o Departamento de Estado dos EUA, e depois a *United States Information Agency* (USIA), assumiram esse compromisso, através de vários programas como o de tradução de livros e revistas, do qual a *Seleções do Reader's Digest* é um exemplo.⁴¹⁸

No caso de Portugal, não por ter saído de uma guerra mundial, mas por estar sob uma ditadura que vivia na censura, na repressão e sob o poder autoritário de Salazar, a população procurava artigos que a entretivessem e, ao mesmo tempo, educassem sobre o mundo cada vez mais complexo, em áreas como ciência, economia ou até mesmo história. A revista *Seleções Reader's Digest* ajudou a preencher essa lacuna. No entanto, não nos podemos esquecer de que o principal objetivo por trás de qualquer esforço de diplomacia pública norte-americana foi sempre a promoção do “americanismo” e a contenção da ameaça soviética, o comunismo.

Este trabalho incide, essencialmente, sobre a *United States Information Agency*, uma agência independente na estrutura governamental norte-americana, criada em 1953, que se dedicou à disseminação da propaganda do governo, disfarçada de diplomacia pública, e dentro desta, a

⁴¹⁷ Artigo completo sobre a revista, disponível em:

<http://www.nytimes.com/2010/10/03/nyregion/03bookwe.html>, consultado em 23.03.2017.

⁴¹⁸ A escritora norte-americana Joanne P. Sharp debruçou-se sobre o papel das revistas na construção da identidade nacional dos Estados Unidos, em particular o impacto da revista *Reader's Digest* na sociedade americana durante a Guerra Fria, do qual resultou a obra - Sharp, Joanne (2000), *Condensing the Cold War: Reader's Digest and the American Identity*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 207 pp.

diplomacia cultural, como já tivemos oportunidade de verificar no capítulo anterior. Importa como tal que se compreenda o que esteve por trás da criação desta agência, os motivos, as políticas, os alvos, e como a política de informação do governo norte-americano se construiu durante o séc. XX.

Para compreendermos melhor não só o que levou à criação da USIA, mas às operações de “informação” do governo dos EUA que envolveram atividades ideológicas no exterior, temos de recuar até à I Guerra Mundial e ao *Committee on Public Information* (CPI), durante a Administração de Woodrow Wilson. Passaremos depois para o período da II Guerra Mundial, na Administração de Franklin D. Roosevelt, com o *Office of War Information* (OWI), para chegarmos então à *United States Information Agency* (USIA), no período da Guerra Fria, o objecto de estudo do nosso trabalho.

3.2 - Wilson e o início da política de “informação” dos Estados Unidos

Como o Secretário Bater assinala, a guerra não foi travada apenas em França. Por trás da linha de fogo, por trás de exércitos e armadas, por trás dos grandes depósitos de abastecimento, outra luta era travada com a mesma intensidade e com importância quase igual de vitórias e derrotas. Era a luta pelas mentes dos homens, pela "conquista das suas convicções", e a linha de batalha ocorreu em cada lar em cada país. (Creel, 1920)⁴¹⁹ As palavras do *Secretary of War* Newton D. Baker⁴²⁰ refletem bem o pensamento do governo norte-americano, durante a Administração de Woodrow Wilson (1913-1921) em relação ao reconhecimento da opinião pública, nacional e estrangeira, no combate ao esforço de propaganda alemão.

A questão da imagem e da reputação de um país não é nada de novo. No entanto, e tal como refere o historiador Jian Wang (2007), “como função formal, organizada do governo norte-americano, esta operação de informação no exterior só começou verdadeiramente durante a Primeira Guerra Mundial, com a criação do *Committee on Public Information* (CPI).”⁴²¹

Logo após a entrada dos Estados Unidos na guerra,⁴²² o presidente Woodrow Wilson, em 13 de abril de 1917, estabeleceu a primeira agência oficial de propaganda dos Estados Unidos, o *Committee on Public Information*,⁴²³ uma agência independente, responsável pela censura,

⁴¹⁹ Creel, 1920: 3. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 32).

⁴²⁰ Newton D. Baker foi *Secretary of War* durante a I Guerra Mundial e presidiu o Conselho de Defesa Nacional, estabelecido em 29 de agosto de 1916. Disponível em: <https://www.wdl.org/en/item/19309/>, *United States Government*, consultado em 26.11.2015.

⁴²¹ Wang, 2007: 22. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 33).

⁴²² Os EUA entram na I Guerra Mundial a 6 de abril de 1917, no seguimento do “telegrama Zimmermann” (a Alemanha procurou mobilizar o México a entrar em guerra contra os Estados Unidos). Mais informação sobre este caso em: <https://www.archives.gov/education/lessons/zimmermann>, *National Archives*, consultado em 17.02.2017.

⁴²³ Executive Order 2549, 1917. Telzrow, 2017: 34.

propaganda e informação sobre a guerra, apoiada pelos *Secretaries of State, War e Navy*, e chefiada por George Creel,⁴²⁴ e que por isso ficou também conhecida por *Creel Committee*. A escolha de Creel deveu-se ao fato de ser um reformador convicto, não se coibindo de atacar os políticos, apelando a reformas populares, como por exemplo a leis trabalhistas, ou ao sufrágio feminino. Como presidente do CPI estava sempre em contato com Woodrow Wilson.⁴²⁵

Segundo a historiadora Whelan (2017), em 1900 quase metade da população branca nos Estados Unidos tinha nascido na Europa ou tinha ascendência europeia, o que levou o presidente Wilson a reconhecer que a nação não estava unida em relação à entrada dos EUA na I Guerra Mundial, particularmente em círculos esquerdistas e pacifistas, e algumas comunidades americanas "hifenizadas", em especial irlandeses-americanos e alemães-americanos, que apelavam à neutralidade dos EUA na guerra.⁴²⁶ O seu objetivo era difundir as razões positivas para o envolvimento da América na Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos e no exterior. Uma tarefa que não se avizinhava fácil, pois apesar de grande parte da população estar solidária com Inglaterra e França, havia uma parte considerável da população que se opunha à guerra, em especial os milhões de americanos de ascendência alemã.⁴²⁷ Possuir cidadania norte-americana não garantia lealdade aos Estados Unidos e aos esforços de guerra aliados. De acordo com o "Relatório do CPI para 1917-1919" existiam catorze grupos étnicos que requeriam a atenção da agência: italianos, húngaros, lituanos, russos, jugoslavos, checoslovacos, polacos, alemães, ucranianos, dinamarqueses, suecos, noruegueses, finlandeses e holandeses. No fundo, pretendia conseguir o apoio de 33 comunidades estrangeiras e falantes de língua estrangeira.⁴²⁸

Os EUA precisavam de homens e mantimentos na frente de batalha, e Wilson confiava nas suas ideias para influenciar o público norte-americano, e mais tarde o público estrangeiro, na concretização do seu objetivo de contra-atacar a propaganda alemã para o esforço global da guerra, e na luta pelos "corações e mentes dos homens."⁴²⁹

Wilson deixou claro que tinha intenção de empenhar todos os recursos disponíveis - "Estamos a mobilizar uma nação, bem como a criar um exército, e isso significa que temos de ter todos os organismos do governo no seu mais elevado grau de eficiência, e guiados por meditada inteligência."⁴³⁰ Uma tarefa que se dividiu em três passos: contribuir com informações sobre o esforço de guerra para reforçar a moral nos Estados Unidos; melhorar a imagem dos EUA no

⁴²⁴ Creel iniciou-se no jornalismo, em Kansas City, Missouri, onde ganhou a reputação de reformador convicto. Trabalhou como editor do *The Independent*, onde atacava publicamente os políticos. Apoiou Woodrow Wilson na sua campanha de reeleição em 1916. Telzrow, 2017: 34.

⁴²⁵ Telzrow, 2017: 34.

⁴²⁶ Whelan, 2017: 144.

⁴²⁷ Palmer e Carter, 2006: 5.

⁴²⁸ Whelan, 2017: 145.

⁴²⁹ Palmer e Carter, 2006: 5.

⁴³⁰ Telzrow, 2017: 34.

exterior, e por último, promover o *American Way of Life*.⁴³¹ O mesmo será dizer, difundir o “Americanismo”, tal como indica o título do livro de Creel - *How we Advertised America; The First Telling of the Amazing Story of the Committee on Public Information That Carried the Gospel of Americanism to Every Corner of the Globe*. Liderado por Creel, o CPI usou todo o tipo de meios de comunicação disponível, de modo a mobilizar a população norte-americana no apoio à guerra. No final de 1918, os seus vários organismos tinham produzido milhares de pósteres, publicações, filmes e discursos por todo o país.⁴³² Neste sentido, podemos afirmar que a promoção da democracia norte-americana no estrangeiro e a reforma democrática interna que Wilson pretendia fazer, através de Creel, estavam interligadas, uma dependia da outra e se uma falhasse, a outra também falhava.

A estratégia de propaganda usada no estrangeiro foi feita, de acordo com Telzrow (2017), através da “criação de uma Secção Estrangeira que introduziu com êxito ao mundo o presidente Woodrow Wilson e a sua visão de ordem internacional.” Esta secção era composta por quatro divisões, consoante o serviço que disponibilizavam: *Wireless and Cable Service* (serviço de notícias), *Foreign Press Bureau* (serviço de imprensa), *Foreign Films Division* (serviço cinematográfico), e o *Four Minute Men Division*, que depois se dividiam em 20 subdivisões e que serviam de suporte da propaganda no exterior para ajudar a obter a mensagem da necessidade de guerra contra a Alemanha.⁴³³

Uma das divisões mais importantes era a “Divisão dos Homens dos Quatro Minutos”, já que empregou mais de 15.000 oradores voluntários que tentavam captar a atenção do público em vários locais, com discursos de quatro minutos cuidadosamente redigidos e supervisionados pelos redatores do *Committee on Public Information*.⁴³⁴ Eram mais de 75.000 pessoas que, enquanto a guerra continuava, foram encorajados a incluir histórias de atrocidades inimigas.⁴³⁵ Quanto ao cinema, encomendou filmes relacionados com o esforço de guerra e produziu filmes mudos como “Pershing’s Crusaders”.⁴³⁶ Mais tarde, os filmes adotaram uma perspectiva mais antialemã, incluindo títulos como “The Prussian Cur”.⁴³⁷

A máquina de propaganda de Wilson e Creel estava montada, e evoluía rapidamente e em vários campos, mobilizando professores, jornalistas, cineastas, ou simples cidadãos. Os seus “escritórios” eram bibliotecas, centros de informação, e até mesmo salas de aula para o ensino de Língua Inglesa. Uma boa ferramenta de propaganda, pois proporcionavam uma oportunidade para se divulgar o

⁴³¹ Wolper, 1993, *apud* Wang, 2007, p. 23.

⁴³² Telzrow, 2017: 34.

⁴³³ Telzrow, 2017: 35.

⁴³⁴ Telzrow, 2017: 35.

⁴³⁵ Murphy e White, 2007: 18.

⁴³⁶ “Pershing's Crusaders” foi um documentário sobre o esforço de guerra do soldado americano durante a Primeira Guerra Mundial. Informação disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/item/2002712072/>, *Library of Congress*, consultado em 29.03.2017.

⁴³⁷ Tradução livre: “O Cão Vadio Prussiano”. Murphy e White, 2007: 18.

“Americanismo”. As suas atividades incluíam, ainda, a criação e distribuição de vários materiais de impressão, como cartazes e panfletos, estabelecimento de salas de leitura, palestras, produção de filmes e desenvolvimento de pacotes educativos sobre a guerra e a natureza do inimigo, para serem distribuídos em escolas e universidades, mais tarde criticados devido ao seu caráter unilateral e simples. Estas atividades eram sempre acompanhadas com notícias ou publicidade aliada.⁴³⁸

O próprio George Creel (1920) descreve a extensão das atividades do CPI, dentro e fora dos EUA:

Não houve nenhuma parte da grande máquina da guerra onde não tenhamos estado, nenhum recurso que não tenhamos utilizado. A palavra impressa, a palavra falada, a imagem, o telégrafo, a rede com cabos, a rede sem cabos, o poster, o cartaz - foram todos utilizados na nossa campanha para que o nosso povo e todos os outros povos do mundo, compreendessem as causas que levaram a América a entrar na guerra. Estamos a tentar "vender" a América ao mundo. (Creel, 1920)⁴³⁹

Um exemplo das ações do CPI em Portugal de que há registo tem a ver com o que foi mencionado atrás sobre a elaboração de cartazes. Como já salientámos, os cartazes foram, juntamente com a rádio e o cinema, uma importante ferramenta para a divulgação de “informações” durante a guerra. Através da *Division of Pictorial Publicity*, o governo norte-americano contratava ilustradores famosos como Charles Dana Gibson, James Montgomery Flagg e Joseph Pennell, para criarem cartazes apelativos ao público nacional e internacional. Eram distribuídos de ambos os lados do conflito, de modo a reunir apoio, aumentar a moral, ou até mesmo incentivar à luta. Os temas iam desde o recrutamento, questões financeiras, ou assuntos relacionados com a frente de batalha ou com problemas nacionais (figura 2.1). Apesar de produzidos em diferentes países, muitos desenhos usavam símbolos e mensagens com o mesmo propósito. O objetivo era, por um lado, passar uma mensagem positiva para a participação dos Estados Unidos na guerra, e por outro, alertar para os perigos do inimigo. Esta unidade também criava gravuras para a imprensa e esteve envolvida numa série de campanhas pró-guerra.⁴⁴⁰ Alguns desses cartazes (24) que entraram em Portugal encontram-se digitalizados na Biblioteca Nacional para quem os quiser apreciar.

⁴³⁸ Murphy e White, 2007: 18.

⁴³⁹ Creel, 1920: 5. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 34).

⁴⁴⁰ Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/world-war-i-posters/about-this-collection/>, *Library Of Congress*, consultado em 05.04.2017.



Figura 2.1 – Cartazes do *Committee on Public Information* (CPI) apresentados em Portugal.⁴⁴¹

Após esta referência, e tendo em conta o que já foi mencionado, importa agora abordar a forma de atuação do CPI no exterior.

Este contava com postos chamados de *United States Information Service* (USIS), chefiados por um *Public Affairs Officer* (PAO), e que tinha sob a sua direção *Information Officers* (OI) e *Cultural Affairs Officers* (CAO). Como se pode verificar, era comum a colocação da cultura e da “informação” no mesmo departamento. As embaixadas funcionavam como os vetores das notícias e anúncios sobre os Estados Unidos.

Podemos constatar que o *Committee on Public Information* tornou possível a Woodrow Wilson disseminar os seus ideais e objetivos à escala mundial, através de relações diplomáticas, de políticas culturais e educacionais, mas sempre com a propaganda como pano de fundo. A máquina de propaganda de Creel foi tão eficaz que o próprio Hitler reconheceu o sucesso do CPI como um modelo de saber fazer propaganda. Embora a intenção de Creel fosse apresentar uma visão honesta e objetiva da guerra, a mensagem que passava era de que os Estados Unidos lutavam contra o mal, e quem discordasse dessa premissa podia ser acusado de cometer um crime.⁴⁴²

No entanto, Creel não via o trabalho do *Committee on Public Information* ligado a propaganda. Para ele, “essa palavra em alemão estava associada a engano e corrupção. O nosso esforço foi educativo e informativo, e não precisamos de nenhum argumento, pois os fatos falam por si.”⁴⁴³

Apesar de ter conseguido apoio a nível nacional e internacional, a forma como o CPI conduziu o

⁴⁴¹ Para consultar as obras digitalizadas aceder: <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/905612.html> da Biblioteca Nacional, consultado em 05.04.2017.

⁴⁴² Telzrow, 2017: 37.

⁴⁴³ Creel, 1920: 4.

esforço de propaganda interna deu origem “a uma grande controvérsia e oposição por parte da imprensa, do mundo acadêmico e dos legisladores, devido a censura e práticas de desinformação.”⁴⁴⁴ De acordo com o historiador David M. Kennedy, (1980), a propaganda do *Committee on Public Information*

usava frequentemente uma face benigna e ... os seus criadores acreditavam verdadeiramente que era ao serviço de uma causa altruísta", mas no geral o que mostrou foi uma " preocupação prepotente pela opinião correta, pela expressão, e pela própria linguagem." A agência de Creel promoveu o chauvinismo, a intolerância e o vigilantismo, uma avaliação que se tornou rapidamente na interpretação dominante tanto do legado de Creel como, no final da guerra, dos poderes de propaganda. (Kennedy, 1980)⁴⁴⁵

Após a Primeira Guerra Mundial, o CPI foi alvo de ataques, pois muitos americanos sentiram que a Administração Wilson usou a agência para induzi-los à guerra, e os jornalistas, em particular, não apreciavam atividades que restringiam a liberdade de imprensa.⁴⁴⁶ Com o fim da guerra, a Câmara dos Representantes votou uma dotação drasticamente reduzida para as operações da agência, e em 30 junho de 1919 o CPI foi abolido.⁴⁴⁷

Podemos dizer, em modo de conclusão, que apesar de ter tido uma vida curta, o *Committee on Public Information* foi muito importante para a política de propaganda norte-americana, desenvolvendo em especial a política cultural do país. Através de escritores, cineastas, artistas e até mesmo de cidadãos comuns, o CPI conseguiu convencer o público obstinado e antiguerra de que os Estados Unidos eram o melhor exemplo de democracia. Creel provou que a propaganda, como ferramenta política do governo, foi necessária em tempo de guerra, quer nos Estados Unidos, quer no exterior, com a divulgação de notícias, filmes, anúncios, cartazes e os “Four Minute Men”.

É certo que, através dos seus vários esforços, o *Creel Committee* criou muitas ilusões, inversas à realidade da época, sobre o inimigo, a atitude da América e a natureza do conflito. No entanto, tinha lançado as bases para as outras agências de propaganda norte-americanas que se lhe seguiram, entre elas a *United States Information Agency* (USIA), a mais importante neste campo durante o período da Guerra Fria, como teremos a oportunidade de demonstrar nos subcapítulos seguintes.

3.3 - Roosevelt e a consolidação dos serviços de informação existentes

Como iremos demonstrar mais à frente, é no período da Guerra Fria que encontramos os programas norte-americanos de cooperação educacional e cultural a funcionar de forma organizada e em pleno,

⁴⁴⁴ Wang, 2007: 23.

⁴⁴⁵ Kennedy, 1980, *apud* Guth, 2002, p. 16. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 35).

⁴⁴⁶ Parry-Giles, 2009: 149.

⁴⁴⁷ Mizrachi, 2015: 2.

como resposta às ideologias propagandeadas pela União Soviética. No entanto, foi durante a II Guerra Mundial que se deram importantes esforços de criação e execução de programas de “informação”, em especial com a fundação do *Office of War Information* (OWI).

As conotações negativas deixadas pelo CPI, e a política internacionalista de Woodrow Wilson, levaram os Estados Unidos a entrar cautelosamente em operações de “informação” no exterior. Entre o fim do *Committee on Public Information*, em 1919, e meados de 1930, a projeção da imagem dos Estados Unidos tinha sido posta de lado. O presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945), como *Under Secretary of the Navy*, tinha testemunhado a forma como Creel levava a cabo os esforços de “informação”, pelo que não queria cometer os mesmos erros.⁴⁴⁸

Entramos no período da II Guerra Mundial. Apesar de existirem programas de intercâmbio com a América Latina desde 1938, é a partir de 1940 que o presidente Roosevelt estabelece as primeiras agências para combater os efeitos da propaganda antiamericana e nazista fascista, disseminada pelo Eixo. Uma dessas agências foi criada com o único propósito de neutralizar a propaganda alemã e italiana na América Latina, o *Office of the Coordinator for Inter-American Affairs* (OCIAA) chefiada por Nelson Rockefeller, que passava a ser *Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA). Em 1945, esta agência viria a chamar-se *Office for Inter-American Affairs* (OIAA). A sua missão era promover relações culturais com Estados latino-americanos, através da criação de bibliotecas binacionais e americanas. Os alvos eram não só os governos, mas também líderes de opinião e a população.⁴⁴⁹

Em julho de 1941, Roosevelt estabelece o *Office of the Coordinator of Information* (COI), chefiado pelo Coronel “Wild Bill” Donovan,⁴⁵⁰ devido ao seu currículo na área das informações (*intelligence*), a área principal desta agência. Um dos seus ramos era o *Foreign Information Service* (FIS), com Robert Sherwood como diretor,⁴⁵¹ para coordenar os programas de propaganda na Europa, que mais tarde seria o núcleo das operações de “informação”.

Após o ataque japonês a Pearl Harbour, e com a declaração de guerra da Alemanha, a entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial era iminente, e se havia alguma resistência ao uso de propaganda como forma de disseminação do *American way of life*, quer por parte do poder político,

⁴⁴⁸ Murphy e White, 2007: 20.

⁴⁴⁹ Roberts, 2006: 57-58.

⁴⁵⁰ William “Wild Bill” Donovan (William J. Donovan) é considerado o pai dos serviços de informações (*intelligence*) norte-americanos. Donovan chefiou o *Office of Strategic Services* (OSS) de 1942 a 1945. O OSS foi a agência precursora da atual CIA. Informação disponível em <https://www.nps.gov/people/william-wild-bill-donovan.htm>, *National Park Service, U.S. Department of the Interior*, consultado em 12.12.16.

⁴⁵¹ Robert Sherwood era dramaturgo e crítico de cinema da revista *Life* e, acima de tudo, um dos confidentes de Roosevelt. A sua nomeação teve por base a sua reputação como jornalista do *The New York Times* e da empresa de rádio e televisão *Columbia Broadcasting System* (CBS), assim como o fato de os democratas e os republicanos o considerarem uma voz apartidária e de confiança. Bishop, 1966, *apud* Roholl, 2012, p. 2.

quer da população norte-americana, tinham sido postas de lado.

Donovan, impressionado com a eficácia dos esforços de propaganda de Goebbels, acreditava que a propaganda devia incluir mentira para combater os métodos nazistas. Por outro lado, Sherwood acreditava que a propaganda devia ser verdadeira para não comprometer a credibilidade e os ideais norte-americanos.⁴⁵² Devido a divergências em relação aos programas de propaganda, foi necessário separar as operações de inteligência e “informação”, pois não podiam estar sob a mesma gestão, e assim, no verão de 1942, o COI é dividido em duas agências. O *Office of Strategic Services* (OSS), com Donovan como seu diretor, ficou responsável pela condução de guerra psicológica contra o inimigo, incluindo a utilização de propaganda negra,⁴⁵³ e pesquisa e análise de informações e contrainformações; o *Office of War Information* (OWI) ficou a cargo do jornalista Elmer Davis, e responsável pelos programas de informação e da propaganda branca e cinzenta,⁴⁵⁴ e onde o presidente norte-americano passa a centralizar as atividades informativas e propagandísticas governamentais existentes, com exceção do OCIAA, que era responsável apenas pelos programas na América Latina.

Tal como o CPI, o OWI também dispunha de duas divisões organizacionais, a nacional e a estrangeira. A divisão estrangeira era o *United States Information Service* (USIS), que consistia em postos espalhados por todo o mundo,⁴⁵⁵ e que antes estava sob tutela do FIS.

A *Voice of America* (VOA) foi incorporada no OWI, e passaria a ser o seu programa principal, ampliando ainda mais as suas emissões de notícias pró-americanas por todo o mundo.⁴⁵⁶ Criada em fevereiro de 1942, era uma das estações de rádio norte-americanas mais importantes, projetada a partir da transmissão internacional da BBC, com o propósito de informar do que se passava no mundo aos países afetados pela guerra, e combater, ao mesmo tempo, a propaganda nazista entre o povo alemão, de modo que a sua primeira emissão foi feita em alemão, embora no fim da Segunda Guerra Mundial já transmitisse em várias línguas, como inglês, francês ou italiano.⁴⁵⁷ No entanto, foi alvo de várias críticas por parte do Congresso, de que as suas emissões promoviam a agenda da Administração Roosevelt, à medida que a guerra se ia aproximando do fim, alguns serviços de difusão foram eliminados ou suspensos. Apesar de ter começado como um empreendimento não-governamental, em 1945 tornou-se parte do Departamento de Estado, e em 1953 seria transferida

⁴⁵² Murphy e White, 2007: 21.

⁴⁵³ Nelson, 1996, *apud* Guth, 2008, p. 312.

⁴⁵⁴ Dizard, 2004, *apud* Roberts, 2005, p. 132.

⁴⁵⁵ USIS é o nome dado aos postos da *United States Information Agency* (USIA) no estrangeiro, e cujo trabalho é realizado por *Foreign Service Officers* destacados em quase todas as embaixadas e consulados norte-americanos, ou ainda, em missões no estrangeiro. Bardos, 2001: 424-425.

⁴⁵⁶ Sager, 2015: 516.

⁴⁵⁷ O locutor William Harlan Hale abriu a 1ª emissão em alemão com as palavras “Stimmen aus Amerika” (Vozes da América). O lema era “A notícia pode ser boa ou má para nós. Vamos dizer sempre a verdade.” Gedmin, 2012: 76.

para a USIA, após a sua criação.⁴⁵⁸

A emissão em português para Portugal não foi exceção a essas mudanças, sofrendo algumas interrupções desde o seu início, em 1942, até 1945. Surgiu novamente em 1951 até 1953, reaparecendo em 1976 até ao ano de 1987 e, por fim, de 1987 até 1993, como se pode verificar na figura em baixo (figura 2.2). A VOA produzia os programas que depois passavam nas rádios locais. A partir de 1976 passou a emitir em português para o Brasil e para África, mais especificamente para Angola e Moçambique. Em 2019 a VOA em português apenas está presente nestes dois países africanos, transmitindo as últimas notícias de África, regionais e locais, assim como notícias internacionais, notícias de desporto, economia, ciência, arte e cultura.

| | |
|-----------------------------------|--|
| Português (para África) | - 1976 até ao presente |
| Português (para a América Latina) | - 1941 a 1945; - 1946 a 1948 (contratou estações de rádio privadas para produção e transmissão de programas para a América Latina); - 1961 a 2001. |
| Português (para Portugal) | - 1942 a 1945; - 1951 a 1953; - 1976 a 1987; - 1987 a 1993 (produziu programas para transmissão em estações de rádio locais). |

Figura 2.2 – Emissões da *Voice of America* (VOA) em Português.⁴⁵⁹

Voltando ao *Office of War Information*, todas as agências então existentes viram as suas funções, ou parte delas, consolidarem-se no *Office of War Information*, como foi o caso do *Office of Facts and Figures* (OFF), *Office of Government Reports* (OGR), *Coordinator of Information* (COI), *Foreign Information Service* (FIS) e o departamento de informação do *Office for Emergency Management* (OEM).⁴⁶⁰ Deste modo, foi possível centralizar os muitos serviços de informação do governo dos Estados Unidos e criar uma única linha de comunicação sobre a guerra.

⁴⁵⁸ Gedmin, 2012: 76. Mais informação sobre VOA ver Krugler, 1999: 27-38; Krugler, 2000, *apud* Mayer, 2001, p. 53; Gedmin, 2012: 75-83.

⁴⁵⁹ Informação Disponível em:

<http://archive.wikiwix.com/cache/?url=http%3A%2F%2Fwww.voanews.com%2Fenglish%2FAbout%2Flanguage-services.cfm>, *Voice of America*, consultado em 04.10.2016.

Para consulta da VOA em Angola e Moçambique aceder a: <http://www.voaportugues.com/>.

⁴⁶⁰ Informação disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=16273>, *The American Presidency Project* (APP), consultado em 28.10.2016. Este estudo apenas considerou as agências relacionadas com os programas de propaganda dos EUA durante os três períodos de guerras, embora, por vezes, surja a referência a agências não analisadas.

A missão do OWI era contra-atacar a propaganda nazista e “fornecer programas de informação concebidos para facilitar a compreensão... das políticas de guerra..., atividades e objetivos do governo”.⁴⁶¹ De acordo com o estabelecido no decreto presidencial assinado por Roosevelt,⁴⁶² o OWI devia “usar a imprensa, a rádio e o cinema nos programas de “informação” destinados a facilitar a compreensão pública sobre a guerra e sobre os programas do governo”, assim como “coordenar atividades para garantir a precisão e consistência do fluxo de informações de guerra para os Estados Unidos e o mundo.”⁴⁶³

As atividades internacionais do OWI variaram entre programas de “informação” específicos em apoio à operação militar, e iniciativas de comunicação da política externa dos Estados Unidos em todo o mundo.⁴⁶⁴ Estava ainda empenhada em retratar e promover o *American Way of Life* - “de um país poderoso, dedicado e saudável” que deseja “defender os melhores interesses de toda a humanidade” - para ajudar a articular os objetivos morais para o envolvimento da América na guerra.⁴⁶⁵

De acordo com Sager (2015), o OWI também levou a cabo guerra psicológica no exterior, através da rádio e da imprensa para subverter o inimigo, e filmes de propaganda realizados por Hollywood, em colaboração com o *Bureau of Motion Pictures*, particularmente importantes para reforçar o apoio nos Estados Unidos.⁴⁶⁶ Tal como referiu o diretor do OWI, Elmer Davis, “a maneira mais fácil de injetar uma ideia de propaganda na mente da maioria das pessoas é através de uma imagem de entretenimento quando não percebem que estão a ser propagandeados.”⁴⁶⁷

Através do *Office of War Information*, juntamente com a incrementação da radiodifusão da VOA e a expansão dos postos USIS por todo o mundo, os Estados Unidos viram aumentada a sua política de propaganda com as nações aliadas. Deste modo, em finais de 1944, Roosevelt decide criar o posto de *Assistant Secretary of State in Charge of Public and Cultural Affairs*, face ao aumento de atividades desenvolvidas relacionadas no campo cultural.⁴⁶⁸

O governo dos EUA constatou que a política externa tinha aumentado em importância durante a guerra, logo era necessário dar mais atenção às relações com os meios de comunicação, a opinião pública americana e estrangeira. Verificou, ainda, que certos programas culturais, tais como as relações de intercâmbio com universidades estrangeiras, tinham de continuar a funcionar mesmo

⁴⁶¹ Winkler, 1978, *apud* Sager, 2015, p. 515-516.

⁴⁶² *Presidential Executive Order No. 9182*. Wang, 2007: 24.

⁴⁶³ Wang, 2007: 24. O Decreto Presidencial Nº 9182 define seis objetivos para o OWI, mas salientamos apenas os dois primeiros, dado que os outros objetivos estão relacionados com o modo como deve ser feita a gestão da agência.

⁴⁶⁴ Wang, 2007: 24.

⁴⁶⁵ Winkler, 1978, *apud* Wang, 2007, p. 24.

⁴⁶⁶ Sager, 2015: 516.

⁴⁶⁷ Koppes e Black, 1988 *apud* Sager, 2015, p. 516. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 36).

⁴⁶⁸ Gómez-Escalonilla, 2014: 280.

que em tempo de paz.⁴⁶⁹

Não podemos, no entanto, deixar de referir que, ao contrário de Wilson com o CPI, Roosevelt não gostava de uma máquina de propaganda oficial, desse modo dava pouca cobertura política ao OWI sempre que não estava de acordo com as decisões do Congresso que o acusava de ser pouco claro em relação à sua política. Tal ambiguidade levou muitos funcionários do OWI, em especial no estrangeiro, a tomar decisões antes de serem aprovadas pelo governo, ou que não iam de encontro à política norte-americana, mas que eles achavam ser as mais acertadas.⁴⁷⁰

Em 1945, com o fim do conflito, o governo dos EUA mostrava-se indeciso quanto à utilidade de propaganda em tempo de paz, e o OWI parecia ter perdido a sua *raison d'être*.⁴⁷¹ O fim da guerra implicava o encerramento das agências e respetivos programas, pois o mundo ia entrar num período de acalmia, onde a propaganda e a guerra psicológica não tinham grande significado. Devido a preocupações orçamentais no Congresso, assim como a pressão dos meios de comunicação oficial emergentes contra a saída de “informação” operada pelo governo, o *Office of War Information* e o *Office for Inter-American Affairs* são dissolvidos a 31 de agosto de 1945, por ordem do presidente Harry Truman.⁴⁷²

Contudo, e como refere o antigo diretor da USIA na Europa, Walter Roberts (2007), apesar das agências formadas durante o período da guerra terem sido dissolvidas, muitos dos seus programas foram preservados, sendo transferidos para o Departamento de Estado, para o já existente *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC), que viria a ser chamado de *Office of International Information and Educational Exchange* (OIE), em 1947. A razão apresentada pelo autor prende-se com o ambiente perturbador criado por Stalin na Conferência de Postdam, realizada meses antes do fim da guerra,⁴⁷³ na qual o recém nomeado presidente Harry Truman,⁴⁷⁴ juntamente com o *Secretary of State* James Byrnes, puderam constatar que o mundo do pós-guerra se tornaria

⁴⁶⁹ Roberts, 2007: 40.

⁴⁷⁰ Por exemplo, um material produzido pelo OWI, “Battle stations for all” (tradução minha: “Postos de batalha para todos”), que procurava explicar as razões para várias medidas do governo norte-americano, de racionamento e controle em tempo de guerra, foi alvo de críticas do Congresso, porque alguns dos aspetos delineados ainda não tinham sido aprovados. Murphy e White, 2007: 21-22.

⁴⁷¹ Wang, 2007: 34.

⁴⁷² Dizard, 2004, *apud* Wang, 2007, p. 34.

⁴⁷³ O líder soviético Joseph Stalin, o primeiro ministro britânico Winston Churchill e o presidente dos EUA Harry Truman, reuniram-se em Potsdam, Alemanha, de 17 de julho a 2 de agosto de 1945 para negociar o fim da II Guerra Mundial. Depois da Conferência de Yalta de fevereiro de 1945, Stalin, Churchill e Roosevelt concordaram em reunir-se após a rendição da Alemanha, para determinar as fronteiras do pós-guerra na Europa. Informação disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/potsdam-conf>, consultado em 20.03.2017. Mais informação sobre as Conferência de Yalta e Potsdam ver Trachtenberg, 2008: 97-106.

⁴⁷⁴ O presidente Franklin Roosevelt faleceu em 12 de abril de 1945, sendo substituído no cargo pelo vice-presidente Harry Truman. Informação disponível em: <http://www.nj.gov/military/korea/biographies/truman.html>, United States Government, consultado em 12.03.2015.

antagónico, por essa razão os programas de “informação” do governo que foram bem sucedidos, durante a II Guerra Mundial, continuavam a ser necessários, mesmo sendo um período de paz.⁴⁷⁵

Com o fim da guerra e o aparecimento de um novo conjunto de desafios, desde a renovação política, social e cultural à reconstrução económica na Europa e no Japão, a União Soviética vê neste esforço uma forma de prosseguir políticas que servissem os seus propósitos. Deste modo, as mudanças no equilíbrio das forças políticas e os conflitos ideológicos vieram dificultar as relações internacionais e alterar as posições de poder relativas de diferentes países.⁴⁷⁶

Esta medição de forças fomentou a separação da Europa em dois blocos político-económicos antagónicos, a bipolarização do sistema internacional, tornada oficial com a divisão da Alemanha em quatro zonas ocupadas pelos países aliados, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética. No entanto, divergências entre os aliados na definição de uma política comum para as diferentes partes levaram à formação de dois territórios: a zona soviética formou a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França formaram a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). A União Soviética apresentava-se assim, como um desafio emergente na forma de ideologia comunista.

De acordo com Corke (1997), em 1947, face à intransigência soviética, Truman reconheceu a necessidade de estabelecer políticas que permitissem desenvolver e implementar solidamente as metas e objetivos da política externa dos EUA.⁴⁷⁷

Este foi um passo notável, pois pela primeira vez o governo norte-americano envidava esforços para influenciar as populações estrangeiras em período de paz. Neste sentido, Truman precisava de suporte legislativo que apoiasse os programas em tempo de paz. A Lei *Smith-Mundt*, a qual analisaremos a seguir, resumia as intenções do governo Truman no que diz respeito aos programas educacionais, culturais e de “informação”, e punha de novo a funcionar a máquina de propaganda dos EUA fora do período de guerra. O Congresso aprovou a *Smith-Mundt Act* em 1948, reconhecendo a importância dos esforços de sensibilização cultural e de propaganda, em relação ao compromisso nacional que os Estados Unidos viriam a ter na Guerra Fria, apesar de tais programas só poderem ser divulgados no exterior.⁴⁷⁸

3.4 - Truman e o início do Programa de Informação pós II Guerra Mundial

Em 1947, os esforços para manter a cooperação entre Washington e Moscovo fracassaram, e perante um novo quadro político nas relações internacionais, o presidente Harry S. Truman (1945-

⁴⁷⁵ Roberts, 2007: 41.

⁴⁷⁶ Lefler e Painter, 2005: 6.

⁴⁷⁷ Corke, 1997: 46.

⁴⁷⁸ Murphy e White, 2007: 22.

1953) tomou medidas decisivas para travar o interesse soviético na Europa Oriental e conter a propaganda comunista. Foi este período de tensão entre as duas superpotências que determinou a propaganda como um instrumento da política externa dos Estados Unidos.

Nos finais da II Guerra Mundial, e com a derrota nazi em vista, o presidente Harry Truman reconheceu a importância das atividades de propaganda no exterior, como parte fundamental da política externa norte-americana, dado que apresentavam “uma imagem justa e completa da vida americana e os objetivos e as políticas do governo dos Estados Unidos.”⁴⁷⁹

Como iremos ver a seguir, durante a Administração Truman os programas de propaganda sofreram várias alterações, tanto a nível de atividades abertas, como secretas.

Para o autor David Guth (2002), a constatação de que os Estados Unidos precisavam de se envolver numa campanha agressiva de comunicação estratégica foi um processo que demorou algum tempo a concretizar-se, e a abolição do OWI a 31 de agosto de 1945 foi um erro.⁴⁸⁰ “A nossa incapacidade de compreender o papel adequado (da política de comunicação) foi fortemente demonstrada ... quando o presidente Truman, por decreto, quase destruiu o aparelho de propaganda montado durante a guerra.”⁴⁸¹ Também o autor Toby Rider (2016) apresenta outros fatores que contribuíram para a demora da Administração Truman em encetar esforços de propaganda, que culminariam com a criação da *United States Information Agency* (USIA), em 1953 pela mão de Eisenhower. Refere ainda Rider que afirma como foi montado o aparato de propaganda durante a II Guerra Mundial foi duramente criticada, quer por Democratas, quer por Conservadores, alegando ter sido “um capricho extravagante”, e que rumores sobre a possibilidade de alguns dos funcionários destes programas serem espões vieram piorar a situação e manchar a reputação dos programas de informação e intercâmbio educacional e cultural. No meio desta crise o orçamento disponibilizado para os programas tinha caído de quarenta e cinco milhões de dólares, para vinte e cinco milhões em 1947.⁴⁸²

A partir de 1947, começaram a delinear-se os esforços de política externa norte-americana, incentivados a partir do “telegrama longo” do embaixador em Moscovo, George Kennan, enviado em 1946 ao presidente e ao *Secretary of State*. Nele, Kennan apresentava algumas das razões por trás da política soviética, da constatação de que a URSS ainda vivia em antagonismo, e que por isso não podia haver coexistência pacífica permanente entre os dois blocos, por conseguinte os EUA deviam continuar a ver a União Soviética como um inimigo, e não como um aliado político.⁴⁸³ Segundo Kennan (1946), Moscovo procurava “minar o potencial político e estratégico geral das

⁴⁷⁹ Belmonte, 2008: 10. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 37).

⁴⁸⁰ Guth, 2002: 18.

⁴⁸¹ Whitton, 1963, *apud* Guth, 2002, p. 18. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 38).

⁴⁸² Hart, 2013, *apud* Rider, 2016, p. 8.

⁴⁸³ Groome, 2015: 119.

principais potências ocidentais" e que "esforços particularmente violentos seriam feitos para enfraquecer o poder e a influência das potências ocidentais", deste modo a paz era impossível e era necessário tomar medidas mais severas em relação à União Soviética. Com estas afirmações, Kennan tinha lançado as bases do que viria a ser a política de contenção dos Estados Unidos.⁴⁸⁴

Os programas de “informação” no exterior eram o instrumento deste desafio, pelo que para evitar controvérsias sobre as funções do *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC), uma vez que havia sobreposição das atividades de “informação” com as atividades culturais, o departamento encarregue por estes programas após o final da II Guerra Mundial retirou a palavra “cultural”, e em 1947 passou a ser *Office of International Information and Educational Exchange* (OIE).⁴⁸⁵ Para gerir esta agência foi nomeado o diplomata George V. Allen, com o cargo de *Assistant Secretary of State for Public Affairs*.⁴⁸⁶

Também neste ano, foram criadas mais duas agências, o *National Security Council* (NSC) e a *Central Intelligence Agency* (CIA). A primeira, responsável pela segurança nacional, questões militares e questões de política externa, e a segunda, pelas atividades secretas do governo.

Como tivemos oportunidade de demonstrar no capítulo anterior, a CIA, apesar de ter sido criada para coordenar as informações secretas (*intelligence*), depressa viu o seu objetivo ser alargado com a inclusão de operações secretas, pois tanto o Departamento de Estado, como os militares não queriam estar associados a este tipo de atividades, as quais nunca desapareceram por completo com o fim da II Guerra Mundial.⁴⁸⁷

Com vista a contra-atacar a campanha de guerra psicológica levada a cabo pela União Soviética, que se expandia por ambos os lados da Cortina de Ferro, e seguindo o apelo de Kennan à aplicação de uma política mais agressiva, de guerra psicológica, em dezembro de 1947 o NSC elaborou um documento, o NSC 4, solicitando ao Departamento de Estado (operações abertas) e à CIA (operações secretas) "a consolidação e coordenação imediatas de todas as medidas de informação externa do governo dos EUA concebidas para influenciar atitudes em países estrangeiros, de forma a concretizar os seus objetivos e neutralizar os efeitos da propaganda antiamericana",⁴⁸⁸ como os postos USIS e as transmissões da VOA. Neste sentido, em junho de 1948, Truman aprova o NSC 10/2, que levaria à criação do *Office of Policy Coordination* (OPC),⁴⁸⁹ responsável por “propaganda, guerra económica, sabotagem, antissabotagem, demolição e medidas de evacuação,

⁴⁸⁴ Kennan, 1946, *apud* Groome, 2015: 119.

⁴⁸⁵ Belmonte, 2008: 30.

⁴⁸⁶ Bogart, 1995, *apud* Guth, 2002, p. 19.

⁴⁸⁷ Corke, 1997: 48.

⁴⁸⁸ Krugler, 2000, *apud* Rider, 2016, p. 9.

⁴⁸⁹ Para diretor da nova agência foi nomeado, em agosto de 1948, Frank G. Wisner, um advogado do Mississippi e veterano do OSS, depois do futuro mestre espião Allen Dulles ter recusado o cargo. Osgood, 2002: 90.

subversão contra Estados inimigos, incluindo assistência à guerrilha, libertação de refugiados, e apoio de elementos anticomunistas dos povos indígenas na ameaça aos países do mundo.”⁴⁹⁰

No entanto, devido a questões burocráticas ligadas à transferência de fundos e pessoal da CIA para o OPC, esta agência operava de forma independente e sem supervisão. Tal fato não evitou que no início, as suas operações fossem um sucesso, como o aumento dos programas de informação e propaganda do Departamento de Estado, o reconhecimento da VOA como um elemento fundamental na guerra das informações ideológicas, e a contenção da ameaça comunista a França e Itália.⁴⁹¹ Em 1949, o OPC empregava apenas 302 pessoas, mas em 1952 cresceu para 2.812, com um acréscimo de 3.142 agentes contratados. Quanto ao orçamento, passou de 4,7 milhões de dólares em 1949 para 82 milhões em 1952.⁴⁹²

Através do OPC, Truman também desenvolveu outro tipo de operações por meio de emigrados descontentes com a União Soviética, de modo a incapacitar a estrutura administrativa do Partido Comunista na URSS e nos países do Leste Europeu. Operações que incluíam ações paramilitares: unidades de guerrilha, forças de sabotagem e outros esforços subversivos para apoiar movimentos de resistência. Emigrados da Rússia, Ucrânia, Romênia, Hungria, Polónia, entre outros países, eram lançados de aviões de guerra norte-americanos não identificados, em locais ao longo do território da Cortina de Ferro para participar em operações paramilitares. No entanto, tornaram-se operações falhadas, pois quase sempre os emigrados eram descobertos pelas autoridades, condenados, sentenciados a campos de trabalho na Sibéria ou, em muitos casos, executados. O público norte-americano foi mantido totalmente em segredo sobre estas operações.⁴⁹³

Tendo em conta muitas das ideias/análises de George Kennan, a Administração Truman estabeleceu duas frentes de ataque: a Doutrina Truman e o Plano Marshall.

Perante o Congresso, a 12 de março de 1947, o presidente Harry Truman, argumentando sobre a possibilidade de a Grécia e Turquia serem vítimas de subversão soviética, pediu autorização para dispor de quatrocentos milhões de dólares em assistência militar e económica, pois acreditava que “... deve ser a política dos Estados Unidos a apoiar os povos livres que resistem contra tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas”.⁴⁹⁴ Como já tivemos oportunidade de mencionar, a Doutrina Truman era, no fundo, o desejo americano de ajudar os outros países do mundo a resistir contra o comunismo da União Soviética, através de um conjunto de práticas do governo, que iremos apresentar ao longo deste trabalho. Neste sentido, este projeto tinha preparado o terreno para o anúncio do Plano Marshall, um ano mais tarde. Estavam estabelecidos os pilares da

⁴⁹⁰ Warner, 1994, *apud* Corke, 1997, p. 49. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 39).

⁴⁹¹ Corke, 1997: 49.

⁴⁹² Osgood, 2002: 90.

⁴⁹³ Osgood, 2002: 91.

⁴⁹⁴ Freeland, 1989, *apud* Guth, 2002, p. 18-19.

política dos EUA, à escala mundial, contra o comunismo soviético.

Em 13 de abril de 1948, o *Secretary of State* George Marshall apresenta o *European Recovery Program* (ERP), ou Plano Marshall,⁴⁹⁵ um programa de recuperação económica destinado à Europa que lutava para se reerguer após a II Guerra Mundial, em especial aos países aliados ao seu regime político, e tal como a Doutrina Truman, o objetivo era prevenir que este continente caísse na esfera de influência soviética e, conseqüentemente, no comunismo.⁴⁹⁶ Entre 1948 e 1954, a gestão dos programas do Plano Marshall eram da responsabilidade da *Economic Cooperation Administration* (ECA) e, depois, da sua sucessora, a *Mutual Security Agency* (MSA). É de salientar que sendo um plano que se destinava a ajudar a Europa, foi aplicado apenas na Europa Ocidental, devido à recusa de participação da União Soviética na conferência sobre o Plano Marshall, e subsequente proibição aos países da Europa de Leste, sob o seu domínio, de participarem também na conferência. Um total de 16 países aceitou o apoio norte-americano. Sendo uma ajuda que se propunha universal, ficou contida no espaço. De acordo com Groome (2015), estes dois compromissos não afastavam os receios dos países da Europa Ocidental quanto à força militar norte-americana na Europa, comparando-a com a da União Soviética. Um receio que ressoou em Washington no rescaldo do bloqueio de Berlim (1948-1949).⁴⁹⁷

Para reforçar o combate ao comunismo e à influência da propaganda soviética em expansão no mundo, e acima de tudo legalizar as atividades culturais e de “informação” que o país desenvolvia no exterior, Truman promulgou a *Smith-Mundt Act of 1948*. Como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, esta lei veio dar jurisdição permanente ao Departamento de Estado, não só sobre as operações internacionais de propaganda, como também sobre os programas de intercâmbio cultural e educacional.

Perante este cenário, e perante o aviso do presidente Harry Truman de que “tinha chegado a altura de os homens e as mulheres do mundo livre enfrentarem a ameaça à sua liberdade corajosamente”,⁴⁹⁸ a 4 de abril de 1949 foi estabelecido o *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), o braço militar do Plano Marshall, e a aliança militar mais importante. Truman tentava travar o comunismo através de uma guerra não declarada. Deste modo, e de acordo com Groome, o presidente dos EUA definiu quatro objetivos para a política externa norte-americana em 1949. O primeiro era reafirmar o compromisso com as Nações Unidas e o “princípio da cooperação

⁴⁹⁵ Uma iniciativa também designada com o nome do seu mentor, daí aparecer referido, por vezes, como Marshall Plan. O montante atribuído pelo governo norte-americano foi de 13 milhões de dólares, o equivalente atualmente a 136 bilhões de dólares. Groome, 2015: 121.

⁴⁹⁶ Groome, 2015: 120-121.

⁴⁹⁷ Groome, 2015: 122.

⁴⁹⁸ Mensagem de Truman ao Congresso sobre “Threat to the Freedom of Europe”, em 17 de março de 1948. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, apud Groome, 2015, p. 122. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 40).

internacional”. O segundo e terceiro objetivos consistiam em apoio continuado, através do Plano Marshall e da aliança da NATO, à Europa Ocidental. Por último, alargar a ajuda externa às "áreas subdesenvolvidas" do mundo, por razões humanitárias e como forma de impedir o avanço soviético fora da Europa.⁴⁹⁹ Este último objetivo ficou conhecido como o *Point Four Program*, destinado à América Latina.⁵⁰⁰

No seguimento da criação da NATO, do lançamento da bomba atómica soviética, e do controlo da China pelo partido comunista de Mao Zedong, o presidente Harry Truman decide fazer da política externa norte-americana a sua prioridade. Em janeiro de 1950 solicita ao *Secretary of State*, e ao *Secretary of Defense*, Dean Acheson e Louis Johnson, respetivamente, uma reavaliação dos objetivos norte-americanos em relação às exigências da Guerra Fria e à segurança americana. O resultado surgiu na forma de documento, o NSC-68,⁵⁰¹ delineado em grande parte por Paul Nitze, diretor do *Policy Planning Staff* (PPS) do Departamento de Estado,⁵⁰² que informava do aumento de perigo para os Estados Unidos e da necessidade de intensificação das operações secretas, incluindo um esforço de propaganda mais amplo e agressivo, com o objetivo último de libertar os Estados satélites.⁵⁰³ Podemos dizer que este documento foi o “empurrão” que os programas de propaganda dos Estados Unidos precisavam para se começarem a desenvolver e expandir. A estratégia de contenção colocou os EUA no centro do mundo, apoiada na teoria internacionalista liberal.

Estas pressões levaram Truman a anunciar a *Campaign of Truth*, em 20 de abril de 1950, perante a *American Society of Newspaper Editors*, uma iniciativa psicológica mundial para prevenir as "mentiras" disseminadas pela União Soviética, e uma demonstração de que a batalha ideológica norte-americana não se restringia apenas à contenção e à “segurança nacional.” O início da Guerra da Coreia, em junho desse mesmo ano, veio reforçar ainda mais esta ideia, de modo que o Congresso aprovou um reforço de oitenta milhões de dólares ao orçamento destinado à propaganda.⁵⁰⁴ Segundo Rider (2016), o resultado da expansão da máquina de “informação” criada por Truman verificou-se, por exemplo, em cinco situações, como foi o aumento drástico do número de funcionários do governo, que de 2.500 em 1949 passou para 12.000 em 1952; dos programas, da *Voice of America* (VOA), que passou a transmitir em 46 línguas, incluindo português, para 100 países, com uma audiência global estimada em cerca de 300 milhões no início da década de 1950;

⁴⁹⁹ Groome, 2015: 124.

⁵⁰⁰ O "Programa Ponto Quatro" foi o nome dado ao programa internacional de assistência técnica e ajuda económica a países subdesenvolvidos da América Latina, que surgiu do ponto quatro do discurso de tomada de posse do presidente Harry Truman em 20 de janeiro de 1949 (segundo mandato), relativo ao quarto objetivo da sua política externa. Macekura, 2013: 127.

⁵⁰¹ Também chamado de *United States Objectives and Programs for National Security*, aprovado por Truman em 30 de setembro de 1950. Belmonte, 2008: 40.

⁵⁰² Nitze substituiu George Kennan como diretor do PPS em 1949. Corke, 1997: 51.

⁵⁰³ Corke, 1997: 51.

⁵⁰⁴ Rider, 2016: 10.

no aumento dos postos de “informação” dos Estados Unidos – os USIS, espalhados por oitenta e cinco países, a distribuir revistas, livros e jornais a um elevado número de visitantes; na produção em excesso de materiais e envio diário desse mesmo material para cerca de dez mil jornais estrangeiros, alcançando um milhão de pessoas por dia através, por exemplo, de filmes traduzidos em mais de 30 línguas; e, ainda, no desenvolvimento do intercâmbio educacional recíproco, que permitiu que milhares de cientistas, acadêmicos, estudantes, artistas, líderes trabalhistas e agricultores pudessem viajar de, ou para os Estados Unidos da América⁵⁰⁵

Tendo em conta a expansão das atividades propagandísticas, secretas e não secretas, sob a jurisdição de vários departamentos, o governo sentiu necessidade de criar um órgão responsável por estas atividades, até então desenvolvidas pelos militares, a CIA, a ECA, o OPC, e o Departamento de Estado. A dúvida estava em quem devia recair essa responsabilidade. Segundo a historiadora Sarah-Jane Corke (1997) havia duas escolas de pensamento. Por um lado, estavam os militares e a CIA, que defendiam a criação de uma nova agência, capaz de lidar com a guerra psicológica e responsável perante o NSC, ou o presidente, e do outro lado, o *Policy Planning Staff* (PPS). Em agosto de 1950, o governo anunciou a criação da *National Psychological Board* (NPB).⁵⁰⁶ No entanto, tendo em conta a necessidade de resolução das divergências entre os departamentos, foi elaborado um relatório contendo três soluções possíveis para este impasse: “mais coordenação departamental sem a criação de uma nova agência; o desenvolvimento de uma nova autoridade de planeamento sem funções operacionais; ou a criação de uma nova agência executiva para assumir todas as operações de guerra psicológica.”⁵⁰⁷

A solução para esta situação chegou a 4 de abril de 1951, com a criação do *Psychological Strategy Board* (PSB), uma agência autónoma, encarregue de coordenar todas as operações psicológicas no exterior lançadas pelo governo, e cuja gestão ficou a cargo de Gordon Gray.⁵⁰⁸ No entanto, dois anos após a sua criação, e mesmo tendo produzido um grande número de estudos, não conseguiu fazer a ligação entre política e operações secretas, colidindo muitas vezes com os peritos da política externa dos Estados Unidos, alcançando apenas alguns dos seus objetivos.⁵⁰⁹ No seguimento de um memorando do governo de 13 de outubro de 1952, sobre o papel do PSB em relação às operações psicológicas, o *Psychological Strategy Board* entra em fase de declínio, culminando com a sua abolição em finais de 1953.⁵¹⁰ Voltaremos a falar deste assunto no

⁵⁰⁵ Rider, 2016: 10-11.

⁵⁰⁶ Corke, 1997: 53.

⁵⁰⁷ Corke, 1997: 53. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 41).

⁵⁰⁸ Apesar de ter sido criada como uma organização independente, era composta por representantes do *Department of State*, *Defense Department* e da CIA. Gray era presidente da *University of North Carolina*, e antigo *Secretary of the Army*. Belmonte, 2008: 46.

⁵⁰⁹ Osgood, 2006 *apud* Belmonte, 1997, p. 46.

⁵¹⁰ O memorando referia que o "PSB em aprovar, orientar e avaliar operações secretas... não obteve os resultados que se esperava... O procedimento de revisão do PSB nunca foi usado... e até à data, o único

subcapítulo seguinte.

Críticas do Congresso e da opinião pública à fraca agressividade da *psychological warfare*, conduzida pela Administração Truman no exterior, levam à criação da *International Information Administration* (IIA), responsável pela implementação da propaganda americana no exterior até à criação da USIA, e a qual passaremos a analisar.

Conforme podemos observar na figura 2.3 (pág. 121), o desenvolvimento do plano de operação da IIA nos países estrangeiros dependia dos postos USIS, espalhados por oitenta e cinco países, e em cento e noventa e quatro missões, apoiada por mais duas agências, a *Technical Cooperation Administration* (TCA) e a *Mutual Security Agency* (MSA). Ambas iniciaram as suas operações como o ramo no estrangeiro do *Office of War Information* (OWI), durante a II Guerra Mundial, e depois sob alçada do Departamento de Estado até à criação da USIA, continuando a exercer as funções que já vinham desempenhando desde a sua criação. De acordo com a figura referida, os programas culturais e de propaganda dos EUA (*Media Services*) apareciam como se fossem água a fluir diretamente para o público estrangeiro (*Audience Groups*) do país, designado de *Country "X"*. Depois das orientações fornecidas pelo USIS, o Departamento de Estado e a IIA determinavam o plano de operações (*Country Plan*) de acordo com os objetivos a alcançar, as atividades possíveis segundo as variantes locais e os recursos disponíveis, assim como os fatores determinantes do país onde iam atuar, isto é, meios de comunicação existentes, atividades não-governamentais, programas da União Soviética e dos Estados Unidos e, ainda, outros interesses estrangeiros. Esses programas seriam o canal utilizado para disseminar os ideais e valores norte-americanos nos corações e mentes do público estrangeiro.⁵¹¹

programa e projeto analisado tinha sido inteiramente dentro da CIA". *Memorandum for the Deputy Director of Plans on the Draft Proposal Program and Project Clearance Procedures*, 10/13/52, TL, PSB, Box 13, *apud* Corke, 1997, p. 58.

⁵¹¹ Fosler-Lussier, 2012: 53.

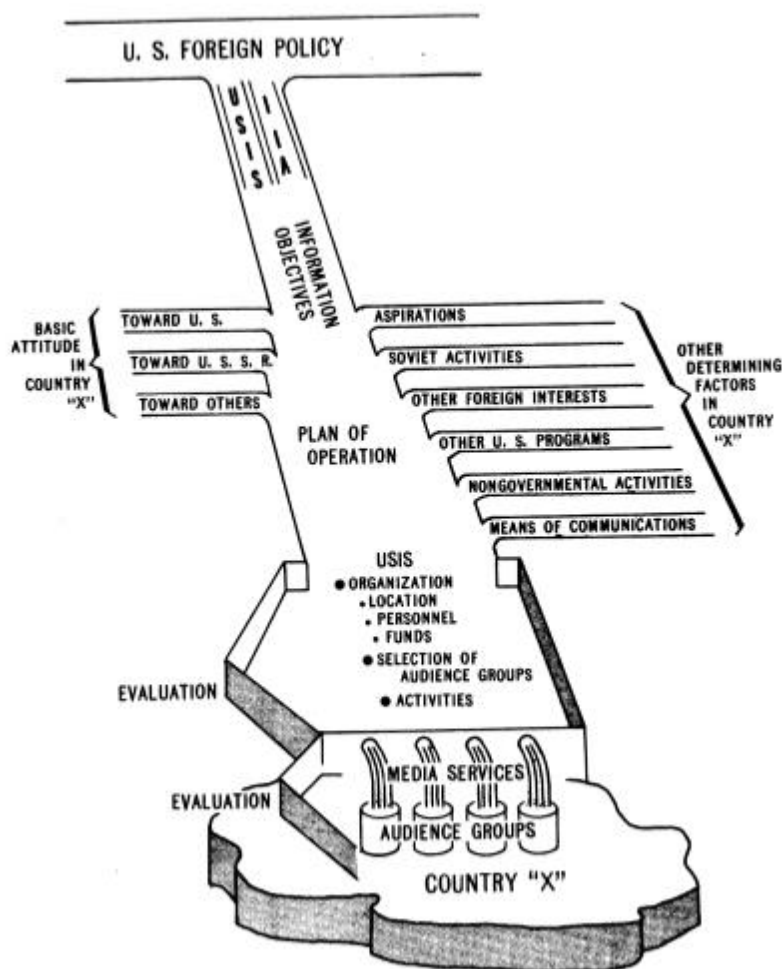


Figura 2.3 – Plano de operação da *International Information Administration* (IIA).⁵¹²

No que diz respeito aos seus objetivos, podemos constatar que para promover a política externa norte-americana como forma de alcançar a paz, a liberdade, e a oportunidade individual, a IIA adaptava-se de forma diferente consoante o foco de interesse de cada área. A estratégia adotada para os países do bloco capitalista passava essencialmente pela cooperação política e militar, de modo a ganhar a sua confiança, e assim resistir ao comunismo do bloco soviético. Já em relação aos países satélite, o propósito seria levá-los a conseguir a independência em relação à União Soviética através de ações e “informações” sobre as políticas norte-americanas, alargando a sua confiança nos EUA. Por último, a União Soviética. O objetivo principal era divulgar o “American way of life”, o desejo de paz e de compreensão junto do povo soviético; assim como, desmentir as informações dadas pelo Kremlin sobre as condições nos EUA e sobre o mundo capitalista.

Estes objetivos iam de encontro ao que o Congresso tinha estabelecido como objetivos fundamentais da Lei *Smith-Mundt* de 1948, a qual, e como já analisamos num subcapítulo atrás, permitia “promover uma melhor compreensão dos Estados Unidos em outros países e aumentar a

⁵¹² Henderson, John W. (1969), “The United States Information Agency”. Praeger Library of U.S. Government department and agencies, no.14.

compreensão mútua entre os povos dos Estados Unidos e pessoas de outros países.”⁵¹³

Depois desta análise podemos então afirmar que, tendo em conta a estrutura interna e os seus objetivos, a IIA foi a precursora da *United States Information Agency*, uma vez que determinou o método de atuação no exterior que a USIA iria seguir.

Era de esperar que a criação da IIA apaziguasse as críticas a Truman daqueles fora do Departamento de Estado, em relação à deficiente condução dos programas de propaganda no exterior. Mas tal não aconteceu, e mesmo dentro da agência havia a percepção de que a questão sobre o controle destes programas ainda não tinha sido resolvida.⁵¹⁴

Uma das vozes críticas ao presidente Harry Truman foi o Senador McCarthy, presidente do *Senate Committee on Government Operations*, que no início de 1953 se juntou aos quatro inquéritos abertos pelo Congresso à IIA, alegando haver infiltrações comunistas nos programas de “informação” dos EUA no exterior. Para piorar a situação, a *International Information Administration* (IIA) foi também confrontada com a possibilidade de significativas mudanças, fruto da eleição de um novo presidente.⁵¹⁵

No final da Administração de Harry Truman, o sentimento entre os norte-americanos era de que a política externa dos EUA não estava a funcionar. A União Soviética tinha criado a bomba atómica e continuava muito presente nos países da Europa de Leste, a China tinha aderido ao comunismo soviético, e as forças militares norte-americanas lutavam numa guerra que não era a do seu país, na guerra da Coreia. O papel das operações de propaganda e atividades de não guerra continuava impreciso, criando conflitos de coordenação entre os diversos departamentos, órgãos do governo, agências como a IIA, ou até mesmo os serviços militares.

Apesar de ter a percepção de que os programas de “informação” têm um papel importante na execução da política externa, só no final da sua governação é que Truman tomou consciência dessa importância, através da “Campanha da Verdade”, um programa agressivo de informação pública. A máquina de propaganda de Truman tinha falhado.

3.5 - Eisenhower e a criação da USIA

Como pudemos verificar no subcapítulo anterior, Truman demonstrou falta de organização e pouco empenho nas operações ideológicas na prossecução dos objetivos da política externa norte-americana, mais direcionadas para a guerra psicológica contra a União Soviética. Neste subcapítulo

⁵¹³ S. REP. NO. 80–811 (1948), *U.S. CODE CONG. SERV. at 1011*, apud Palmer e Carter, 2006, p. 7. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 42).

⁵¹⁴ Guth, 2002: 23.

⁵¹⁵ Guth, 2002: 23.

veremos como Dwight Eisenhower (1953-1961), numa tentativa de reabilitação dos programas propagandísticos do governo, seguiu o caminho oposto.

Ao contrário de seu antecessor, o presidente Eisenhower adotou o uso estratégico de propaganda supervisionada desde o início do seu governo, mais orientada para os resultados do que para a forma como era implementada.⁵¹⁶ Não se inibiu de criticar as políticas de Truman sobre este assunto, que considerava pouco agressivas, e em especial pela perda da China e pela Guerra da Coreia - “Vamos deixar de ter um Departamento de Estado que lida com a política externa de forma indiferente.”⁵¹⁷

Em novembro de 1952, o ex-General Dwight Davis “Ike” Eisenhower é eleito presidente dos Estados Unidos da América, e com ele, uma política externa mais agressiva contra o que os norte-americanos consideravam ser a ameaça comunista no mundo.⁵¹⁸ Para seu *Secretary of State* nomeia John Foster Dulles, a pessoa de confiança de Eisenhower em questões de política externa e que partilha da sua opinião em relação à propaganda como elemento fundamental da diplomacia norte-americana. De acordo com o novo presidente dos EUA, a guerra psicológica era a luta pelas mentes e vontades dos homens, rejeitando qualquer outra definição que a limitasse a simples propaganda, recorrendo por isso à diplomacia, à assistência económica mútua, ao comércio e até mesmo a eventos desportivos para a pôr em prática. Neste sentido, rodeou-se de uma equipa de especialistas para definirem a sua política de “informação”, como foi o caso de Alfred Gruenther, Walter Bedell Smith, C. D. Jackson, Allen Dulles, irmão do *Secretary of State* e ex-diretor da CIA, Lucius Clay, e ainda Nelson Rockefeller, notável empresário e político que participou também nas administrações dos presidentes Franklin Roosevelt e Harry S. Truman.⁵¹⁹

Pouco tempo depois de ter sido eleito, e tendo em vista a “nova” política de “informação” que pretendia desenvolver, Eisenhower estabelece o *Committee on International Information Activities*, também conhecido como *Jackson Committee*.⁵²⁰ Todos os membros desta comissão, exceto um, tinham experiência militar tanto em informações (*intelligence*), como em guerra psicológica. A maioria tinha experiência em meios de comunicação.⁵²¹ O propósito deste comité era consolidar o esforço de guerra psicológica de Eisenhower, mais precisamente, “fazer um levantamento e

⁵¹⁶ Guth, 2008: 314.

⁵¹⁷ Reston, 1953 *apud* Guth, 2002, p. 24. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 43).

⁵¹⁸ Antes de ser eleito presidente dos EUA, Eisenhower foi Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa Ocidental durante a II Guerra Mundial, Chefe do Estado-Maior do Exército, presidente da Universidade de Columbia e chefe militar da NATO. Osgood, 2000: 411.

⁵¹⁹ Osgood, 2000: 414.

⁵²⁰ Chamada assim devido ao nome dos seus membros mais notáveis, William H. Jackson e C.D. Jackson. William H. Jackson era banqueiro de investimentos, antigo diretor da CIA, e o presidente desta comissão, e C. D. Jackson era um executivo da revista “Time-Life International”, um dos conselheiros mais próximos de Eisenhower sobre questões de guerra psicológica durante a Segunda Guerra Mundial, e o primeiro a sugerir a criação da comissão. Guth, 2002: 24.

⁵²¹ Jackson Committee, Box 14, Eisenhower Library *apud* Guth, 2008, p. 315.

avaliação das políticas e das atividades de “informação” internacional do ramo executivo do governo, com especial referência para as relações internacionais e a segurança nacional deste país”.⁵²² Para tal, dispunha até 30 de junho de 1953 para a apresentação de um relatório final com as recomendações sobre as futuras políticas e atividades de “informação” americanas no estrangeiro.

Como iremos ver, e de acordo com o historiador Guth, mais vozes se fizeram ouvir sobre este assunto. A primeira, a *American Legion*, defendia que todos os programas de propaganda e contrapropaganda dos Estados Unidos fossem consolidados numa nova agência. A segunda, o *Hickenlooper Committee*, apelava ao Congresso para que fosse ele a tomar as rédeas da política de propaganda no exterior. A mesma opinião tinha a *Advisory Commission on Information*, mas acrescentando a necessidade de execução de um programa de propaganda mais agressivo.⁵²³ Outra opinião surgiu ainda do *Advisory Committee on Government Organization*. Criado em paralelo com o *Committee on International Information Activities* e chefiado por Néelson Rockefeller, por isso apelidado também de *Rockefeller Committee*, era responsável pela reconfiguração do poder executivo. Segundo este comité, o governo devia criar uma nova agência de informação onde fossem consolidados os programas mais importantes de informação no exterior, e de intercâmbio cultural e educacional, a cargo da USIA, da *Technical Cooperation Administration*, da *Mutual Security Agency* e do *Department of State*.⁵²⁴

Ao mesmo tempo que a comissão elaborava o relatório, com base em entrevistas a 250 pessoas envolvidas em atividades de “informação”, o Senador McCarthy, forte opositor às políticas de propaganda no exterior, levava a cabo uma verdadeira “caça às bruxas”, na tentativa de encontrar culpados da alegada existência de comunistas infiltrados no governo norte-americano, em especial na VOA e no Programa Fulbright, acusados de terem entre os seus funcionários e bolseiros, respetivamente, “simpatizantes cripto comunistas”. Em simultâneo com esta perseguição executava uma depuração nas bibliotecas no exterior, com o objetivo de eliminar das prateleiras todos os livros de autores considerados comunistas.⁵²⁵

O relatório final apresentado pelo *Jackson Committee*, veio confirmar o estabelecido no *Congress Reorganization Plan No.8* de 1953, ou seja, a criação de uma agência de “informação” independente, a *United States Information Agency* (USIA), seguindo muitos dos aspetos recomendados pelo *Rockefeller Committee*.⁵²⁶ A comissão recomendava também a criação do *Operations Coordinating Board* (OCB), para coordenar as atividades de propaganda⁵²⁷ sob a tutela

⁵²² Jackson Committee, Box 12, Eisenhower Library *apud* Guth, 2008, p. 315.

⁵²³ Guth, 2002: 26.

⁵²⁴ Osgood, 2000: 414.

⁵²⁵ Gómez-Escalonilla, 2014: 287-288.

⁵²⁶ Guth, 2002: 26.

⁵²⁷ O OCB era composta pelo Under Secretary of State, o Deputy Secretary of Defense, o Deputy Director for Mutual Security, o Director of Central Intelligence Agency, e um conselheiro pessoal escolhido pelo

do *National Security Council*, “por forma a alcançar uma melhor integração dos programas dos Estados Unidos na luta mundial, e para preencher a lacuna que existiu no passado entre a formulação de objetivos gerais e as ações necessárias para que esses objetivos fossem bem-sucedidos.”⁵²⁸ O *Jackson Committee* também se manifestou contra o uso das expressões “Guerra Fria” e “guerra psicológica”, em detrimento de outras que “descrevam os nossos verdadeiros objetivos,” assim como ao uso de propaganda na prossecução dos objetivos da política externa norte-americana, apelando a que “o tom e o conteúdo devem ser incisivos e diretos, e evitando uma nota propagandística.”⁵²⁹

No outono de 1953, Eisenhower desativa o *Psychological Strategy Board* (PSB), criado por Truman em 1951, por considerar que tinha sido um fracasso no que diz respeito à gestão dos esforços do governo relativos aos programas de propaganda no exterior. As operações psicológicas e atividades de não guerra seguiam orientações diferentes, o que causava conflitos de coordenação. Uma certeza defendida por John Sherman, diretor do *PSB's Office of Coordination*. Segundo ele, “A desagregação entre as decisões políticas e o planeamento operacional... tem estado muitas vezes na raiz das nossas dificuldades na Guerra Fria”.⁵³⁰ Apesar dos problemas que teve de enfrentar, o PSB ajudou a esclarecer quais os objetivos que os Estados Unidos deviam definir em relação a uma política de segurança nacional: unir a administração da segurança nacional a um esforço coordenado e vigoroso de guerra psicológica, em especial em tempo de não guerra.

As obrigações do OCB foram, em muitos aspetos, semelhantes às do PSB mas, ao contrário do seu predecessor, este teve de desenvolver uma estratégia de Guerra Fria que englobasse operações de guerra psicológica.⁵³¹ O *Office of Coordination* estava encarregue de supervisionar o impacto “psicológico” das políticas do governo norte-americano, mas o seu maior contributo para a guerra psicológica residia num planeamento operacional de forma detalhada. Como um ramo do *National Security Council* (NSC), era responsável por traduzir os objetivos gerais traçados pelo NSC em planos operacionais. Devido à sua posição como órgão central de projeção das operações de guerra psicológica, logoencarregue pela escolha dos instrumentos e técnicas utilizadas na implementação das políticas de segurança nacional, o OCB exerceu uma enorme influência na política externa dos EUA.⁵³²

A partir daqui iremos analisar a *United States Information Agency* (USIA), as competências e o

presidente, o special assistant, para o ajudar no planeamento da Guerra Fria (guerra psicológica). Posição ocupada primeiro por C. D. Jackson, e mais tarde por Nelson Rockefeller. Guth, 2002: 29.

⁵²⁸ Guth, 2002: 29. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 44).

⁵²⁹ Comunicado de imprensa da Casa Branca sobre o relatório do *Committee on International Information*, apud Guth, 2002, p. 30. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 45).

⁵³⁰ Palavras proferidas por John Sherman a M. B. Browne, Box 15, apud Corke, 1997, p. 50. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 46).

⁵³¹ Corke, 1997: 59.

⁵³² Osgood, 2002: 97.

papel que desempenhou, primeiro na Administração de Dwight D. Eisenhower, onde foi criada; depois durante a Administração de John Fitzgerald Kennedy; e por fim, no período de Lyndon Johnson, durante o qual começa a entrar em declínio, culminando com a sua extinção em 1999.

Em 2 de agosto de 1953, após uma promessa eleitoral feita por John Foster Dulles relativa à redução das responsabilidades do Departamento de Estado, Eisenhower cria a USIA. Pressionado pelas acusações do Senador Joseph McCarthy ao Departamento de Estado e pela necessidade de reajustamento dos programas de “informação” do governo, Dulles resolve, após a sua eleição como *Secretary of State*, consolidar todas as atividades de propaganda e de assuntos culturais no exterior numa única agência, na *United States Information Agency*.⁵³³ A USIA englobava todos os programas de “informação” no exterior que estavam no Departamento de Estado, incluindo a VOA, à exceção dos programas de intercâmbio educativo que permaneceram neste departamento, por respeito ao Senador Fulbright que defendia a separação destes programas das atividades de propaganda, alegando que ia contra os princípios democráticos dos Estados Unidos. No entanto, Eisenhower realça que “será efetuada uma estreita coordenação dos programas de informação e de intercâmbio educativo pelo Secretário de Estado e o diretor da *United States Information Agency*.”⁵³⁴

A USIA foi fundada dentro do ramo executivo do governo norte-americano para explicar e apoiar os objetivos da política externa norte-americana e os interesses nacionais em todo o mundo, através de postos diplomáticos, os USIS. Tinha ainda por missão combater o comunismo, em especial refutar a retórica anticapitalista da agência de notícias da União Soviética – a TASS (Russo: TACC).⁵³⁵ O seu lema era "Contar a História da América ao Mundo".⁵³⁶ Apesar de ser uma agência independente do Departamento de Estado ainda dependia dele para orientação e supervisão na disseminação visual e impressa da propaganda norte-americana, como um país democrático, capitalista, onde a liberdade individual era respeitada.⁵³⁷

Como tivemos oportunidade de demonstrar no subcapítulo sobre estas duas leis, os mandatos legislativos da *United States Information Agency* resultaram da Lei *Smith-Mundt* de 1948 e da Lei *Fulbright-Hays* de 1961. Com base nestas leis, o propósito da USIA era aumentar a compreensão mútua entre norte-americanos e estrangeiros. Contudo, proibiam, com algumas exceções aprovadas pelo Congresso, que disseminasse “informação” ou materiais dos programas dentro dos EUA. Estes, estavam ainda sujeitos a inspeção pública na sua sede em Washington, DC.

De acordo com o *Government Publishing Office* (GPO), as atividades da USIA tinham por base

⁵³³ Bardos, 2001: 425.

⁵³⁴ Guth, 2002: 29. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 47).

⁵³⁵ Carletta, 2007: 115.

⁵³⁶ Cull, 2008: 96.

⁵³⁷ Schwenk, 1999: 288.

duas premissas chave, tendo em conta a importância do público estrangeiro para a política externa norte-americana. A primeira era informar sobre a vida nos EUA, os seus valores, políticas e interesses como nação, eliminando a ideia errada dada pelo comunismo soviético, e mover outros à ação, de maneira a servir o interesse nacional. Quanto à segunda, devia atuar como um facilitador entre académicos, ou pessoas influentes norte-americanas e estrangeiras, através de intercâmbios e de outros programas. Deste modo, a agência levava a cabo uma série de atividades no exterior, desde envio de livros, bibliotecas, centros culturais, o ensino de Inglês, digressões musicais e artísticas, filmes documentais, exposições, radiodifusão internacional de rádio e televisão, distribuição de transcrições e textos oficiais do governo dos EUA, como declarações políticas importantes, e a promoção e articulação entre instituições não-governamentais norte-americanas e estrangeiras.⁵³⁸

Como ilustra o organograma da USIA (figura 2.4 - pág. 128), os seus cinco principais componentes organizacionais distribuem-se por, e começando pela base, as *Overseas Operations*, responsáveis pelos postos USIS; os *Geografic Offices*, encarregues das seis áreas geográficas do mundo em que existiam USIS, como eram a África, Europa, América Latina, Ásia Oriental e Pacífico, atual Médio Oriente e sul da Ásia e União Soviética e Europa de Leste; os *Media Services*, responsáveis pelos diferentes canais de comunicação, os *Staff Offices*, ou seja, os diretores adjuntos, assessores dos *Directors*, que estavam no topo e eram responsáveis máximos pela gestão da USIA. Desde a sua criação em 1953 até 1978, a estrutura da USIA manteve-se constante, altura em que foi consolidada com o *Bureau of Educational and Cultural Affairs* (ECA). Ao longo do tempo, foram criados e abolidos elementos organizacionais adicionais.

⁵³⁸ *Government Publishing Office* sobre a USIA. Informação disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/GOVMAN-1995-07-01/pdf/GOVMAN-1995-07-01-Pg716.pdf>, consultado em 16.05.2016.

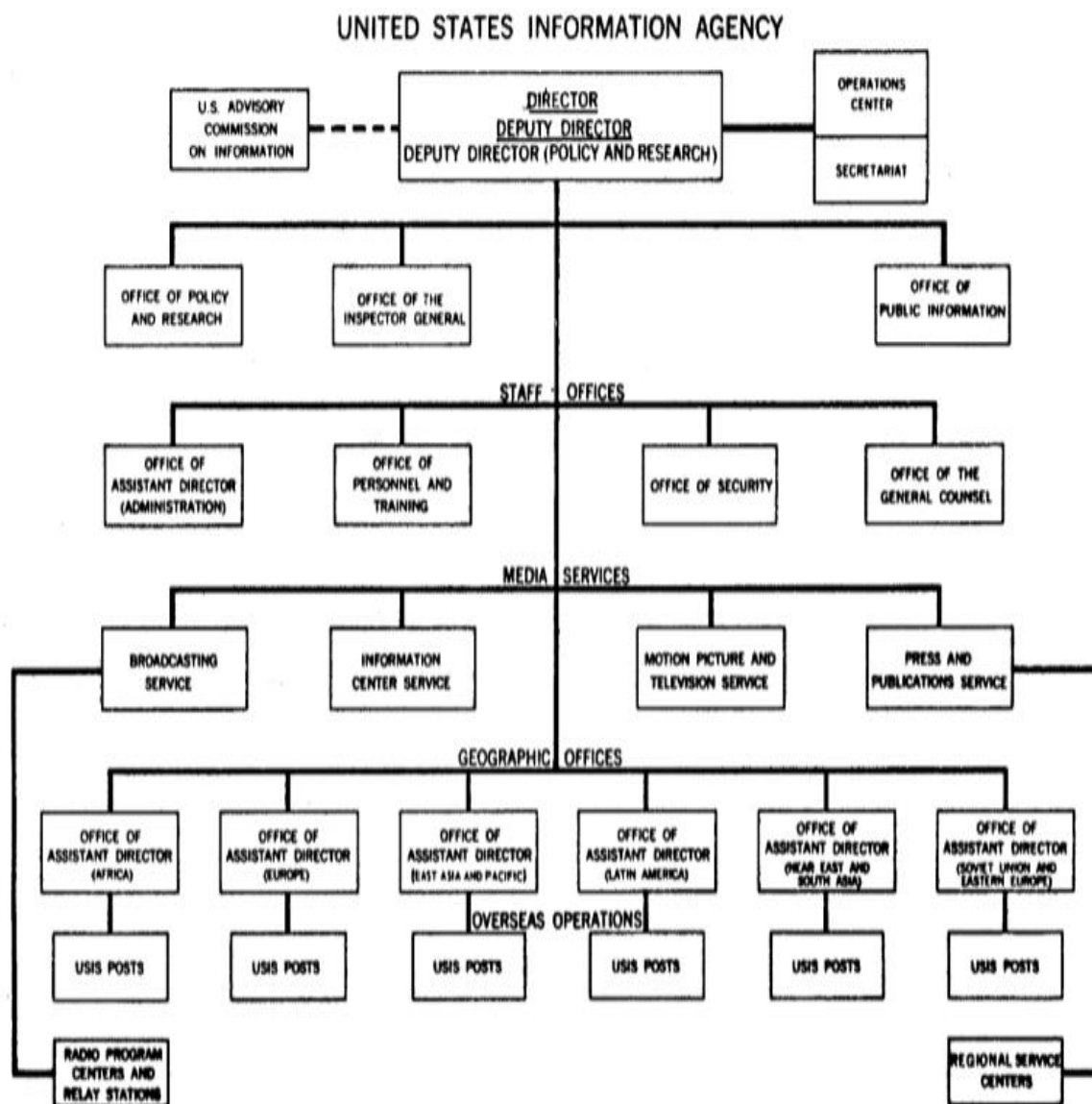


Figura 2.4 - Organograma da USIA.⁵³⁹

Em 30 de julho, o presidente Eisenhower faz uma declaração por ocasião da nomeação de Theodore C. Streibert, (1953-1956) como primeiro diretor da USIA, onde define a responsabilidade da agência,

O nosso serviço de informação no estrangeiro nunca assumiu uma responsabilidade tão grande como a que tem atualmente. O serviço deve apresentar ao mundo, clara e realmente, as políticas e objetivos dos Estados Unidos. Não é suficiente para nós ter políticas sólidas, dedicadas aos objetivos da paz universal, da liberdade e de progresso. Estas políticas devem ser conhecidas e compreendidas por todos os povos em todo o mundo. Essa é a responsabilidade da nova *United States Information Agency*.⁵⁴⁰

⁵³⁹ Henderson, John W. (1969), "The United States Information Agency". Praeger library of U.S. Government department and agencies, no.14, pp. 92.

⁵⁴⁰ Declaração do presidente Dwight Eisenhower sobre as responsabilidades da USIA a 30 de julho de 1953. Informação disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=9658>, consultado em

Inicialmente, Eisenhower não pretendia transformar a USIA num órgão de formulação de políticas. Durante os primeiros quatro anos apenas executou políticas estabelecidas por outras instituições em Washington, mas depois de ter conseguido reparar a reputação que tinha sido destruída durante a “caça às bruxas” do Senador McCarthy ganhou um papel, embora subordinado, de formulação de políticas.⁵⁴¹

Passemos então a analisar as atividades da USIA durante a Administração Eisenhower.

Tal como tinha acontecido com o CPI e o OWI, também na USIA os programas educativos e culturais ficavam no Departamento de Estado e a USIA recebia os ligados à informação e propaganda. Os programas herdados pela USIA incluíam 196 centros de informação e salas de leitura em 53 países, 34 centros binacionais dos 230 centros existentes em 75 países.⁵⁴² Posteriormente recebeu os programas de intercâmbio cultural e educacional, as Bolsas de Estudo Fulbright e publicações em inglês, e em outras línguas, sobre os Estados Unidos.⁵⁴³

O primeiro diretor da USIA, Theodore C. Streibert, era conhecido no meio da radiodifusão por ter um estilo de gestão forte e eficiente, que lhe permitiu mobilizar todos os programas da agência “para ajudar a alcançar os objetivos de política externa dos Estados Unidos usando as ferramentas de informação e persuasão para construir entendimento no exterior dos Estados Unidos, suas instituições, cultura e políticas.”⁵⁴⁴

Foi assessorado por uma equipa administrativa, pelos Departamentos de Política e Pesquisa, por um Inspetor Geral, e os serviços dos meios de comunicação social, incluindo transmissão, informação, cinema, televisão, imprensa e publicações, e por seis diretores assistentes responsáveis por cada grande região geográfica e operações e publicações no exterior.⁵⁴⁵ Em 1955 conseguiu obter assento no *Operations Coordinating Board* (OCB), um órgão inserido na estrutura do *National Security Council* (NSC) ligado à guerra psicológica na política externa e de defesa dos EUA, que lhe permitiu receber todos os documentos da agenda do NSC e direito a estar presente na maioria das suas reuniões; assim se percebe que a USIA contribuiu muito para as discussões de guerra psicológica e operações secretas durante o período de Eisenhower na Casa Branca, ao contrário das administrações seguintes.⁵⁴⁶

No final de 1953, Eisenhower revelou o programa “Atoms for Peace”,⁵⁴⁷ argumentando que as

23.02.2017. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 48).

⁵⁴¹ Osgood, 2006, *apud* Nilsson, 2012, p. 319.

⁵⁴² Mizrachi, 2015: 5-6.

⁵⁴³ Mizrachi, 2015: 6.

⁵⁴⁴ Hausrath, 1981, *apud* Mizrachi, 2015. p.5. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 49).

⁵⁴⁵ Mizrachi, 2015: 5-6.

⁵⁴⁶ Nilsson, 2012: 319.

⁵⁴⁷ Perante 3.500 delegados das Nações Unidas, Eisenhower apresentou e elogiou a campanha "Atoms for Peace", dando descrições gerais da capacidade destrutiva do arsenal atômico dos Estados Unidos.

aplicações pacíficas que se podiam dar à energia nuclear correspondiam ao perigo das armas nucleares. Esta campanha ofereceu uma oportunidade não apenas para apaziguar os norte-americanos sobre a corrida ao armamento, mas também para disseminar propaganda e implantar guerra psicológica a níveis nunca antes vistos. A USIA fez deste programa uma prioridade, distribuindo 16 milhões de panfletos e cartazes por todo o mundo. Também as principais empresas dos EUA foram convidadas a participar, mostrando o nexo entre o governo e os negócios. A *Westinghouse*, por exemplo, enviou panfletos para 35.000 pessoas em mais de 125 países, onde divulgava o programa “Átomos pela Paz”.⁵⁴⁸ Assim como, incentivou a colaboração de entidades privadas neste tipo de campanhas, como foi o caso da Fundação Ford, através de ações que contribuíram para a formação de uma rede política-intelectual transnacional influente, especialmente na área das Ciências Sociais e do Comportamento Humano.⁵⁴⁹

Durante a década de 1950, em especial depois de 1954, os esforços para divulgar uma imagem positiva dos Estados Unidos a nível internacional mobilizaram muitos setores sociais e uma variedade de atividades/programas. O historiador Gómez-Escalonilla (2014) analisou alguns desses esforços financiados pela USIA, ou sob sua autoridade. Foi criada a *Conference Board of Associated Research Councils*, a principal agência assessora no intercâmbio de professores e investigadores.⁵⁵⁰ Os meios estudantis e sindicais não foram esquecidos, pelo que foi estabelecido o *Council of International Programs for Youth Leaders and Social Workers*, juntamente com a *National Association for Foreign Student Affairs*. Ainda no campo educacional, houve um aumento de acordos para promover o intercâmbio cultural e educacional, e foi criado um conjunto de medidas legislativas para simplificar a implementação de programas de assistência técnica. Promoveu-se a difusão dos *American Studies* (Estudos Americanos), que já tivemos oportunidade de tratar no capítulo anterior, assim como a fundação e financiamento das *United States Information Libraries* em todo o mundo, que funcionavam como centros binacionais, ou seja, incluíam bibliotecas ou centros culturais, ensino de Inglês, exibiam filmes e documentários e faziam troca de livros em várias línguas.⁵⁵¹

Consoante as circunstâncias e condições das regiões e países onde eram estabelecidas, estes centros da USIA tinham que refletir os respectivos recursos de pessoal e interesses nacionais, por isso cada uma delas desenvolveu uma abordagem própria no local onde se encontrava. A sua gestão e supervisão estavam a cargo de um *public affairs officer* (PAO), responsável também pela alocação

Belmonte, 2008: 62.

⁵⁴⁸ Osgood, 2006, *apud* Krugler, 2008, p. 151.

⁵⁴⁹ Gemelli, 1995, *apud* Gómez-Escalonilla, 2014, p. 288.

⁵⁵⁰ Esta agência incluía o *American Council of Education*, o *American Council of Learned Societies*, o *National Research Council* e o *Social Science Research Council*, organizações que promoviam a aquisição e disseminação de conhecimento em várias áreas do saber. Gómez-Escalonilla, 2014: 288.

⁵⁵¹ Gómez-Escalonilla, 2014: 288.

apropriada de recursos. O PAO estava sob a supervisão de um *cultural affairs officer* (CAO), geralmente um cargo de início de carreira nos postos da *United States Information Service*, responsável por fornecer assistência a qualquer projeto da USIS, sendo transferido de um posto para outro no país de cada dois a quatro anos, o que constituía um entrave ao bom funcionamento a longo prazo do centro binacional por atores individuais.⁵⁵²

Durante a década de 1950, muitos dos centros incluíam livros e atividades para crianças, atividades culturais como exposições ou concertos de música, enquanto outros funcionavam como centros de pesquisa para líderes políticos locais, jornalistas e estudantes da cultura americana. A maioria das bibliotecas era aberta à comunidade local. Alguns centros eram apenas em inglês, mas a maioria carregava traduções de obras americanas para línguas estrangeiras locais. Alguns países opunham-se à livre troca de ideias e informações disseminadas através das bibliotecas da USIA, o que levou a agência a ter de adaptar os seus planos de ação para enfrentar esses desafios da melhor forma possível.⁵⁵³ Para Bardos (2001),⁵⁵⁴ estes centros binacionais tornaram-se recursos vitais comunitários, uma vez que em muitos países, quando surgiam ameaças de fecho devido a limitações orçamentais, muitos municípios contribuíram para financiá-los e mantê-los abertos.⁵⁵⁵

Com a USIA as operações ideológicas passaram a ter coordenação e estrutura lógica de funcionamento.

Quanto aos seus funcionários, ou agentes, faziam parte de uma equipa que recebia a maior parte da sua formação já em funções. Embora fizessem parte do *Foreign Service*, não eram selecionados de acordo com algum molde diplomático tradicional, já que vinham de áreas diversificadas, mas a sua maioria era constituída por jornalistas e académicos. Chegaram aos cinco continentes através de todo o tipo de transportes, desde comboio, avião, barco e, até mesmo de burro. Qualquer esforço era válido, como o do posto da Tailândia que conseguiu fazer chegar filmes e revistas ao país por meio de uma antiga locomotiva a vapor chamada “Casey Jones Special”. A entrega através do recurso a barcos era comum na Ásia, África e América Latina. No entanto, o transporte mais utilizado pelo USIS era o jipe. Para melhorar a projeção de filmes, ou documentários, a *Willys Company*, produtora de jipes, desenvolveu um modelo especial com um teto reforçado, para servir de plataforma para a projeção de filmes numa parede em branco, em espaços ao ar livre e durante a noite. Mais de 350 dessas unidades móveis do USIS percorreram o mundo durante todo o período da Guerra Fria.⁵⁵⁶

⁵⁵² Mizrachi, 2015: 6.

⁵⁵³ Mizrachi, 2015: 7.

⁵⁵⁴ Arthur Bardos é um antigo funcionário do *Foreign Service Officer*, exercendo funções na USIA em Viena, (duas vezes), Casablanca, Paris, Conacri, Saigão, Bruxelas, Ancara e em Washington, e bolseiro Edward R. Murrow na *Fletcher School of Law and Diplomacy*, em Medford, Massachusetts. Bardos, 2001: 437.

⁵⁵⁵ Bardos, 2001: 131.

⁵⁵⁶ Dizard, 2003: 3.

Para além de obter financiamento para os programas de “informação” no estrangeiro e fornecer assistência externa económica, militar e técnica, o governo de Eisenhower usou o Departamento de Estado para conseguir financiamento para programas culturais como forma de fortalecer a influência americana em todo o mundo.⁵⁵⁷ Entre 1954 e 1955, o “Fundo de Emergência para Assuntos Internacionais”, ao dispor do presidente Eisenhower, gastou cinco milhões de dólares para apoiar a apresentação de “Progressos Industriais e Culturais Americanos” no exterior. Em 1956, o Congresso promulgou a *International Cultural Exchange and Trade Fair Participation Act*, que estabelecia financiamento permanente para os programas culturais no exterior, especialmente a participação em feiras internacionais e a organização de eventos culturais e desportivos, como digressões de equipas de *baseball*, *basketball*, natação, entre outras,⁵⁵⁸ ou digressões por diferentes continentes de músicos, bandas, ou orquestras filarmónicas, como a *Philadelphia Orchestra*, ou a banda de Louis Armstrong, sempre sob os auspícios do Departamento de Estado ou da USIA.⁵⁵⁹

Dadas a conhecer a partir de programas da VOA em solo estrangeiro, as turnés serviram as necessidades do governo dos Estados Unidos, pois mostravam uma imagem de defensores dos direitos civis e interessados em obter apoio financeiro para as artes. Neste contexto, o *jazz* surgiu como um elemento fundamental.

As digressões de bandas de jazz inter-raciais para o exterior serviam para retratar uma imagem de nação sem problemas raciais, e para provar ao mundo o alto nível cultural dos Estados Unidos e que o seu sistema capitalista concedia apoios financeiros à cultura, às artes.⁵⁶⁰ No entanto, e tal como refere Penny Von Eschen (2006), este foi um programa muito criticado pelo Congresso norte-americano, por essa razão o Departamento de Estado “tentou muitas vezes proteger a agenda integracionista das digressões – a mensagem diplomática central – do público conservador em casa.”⁵⁶¹ Refere ainda a autora, que também os próprios músicos envolvidos criticavam esta situação, pois representavam um país que pregava a liberdade, a democracia, mas que discriminava a população de origem africana, tendo em conta que nesta altura ainda se vivia o regime de segregação racial nos EUA.

Os artistas de jazz americanos tornaram-se embaixadores culturais em todo o mundo, durante a Guerra Fria. A mistura de grandes artistas negros, como Dizzy Gillespie, Duke Ellington e Louis Armstrong, e músicos brancos como Benny Goodman e Dave Brubeck, ajudou a combater as críticas internacionais ao racismo e à segregação na sociedade norte-americana. Ao mesmo tempo, a música jazz era uma contribuição cultural exclusivamente americana que aspirava igualar o que

⁵⁵⁷ Carletta, 2007: 115.

⁵⁵⁸ Osgood, 2006, *apud* Carletta, 2007, p. 115.

⁵⁵⁹ Bardos, 2001: 132.

⁵⁶⁰ Carletta, 2007: 116.

⁵⁶¹ Von Eschen, 2006 *apud* Brown, 2006: 80.

consideravam superioridade europeia e soviética, a música clássica e o *ballet*. Ainda segundo Penny Von Eschen (2006), o aspeto mais significativo desta situação, e tendo em conta o contexto em que se insere, foi a capacidade de conseguir penetrar a Cortina de Ferro e influenciar outros onde existia muito pouco no campo do intercâmbio cultural e ideológico. Dá como exemplo desta conquista as tentativas de músicos de jazz russos de participarem em *jam sessions* ou quererem falar com membros de bandas americanas.

Neste contexto, Gómez-Escalonilla (2014) destaca a cultura de massas de origem norte-americana, com uma presença sem precedentes em muitos países. Segundo o autor, “começaram a surgir com maior profusão os ritmos do *jazz* e do *rock and roll*, o romance negro, a banda desenhada e a literatura de ficção, a arte contemporânea e o urbanismo norte-americano, os jornais e as revistas, os filmes e mais tarde as séries de televisão”. Refere ainda, e no que diz respeito à arte, que Nova Iorque passou a ser considerada a capital mundial da arte, ultrapassando a sua rival europeia Paris, desenvolvendo, por exemplo, o MoMA (*Museum of Modern Art*), um processo que contou com o apoio da USIA e da Fundação Rockefeller, sem minimizar o apoio do governo em numerosas outras ocasiões.⁵⁶²

A USIA também usou filmes e documentários para captar audiências, como a emissão do início do programa espacial para todo o mundo. O financiamento e a tecnologia permitiram que a televisão se tornasse num fator em crescimento dos programas da agência norte-americana, principalmente por muitas pessoas não terem televisão, ou nunca terem assistido a programas televisivos em direto.⁵⁶³ Foi precisamente um documentário em cinco filmes produzido pela USIA intitulado “Nine From Little Rock”, que deu origem a uma das mais notórias crises de direitos civis do país, pondo em causa a imagem dos Estados Unidos como país defensor da liberdade e democracia, perante o mundo.

Em setembro de 1957, a USIA dava a notícia e passava as imagens, a partir da *Central High School* em Little Rock, Arkansas, do drama vivido por nove crianças afro-americanas impedidas de entrar nessa escola. Eisenhower viu-se obrigado a enviar a *101st Airborne Division* do Exército Americano para acompanhar as crianças, protegendo-as das ameaças verbais e físicas de brancos. Esta situação ensombrou tanto a Administração Eisenhower, mais precisamente os seus esforços de relações públicas em mostrar que os Estados Unidos defendiam a democracia, como a credibilidade da USIA, que disseminava materiais onde mostrava a vida dos americanos negros em crescente melhoria.⁵⁶⁴ O documentário, “Nine From Little Rock”, ganhou o Oscar de melhor documentário no ano de 1964. Outro filme de sucesso patrocinado pela USIA foi “John F. Kennedy: Years of

⁵⁶²Gómez-Escalonilla, 2014: 288.

⁵⁶³ Bardos, 2001: 131.

⁵⁶⁴ Schwenk, 1999: 289.

Lightning, Day of Drums”.⁵⁶⁵ Dias depois do assassinato do presidente Kennedy a USIA pediu ao cineasta independente Bruce Herschensohn que escrevesse e dirigisse o filme. No ano seguinte, Herschensohn apresentou um filme de noventa minutos sobre os sucessos da presidência de Kennedy, o qual foi amplamente utilizado pela USIA durante a década de 1960.⁵⁶⁶

Como tivemos oportunidade de verificar, a USIA surgiu ao mundo como a agência norte-americana que, através de uma série de atividades e programas, dava a conhecer de forma aberta a política externa dos EUA, assim como os seus valores, cultura, povo, o “American way of life”. Eisenhower também apostou em programas de guerra psicológica, desenvolvidos tanto em casa como no exterior, incluindo campanhas específicas sobre temas de carácter propagandístico, como a “Atoms for Peace” ou “People-to-People”, que apresentavam uma imagem da vida diária nos Estados Unidos, uma vida numa sociedade sem classes, e onde a abundância económica era compartilhada por todos.⁵⁶⁷ A USIA também dispunha de uma estratégia secreta para alcançar os públicos estrangeiros. À medida que a década de 1950 chegava ao fim, a USIA operava em mais de 200 postos em 91 países não comunistas na Europa, África, Ásia, Oriente Médio e América Latina.⁵⁶⁸

De acordo com o historiador Osgood (2008), a luta cultural, psicológica e ideológica levada a cabo por Eisenhower para conquistar a confiança e o apoio dos outros países, foi tão significativa como o conflito económico, militar e político entre o bloco comunista soviético e os blocos ocidentais, pois Eisenhower estava determinado a ganhar a Guerra Fria através da guerra psicológica e da propaganda.⁵⁶⁹

Através dos meios de comunicação à disposição da máquina de propaganda de Eisenhower, a sociedade norte-americana ficou mais próxima do resto do mundo, um impacto mais fácil e rápido de alcançar do que se tivesse sido feito através de embaixadas ou consulados.

3.6 - Kennedy e a reestruturação da USIA

John Fitzgerald Kennedy chegou ao poder em 1961, com a convicção de que o seu antecessor não tinha conseguido combater as ameaças do comunismo soviético, nem disseminar os benefícios do modelo dos Estados Unidos e os objetivos da política externa norte-americana em certas partes do mundo, em especial junto dos países formados após o processo de descolonização em África,

⁵⁶⁵ O filme divide o legado de Kennedy em seis partes, uma das quais sobre direitos civis. Tal como acontece com as outras seções, o filme baseia-se em notícias e na narração do ator Gregory Peck para transmitir uma mensagem positiva de Kennedy. Schwenk: 1999: 288.

⁵⁶⁶ Schwenk: 1999: 288.

⁵⁶⁷ Carletta, 2007: 115-116.

⁵⁶⁸ Osgood, 2006, *apud* Krugler, 2008, p. 151.

⁵⁶⁹ Osgood, 2008: 149

América Latina e Ásia, onde se intensificavam relações de cooperação com os seus antagonistas. A esta situação somava-se o fato de a União Soviética começar a mostrar-se uma forte oponente em termos de poder técnico e científico, após o lançamento do primeiro satélite, o *Sputnik I*, em 1957.⁵⁷⁰ Os territórios de África, América Latina e Ásia seriam um dos objetivos da sua política externa, um grande desafio no período mais quente da Guerra Fria, pelo que a política de propaganda seria fator determinante. Uma tarefa da responsabilidade da *United States Information Agency* e dos seus postos USIS espalhados por todo o mundo, que Eisenhower no passado, e depois Kennedy, exploraram para divulgar a sua política externa. A escolha do diretor para a agência era, por isso, muito importante para JFK.

Depois de alguns nomes pensados e consultados a escolha recaiu sobre o presidente da *Columbia Broadcasting System* (CBS), Frank Stanton, mas este recusou. No entanto, e nas palavras do historiador Cull (2003), Frank Stanton sugeriu “o jornalista mais conhecido da época e figura lendária da América liberal, um homem com a reputação de explorar o jornalismo, Edward R. Murrow”.⁵⁷¹ Kennedy aceitou a proposta e escolheu Murrow para diretor da USIA. Jornalista da CBS, era conhecido pela sua objetividade e veracidade na reportagem; tinha feito a cobertura da Segunda Guerra Mundial na Coreia, e conseguiu mudar a opinião pública contra o senador McCarthy.⁵⁷² James Reston, jornalista do *The New York Times* referiu-se a ele como,

o melhor dominador de taco canhoto da Cristandade, e o mais importante repórter da sua época, recebeu a tarefa de disseminar a propaganda do seu país no estrangeiro. Tendo em conta as correções que tem de fazer, é um bom trabalho, pois nenhum país teve uma história melhor para contar, ou falhou tão lamentavelmente em contá-la bem, como os Estados Unidos, desde o fim da guerra... Sem dúvida, Ed Murrow tem as qualidades para esse trabalho. Ele tem a poesia da nação nos seus ossos... (Dizard, 2003)⁵⁷³

Kennedy prometeu-lhe acesso às reuniões do *National Security Council* (NSC) e voz ativa na discussão de políticas para o país.⁵⁷⁴ Murrow aceitou com base nesses fatores, mas deixou claro que pretendia dizer a verdade sobre os Estados Unidos da América.⁵⁷⁵ O novo diretor da USIA, rapidamente ganhou o respeito do presidente. De acordo com Thomas Sorensen, “com o passar dos meses, a apreciação de Kennedy por Murrow e pela USIA cresceu.”⁵⁷⁶

As imagens eram muito importantes para a Administração Kennedy, pois tinha consciência do seu poder de influenciar o que a sociedade pensava ou não sobre determinado assunto, por conseguinte a questão da imagem internacional dos Estados Unidos em relação à União Soviética

⁵⁷⁰ Gómez-Escalonilla, 2014: 290.

⁵⁷¹ Cull, 2003: 26.

⁵⁷² Cull, 2003: 23.

⁵⁷³ Dizard, 2003: 44. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 50).

⁵⁷⁴ JFKL, NSF, Meetings and Memoranda, 1961, *apud* Cull, 2003, p.27.

⁵⁷⁵ Cull, 2003: 27.

⁵⁷⁶ Sorensen, 1968, *apud* Haefele, 2001, p.71.

tornou-se uma questão crucial na sua agenda política.⁵⁷⁷ Neste sentido, e de acordo com Haefele (2001), Kennedy levou a opinião pública mundial muito a sério, algo que se refletiu na sua atenção às atividades da USIA, nas suas pesquisas e iniciativas por todo o mundo, através de relatórios, sondagens de opinião e resumos que exigia frequentemente à agência.⁵⁷⁸

Durante o período de Kennedy, a agência prosperou de forma impressionante. Sob a direção de Murrow e a retórica de “não pergunte o que o seu país pode fazer por si”,⁵⁷⁹ a USIA teve ao seu dispor todo um leque de pessoas talentosas dispostas a cooperar com a agência, como foram escritores, oficiais, apresentadores de televisão, ou até mesmo cineastas, mas foi uma colaboração que não sobreviveu ao choque causado pela guerra do Vietname.⁵⁸⁰

Os diretores da USIA nunca fizeram parte da discussão e planeamento da política externa dos seus governantes. Contudo, Murrow foi uma exceção, apesar de, e como refere Haefele (2001), a relação entre a USIA e o presidente dos EUA nem sempre ter sido de lealdade. Kennedy excluiu a USIA do apoio norte-americano a uma invasão de Cuba, e Murrow só soube do plano porque Tad Szulc, jornalista do *The New York Times* avisou Donald Wilson, vice-diretor da USIA, duas semanas antes do dia da invasão.⁵⁸¹ Apesar de enviar vários memorandos não solicitados a Kennedy sobre questões de política externa, Murrow sentiu-se traído após o desastre da Baía dos Porcos em 1961. Quando confrontou Kennedy com a situação, declarou que esperava ser informado de uma decisão política antes da sua decolagem e não apenas na aterragem. A sua observação refletia a situação que se verificava no início da década de 1960, mas Murrow não aceitava essa situação, daí querer ser informado antes de qualquer decisão de política externa, para poder articular a informação da melhor forma possível para o público estrangeiro.⁵⁸² Essa prova surgiu em outubro de 1962, durante a Crise dos Mísseis em Cuba. Apesar de se encontrar hospitalizado com pneumonia, Murrow garantiu que a USIA fosse representada no *Executive Committee* (o órgão deliberativo chefiado por Kennedy) pelo seu vice-diretor, Donald Wilson. Através da rádio, da imprensa e televisão, a USIA divulgou para o mundo a descoberta dos mísseis soviéticos em Cuba. Ao expor os fatos e criar apoio internacional para a posição dos EUA neste conflito, a USIA comprovou a sua capacidade operacional, especialmente durante uma crise.⁵⁸³

⁵⁷⁷ Cull, 2003: 26.

⁵⁷⁸ Haefele; 2001 *apud* Cull, 2001, p. 2.

⁵⁷⁹ Durante o discurso inaugural John F. Kennedy proferiu uma frase que ficou para a história, "Não pergunte o que o seu país pode fazer por si - pergunte o que você pode fazer pelo seu país", desafiando todos os americanos a contribuir de alguma forma para o bem público. Kennedy Presidential Library and Museum. Informação disponível em: <https://www.jfklibrary.org/Education/Teachers/Curricular-Resources/Elementary-School-Curricular-Materials/Ask-Not.aspx>, consultado em 11.04.17.

⁵⁸⁰ Haefele; 2001 *apud* Cull, 2001, p. 1.

⁵⁸¹ Haefele; 2001 *apud* Cull, 2001, p. 2.

⁵⁸² Roberts, 2007: 50.

⁵⁸³ Krugler, 2007: 61.

Mesmo antes de Kennedy tomar posse como presidente, criou um conjunto de grupos de trabalho, as “task force”, para determinar quais as principais áreas de interesse para a sua política externa, incluindo um destinado à USIA. Em pouco mais de um mês, a *task force* encarregue da USIA consultou 22 acadêmicos, jornalistas e especialistas em diversos assuntos.⁵⁸⁴ Estas *task force* também estavam encarregues de arranjar soluções sobre como a agência podia aumentar o prestígio dos Estados Unidos no exterior. Todas elas recomendaram o fortalecimento da USIA.⁵⁸⁵ JFK tinha, acima de tudo, de alterar a sua forma de atuação se queria mudar a imagem dos Estados Unidos perante o público estrangeiro, em parte devido às vitórias do comunismo, como a ascensão de Fidel Castro como Primeiro Ministro de Cuba, ou o apoio da União Soviética e China ao Vietname do Norte. Durante a campanha de 1960 para as eleições presidenciais, Kennedy referiu que a ascensão de Fidel Castro ao poder era uma prova da situação de declínio em que Eisenhower tinha deixado os Estados Unidos. Para o presidente norte-americano, tirar Cuba a Fidel Castro, ao mesmo tempo que prevenia outras situações idênticas no mundo, seria um objetivo central da sua política externa a partir do momento em que assumisse o poder.⁵⁸⁶ Perante esta situação, para que o público estrangeiro soubesse a posição dos Estados Unidos em relação à Crise dos Mísseis Cubanos, para evitar mal-entendidos e, ao mesmo tempo, encorajar o povo cubano a revoltar-se, a USIA decide passar a gerir diretamente as transmissões da VOA em 1962.⁵⁸⁷

Sob a presidência de Kennedy, a USIA embarcou num esforço para saber a opinião do mundo “sobre os EUA e as grandes questões internacionais.” Desde Caracas a Bangkok, a USIA contratou secretamente pesquisadores locais para saber qual a opinião das pessoas sobre os Estados Unidos e o seu poder. O resultado da pesquisa não agradou a Kennedy. Apesar de uma “opinião geralmente boa em relação aos EUA” em todos os países, muitos ainda defendiam que os EUA “atrapalham a União Soviética no poder militar, nuclear e convencional”, e que a Europa Ocidental via os soviéticos como militarmente mais fortes, e que o respeito pelo poder norte-americano era mínimo em partes do mundo em desenvolvimento.⁵⁸⁸ Esta pesquisa mostrou a Kennedy que a imagem dos Estados Unidos tinha decrescido no seu primeiro ano no poder. Era imperativo fazer uso da propaganda, naquele momento mais do que nunca, e para Kennedy a USIA devia “ajudar a alcançar os objetivos da política externa dos EUA (a) influenciando as atitudes públicas em outras nações, e (b) aconselhando o presidente, seus representantes no exterior e os vários departamentos e agências sobre as implicações de opinião pública sobre as políticas, programas e declarações oficiais

⁵⁸⁴ JFKL, Pre-presidential papers, 1960, *apud* Cull, 2003, p. 26.

⁵⁸⁵ Sorensen, 1968, *apud* Haeefe, 2001, p. 70.

⁵⁸⁶ Holland, 1993: 649.

⁵⁸⁷ Cull, 2003: 34.

⁵⁸⁸ Haeefe, 2001: 63.

presentes e futuras.”.⁵⁸⁹ O presidente reconheceu publicamente que a opinião do mundo era fundamental para a sua política externa, em especial a opinião do Terceiro Mundo. Estas pesquisas mostraram, ainda, as atividades de propaganda comunista no México, a reação estrangeira ao conflito racial americano, a influência de Castro sobre a América Latina, a reação estrangeira ao satélite Telstar, e as reações aos seus discursos e visitas de Estado. Nesta ação a USIA apresentou estudos conjuntos com a CIA.

Kennedy continuaria a usar a *United States Information Agency* como o meio principal para aumentar o prestígio dos Estados Unidos no exterior, enfraquecido pelo fracasso da Baía dos Porcos, pelo que a batalha por uma opinião mundial favorável adquiriu um tom mais urgente.⁵⁹⁰

Mas a grande questão mantinha-se: quais seriam os esforços de Kennedy para aumentar o prestígio norte-americano no exterior, ameaçado pelo poder soviético? Um medo mais forte em relação às nações subdesenvolvidas em África e na América Latina.

Partindo desta questão, ou preocupação, JFK decide estreitar as relações com o continente africano, através de programas de ajuda económica, como um meio para encorajar o aumento do investimento empresarial americano em África, principalmente através do apoio às aspirações nacionalistas africanas, ao desenvolvimento da economia e da educação.

Em 3 de novembro de 1961, o presidente norte-americano criou a *United States Agency for International Development* (USAID),⁵⁹¹ tendo por base o sucesso do Plano Marshall após a Segunda Guerra Mundial, e que permitiu aos países empobrecidos pela guerra reconstruírem as suas infraestruturas e fortalecerem a sua economia.

Esta agência concentrou uma série de organizações e programas de assistência externa, e foi colocada dentro do Departamento de Estado. O presidente Kennedy viu na USAID um meio de satisfazer os líderes empresariais que o haviam apoiado durante a campanha eleitoral, ao mesmo tempo que aumentava as exportações dos EUA.⁵⁹²

Ao criar esta agência, Kennedy fez do comércio o seu maior objectivo legislativo de 1962, conseguindo levar a discussão no Congresso a *Trade Expansion Act of 1962* (Lei de Expansão do Comércio),⁵⁹³ que lhe permitiria negociar reduções tarifárias com o *European Common Market* (ECM). Um exame atento a estas questões revela que a Administração Kennedy viu os programas

⁵⁸⁹ USIA, 1963 *apud* Haeefe, 2001, p. 68. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 51).

⁵⁹⁰ Haeefe, 2001: 77.

⁵⁹¹ Angelo e Davies, 2015: 156.

⁵⁹² Angelo e Davies, 2015: 162-163.

⁵⁹³ Esta lei estipulava 3 objetivos: (1) estimular o crescimento económico dos EUA ao conservar e ampliar os mercados externos aos seus produtos; (2) fortalecer as relações económicas com os outros países, através do desenvolvimento de um comércio aberto e com as mesmas condições para todos, sem discriminar ninguém; e (3) evitar a entrada económica comunista.

Informação disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-76/pdf/STATUTE-76-Pg872.pdf>, consultado em 12. 03. 2019.

de ajuda económica da *United States Agency for International Development* como um meio para resolver o défice da balança de pagamentos dos Estados Unidos, proteger a indústria africana das ameaças de importação ao promover, por um lado, o desenvolvimento económico africano, e por outro, encorajar o aumento do investimento empresarial norte-americano em África.

Quando o Congresso outorgou autoridade à USAID para conceder doações plurianuais a países em desenvolvimento, foi preparado um programa para a USAID desenvolver ligações com empresas norte-americanas que estivessem interessadas em investir em África.⁵⁹⁴ A USAID tornou-se no canal pelo qual a ajuda económica do governo norte-americano e o capital privado fluíam para esse continente. Ao facilitar as ligações políticas entre a USAID e o investimento empresarial americano, a Administração Kennedy promoveu um ambiente favorável à livre iniciativa e ao investimento do setor privado dos EUA e à disseminação das capacidades de gestão americanas no mundo em desenvolvimento.⁵⁹⁵

De acordo com os autores Angelo e Davies (2015), o estudo desta agência tem sido largamente negligenciado pelos historiadores, apesar de a USAID ter sido, talvez, o aspecto mais significativo da política de Kennedy em África,⁵⁹⁶ já que impulsionou o desenvolvimento económico e expandiu os negócios norte-americanos nesse continente.

Outra aposta da Administração Kennedy, canalizada através da USIA, foi o *Foreign Leader Program*, que passou a chamar-se *International Visitor Program* para evitar suspeitas de que o governo estava a atrair líderes de outras nações. Se até à década de 1960 a maior parte dos visitantes internacionais foram europeus, a aposta passava a ser em benefício de líderes dos países da América Latina, África, Ásia e Médio Oriente. A preferência antes concedida aos meios de comunicação deu lugar aos círculos políticos e culturais, com uma atenção especial aos líderes sindicais, estudantes, educadores, cientistas, empresários, artistas, atletas, entre outros. O surgimento da juventude como um ator de grandeza “política, socioeconómica e cultural” foi muito realçado. Por exemplo, na América Latina e em África deu-se especial relevância às atividades educativas, de formação tecnológica e agrícola nos sectores da juventude, através dos programas da *Alliance for Progress* e da USAID.⁵⁹⁷

Outra iniciativa dirigida aos jovens, também do ano de 1962, foi o *Inter-Agency Committee on Youth Affairs* (IACYA), criado por Kennedy para adaptar o desejo de liberdade dos jovens, em especial os estudantes, na construção de sociedades inovadoras, diversificadas e que apresentassem

⁵⁹⁴ Heath, 1969 *apud* Davies, 2015, p. 164.

⁵⁹⁵ Davies, 2015: 164.

⁵⁹⁶ Até à data da sua criação, não havia uma única agência encarregada do desenvolvimento económico estrangeiro, pelo que com a aprovação da *Foreign Assistance Act of 1961* pelo Congresso, as atividades de assistência externa dos EUA passaram por uma enorme transformação. Informação disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>. USAID, consultado em 23.04.2018.

⁵⁹⁷ Gómez-Escalonilla, 2014: 291-292.

segurança.⁵⁹⁸ Muito devido às manifestações estudantis que então apareciam por todo o mundo, especialmente em repúdio à guerra do Vietname, Washington, em colaboração com a USIA, a CIA e outros departamentos e agências governamentais, criaram o programa *Emphasis on Youth*, encarregue de fornecer aos jovens de todo o mundo mais informações sobre as instituições e os valores dos Estados Unidos. Esta ação recebeu o *status* de prioridade máxima pelo Departamento de Estado. No ano seguinte, em 1963, o governo enviou instruções a mais de cem embaixadas, para a criação de secções destinadas a melhorar a imagem dos EUA entre os jovens com potencial para se tornarem nos futuros líderes dos seus países.⁵⁹⁹

Embora os inimigos do presidente estivessem “do lado de fora”, dentro do seu país havia um que também ameaçava a imagem dos EUA para o mundo: a questão dos Direitos Civis.

Apesar de os analistas da USIA terem constatado a existência de uma onda maciça de repulsa internacional contra incidentes raciais que se viviam na época nos Estados Unidos, a agência juntou esforços para ajudar a Administração Kennedy a tomar uma posição de entendimento em relação ao assunto. Neste sentido, Murrow, que conhecia o prestígio do programa espacial no mundo, instou o presidente americano a abrir o programa espacial a astronautas negros. A USIA, tomando as rédeas da questão, decidiu contratar afro-americanos para os seus postos no estrangeiro e, entre 1960 e 1963, o número de americanos negros ao serviço da USIA duplicou.

No final da Administração Kennedy, os afro-americanos ocupavam um em cada dez cargos de carreira de nível médio e superior. A presença de negros permitiu à agência ultrapassar a questão racial usando assuntos “brancos”, como o programa espacial, em palestras realizadas em escolas e universidades em África.⁶⁰⁰

Em 11 de junho de 1963, o discurso do presidente sobre a segregação racial, divulgado internacionalmente pela USIA, atraiu vários relatos positivos. O *Morning Post* da Nigéria elogiou Kennedy como “um dos maiores defensores dos direitos do homem que já existiu”, e em Singapura JFK tornou-se em “o presidente mais esclarecido dos Estados Unidos desde Lincoln”. Em agosto, Murrow garantiu a máxima publicidade para a marcha de Martin Luther King em Washington, em especial com a VOA a emitir entrevistas sobre o evento.⁶⁰¹

Em 22 de novembro desse ano, JFK é assassinado, deixando por terminar o plano que tinha proposto para reabilitar a imagem dos Estados Unidos no mundo e derrotar o comunismo soviético, que ameaçava cada vez mais a hegemonia norte-americana. Para piorar a situação, Murrow, em conflito com as políticas do sucessor de Kennedy, demite-se do cargo de diretor da USIA, vindo a falecer em 1965. A USIA tinha perdido dois grandes líderes, e pior ainda, tinha chegado ao fim da

⁵⁹⁸ Garcia, 2013: 316.

⁵⁹⁹ Garcia, 2013: 316.

⁶⁰⁰ Cull, 2003: 35-36.

⁶⁰¹ JFK, POF, Depts. and Agencies: USIA, 1963 *apud* Cull, 2003, p. 37.

sua era “dourada”. Segundo o autor Haefele (2001), as decisões da Administração Kennedy de retomar os testes nucleares, intensificar o programa espacial e usar químicos desfolhantes no Vietname são exemplos do resultado do trabalho realizado pela USIA, que através de extensas e diversas campanhas ajudaram a formular a política de Kennedy.⁶⁰²

Lyndon Johnson encerraria as pesquisas de opinião pública da USIA em 1966. A partir daqui, com a Administração Johnson, a *United States Information Agency* entra em declínio como teremos a oportunidade de demonstrar no subcapítulo que se segue.

3.7 - Johnson e o início do declínio da USIA

Lyndon Johnson assumiu o cargo em finais de 1963 num dos momentos mais críticos da história, não só a nível interno, mas também a nível internacional, com o assassinato de John F. Kennedy. Ficou encarregue de continuar o legado deixado pelo seu antecessor. Enquanto vice-presidente de John F. Kennedy foi também apoiante de muitas decisões tomadas pelo seu presidente, como a participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietname, e de outras iniciativas políticas que ainda aguardavam discussão no Congresso. Johnson teve de reverter o quadro de crise existente, uma tarefa que não se avizinhou fácil, pois as decisões que teve de tomar foram determinadas em questão de dias devido ao inesperado assassinato do seu antecessor em 22 de novembro desse ano.⁶⁰³

Após a demissão de Edward Murrow como diretor da USIA, Johnson nomeia Carl T. Rowan, jornalista e ex-embaixador dos EUA na Finlândia, logo com conhecimentos na área da política externa e na área da comunicação social e relações internacionais. Defensor dos direitos civis dos afro-americanos, Johnson escolheu para diretor da USIA um afro-americano, o que de acordo com a imprensa da época valorizava um país que possibilitava a ascensão social de qualquer cidadão, inclusive em altos cargos do governo. Uma escolha que refletia a sua preocupação em defender a ideia de que os Estados Unidos não discriminavam e apoiavam as minorias.

Durante a Administração Johnson os funcionários da USIA mudaram para o *Foreign Service Office* (FSO) do Departamento de Estado.⁶⁰⁴

Em 27 de novembro de 1963, o presidente Johnson, perante o Congresso, prometeu cumprir os objetivos estabelecidos pelo seu antecessor e garantir oportunidades económicas e direitos civis

⁶⁰² Haefele, 2001: 78.

⁶⁰³ Adonis, 1996: 48.

⁶⁰⁴ Este departamento prestava orientação e o treino aos agentes da USIA destacados para o estrangeiro, os quais passavam a ser diplomatas norte-americanos, e cuja função era prepará-los para a função que iam abraçar em nome do seu país, como promover a paz, proteger os cidadãos americanos, ou promover os interesses dos EUA no exterior. *U.S. Department of State*. Informação disponível em: <https://careers.state.gov/work/foreign-service/officer/>, consultado em 15.04.17.

para todos. A sua política interna, a “Great Society”,⁶⁰⁵ baseava-se num conjunto de legislações necessárias para resolver problemas como a pobreza, iliteracia, subnutrição infantil, ou assistência na doença, um projeto para uma “grande sociedade” na qual todos os cidadãos tinham a mesma oportunidade de uma vida melhor, oferecida pelos Estados Unidos. Lyndon Johnson usou a sua experiência como membro do Congresso e administrador do “New Deal” para conseguir maiorias legislativas e, assim, obter a aprovação de leis, principalmente para combater a discriminação racial e eliminar a pobreza, as quais viriam a alterar para sempre a sociedade norte-americana: *Civil Rights Act of 1964*, *Voting Rights Act of 1965*, *Medicare* e *Medicaid*,⁶⁰⁶ *Head Start* e *Model Cities*. Mais de cem milhões de norte-americanos passaram a receber cuidados de saúde, quarenta milhões de pessoas passaram a comer melhor, e dez milhões de crianças começavam o dia de escola com um pequeno-almoço.⁶⁰⁷

Em 22 de novembro de 1963 todas as leis propostas pela Administração Kennedy ficaram bloqueadas no Congresso, apesar da agitação racial entre brancos e afro-americanos que se vivia no momento, ansiosos pela aprovação da Lei dos Direitos Civis de 1964. Contudo, com o apoio do *Civil Rights Movement* e Martin Luther King, a lei acabaria por ser promulgada seis meses depois, tornando-se na primeira lei de direitos civis desde a Reconstrução Americana.⁶⁰⁸ Dentro do governo, Johnson era apoiado por uma longa lista de senadores e representantes, em especial do *Department of Justice* do qual faziam parte Robert Kennedy e os seus assistentes Nicholas Katzenbach e Burke Marshall.⁶⁰⁹ Esta lei pôs fim à discriminação racial decorrente da segregação racial, e alterou os valores americanos relativos a direitos civis que punham em causa a imagem dos Estados Unidos por todo o mundo.

Com a *Immigration and Nationality Act of 1965*, Johnson conseguiu suspender as restrições impostas aos imigrantes não europeus, incentivando à emigração em especial de latinos e asiáticos, que apesar de serem uma minoria viriam a participar nas futuras eleições norte-americanas. Esta lei veio alterar para sempre o perfil demográfico dos Estados Unidos.⁶¹⁰

⁶⁰⁵ Em 23 de abril, Lyndon Johnson, durante um jantar de arrecadação de fundos do Partido Democrata em Chicago, utilizou pela 1ª vez a expressão “grande sociedade”: “Fomos chamados... para construir uma grande sociedade da mais alta ordem, uma sociedade não apenas para hoje ou amanhã, mas para três ou quatro gerações que hão-de vir”. No mês seguinte voltou a mencionar esta expressão em 16 discursos e declarações. Evans e Novak, 1966: 40.

⁶⁰⁶ Medicare e Medicaid, eram programas de saúde financiados pelo governo dos EUA, criados em 30 de julho de 1965, que ofereciam seguro hospitalar e médico a americanos com 65 anos ou mais, e a pessoas com baixos rendimentos. Johnson queria reconhecer Truman, que, em 1945, se tinha tornado no primeiro presidente a propor este tipo de lei. Informação disponível em: <http://www.lbjlibrary.org/press/media-kit/medicare-and-medicaid>, LBJ Presidential Library, consultado em 28.04.17.

⁶⁰⁷ Ennis, 2015: 70.

⁶⁰⁸ Adonis, 1996: 49.

⁶⁰⁹ Risen, 2014: 26.

⁶¹⁰ Ennis, 2015: Sem número de página.

Voltemos agora a nossa atenção para a política externa do presidente Lyndon Johnson, que ao contrário do sucesso alcançado nas mudanças e métodos de formulação de políticas nacionais, a nível externo levantou sérias questões sobre como os Estados Unidos deveriam usar o seu poder no exterior.

De acordo com o historiador norte-americano Mitchell Lerner (2011), Lyndon Johnson, quando chegou à Casa Branca, deixou claro que não queria grandes mudanças na política externa “e não queria ruturas evidentes com as políticas de seu antecessor.”⁶¹¹ O aparecimento de movimentos revolucionários e anticolonialistas na Ásia, América Latina e África, em finais da década de 1950, veio redefinir o foco da Guerra Fria da Europa para estas áreas geográficas. Como resultado, houve uma redução no número de programas de propaganda no espaço europeu e uma gradual concentração de recursos económicos na frente ideológica do que viria a ser chamado de Terceiro Mundo.⁶¹² Por esta razão, durante o ano de 1965, o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietname tornou-se no maior desafio e inimigo de Johnson como presidente, tendo custado uma fortuna aos cofres públicos.

À medida que a guerra aumentava, também aumentavam os gastos com o seu financiamento, pondo em causa os muitos programas sociais que Johnson tinha criado com a “Grande Sociedade”. Não podia pedir à nação para o ajudar a travar uma “guerra santa”, nem podia retirar-se do conflito, com receio que o mundo entendesse essa ação como um fracasso do governo norte-americano e, deste modo, duvidasse da sua capacidade de cumprir as responsabilidades como superpotência de manter a luta contra a agressão comunista, e medo de uma guerra geral.⁶¹³ Perante esta situação, Johnson resolveu continuar o apoio ao Vietname do Sul, o que implicou um aumento do número de soldados e gastos avultados na manutenção do contingente norte-americano na guerra. Estava determinado a não perder a guerra.

Após a derrota francesa em Dien Bien Phu, em 1954, os Estados Unidos assumiram a liderança do conflito. Um esforço conjunto entre a USIA e os serviços militares norte-americanos. Em 1965, a USIS em Saigão ficou responsável pela coordenação da operação. O Departamento de Defesa disponha de seis batalhões de operações psicológicas espalhados pelo Vietname, equipados com estações de rádio e outros recursos de comunicação social, e em 1966, com o apoio da Força Aérea, a USIA conseguiu lançar 115 milhões de panfletos por todo o país. Porém, e apesar dos esforços de propaganda norte-americanos, substitutos do governo de Saigão para influenciar a opinião pública, não conseguiu rivalizar com a propaganda das forças comunistas.⁶¹⁴

Com o crescente envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietname, o presidente norte-

⁶¹¹ Lerner, 2011: 581.

⁶¹² Garcia, 2013: 317-318.

⁶¹³ Evans e Novak, 1966: 57.

⁶¹⁴ Dizard, 2003: 3.

americano também recorreu à USIA como recurso tático para as operações de guerra de “informação”. A agência desenvolveu uma forte infra-estrutura de informação apoiada grandemente nos serviços da VOA.

Outro foco de atenção dos Estados Unidos foi o continente africano. Uma prioridade que pode ser entendida por dois fatores: o aparecimento de movimentos revolucionários e anticolonialistas, muitos deles apoiados pela União Soviética; e, como já teve a oportunidade de verificar, o compromisso assumido por Johnson em defender e promover a integração dos negros na sociedade norte-americana que se estendeu a África. A vitória da “Lei dos Direitos Civis de 1964” foi aplaudida por todo o mundo, e em especial pelo povo africano, assim como a Lei dos Direitos de Voto (*Voting Rights Act*), um ano depois. Um reconhecimento internacional do esforço norte-americano, apoiado por uma massiva campanha da USIA, que através de filmes e panfletos distribuídos por toda a parte do mundo divulgavam as histórias e imagens do progresso racial e do compromisso estabelecido por Johnson com a comunidade afro-americana.⁶¹⁵ Segundo Risen (2014), o verdadeiro trabalho por trás da conquista da *Civil Rights Act*, promulgada a 2 de julho de 1964, deveu-se, na sua maioria, a uma grande equipa de senadores e representantes do Departamento de Justiça que incluía Robert Kennedy, Nicholas Katzenbach e Burke Marshall, sem esquecer os grandes líderes de direitos civis como Martin Luther King Jr.⁶¹⁶

Quando chegou à presidência dos Estados Unidos, Lyndon Johnson enfrentou uma situação difícil em África, pelo que ordenou um “olhar novo e crítico para a política africana global” no início de 1965.⁶¹⁷ Perante este cenário, a Administração Johnson estabeleceu um programa baseado no poder económico e cultural americano, ou seja, uma política de *soft power* para promover os interesses americanos e africanos. Uma decisão baseada em dois fatores: as restrições políticas internas do movimento dos direitos civis; e a crença na “teoria da modernização.”⁶¹⁸ Com o aparecimento do Terceiro Mundo, tanto os Estados Unidos como a União Soviética pretendiam atrair as ex-colónias, agora países soberanos, para o confronto político-ideológico que caracterizava a Guerra Fria, mas agora com um componente económico marcante, essencial para o grupo de países envolvidos, assim que a “teoria da modernização” passou a ser o princípio central da resposta norte-americana.⁶¹⁹ Mas o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo só seria possível se houvesse nivelamento entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se ambos estivessem próximos de parâmetros de alfabetização, industrialização, urbanização ou expansão da

⁶¹⁵ Lerner, 2011: 596.

⁶¹⁶ Risen, 2014: 26.

⁶¹⁷ State Department, 1965, *apud* Lerner, 2011, p. 586.

⁶¹⁸ Lerner, 2011: 578.

⁶¹⁹ Gómez-Escalonilla, 2014: 290.

comunicação social.⁶²⁰

Tendo como ponto de partida este pressuposto, no início de 1965 Johnson apresentou o “Strengthened African Program”, onde pedia,

1) associação pessoal com África por parte do presidente, (2) associação pessoal do presidente com o princípio da auto-determinação, (3) utilização da ajuda económica para servir objetivos políticos e de desenvolvimento, e (4) fortalecimento dos nossos programas nos campos da informação e intercâmbio cultural e educacional para promover os EUA e combater o comunismo. (Williams, 1965)⁶²¹

Em contrapartida oferecia um aumento no número de visitas de alto nível a África; um discurso sobre o futuro do relacionamento; aumento do número de programas da USIA e do Departamento de Estado de apoio cultural, económico e educacional; e erradicação de doenças.

De acordo com o historiador Mitch Lerner (2011), este apoio foi observável no aumento da despesa total com as missões da USIA em África em 1963, de 5,8 milhões de dólares para quase 7,4 milhões em 1967. Em relação às transmissões da VOA para África, passaram de 35 horas semanais, em 1963, para 66,5 em 1968, embora o número de horas tivesse diminuindo para a América Latina, mas sem alterações no Oriente Próximo e Sul da Ásia. Refere ainda o autor, que três anos depois, em 1966, a USIA lançou a “Topic”, uma revista mensal que explorava questões ligadas às sociedades e culturas, que acabou por ser amplamente distribuída no continente africano. Quanto à USIA, passou a transmitir mais programas locais de rádio e televisão em vez de programação em escala continental, e concentrando-se mais nos que ensinavam a língua inglesa e abordavam os costumes norte-americanos.⁶²²

Tendo como ponto de partida o ano de 1963, e no que diz respeito ao financiamento para as transmissões da *Voice of America*, houve um aumento de 22,4 milhões de dólares para 31 milhões em 1967, um aumento também verificado no número de coleções de livros de viagem, que de 54 coleções, cerca de 17.000 livros, passou para 84, ou seja, com mais de 43.000 livros em 1968. Na sequência de uma ordem presidencial de junho de 1965, o ensino da língua inglesa no estrangeiro também sofreu um aumento significativo, provocando ao mesmo tempo um acréscimo do financiamento para os centros binacionais no estrangeiro, com uma subida de quarenta e cinco por cento entre os anos de 1963 e 1967.⁶²³

A preocupação de Lyndon Johnson com a política interna, mais do que com a política externa, e por conseguinte com a política de “informação”, conduziram à diminuição da importância da USIA para o governo norte-americano. Uma situação que o próprio Carl Rowan, pouco tempo depois de

⁶²⁰ Gómez-Escalonilla, 2014: 291.

⁶²¹ Williams Action Memorandum, 1965, *apud* Lerner, 2011, p. 587. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 52).

⁶²² Administrative History, Agency for International Development, *sine anno*, *apud* Lerner, 2011, p. 596.

⁶²³ Administrative History, Agency for International Development, *sine anno*, *apud* Lerner, 2011, p. 598.

assumir o cargo como diretor da USIA, veio a constatar ao tomar conhecimento que o seu trabalho consistia em fazer passar uma boa imagem do país no exterior, mas que os acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos prejudicavam o trabalho da agência.⁶²⁴ Lyndon Johnson não dedicava muito tempo à USIA. Estava mais interessado em questões que comandavam a sua obsessão com a política interna. Da mesma forma, a escolha de Carl Rowan para seu diretor tinha sido apenas para impressionar a opinião doméstica negra, e não pelas suas capacidades. De tal forma era o pouco interesse no trabalho geral da agência que suspendeu as pesquisas gerais da USIA, e solicitou que o relatório semanal sobre as suas atividades passasse a ser bissemanal.⁶²⁵ Neste sentido, as metas de ação continuavam a ser as que tinham sido determinadas durante a Administração Kennedy, sob a direção de Murrow. A partir deste período a USIA nunca mais recuperou a importância que tivera com Eisenhower e Kennedy.

Sem entrar em grandes análises sobre a temática, gostaríamos ainda assim de abordar o ocaso da USIA até à sua extinção, apesar de ir para além do espaço cronológico do nosso estudo.

Com o objetivo de projetar uma imagem mais positiva dos Estados Unidos para o exterior, aumentando ao mesmo tempo a sua influência internacional, acabou por não corresponder à razão da sua “criação”, pois foi neste período que a imagem dos EUA ficou mais deteriorada, e a sua capacidade de liderança posta em causa. O financiamento da CIA ao “Congresso para a Liberdade”, o desgaste causado pela guerra do Vietname, tensões sociais e conflitos raciais no país, são alguns dos exemplos que justificam o que acabámos de referir.

A USIA surgiu da Guerra Fria, mas muitos no Congresso sentiram que com o fim do confronto soviético-americano, a missão da agência estava concluída. O que explica, por exemplo, o corte para um terço dos fundos para os programas de intercâmbio no exterior, a redução dos programas da VOA no Médio Oriente, e o encerramento de cinco postos da USIA no Paquistão.⁶²⁶

Apesar de ter sido precursora de uma cultura de empenhamento e experimentação interpessoal que a tornou num sucesso, fruto do trabalho de milhares de funcionários com grande capacidade de análise da opinião estrangeira e adaptação de estratégias de propaganda, tinha missões e modos de funcionar diferentes dos que eram apreciados dentro do Departamento de Estado.

Após o fim da Guerra Fria, a tarefa de “contar a história da América para o mundo”⁶²⁷ já não parecia ser necessária, e a redução das actividades de propaganda também era vista como uma forma fácil de fazer poupanças, o que significava desativar os programas que já não eram considerados importantes no mundo pós-Guerra Fria. O Senador Jesse Helms, da Carolina do Norte, estava entre os mais determinados a conduzir esse projeto perante o Congresso, pois alegava que

⁶²⁴ WBAP-TV, 1964-10-27.

⁶²⁵ Haefele; 2001 *apud* Cull, 2001, p. 2.

⁶²⁶ Dizard, 2003: 4.

⁶²⁷ De acordo com o lema da *United States Information Agency*: “Telling America's story to the world”.

havia demasiada sobreposição de deveres entre as várias agências independentes americanas, o que acarretava gastos desnecessários.⁶²⁸ O projecto de lei, destinado a aprovar a consolidação das agências a atuar no exterior, foi aprovado pelos Republicanos da *House of Representatives* e os Democratas da Administração Clinton, e em 21 outubro de 1998 foi promulgado a *Foreign Affairs Reform and Restructuring Act of 1998*,⁶²⁹ que estipulou, entre outras determinações, a abolição da *United States Information Agency* (USIA) a partir de 1 de outubro de 1999, passando os seus programas para o Departamento de Estado, exceto os programas de radiodifusão, e transferência de todas as funções do Director da USIA para o *Secretary of State for Public Diplomacy and Public Affairs*. O *Bureau of Educational and Cultural Affairs* da USIA permaneceu como um gabinete do Departamento de Estado, e continua a ser responsável pelos intercâmbios académicos e os assuntos educacionais e culturais. O *Bureau of Information* tornou-se no *Office of International Information Programs* (IIP), e ficou responsável pela produção de programas e serviços de “informações” que defendem posições políticas dos Estados Unidos da América no exterior. Os programas de radiodifusão foram integrados no *Broadcasting Board of Governors* (BBG) e, dentro deste, o *International Broadcasting Bureau* (IBB) ficou responsável pela gestão dos programas da VOA.⁶³⁰

Esta situação fragilizou as operações de diplomacia pública dos EUA de forma profunda.

Uma situação que lançou o alerta entre os deputados norte-americanos e, tal como refere Nye (2005), levou à elaboração, dois anos depois, de um relatório bipartidário sobre a situação do Departamento de Estado, que alertou para o fato de “se a “espiral descendente” não for invertida, a perspectiva de termos de confiar na força militar para proteger os interesses nacionais dos Estados Unidos aumentará, uma vez que Washington será menos capaz de gerir ou resolver crises através do uso da diplomacia”.⁶³¹ Além disso, com a abolição da USIA e a integração de algumas das suas funções no Departamento de Estado, a eficácia de uma das ferramentas mais importantes do *soft power* americano foi consideravelmente reduzida,⁶³² ficando o poder dos Estados Unidos a depender apenas das forças militares, do *hard power*.⁶³³

Somente nos últimos anos o Departamento de Estado começou a remediar esta situação, quando os EUA sofreram os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e constataram quão importante é a forma como os Estados Unidos e as suas políticas são percebidos pelo público estrangeiro, e que não estão livres de ameaças vindas do exterior. Uma opinião partilhada pelo presidente do *House Appropriations Subcommittee on Commerce, Justice, Science and Related Agencies*, Frank Wolf,

⁶²⁸ Bettie, 2015: 368.

⁶²⁹ Bettie, 2015: 369.

⁶³⁰ Informação disponível em: <https://www.congress.gov/bill/105th-congress/house-bill/1757>, H.R.1757 - 105th Congress (1997-1998), consultado em 23.11.18.

⁶³¹ Wright, 2001 *apud* Nye, 2005, p. 169.

⁶³² *The United States Advisory Commission on Public Diplomacy*, 2000 *apud* Nye, 2005, p. 169.

⁶³³ Nye, 2005: 169.

quando referiu, durante uma reunião dessa subcomissão em julho de 2004, que “Talvez tenhamos feito um erro...na abolição da USIA... Pergunto-me se a reorganização... foi realmente um erro, e talvez alguém devesse voltar atrás... E talvez o sistema que tínhamos para derrotar a União Soviética não era realmente um mau sistema, e que deveríamos ter em vigor agora para lidar com esta questão (terrorista) ”.⁶³⁴

Apesar de se encontrarem novamente numa guerra de ideias com um inimigo global, o terrorismo, já não dispõem de uma estrutura de diplomacia pública significativa, com profissionais especializados e financiamento adequado às suas funções como tiveram no passado com o CPI, o OWI e a USIA.

Não podemos deixar de concordar com muitos autores que defendem que a necessidade de explicar a política externa dos Estados Unidos é maior hoje do que no período da Guerra Fria.⁶³⁵

Neste capítulo é possível concluir que apesar dos esforços de propaganda do governo norte-americano ter começado no período da I Guerra Fria com Woodrow Wilson e a criação da primeira agência oficial de propaganda, o *Committee on Public Information* (CPI), foi na Segunda Guerra Mundial que se consolidaram os serviços de propaganda que se desenvolveram até então numa única agência, o *Office of War Information* (OWI).

Entrando no período da Guerra Fria, o período de análise do nosso estudo, deparámo-nos com quatro administrações presidenciais norte-americanas que fizeram uso da propaganda, disfarçada de diplomacia pública para combater o comunismo soviético. Destacam-se as Administrações de Dwight Eisenhower e John F. Kennedy por diferentes razões. Ambas, no entanto, foram as que mais utilizaram os serviços da USIA.

Quando Eisenhower chegou ao governo, assumiu a tarefa de expandir e consolidar, de forma credível e exaustiva, todos os programas de propaganda no estrangeiro, em especial na Europa. Muito crítico em relação às medidas tomadas pelo seu antecessor, Harry Truman, em particular a “Campanha da Verdade”, Eisenhower envolveu-se pessoalmente nos esforços de propaganda norte-americana, não hesitando em recorrer à guerra psicológica, à propaganda negra e à força militar para justificar as suas campanhas de “informação” por razões de política de segurança nacional.

É com base nesta sua missão que cria em 1953 a *United States Information Agency* (USIA).

Criada para “contar a história da América ao mundo”, depressa viu que a sua missão era influenciar o público estrangeiro na promoção do interesse nacional norte-americano, ou seja, fazer propaganda. Deste modo, passou a concentrar sob a sua gestão e orientação os programas das

⁶³⁴ Epstein, 2005: 4. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 53).

⁶³⁵ Guth, 2002: 33.

agências anteriores que depois da sua criação foram extintas ou fragmentadas. De entre os vários programas existentes e agora sob a sua alçada, estava a *Voice of America* (VOA), um dos programas mais emblemáticos da propaganda dos Estados Unidos, as Bibliotecas Americanas, o cinema, a imprensa e os Centros Binários. No estrangeiro a USIA funciona através dos postos USIS (*United States Information Service*).

Ao serviço de várias Administrações Presidenciais, esta agência funcionou como um meio da guerra psicológica na luta contra o comunismo soviético, a disseminação do *American Way of Life* e a conquista pelos “*hearts and minds*” da opinião pública estrangeira.

O governo nunca admitiu o envolvimento da USIA nos esforços de propaganda.

John F. Kennedy, por seu lado, viu no “Terceiro Mundo” a chave para derrotar a União Soviética, o que constituiu uma mudança nas prioridades da política externa dos Estados Unidos. O foco da sua atenção deixou de ser a Europa e passou a ser África, América Latina e Ásia. É precisamente esta mudança na política externa norte-americana que surgiram as razões para o período mais tenso nas relações entre Portugal e os EUA devido à questão da política colonial de Salazar.

Neste contexto, torna-se necessário colocar algumas questões: será que este mau-estar nas relações dos dois países prejudicou o funcionamento do posto USIS em Lisboa? Se sim, em quê? Teve consequências no relacionamento entre a população portuguesa e os agentes norte-americanos? De que modo afetou ou não, o trabalho do USIS no que diz respeito a Angola e Moçambique? Questões que teremos oportunidade de responder no último capítulo deste estudo e que podem ajudar a entender as relações entre os dois países neste período e o papel da USIA em Portugal.

A Administração Johnson marcou o início do declínio da USIA, com Lyndon Johnson mais preocupado com questões internas, do que com a política externa, ou seja África, o que justifica o abrandamento das tensões entre os dois países.

CAPÍTULO IV – OS PERCURSOS LEGISLATIVOS

“A Lei é a base essencial da estabilidade e da ordem, tanto nas sociedades como nas relações internacionais.”⁶³⁶

William Fulbright, 1966

Depois de uma análise à criação e evolução da política de “informação” norte-americana, iremos focar a nossa atenção em duas das principais leis criadas pelo governo dos Estados Unidos para a produção e divulgação de notícias e “informações” destinadas à opinião pública estrangeira. Foram elas a *United States Information and Educational Exchange Act of 1948* (também chamada de *Smith-Mundt Act of 1948*) e a *Fulbright-Hays Act of 1961*. Foram duas leis essenciais para os programas da USIA em diferentes períodos da sua existência, como iremos constatar neste capítulo, e consideradas os pilares fundamentais da diplomacia pública norte-americana.⁶³⁷

Deste modo, pretende-se verificar qual a importância destas duas bases legislativas do *Department of State*, na condução da política externa norte-americana, na implementação de programas de propaganda, educação, cultura e intercâmbio no exterior, através de diversas agências como foi o caso da *United States Information Agency*, responsável pela coordenação de programas durante a maior parte do período da Guerra Fria.

4.1 – Enquadramento

A *Smith-Mundt Act of 1948* foi a primeira lei a estabelecer um papel de “diplomacia pública” no estrangeiro, mesmo que disfarçada de propaganda, após a Segunda Guerra Mundial ao Departamento de Estado e às várias agências norte-americanas que operavam no exterior, assim como aos órgãos de comunicação social dos EUA, como a *Voice of America*. Mas essas agências mantinham o público americano às escuras sobre o que os outros países pensavam dos Estados Unidos, e sobre o que era a verdadeira política externa norte-americana. Apenas os membros do Congresso estavam legalmente autorizados a receber estas informações. Tal situação criava um sentimento de desconfiança ao governo, um sentimento anti-americano no próprio país.

Em meados de 2010, o Congresso norte-americano pretendeu alterar uma lei de 64 anos que

⁶³⁶ Fulbright, 2011: 96.

⁶³⁷ Tuch, 1990: 28.

impedia o Governo dos EUA de divulgar propaganda aos seus cidadãos. Uma mudança num conjunto de directrizes que tinham sido aprovadas para proteger o público dos EUA das campanhas de desinformação que o governo norte-americano realizava por todo mundo, em especial na Europa, com o objetivo de combater o comunismo soviético e disseminar os valores do “American way of life”.

Atualmente, na era da internet, essa *firewall* já não faz qualquer sentido, pois qualquer pessoa pode aceder a todo e qualquer tipo de informação, na sua maioria de livre acesso.

A *Smith-Mundt Modernization Act of 2012*, foi então o resultado final do projeto de lei apresentado pelos deputados norte-americanos Mac Thornberry (Republicano) e Adam Smith (Democrata), e que veio substituir a *United States Information and Educational Exchange Act of 1948*, a lei em análise, autorizando a divulgação de informações destinadas ao público estrangeiro sobre os Estados Unidos, incluindo sobre o seu povo, a sua história e as políticas do governo através da imprensa, publicações, rádio, filmes, internet e outros meios de informação, incluindo as redes sociais.⁶³⁸

Estas duas leis interligam-se, uma vez que a *Smith-Mundt* lançou as bases legais para o financiamento da diplomacia pública dos EUA após a Segunda Guerra Mundial, permitindo a implementação do Programa Fulbright, um dos mais bem sucedidos programas supervisionado pela USIA, criado a partir da *Fulbright-Hays Act of 1946* e depois retificada em 1961 (*Fulbright-Hays Act of 1961*). Esta lei permitiu a execução dos programas culturais e educacionais no estrangeiro, permitindo a vários países realizar acordos de intercâmbio pela primeira vez, assim como diferenciar o propósito do que se entende por “cultural/educacional” de propaganda. Entre as décadas de 40 e 50 foram criadas mais leis relativas à educação internacional.

Passemos então a analisar as duas leis aqui referidas.

4.2 - A Lei *Smith-Mundt* de 1948

As duas principais leis que enquadraram as atividades da USIA foram a *United States Information and Educational Exchange Act of 1948*,⁶³⁹ mais conhecida como *Smith-Mundt Act of 1948*, e a *Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961*,⁶⁴⁰ popularmente chamada de *Fulbright-Hays Act of 1961*, que consolidaram várias atividades e/ou programas internacionais de informação, e intercâmbio educacional e cultural. Outras leis e ordens executivas também influenciaram o

⁶³⁸ Informação disponível em: <https://www.congress.gov/bill/112th-congress/house-bill/5736>

⁶³⁹ *Public Law 402*; 80th Congress, Scott-Smith, 2007: 288.

⁶⁴⁰ *Public Law 256*; 87th Congress, Scott-Smith, 2007: 288. A USIA é regida por leis do Congresso, por ordens executivas do presidente, e por vários regulamentos administrativos criados por ela e por outros departamentos e agências governamentais.

trabalho e as atividades da USIA, mas com menor importância, razão pela qual não são foco deste trabalho.

Não é intenção deste trabalho fazer a análise jurídica das duas leis em estudo mas, para uma melhor compreensão dos factos em análise, forneceremos uma visão geral da história legislativa da *Smith-Mundt Act of 1948*, e da *Fulbright-Hays Act of 1961*, mostrando de que forma foram importantes na composição da política externa dos Estados Unidos e, por conseguinte, na criação e desenvolvimento da *United States Information Agency* como agência responsável pela coordenação dos programas de propaganda do governo norte-americano.

A Lei *Smith-Mundt* de 1948, apesar de ter sido uma ferramenta importante na guerra psicológica travada contra a União Soviética, durante a Guerra Fria,⁶⁴¹ não foi um “projeto fácil” do governo norte-americano, tendo sido alterada mais de 100 vezes do original HR 3342,⁶⁴² antes de ter sido aprovada e assinada.⁶⁴³

Num esforço para consolidar e coordenar as várias agências de informação então existentes, o presidente Franklin Roosevelt funda o *Office of War Information* (OWI) em junho de 1942.⁶⁴⁴ Como já tivemos ocasião de referir anteriormente, a missão do OWI era combater a propaganda do Eixo, e institucionalizar a comunicação e programas de cooperação com outros países. Durante a II Guerra Mundial, as manobras ideológicas do governo dos Estados Unidos sofreram um significativo desenvolvimento, o que permitiu o estreitamento de relações com grupos estrangeiros locais, de modo a possibilitar a difusão de notícias, fotografias e revistas sobre o estilo de vida norte-americano. O *Office of War Information* também levou a cabo uma guerra psicológica no estrangeiro, utilizando a rádio e a imprensa para desmoralizar o inimigo.⁶⁴⁵ No entanto, com a antevisão do fim da II Guerra Mundial cada vez mais próximo, a necessidade de propaganda interna sofreu um abrandamento.

Pouco tempo depois do término da guerra, e com um novo panorama político nas relações internacionais, a Guerra Fria, o governo norte-americano considerou pôr de novo em prática as suas operações e informações ideológicas no estrangeiro; faltava-lhe, no entanto, autorização legislativa básica para poder empreender as atividades de propaganda no exterior. Em outubro de 1945, o

⁶⁴¹ Palmer e Carter, 2006: 8.

⁶⁴² Projeto de lei é o modelo utilizado para a maior parte da legislação, permanente ou temporária, geral ou especial, pública ou privada. Um projeto de lei com origem na Câmara de Representantes designa-se pelas letras "H.R.", significando "House of Representatives", seguido por um número que mantém durante todos os seus estádios parlamentares. Depois de aprovado pela Câmara dos Representantes e pelo Senado, o projeto de lei é depois apresentado ao presidente dos Estados Unidos para aprovação, ou veto. Informação disponível em: <http://www.house.gov/content/learn/>, United States House of Representatives, consultado em 13.12.2016.

⁶⁴³ Belmonte, 2008: 32.

⁶⁴⁴ Executive Order No. 9182, 7 Fed. Reg. 4468-69, *apud* Sager, 2015, p. 515.

⁶⁴⁵ Winkler, 1978, *apud* Sager, 2015, p. 516.

deputado Sol Bloom da Câmara dos Representantes de Nova Iorque,⁶⁴⁶ e presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros (*House Committee on Foreign Affairs*),⁶⁴⁷ apresentou um projeto de lei, o *Bloom Bill* (HR 4982), para tornar permanentes as várias atividades de informação e de intercâmbio, como o serviço de radiodifusão da *Voice of America* iniciado em 1942, e que permitiria uma transmissão mais agressiva, de modo a captar audiências de todo o mundo, mesmo em tempo de paz. Segundo a sua proposta (secção 2):

O Secretário de Estado está autorizado, quando achar apropriado, a proporcionar a divulgação no estrangeiro, de informações sobre os Estados Unidos, o seu povo e as suas políticas, através da imprensa, publicações, rádio, filmes e outros meios de informação, e através de centros de informação. (Paulu, 1953)⁶⁴⁸

O *Secretary of State*⁶⁴⁹ tinha, ainda, autoridade para permitir o intercâmbio de estudantes, professores e especialistas, e conceder fundos para o apoio de escolas no estrangeiro. O Congresso via com alguma reserva o poder excessivo dado ao Departamento de Estado. Neste sentido, só em julho de 1946 o *Bloom Bill* voltou a ser discutido, após ter sido feita uma alteração que ia de encontro às principais objeções feitas às atividades de informação do governo. Tal alteração estipulava que essas atividades deviam ser conduzidas apenas quando fosse necessário complementar informação internacional divulgada por agências privadas, e que o Departamento de Estado não devia possuir o monopólio da radiodifusão ou qualquer outro meio de informação internacional.⁶⁵⁰

No entanto, um ano depois do projeto de lei ter sido apresentado para discussão no Congresso, e apesar de ter passado na Câmara dos Representantes, foi chumbado no Senado, e por essa razão foi rejeitado.⁶⁵¹

⁶⁴⁶ O Congresso dos Estados Unidos é o órgão legislativo do Governo Federal, composto pela Câmara dos Representantes e pelo Senado. Cada membro com poder de voto da Câmara dos Representantes é o representante de um distrito congregacional. Informação disponível em:

<http://www.house.gov/content/learn/>, *U.S. House of Representatives*, consultado em 13.12.2016.

⁶⁴⁷ A Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, é uma comissão permanente, que tem jurisdição sobre leis e questões relacionadas com os assuntos externos dos EUA, como são a supervisão das agências, programas e atividades a operar no estrangeiro. Informação disponível em <http://www.house.gov/content/learn/>, *United States House of Representatives*, consultado em 13.12.2016.

⁶⁴⁸ Paulu, 1953: 301. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 55).

⁶⁴⁹ O *Secretary of State* (Secretário de Estado) é nomeado pelo presidente com o aconselhamento e consentimento do Senado, e é o chefe do Departamento de Estado dos EUA. É também conselheiro para os assuntos externos do presidente dos EUA. Informação disponível em:

<https://www.state.gov/secretary/115194.htm>, *US. Department of State*, consultado em 13.12.16.

⁶⁵⁰ Paulu, 1953: 301.

⁶⁵¹ Um Representante apresenta um projeto de lei, que é atribuído a um comité para estudo. Depois de aprovado, é votado, debatido, ou alterado, pelos outros Representantes. Se passar por maioria simples (218 de 435), segue para o Senado. Aqui é atribuído a outro comité e, se for aceite, é levado a discussão e aprovação pelos membros do Senado (51 de 100). Por fim, uma comissão com membros da Câmara dos Representantes e do Senado trabalha a versão final do projeto de lei - a lei, que regressa à Câmara dos Representantes e do Senado para a última aprovação. O presidente tem 10 dias para promulgar ou vetar a

O período que se seguiu ao seu fracasso foi marcado por discussões entre democratas e republicanos relativas à criação, ou não, de uma agência de radiodifusão estatal permanente a operar tanto em tempo de guerra, como em tempo de paz. Uma tarefa que não se adivinhou fácil, uma vez que os republicanos recebiam a possibilidade de interferência do Estado no setor privado, apesar de este garantir que

os programas do Departamento de Estado não interferem com as atividades dos serviços de notícias privados, emissoras e realizadores, salientando que o departamento pretende somente ter um papel importante na divulgação de informações suplementares no estrangeiro sobre os Estados Unidos. (Krugler, 2000)⁶⁵²

Apesar do fracasso do projeto de lei apresentado pelo deputado Sol Bloom, a continuidade das atividades internacionais de intercâmbio educacional e de informação só foi possível através de autorização temporária e financiamento garantidos pelos Departamentos de Estado, Justiça e Comércio, e pelo *Judiciary Appropriation Bill for 1947*.⁶⁵³ Uma vez que esta resolução legislativa foi aprovada antes de a Câmara dos Representantes apresentar o *Bloom Bill*, tal permitiu ao Congresso a sua primeira oportunidade para debater a decisão do ramo executivo de continuar, de forma permanente, as atividades de informação internacional iniciadas durante a II Guerra Mundial. Os pontos de vista revelados durante estas discussões antecipavam os debates sobre o *Judiciary Appropriation Bill* e o *Smith-Mundt Bill* do ano seguinte.⁶⁵⁴

Em março de 1947, o presidente Harry Truman apresentou, perante o Congresso, a “Doutrina Truman”, uma reorientação da política externa dos Estados Unidos que determina que a paz internacional e a segurança dos EUA estavam ligadas. De acordo com Edwards (1989), Truman começou o seu discurso aludindo às pressões militares e políticas exercidas por comunistas e terroristas na Grécia e Turquia, para reafirmar o apoio dos EUA às metas de liberdade e independência para todos os membros da ONU, objetivos que não seriam alcançados "a menos que estejamos dispostos a ajudar os povos livres a manter as suas instituições livres, e a sua integridade nacional, contra movimentos agressivos que buscam impor-se aos regimes totalitários". Acrescentou, ainda, o que para o autor constitui a frase-chave do seu discurso: "Isto não é mais do que um reconhecimento franco de que os regimes totalitários impostos aos povos livres, por agressão direta ou indireta, minam os fundamentos da paz internacional e, conseqüentemente, a

lei registada. Informação disponível em: <http://www.house.gov/content/learn/>, *United States House of Representatives*, consultado em 13.12.2016.

⁶⁵² Krugler, 2000: 40. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 56).

⁶⁵³ O Congresso analisa anualmente várias medidas de dotação (appropriations), que garantem financiamento discricionário para inúmeras atividades, como a defesa nacional, a educação e a segurança interna, assim como operações do governo, incluindo a administração das suas agências. As dotações são anuais e expiram no final de cada ano fiscal federal. Informação disponível em: <https://www.senate.gov/legislative/appropsbills.htm>, *United States Senate*, consultado em 04.01.2017.

⁶⁵⁴ Paulu, 1953: 302.

segurança dos Estados Unidos.”⁶⁵⁵

Nesse mesmo ano, os republicanos do Congresso dos Estados Unidos começaram a perceber a VOA como uma ferramenta necessária à Doutrina Truman e ao Plano Marshall, dois programas que introduziram a política de contenção do governo norte-americano a nível global, em relação à expansão soviética e comunista. Numa viagem à Europa, realizada no final de 1947 por membros do *House Foreign Affairs Committee* e do *Senate Foreign Relations Committee*, puderam constatar a devastação prolongada da guerra e a prevalência da propaganda soviética na Europa, e assim confirmar a necessidade da VOA como uma ferramenta de contenção.⁶⁵⁶

Em maio de 1947, a pedido do Departamento de Estado, o deputado republicano Karl Mundt, representante de South Dakota, apresentou um novo projeto de lei com alguns princípios do seu antecessor, o *Bloom Bill*, e que passou a ser designado de *Information and Educational Exchange Bill*, ou *Smith-Mundt Bill*,⁶⁵⁷ em coautoria com o Senador Howard Alexander Smith (New Jersey). De acordo com o deputado Mundt, o projeto de lei era uma medida antissoviética projetada para “dar autoridade legislativa ao programa de onda curta da nossa *Voice of America*, e também para dizer a verdade sobre a América nas áreas do mundo onde estamos hoje a ser mal interpretados no estrangeiro, pelas vozes provenientes da sede de Moscovo do fascismo Vermelho.”⁶⁵⁸

Esta proposta de lei autorizava o Secretário de Estado, ou qualquer outro membro do governo a quem delegasse autoridade,

a proporcionar o intercâmbio de pessoas, conhecimento e competências entre os EUA e outros países; organizar o intercâmbio de estudantes e professores; providenciar apoio financeiro ou outro tipo de assistência a escolas estrangeiras patrocinadas por cidadãos americanos; e, sob algumas condições, designar funcionários do governo dos Estados Unidos a trabalhar com governo estrangeiros. (Paulu, 1953)⁶⁵⁹

Este projeto de lei colocava também algumas restrições ao poder do Departamento de Estado, determinando que utilizasse, o máximo possível, os serviços e instalações de agências privadas, incluindo a imprensa americana existente, editoras, rádio, filme cinematográfico e outras agências.⁶⁶⁰ No entanto, esta projeto de lei iria enfrentar uma forte oposição antes de se converter em lei.

Paulu (1953) apresenta quatro razões defendidas pela oposição à não passagem do *Smith-Mundt Bill*. A primeira, a participação do governo dos Estados Unidos em atividades internacionais de informação e atividades de intercâmbio educativo não era desejável, o que leva à segunda razão -

⁶⁵⁵ Edwards, 1989: 131. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 57).

⁶⁵⁶ Krugler, 1999: 28.

⁶⁵⁷ H.R. 3342, 80th Congress (1947), *apud* Sager, 2015, p. 517.

⁶⁵⁸ 93 *Congress Record* 4638 (1947), *apud* Sager, 2015, p. 517. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 58).

⁶⁵⁹ Paulu, 1953: 309. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 59).

⁶⁶⁰ Belmonte, 2008: 32.

tais atividades eram consideradas desnecessárias. A terceira defendia que o Departamento de Estado não estava a fazer um bom trabalho em relação à gestão dos programas de informação internacional. Por último, a possibilidade do intercâmbio levar para os Estados Unidos o partidarismo comunista de professores e alunos.⁶⁶¹

Em resposta, Mundt salientou que todos os intercâmbios eram para ser numa base de reciprocidade, e para além disso, a Secção 201 da lei determinava que qualquer estrangeiro que entrasse nos Estados Unidos seria deportado ao abrigo das disposições daquele projeto de lei, no que diz respeito a atividades não compatíveis com a segurança do país.⁶⁶² De modo a apaziguar os que temiam a infiltração do comunismo, este projeto de lei determinava que todos os funcionários do programa internacional de informação e intercâmbio educacional deviam submeter-se a investigações de fidelidade por parte do *Federal Bureau of Investigation* (FBI).⁶⁶³ Tanto os testemunhos individuais dados perante o Congresso, como os relatórios da comissão do Congresso, mostram uma forte preocupação com a correção da “desinformação”, e para que se diga a “verdade” sobre os Estados Unidos ao público internacional.⁶⁶⁴ No entanto, o testemunho de políticos influentes realçou a importância deste projeto de lei, como foram os casos do *Secretary of State* George Marshall, do *Chief of Staff* General Eisenhower, do *Under Secretary of State* Dean Acheson, do *Secretary of Commerce* Averell Harriman, e ainda, do Embaixador dos EUA em Moscovo, Walter Bedell Smith. Segundo o General Eisenhower, era preciso corrigir a “terrível ignorância que existe em todo o mundo sobre os Estados Unidos da América”, enquanto Walter Smith salientou o perigo de deixar a opinião pública à mercê do comunismo soviético. Averell Harriman referiu ainda, o valor do programa de informação para o comércio dos EUA.⁶⁶⁵

A única alteração importante entretanto realizada foi a divisão das atividades de informação das atividades de intercâmbio educacional. Cada comissão consultiva – a *United States Advisory Commission on Information*, e a *United States Advisory Commission on Educational Exchange* - supervisionava os programas e reportava ao Congresso duas vezes por ano sobre gastos, atividades e eficácia.⁶⁶⁶

Quando a discussão da legislação voltou ao Congresso, o Senador Alexander Smith entregou uma lista com os motivos para a passagem do *Smith-Mundt Bill*, salientando a “importância do uso de agências privadas norte-americanas até ao máximo possível, em tudo o que tenha a ver com a compreensão da América no estrangeiro.” Referiu ainda, em relação ao Secretário de Estado, que “deve reduzir as atividades de informação sempre que a divulgação de informação privada seja

⁶⁶¹ Paulu, 1953: 310.

⁶⁶² Paulu, 1953: 310.

⁶⁶³ Belmonte, 2008: 32.

⁶⁶⁴ Palmer e Carter, 2006: 8.

⁶⁶⁵ Cull, 2008: 36.

⁶⁶⁶ Belmonte, 2008: 33.

adequada.”⁶⁶⁷

Tendo em conta a reconstrução pós-guerra que estava a acontecer na Europa, e o grande desafio que representava a ideologia comunista da União Soviética, o Congresso reconheceu a importância da continuação das operações de informação e de intercâmbio no estrangeiro, e a lei foi aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Representantes a 16 de janeiro de 1948.⁶⁶⁸ No dia 27 desse mesmo mês, o presidente Harry Truman promulgou a *United States Information and Exchange Act of 1948*⁶⁶⁹ - um passo muito importante para o governo dos Estados Unidos, pois não só autorizava fundos para uma série de atividades, como, e principalmente, concedia autoridade legislativa às atividades culturais e de informação que o país desenvolvia por todo o mundo.⁶⁷⁰ Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o governo podia executar ações de intercâmbio educacional e de informação a nível internacional como parte permanente da política externa norte-americana. Tinha o poder para desenvolver não só a função informativa e educacional, mas também a cultural.⁶⁷¹

A análise da historiadora Shawn Parry-Giles sobre o debate legislativo ajuda-nos a compreender a passagem do *Smith-Mundt Bill*. Segundo ela, existem quatro razões para tal acontecimento. Primeiro, o Congresso fez da União Soviética uma inimiga, apesar de aliados na II Guerra Mundial. Segundo, o êxito da radiodifusão internacional era consistente com os valores de uma sociedade democrática como os Estados Unidos. Isto significava que havia uma audiência no estrangeiro interessada no que os americanos tinham para contar. Por último, os esforços da radiodifusão internacional foram apresentados como um antídoto eficaz ao isolacionismo.⁶⁷²

A Lei *Smith-Mundt* estipulou dois objetivos principais para os programas internacionais de informação e intercâmbio educacional: “promover uma melhor compreensão dos Estados Unidos em outros países, e aumentar a compreensão mútua entre os povos dos Estados Unidos e pessoas de outros países.”⁶⁷³ As pessoas que participavam nestes programas tornavam-se “embaixadores” dos EUA, uma vez que emitiam informações, conhecimentos e atitudes, quer pela sua experiência, quer por influência pessoal, que levavam a um melhor conhecimento dos Estados Unidos no estrangeiro.

Para atingir esses objetivos, esta lei estabeleceu um serviço de intercâmbio educativo, “o intercâmbio de estudantes, professores, livros e materiais educacionais.” O governo podia, ainda, “empregar as suas próprias agências e organizações privadas para promover no estrangeiro

⁶⁶⁷ Congress Record 247 (1948), *apud* Metzgar, 2012, p. 79. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 60).

⁶⁶⁸ Dos que votaram a lei, 121 eram Republicanos, 151 Democratas e um do Partido Trabalhista Americano, Paulu. 1953: 312.

⁶⁶⁹ Mais informação sobre a disputa legislativa que levou à adoção da Lei Smith-Mundt, ver Burton Paulu, 1953; Shawn J. Parry-Giles, 1994.

⁶⁷⁰ Allen, 1958: 292.

⁶⁷¹ Wang, 2007: 24. Ver Anexo A - *United States Information and Exchange Act of 1948*.

⁶⁷² Shawn, 1992, *apud* Metzgar, 2012, p. 80.

⁶⁷³ *United States Information and Educational Exchange Act of 1948*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/177574.pdf>, consultado em 28.12.2016.

informações sobre os EUA, o seu povo e as suas políticas através da imprensa, publicações, rádio, filmes e outros meios de informação, e por meio de centros de informação e professores no exterior.”⁶⁷⁴ Um veículo importante para alcançar tais objetivos foi o desenvolvimento da estação de radiodifusão internacional *Voice of America* (VOA) que, de acordo com a *Bureau of Educational and Cultural Affairs*,⁶⁷⁵ e na sequência da Lei *Smith-Mundt* de 1948, passou a transmitir em vinte e quatro línguas. Nesse mesmo ano, sessenta e sete centros de informação e bibliotecas apresentaram livros, montaram exposições, e mostraram filmes sobre os Estados Unidos através de uma rede de setenta e seis sucursais espalhadas pelo mundo.

A criação desta lei, e o reconhecimento da necessidade de criar um corpo bem-informado de intelectuais e líderes de opinião da infraestrutura social e política, levou o governo a criar o *International Visitor Program* (IVP). A finalidade deste programa era organizar visitas informativas aos EUA para líderes estrangeiros em áreas como a economia, o trabalho, o jornalismo, as artes e a educação. Em 1952 foi consolidado no programa de intercâmbio de pessoas do Departamento de Estado, e em 2004, o IVP foi renomeado *International Visitor Leadership Program* (IVLP).⁶⁷⁶

Poucos anos depois da criação da lei, em 1953, o presidente Dwight Eisenhower estabelece uma nova agência governamental, a *United States Information Agency* (USIA), para coordenar a divulgação e expansão internacional dos programas de informação e intercâmbio educacional. Esta agência foi criada principalmente para "levar a economias significativas e melhorar de forma considerável a eficácia da administração",⁶⁷⁷ de forma a combater a propaganda antiamericana no estrangeiro.

Pegando nas palavras de uma antiga agente da USIA, Nancy Snow, podemos resumir a Lei *Smith-Mundt* de 1948 como “uma consequência de duas administrações anteriores: do presidente Wilson e o *Committee on Public Information* (CPI) o primeiro programa oficial de propaganda do governo, que levou o público americano a entrar na I Guerra Mundial; e os programas da *Campaign of Truth* do presidente Truman, projetados para combater a propaganda soviética”. A porta-voz oficial da propaganda do governo no estrangeiro, a *United States Information Agency*, funcionou sob a autoridade da *Smith-Mundt Act of 1948*.⁶⁷⁸

Como já tivemos oportunidade de demonstrar no capítulo anterior, esta lei, que traça as suas

⁶⁷⁴ *S. REP. NO. 80-811* (1948), U.S. CODE CONG. SERV. at 1011, *apud* Palmer & Carter, 2006, p. 7. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 61)

⁶⁷⁵ Disponível em: <https://eca.state.gov/ivlp/about-ivlp/program-history>, Bureau of Educational and Cultural Affairs, consultado em 19.12.2016.

⁶⁷⁶ Informação disponível em: <https://www.usau.usmission.gov/mission/usau/ivlp/>, *US Mission to the African Union*, consultado em 19.12.2016.

⁶⁷⁷ Mensagem do presidente Eisenhower para o Congresso sobre o Plano de Reorganização 8 de 1953, relativo ao estabelecimento da Agência de Informações dos Estados Unidos (junho 1, 1953), *Office of the Federal Register*, 1960, *apud* Sager, 2015, p. 519. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 62)

⁶⁷⁸ Snow, 1998: 619.

origens em finais da II Guerra Mundial, foi uma lei pouco conhecida e incompreendida pelo povo americano, pois proibia a divulgação interna de qualquer “informação” relacionada com os programas elaborados para o público internacional, numa preocupação de que a propaganda do governo para o estrangeiro violasse o espírito de uma sociedade democrática.⁶⁷⁹ Assim, não havia circulação interna de publicações do *Office of International Information and Educational Exchange* (OIE), ou transmissões da VOA.

De acordo com Krugler (1999), a promulgação da Lei *Smith-Mundt* tornou permanente os programas de intercâmbio cultural e de informação americanos, mas com o objetivo de evitar que a emissora disseminasse propaganda dentro dos EUA, também estipulou que apenas fossem contratados estrangeiros para os vários postos espalhados pelo mundo, quando não fosse possível contratar cidadãos norte-americanos qualificados e estipulou medidas rigorosas de segurança aos seus funcionários, sob o controlo do *Federal Bureau of Investigation* (FBI).⁶⁸⁰

Esta proibição da lei restringiu a USIA de atingir audiências dentro dos Estados Unidos, quer através da *Voice of America*, quer através dos outros programas culturais e de “informação” desta agência.⁶⁸¹

A *United States Information and Educational Exchange Act of 1948* foi um “acordo” entre a necessidade de combater a propaganda antiamericana, levada a cabo pela União Soviética, e a oportunidade de difusão dos valores americanos no exterior, impedindo ao mesmo tempo que a máquina de propaganda do governo dos Estados Unidos pudesse ser utilizada contra o próprio povo. Foi o resultado político de um relatório destinado a combater as armas da falsa propaganda e desinformação usadas contra as populações estrangeiras. No entanto, e de acordo com o autor Toby Rider (2016), esta lei não veio resolver as questões sobre a extensão e âmbito mais adequados dos programas de “informação”, tendo em vista a sequência de eventos ocorrida logo após a sua promulgação - a tomada do poder pelos comunistas na Checoslováquia, a vitória comunista na China, o bloqueio de Berlim e o lançamento da bomba nuclear pela União Soviética.⁶⁸²

A *Smith-Mundt Act of 1948* alicerçou as bases legais para que o governo norte-americano pudesse financiar a diplomacia pública/propaganda depois da II Guerra Mundial, e que acabaria por levar à criação da *United States Information Agency* (USIA) em 1953.

⁶⁷⁹ Wang, 2007: 24.

⁶⁸⁰ Krugler, 1999: 28.

⁶⁸¹ A 3 de janeiro de 2013, o presidente Barack Obama promulgou a *National Defense Authorization Act* (HR 4310), autorizando o uso de propaganda dentro dos Estados Unidos pela primeira vez, desde a instituição da *Smith-Mundt Act of 1948*. Sager, 2015: 528.

⁶⁸² Rider, 2016: 9.

4.3 - Lei Fulbright-Hays de 1961

Passemos agora a analisar a Lei Fulbright-Hays de 1961. Fazê-lo sem ter em conta a Lei Fulbright de 1946, sua antecessora, é quase impossível, pois foi a partir dela que surgiu o Programa Fulbright. Visto como o programa internacional mais liberal dos Estados Unidos, surge no período limiar entre o fim da II Guerra Mundial e os imperativos da hegemonia da Guerra Fria, com a projeção internacional dos valores dos Estados Unidos para o resto do mundo.⁶⁸³

A Lei Fulbright de 1946 teve por base uma alteração a uma lei que nada tinha a ver com o intercâmbio educativo, o *Surplus Property Act of 1944*.⁶⁸⁴ Esta lei criou dois problemas ao governo norte-americano, eliminar o “excedente da guerra” espalhado por todo o mundo, e saber o que fazer com as receitas geradas em moeda estrangeira através da venda dos bens militares considerados excedentes de guerra no final da II Guerra Mundial aos países onde de encontrava esse mesmo excedente.

Em setembro de 1945, logo a seguir à rendição do Japão, o Senador William Fullbright de Arkansas, apresentou um projeto de lei (*Senate Bill 1440*) no Congresso dos Estados Unidos, que apelava para a utilização de parte das receitas geradas pela venda dos excedentes dos EUA no estrangeiro, no financiamento da “promoção da boa vontade internacional, através do intercâmbio de estudantes nos campos da educação, da cultura e da ciência.”⁶⁸⁵ Pela primeira vez, o governo norte-americano não precisaria de recorrer ao erário público para financiar programas de intercâmbio educativo, programas de estudo, investigação e ensino para cidadãos dos EUA e de países estrangeiros. No fundo, era um projeto que combinava dois propósitos. Por um lado, o governo americano escoava o excedente de guerra que detinha no exterior através da venda deste a outros governos, e por outro, dava a oportunidade a professores e alunos de outros países conhecerem a sociedade norte-americana, modificar as visões erradas sobre os EUA e, ao mesmo tempo, criar uma rede de pessoas que iriam ser seus porta-vozes no exterior.⁶⁸⁶ A noção de que os próprios bolsеiros estrangeiros se tornassem em agentes da americanização sugere até que ponto o governo dos EUA acreditava que a sua experiência na América seria transformadora.⁶⁸⁷

O mesmo era esperado em relação aos bolsеiros norte-americanos em países estrangeiros. E tal como refere Bettie, estes “embaixadores não oficiais não têm qualquer informação de política externa, nenhuma formação em comunicação intercultural ou preparação similar; pelo que os seus

⁶⁸³ Lebovic, 2013: 280.

⁶⁸⁴ *Executive Order No. 9425, Fed. Reg. 80-289*, lei que autorizava o governo norte-americano a escoar os seus excedentes de guerra, na sua maioria da área militar. Informação disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16567>, *The American Presidency Project*, consultado em 29.01.2017.

⁶⁸⁵ Washington, DC, 1945, *Fulbright Papers*, apud Lebovic, 2013, p. 280.

⁶⁸⁶ Gómez-Escalonilla, 2014: 282-283.

⁶⁸⁷ Lebovic, 2013: 309.

pontos de vista podem ser mais credíveis para as audiências estrangeiras, do que os de um diplomata americano.” A autora vai ainda mais longe, afirmando que “no contexto da diplomacia pública, a prática de intercâmbio educativo é baseada na premissa de que os cidadãos comuns são precisos e capazes representantes do seu país”.⁶⁸⁸

No dia 1 de agosto de 1946, o presidente Harry Truman promulgou a *Fulbright Act of 1946*,⁶⁸⁹ criando assim o Programa Fulbright (*Fulbright Scholarships Program*). Um programa de intercâmbio educacional internacional (bilateral) em tempo de paz, destinado a permitir intercâmbios culturais entre os Estados Unidos e o resto do mundo ou, por outras palavras, “o principal programa de intercâmbio educacional internacional patrocinado pelo governo dos EUA concebido para aumentar a compreensão mútua entre os povos dos Estados Unidos e as pessoas de outros países.”⁶⁹⁰ O Programa Fulbright é, hoje em dia, patrocinado pelo Departamento de Estado, através do *Bureau of Educational and Cultural Relations* (CU).⁶⁹¹

Não podemos deixar de salientar que esta não foi a estreia do governo dos Estados Unidos no que diz respeito a desenvolver um programa de intercâmbio educacional a nível internacional. O primeiro momento surgiu com a “Rebelião dos Boxers” na China, em 1908, e o segundo com a *Belgian-American Educational Foundation*, formada em 1929, através da liquidação dos fundos de ajuda da Primeira Guerra Mundial à Bélgica, com mais de setecentos estudantes belgas e norte-americanos intercambiados durante o período entre as duas guerras mundiais.⁶⁹² O terceiro programa de intercâmbio aconteceu em 1938 com as Repúblicas Americanas, numa tentativa do Departamento de Estado em evitar a entrada de propaganda cultural do Eixo na América Latina.⁶⁹³

Voltando ao Programa Fulbright, podemos resumir em quatro os pontos mais importantes deste programa: (1) o estabelecimento da *Board of Foreign Scholarships* (BFS), uma agência autónoma de peritos não-governamentais, composta por doze pessoas nomeadas pelo presidente dos EUA, do meio académico, cultural e social, cuja função era criar as diretrizes e organizar o Programa Fulbright, como um programa bilateral de intercâmbio académico (2) a gestão destes intercâmbios

⁶⁸⁸ Bettie, 2015: 359. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 63)

⁶⁸⁹ *Public Law 584*; 79th Congress (alteração à lei *Surplus Property Act of 1944*), Scott-Smith, 2007: 288.

⁶⁹⁰ Informação disponível em <https://eca.state.gov/fulbright>, *Bureau of Educational and Cultural Affairs*, consultado em 04.01.2017.

⁶⁹¹ Este gabinete veria o seu nome alterado em 1960 para *Bureau of Educational and Cultural Affairs* (ECA). Disponível em: <https://eca.state.gov/about-bureau/history-and-mission-eca>, consultado em 04.01.2017. Sobre o Programa Fulbright em Portugal ver Luís Nuno Rodrigues (2017), “Establishing a “Cultural Base”? The creation of the Fulbright Program in Portugal”, *The International History Review*, 40:3, 683-697, Routledge/Taylor & Francis Group.

⁶⁹² Os Boxers, era uma sociedade secreta, no início do século XX, que assassinou centenas de estrangeiros, com o objetivo de eliminar a China de influências externas. Perante esta situação, o governo chinês ofereceu indemnizações aos países das vítimas dos massacres, incluindo 24 milhões de dólares aos Estados Unidos. Perante a vontade do governo americano em devolver metade do montante por achar excessivo, o governo chinês propôs a aplicação desse dinheiro no envio de académicos chineses para os Estados Unidos, para instituições de ensino superior conceituadas. Dubois, 1995: 55.

⁶⁹³ Espinosa, 1977, *apud* Lebovic, 2013, p. 284.

teve por base a conclusão de acordos de compromisso entre os Estados Unidos e os governos dos países parceiros participantes no programa; (3) estes acordos estabeleceram as comissões educativas norte-americanas ou *Fulbright*: entidades capazes de receber e disponibilizar os fundos do programa, o que acarretava a responsabilidade de planejar e executar o programa; (4) estas comissões consistiram em comissões binacionais de especialistas e acadêmicos, nomeados por embaixadores dos EUA, em nome do *Secretary of State* e membros da comissão do governo estrangeiro parceiro. Embora o financiamento inicial para o programa viesse da venda dos excedentes de guerra, a política comum e a tomada de decisão conjunta foi uma referência do programa. As comissões contrataram diretores locais para gerirem o programa nos respectivos países. O Programa Fulbright tinha três componentes: um programa de concessão de bolsas de estudo para apoio a estudantes dos EUA a trabalhar no estrangeiro, um programa de intercâmbio de professores, e um programa de estudo no estrangeiro para alunos norte-americanos.⁶⁹⁴

Um dos problemas iniciais para o Programa Fulbright foi a falta de fundos, em moeda americana, capazes de cobrir todas as despesas inerentes à vinda e estadia de bolseiros estrangeiros nos Estados Unidos. A solução temporária encontrada foi o setor privado. Não nos podemos esquecer que a Lei Smith-Mundt autorizava o *Secretary of State* a utilizar ao máximo os serviços de agências privadas, e que a Lei Fulbright-Hays a tornou ainda mais explícita:

Os governos estrangeiros, organizações internacionais e particulares, empresas, associações, agências e outros grupos devem ser incentivadas a participar na máxima extensão possível para a realização desta lei e fazer contribuições de fundos, bens e serviços que o presidente fica autorizado a aceitar. (sem autor, 1961)⁶⁹⁵

O financiamento das organizações ou fundações privadas foi vital para a continuação destes empreendimentos. Deste modo, algumas universidades criaram bolsas de estudo, intercâmbios educativos, estágios e palestras de visitantes estrangeiros. As Fundações Rockefeller e Carnegie assumiram custear temporariamente as despesas destas atividades, de forma a permitir que os programas voltassem a funcionar em pleno. Este foi o início de uma relação entre o setor privado e o governo dos Estados Unidos que tem caracterizado o programa até ao dia de hoje.⁶⁹⁶

A Fundação Ford também teve um papel central neste processo. De acordo com Giles Scott-Smith (2014), apesar de a Fundação Ford ter entrado tarde neste tipo de iniciativas, só na década de 1950, deu logo início a um programa a nível global, com linhas mais progressivas e fáceis de gerir,

⁶⁹⁴ Informação disponível em: <https://eca.state.gov/fulbright/about-fulbright>, *Bureau of Educational and Cultural Affairs*, consultado em 04.01.2017.

⁶⁹⁵ *Mutual Educational and Cultural Exchange Program*, 1961. Informação disponível em: <https://www2.ed.gov/about/offices/list/ope/iegps/fulbrighthaysact.doc>, *Fulbright's Act.*, consultado em 06.01.2017. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 64).

⁶⁹⁶ *Bureau of Educational and Cultural Affairs*. Disponível em <https://eca.state.gov/fulbright/about-fulbright/history/early-years>, *The laws behind the program*, consultado em 04.01.2017.

executando várias atividades na Europa.⁶⁹⁷ Esta fundação foi fundamental neste tipo de esforço na região transatlântica no início dos anos de 1960, uma vez que tanto as coligações do setor privado, como do público, consideravam um espaço central no contexto dos interesses de segurança dos EUA.⁶⁹⁸

Mas como referimos, esta era uma solução temporária, pelo que quinze anos passados desde o seu começo foi preciso arranjar uma alternativa a longo prazo. Com a aprovação do Congresso, em 1948, da *Smith-Mundt Act*, o Departamento de Estado, mais precisamente o *Bureau for Educational and Cultural Affairs* (ECA) obteve dotações para poder gerir os custos do Programa *Fulbright* nos EUA e para o financiamento das bolsas de estudo (ou *Fulbright*) geridas pelas embaixadas norte-americanas no estrangeiro. Esta responsabilidade foi transferida para a USIA em 1953. A mesma situação já tinha acontecido com os fundos para os intercâmbios educacionais com a América Latina iniciados em 1939.

No início, o Programa *Fulbright* destinava-se apenas aos países a quem os EUA tinham vendido o seu excedente de guerra, principalmente países da Europa e Ásia, deixando de fora os países da Europa de Leste, seguidores da ideologia comunista. Os acordos de intercâmbio com estes países só foram alcançados durante os anos sessenta e setenta, um período na Guerra Fria de descongelamento e expansão dos programas.⁶⁹⁹ Em 1953 e 1954, o Congresso autorizou a utilização de outras moedas estrangeiras no financiamento do intercâmbio educacional, desta vez provenientes do excedente de produtos agrícolas e da venda de mercadoria para o estrangeiro. Este foi um passo muito importante para o programa, pois alargou a aplicação do intercâmbio a outros países, entre os quais Portugal.

Em 21 de setembro de 1961, o presidente John F. Kennedy promulgou a *Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961*, mais conhecida como *Fulbright-Hays Act of 1961*,⁷⁰⁰ que viria a tornar-se na lei base para todos os apoios financeiros governamentais norte-americanos, a nível de intercâmbios educacionais e culturais realizados entre os Estados Unidos e países estrangeiros. Foi, no fundo, a confirmação do objetivo da criação da Lei *Fulbright* de 1946. É a mais abrangente das leis do governo, e consolida as leis anteriores referentes ao intercâmbio educacional. Esta lei permitiu ao governo dos Estados Unidos:

- aumentar a compreensão mútua entre os Estados Unidos e os outros países por meio de intercâmbio educacional e cultural;
- reforçar os laços com outras nações através de interesses culturais e educacionais;

⁶⁹⁷ Karl, 1997; Parmar, 2012, *apud* Scott-Smith, 2014, p. 94.

⁶⁹⁸ Scott-Smith, 2014: 103.

⁶⁹⁹ Bettie, 2015: 364.

⁷⁰⁰ *Public Law 256, 87th Congress*, Scott-Smith, 2007: 289. Chamado assim devido aos seus promotores, o Senador *Fulbright* e o Senador *Wayne L. Hays* de Ohio.

- promover a cooperação internacional para a educação e a promoção cultural, de modo a contribuir para relações pacíficas entre os Estados Unidos e os países estrangeiros.⁷⁰¹

Num artigo do *New York Times*, com o título “Uma Arma para a Paz”, editado no dia de Natal de 1946, este jornal ansiava pelo crescimento rápido do Programa Fulbright, referindo que “se 50.000 alunos de outros países podiam vir aqui anualmente e 50.000 dos nossos estudantes iam para outras terras, isso seria uma poderosa alavanca para a realização do maior sonho da humanidade - um mundo em paz”.⁷⁰²

No virar do século XX, os ex-alunos Fulbright somavam mais de 200.000, dos quais mais de 68.000 eram dos Estados Unidos. Além disso, cada ano, mais de mil professores norte-americanos dá palestras e fazem pesquisas em mais de 100 países; aproximadamente 1.200 estudantes dos EUA vão para fora e 1.300 estudantes estrangeiros vão para os Estados Unidos; 350 professores americanos do ensino básico e secundário vão para o exterior, e 250 estrangeiros vão ensinar nos EUA; e 80 instituições dos Estados Unidos de ensino superior recebem dinheiro para estabelecer acordo com congêneres no exterior.⁷⁰³

Para o historiador Lebovic (2013), o programa de intercâmbio educacional e cultural, apesar de ter sido visto como um meio para se atingir a paz mundial implementando alianças e não conflitos ideológicos, servia, ao mesmo tempo, os propósitos da propaganda norte-americana.⁷⁰⁴ Uma opinião que o Senador Fulbright tentou combater, pois não estava de acordo com o princípio da criação do programa com o seu nome. No entanto, não podemos deixar de concordar com a autora Demerise Dubois, quando afirma que o fato de o sistema de bolsas de estudo Fulbright ainda existir entre os Estados Unidos e países estrangeiros é um grande testemunho da força do programa, que se mantém fiel à sua missão de promover a compreensão internacional.⁷⁰⁵

Nos primeiros dias do Programa Fulbright surgiu o debate entre alguns membros do Congresso sobre a sua verdadeira natureza e qual a direção que iria tomar, de modo que pediram por efeitos imediatos observáveis. Após um lento e longo processo, os membros do *Board of Foreign Scholarships* acordaram que o Programa Fulbright contribuiria para o interesse nacional, mas se fosse para evoluir para um programa de propaganda seria contraproducente e devia ser

⁷⁰¹ *Bureau of Educational and Cultural Affairs*. Disponível em: <https://eca.state.gov/fulbright/about-fulbright/history/early-years>, consultado em 06.01.2017. Ver Anexo B - *Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961*.

⁷⁰² *New York Times*, 1946, *apud* Lebovic, 2013, p. 292. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 65)

⁷⁰³ Dubois, 1995: 57.

⁷⁰⁴ Lebovic, 2013: 292.

⁷⁰⁵ J. William Fulbright é considerado o "pai dos intercâmbios acadêmicos norte-americanos", e os profissionais da área de Educação Internacional apelidam o período da sua existência como fundador do programa com o seu nome, com a "Era Fulbright". O senador faleceu em 9 de fevereiro de 1995, aos oitenta e nove anos, deixando um grande legado na política interna e nas relações exteriores. Dubois, 1995: 56.

abandonado.⁷⁰⁶

Quando a USIA foi estabelecida em 1953, todas as atividades de “informação” (a impressão, a radiodifusão e o cinema) passaram para o seu controle. No entanto, surgiu a questão de saber se os intercâmbios educacionais e culturais deviam permanecer no Departamento de Estado, ou se também deviam ser transferidos para a USIA. O Senador William Fullbright defendeu sempre que o Programa Fulbright devia ser separado das atividades de “informação”, ou como se refere a elas, “das atividades de propaganda”: “Não há espaço, e não deve haver espaço, para a interpretação destes programas como propaganda, apesar de reconhecer que o termo abrange algumas atividades válidas e respeitáveis”,⁷⁰⁷ e que o governo se devia preocupar mais com a reciprocidade cultural com outros países, em vez da manipulação da opinião pública. Falando perante a *Senate Foreign Relations Committee*, contestou a ideia de dependência do *Board of Foreign Scholarships* (BFS), a dependência de uma agência governamental, já que pretendia que fosse um órgão autônomo, apolítico a administrar o programa de intercâmbio.⁷⁰⁸ Neste sentido, as atividades de intercâmbio educacional e cultural acabaram por ser divididas entre a USIA e o Departamento de Estado. A *United States Information Agency* passou a administrar “livros, bibliotecas, centros culturais, ensino de inglês e exposições, enquanto o Programa Fulbright, o Secretariado da Comissão Nacional da UNESCO, os programas de intercâmbio-de-pessoas, de apoio a escolas patrocinadas pelo governo norte-americano, entre outros programas mais pequenos, foram colocados no Departamento de Estado”.⁷⁰⁹

Neste capítulo é possível concluir que a *Fulbright-Hays Act of 1946*, apesar de ter levado à criação de um dos mais bem sucedidos programas de intercâmbio educacional norte-americano, criou um problema ao governo, uma vez que não providenciou os fundos necessários para que as pessoas dos países estrangeiros pudessem ir para os Estados Unidos estudar ou ensinar. Um entrave ultrapassado temporariamente com o apoio financeiro de organizações e fundações privadas

Em 1948, o Congresso aprova a passagem de uma lei que levaria ao financiamento do Programa Fulbright, ao financiamento de bolsas de estudo. Era a *United States Information and Educational Exchange Act of 1948*, também chamada de *Smith-Mundt Act of 1948*. Esta lei veio conceder autoridade legislativa a todos os programas culturais, educacionais e informativos que o governo norte-americano levava a cabo por todo o mundo. Não nos podemos esquecer que este tipo de

⁷⁰⁶ Johnson e Colligan, 1965, *apud* Bettie, 2015, p. 362.

⁷⁰⁷ Coombs, 1964, *apud* Bettie, 2015, p. 361. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 66)

⁷⁰⁸ Bettie, 2015: 365.

⁷⁰⁹ Coombs, 1964, *apud* Bettie, 2015, p. 365. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 67)

programas teve início no período da I Guerra Mundial com Woodrow Wilson e o *Committee on Public Information* (CPI). Convém realçar que os programas de propaganda também estavam abrangidos por esta proteção legislativa.

Os programas de intercâmbio, cujos esforços abrangiam não só estudantes e professores americanos, mas também estrangeiros, viram o seu propósito e imagem internacional prejudicados pelas campanhas de propaganda de Eisenhower. Os programas passaram a ser vistos como programas de apoio ideológico dos Estados Unidos.

A promulgação da *Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961*, mais conhecida como *Fulbright-Hays Act of 1961* por John F. Kennedy, veio restabelecer os programas de intercâmbio. Deste modo, os interesses educativos e culturais sobrepunham-se aos interesses políticos e económicos que regiam a política externa norte-americana no período da Guerra Fria.

Esta legislação consolidou todas as atividades de intercâmbio que funcionavam com a intenção de permanecer à margem dos programas de propaganda do governo.

Os programas/atividades educativas e culturais, ao abrigo desta lei, foram geridas e supervisionadas pela *United States Information Agency* (USIA) e o *Department of State*.

Como nota final, podemos dizer que o Programa Fulbright foi, e continua a ser, um dos melhores exemplos de diplomacia pública, não de propaganda, dos Estados Unidos na sua relação com outros países após a II Guerra Mundial, talvez por não ter como princípio o combate ao comunismo soviético que guiou a política externa norte-americana durante o período da Guerra Fria. Tal como refere J. William Fulbright,

A educação é uma força lenta mas poderosa. Pode não ser rápida o suficiente ou forte o suficiente para nos salvar da catástrofe, mas é a força mais forte disponível para esse fim, e o seu lugar apropriado, não está, portanto, na periferia, mas no centro das relações internacionais. (Dubois, 1995)⁷¹⁰

⁷¹⁰ Dubois, 1995: 75. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 68)

CAPÍTULO V – A USIA EM PORTUGAL DE 1953 A 1968

“As tradições americanas e a ética americana exigem que sejamos verdadeiros, mas a razão mais importante é que a verdade é a melhor propaganda e a mentira é a pior. Para sermos persuasivos, temos de ser credíveis; para sermos credíveis, temos de ser convincentes; para sermos convincentes, temos de ser verdadeiros. É tão simples quanto isso.”⁷¹¹

Edward R. Murrow, 1963

Como já tivemos oportunidade de demonstrar nos capítulos anteriores, a luta pelos corações e mentes de milhões de cidadãos, durante e entre o período de guerras, foi feita através de propaganda, tanto do lado dos Estados Unidos, como do lado da União Soviética. Um conflito que se expandiu por todo o mundo, a chamada Guerra Fria Cultural, e à qual Portugal não foi exceção. Contudo, até agora não existe nenhum estudo sobre as atividades de propaganda dos EUA no nosso país, durante o período da Guerra Fria e através da *United States Information Agency* (USIA). É esta a razão que nos traz ao terceiro e último capítulo deste estudo.

Neste capítulo pretende-se analisar e demonstrar de que forma a estratégia da política externa dos Estados Unidos, através da USIA, o nosso objeto de estudo, atuou em Portugal durante grande parte do período salazarista, ou seja, desde o ano de 1953, em que a *United States Information Agency* foi criada, até 1968 quando António de Oliveira Salazar foi destituído do cargo.

Pretendemos saber quais foram as suas áreas de influência, de que maneira foi feito esse processo, o que esteve envolvido, como foi a reação dos portugueses perante a entrada de elementos de propaganda proveniente dos EUA, como por exemplo, livros de autores norte-americanos, cursos de língua inglesa, exposições de arte, concertos de música *jazz* ou *rock and roll*, a possibilidade de se estudar nos Estados Unidos, entre outras atividades, e aos programas já aqui analisados. Saber ainda, e principalmente, como se deu essa intrusão a nível político, se houve acordos, conflitos, cooperação, uma vez que Portugal estava sob o domínio de um regime ditatorial, logo mais reservado à entrada de elementos exteriores.

Este capítulo encontra-se estruturado em seis subcapítulos, constituindo-se o primeiro como uma análise da estrutura e funcionamento da *United States Information Agency* no geral, e de forma mais

⁷¹¹ Discurso de Edward R. Murrow como diretor da USIA, perante o *Congressional Approbations Committee*, em maio de 1963. Informação disponível em: <http://fletcher.tufts.edu/murrow>, consultado em 11.02.1919. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 68)

elaborada em Portugal, como por exemplo a forma como atuava, quais eram os seus campos de ação e objetivos, entre outros aspetos. Os restantes cinco subcapítulos tratam de uma área específica da sua atuação no nosso país. Deste modo, no segundo subcapítulo vamos tentar perceber a abordagem feita a agências de notícias e à imprensa em geral; no seguinte, focámo-nos na educação e na saúde, pelo que analisaremos a importância dos estudantes e dos profissionais neste processo; passamos depois para o estudo das bibliotecas, exposições, turnés e parcerias entre os dois países; segue-se depois uma análise aos livros, à rádio, à televisão e ao cinema norte-americano no nosso país; e por último, numa área espacial diferente, mas ligada a Portugal, saber como atuou nas ex-colónias de Angola e Moçambique, com o propósito de saber até que ponto também foram importantes para os programas de “informação” dos Estados Unidos.⁷¹²

5.1 – Enquadramento

A *Public Diplomacy Alumni Association* (PDAA), antiga *USIA Alumni Association* (USIAAA), é uma organização voluntária sem fins lucrativos, com mais de 400 membros, e formada por antigos agentes da *United States Information Agency*, alguns ainda com cargos no exterior e na sede do Departamento de Estado, onde gerem programas educacionais, culturais e de informação que o governo dos EUA incorpora para promover a sua política externa em países estrangeiros.

Tendo por base um inquérito elaborado em junho de 2007 pela professora norte-americana Kathy Fitzpatrick, promovido junto dos membros da PDAA,⁷¹³ pretendemos saber a opinião daqueles que estiveram a trabalhar no terreno, e cujo resultado é o núcleo do nosso estudo. Os ex-agentes que levaram a cabo a missão na USIA e que estiveram em contacto direto com o público estrangeiro. Uma tarefa baseada em décadas de experiência e realizada em todas as regiões do globo, representando os Estados Unidos na condução da diplomacia pública no combate ao comunismo soviético e disseminação do americanismo no exterior.⁷¹⁴

Quando questionados sobre o objetivo principal da diplomacia pública norte-americana durante a Guerra Fria, a resposta apresentada foi fortalecer a diplomacia externa norte-americana, logo

⁷¹² Os documentos em que nos baseámos para fazer este estudo não apresentavam uma informação sequencial de anos, pelo que vemo-nos forçados a ter de saltar alguns anos, esperando, no entanto, que tal fato não diminua o valor e interesse do estudo efetuado.

⁷¹³ Não pretendemos fazer uma análise aprofundada dos valores estatísticos dados a conhecer pela autora Kathy Fitzpatrick, apenas uma síntese dos resultados obtidos.

⁷¹⁴ Kathy Fitzpatrick, é uma académica reconhecida internacionalmente nas áreas da diplomacia pública dos EUA e das relações públicas. A questão - “O que deve ser feito para reconstruir a diplomacia pública americana?” foi o foco central de sua pesquisa a ex-agentes da USIA, atualmente membros da PDAA, que estiveram em serviço no exterior entre 1950 e 2007. Cerca de metade dos 440 membros responderam ao inquérito. Professora Kathy Fitzpatrick, “United States Information Agency Alumni Association Survey”, 2008, disponível em: <http://www.publicdiplomacy.org/Fitzpatrick2008.pdf>, consultado em 24.02.19.

seguido da criação de uma imagem positiva dos EUA, e em terceiro lugar, dar a conhecer a vida e as instituições americanas, desenvolvendo e mantendo boas relações com o público estrangeiro. No entanto, referiram também como importantes para a sua missão: identificar e abordar os problemas do país anfitrião; combater a imagem negativa dos Estados Unidos; promover a democracia; e, ainda, construir vínculos internacionais entre as instituições americanas e as estrangeiras. Neste sentido, a maioria concordou que a USIA desempenhou um papel fundamental na mudança de atitude no combate ao comunismo e queda da União Soviética, assim como, através da agência tomaram conhecimento das políticas dos EUA durante a Guerra Fria.⁷¹⁵

O contacto entre o público estrangeiro e os representantes norte-americanos foi, segundo eles, o elemento principal para a eficácia da diplomacia pública, tendo salientado os programas de intercâmbio como o mais eficiente dos programas desenvolvidos pela USIA. O ensino de Inglês, eventos desportivos, turnés artísticas, e programas de livros foram outros programas que mereceram destaque. Realçaram, no entanto, que o apoio do setor privado foi fundamental para que os programas norte-americanos fossem realizados com sucesso, em especial o das ONGs.⁷¹⁶ Para o sucesso desta missão consideraram o profissionalismo um fator essencial, destacando como qualidades fundamentais a compreensão intercultural e interpessoal, saber comunicar com a população e falar outros idiomas. No entanto, referem que existem outras qualidades que não devem ser descuradas, como saber ouvir e observar, ser paciente e tolerante, demonstrar interesse e respeito pela cultura estrangeira e, ainda, ter sentido de humor. A maioria relatou ter experiência em programas culturais, educacionais e de informação, apesar de apenas vinte e oito por cento destes agentes terem exercido funções no estrangeiro. De salientar, no que diz respeito aos conhecimentos de línguas estrangeiras, que estes profissionais, no total, sabiam falar 54 línguas estrangeiras, sendo o francês o idioma com mais falantes, seguido do espanhol e do alemão. Quanto ao português, 19% dos ex-agentes da USIA falavam a língua lusa. O romeno, o grego e o vietnamita ocupavam o fim da tabela (5%).⁷¹⁷

Milhares de funcionários da USIA, presentes em mais de 175 países, espalhados por todos os cantos do mundo, conduziram o que, e nas palavras do estudioso Wilson Dizard (2004), “foi o maior esforço informativo e cultural jamais realizado por uma sociedade para influenciar atitudes e as ações de homens além das suas fronteiras”.⁷¹⁸

No subcapítulo seguinte iremos ver o caso de Portugal, como foi a integração da *United States Information Agency* no nosso país, os objetivos, as ações e os resultados alcançados desde a sua

⁷¹⁵ Fitzpatrick, 2008: 8.

⁷¹⁶ Fitzpatrick, 2008: 13.

⁷¹⁷ Fitzpatrick, 2008: 15.

⁷¹⁸ Dizard, 2004 *apud* Fitzpatrick, 2008, p. 4. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 69)

criação em 1953, até à destituição do presidente do Conselho, António Oliveira Salazar, em 1968.⁷¹⁹

5.2 – O Funcionamento e a estrutura da USIA

O início dos anos de 1950 marcou um período de transição e desenvolvimento, não só em termos da abordagem da América à propaganda da Guerra Fria, mas também na política externa que essa propaganda visava reforçar. Um período que teve origem na Campanha da Verdade de Truman e acentuado pela Guerra da Coreia, que ajudou a intensificar a rivalidade entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, e por consequência, o mundo em que vivemos hoje.

Em março de 1953, a embaixada dos Estados Unidos em Lisboa envia um memorando de operações para o Departamento de Estado, à atenção da IIA (na altura a agência responsável pela propaganda e política externa americana no exterior), sobre o programa a implementar em Portugal para os anos de 1954-1955, com base na situação política, económica e social do país. Tendo em conta que Portugal se encontrava sob o regime ditatorial de Oliveira Salazar, e que a abertura à influência e ao investimento estrangeiro não era muita, os Estados Unidos tinham de se mover com cautela.

De acordo com o memorando de operações para Portugal,⁷²⁰ o objetivo principal era explicar a política externa norte-americana que, em cooperação com outros países da Europa Ocidental, era manter a paz e a segurança, em oposição à política da União Soviética. O comunismo não seria esquecido, mas dado Portugal ser anti-comunista não era preciso um grande esforço nesse campo. No entanto, seria necessário, sem passar a ideia de que se estava a “vender” a forma de governo americano, esclarecer qualquer mal-entendido ao povo português e apresentar, mais detalhadamente, o sistema de governo às pessoas mais cultas que não o tenham percebido no passado devido a uma explicação incorreta.

A criação da USIA, em agosto de 1953, veio substituir a *International Information Agency* (IIA), em atividade no exterior desde 1952. De salientar que os programas de intercâmbio continuaram a ser administrados pelo Departamento de Estado, pelas razões já aqui assinaladas.

Para assegurar os objetivos a que se propunha, mas agora sob o comando da USIA e através do USIS, o governo norte-americano desenvolve uma série de iniciativas para captar o público

⁷¹⁹ Na altura, o diretor da USIA era Leonard Harold Marks, conceituado advogado, na especialidade de Direito das Comunicações, e funcionário do governo na *Federal Communications Commission* (FCC) desde 1942. Em outubro de 1962 foi um dos treze nomeados pelo presidente John Kennedy para estabelecer e incorporar a *Communications Satellite Corporation*, também conhecida como COMSAT, e em 1964 foi eleito membro do Conselho de Administração. Em 2 de setembro de 1965, assumiu o cargo de diretor da USIA até ser substituído por Frank J. Shakespeare. Informação disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/10570777>, NARA Archives Catalog, consultado em 08.03.2019.

⁷²⁰ Operations Memorandum, IIA 1954-1955, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Country and Subject Files, Box 14.

português, e assim, quem sabe, chegar aos seus governantes. Tratava-se, no fundo, de projetar uma imagem positiva dos Estados Unidos como parte da sua diplomacia pública, escamoteada de propaganda cultural, para influenciar as mentes lusas oprimidas pelo regime salazarista, da sua capacidade de liderança e dos valores democráticos.

Como já referimos no capítulo anterior, o aparecimento do USIS em Portugal foi anterior à USIA, dado ter sido criado durante a época do CPI na I Guerra Mundial. Contudo, as suas funções no exterior continuaram a ser as mesmas com o OWI na II Guerra Mundial, e depois com as agências⁷²¹ encarregues das políticas culturais e de “informação” nos países com quem os Estados Unidos tinham relações diplomáticas.

A influência norte-americana na narrativa sobre a Guerra Fria, numa ofensiva psicológica contra o comunismo soviético, foi formulada através de vários canais de comunicação, ou seja, através de filmes, livros, música, arte, ensino de Inglês, Estudos Americanos, rádio, televisão, e todos os outros meios já abordados neste estudo. No entanto, e para que a eficácia da sua ação resultasse, o Departamento de Estado, através do USIS, efetuava pesquisas de opinião pública cujas respostas depois se traduziam na elaboração de *Country Plans*. A ênfase dada ao programa estabelecido no *Country Plan*, e apesar de seguir um padrão organizacional geral, determinava a estrutura interna do USIS que podia variar de pequena, média e grande. Um USIS médio, o mais implementado dos postos (figura 3.1), era gerido por cinco a nove americanos e por cerca de vinte e cinco locais. Portugal era considerado um posto pequeno como iremos verificar mais à frente.

⁷²¹ *Office of International Information and Cultural Affairs* (1945-1948); *Office of International Information* (1948-1950); *Office of International Information and Cultural Exchange Programs* (1950-1952) e *International Information Administration - IIA* (1952 - 1953).

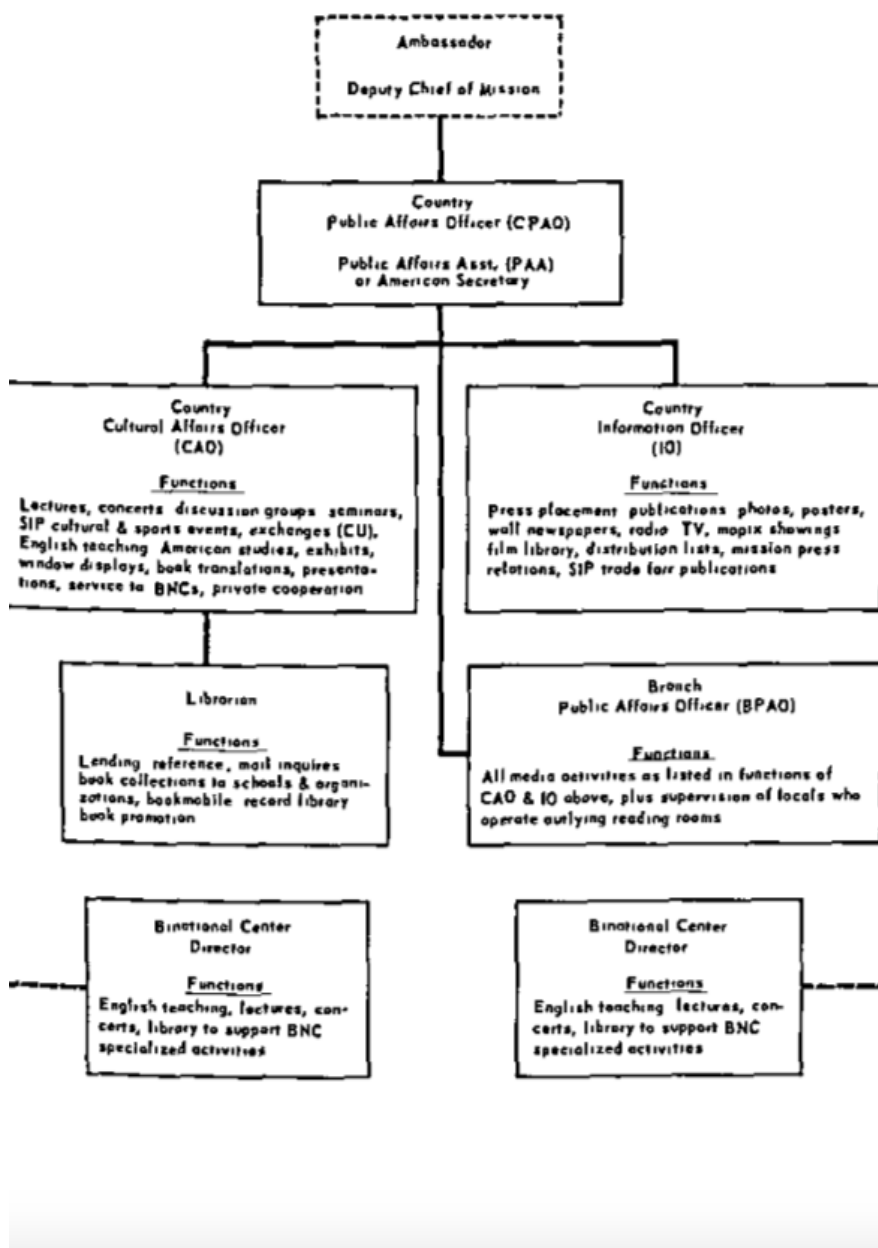


Figura 3.1 – Estrutura de um USIS de tamanho médio.⁷²²

Já aqui referimos que a IIA, criada em 1952, tinha sido a precursora da USIA, estabelecendo as bases para os programas de propaganda do governo norte-americano e reforçando-os com a condução de relações internacionais. Como tivemos oportunidade de verificar na figura 2.3 (pág. 121) do capítulo anterior, o seu plano de operações nos países estrangeiros dependia dos postos USIS, adaptando-o de forma diferente consoante o foco de interesse no país onde exercia a sua função. Com a USIA a forma de atuar não foi diferente, criando formas e mensagens eficazes de atingir o público-alvo, pelo que também fez uso de *Country Plans* que direcionavam as ações em cada país. De acordo com as orientações fornecidas pelo USIS, o Departamento de Estado e a USIA determinavam o plano de operações (*Country Plan*) de acordo com os objetivos a alcançar.

⁷²² Adaptado de Henderson, 1969 *apud* Sussman, 1973, p. 7.

Após a implementação dos programas propostos era feita uma segunda avaliação, que media a eficácia qualitativa e quantitativa dos programas implementados localmente de acordo com pesquisas de opinião pública. Para cumprir a parte consultiva da sua missão, a agência realizava essas pesquisas por todo o mundo, as quais avaliavam a imagem dos Estados Unidos, dos seus presidentes e as ações de política externa norte-americana, assim como a reação exterior a outros acontecimentos de caráter importante nos principais meios de comunicação.⁷²³ Em seguida, emitia uma série de relatórios de avaliação, ou controlo, realizados por inspetores norte-americanos, para os funcionários do governo no país e no estrangeiro, incluindo comentários da imprensa estrangeira em todo o mundo. Esta informação permitia aos postos USIS estabelecer estratégias locais, tanto em relação ao modo de atividades/programas que deviam ser implementados, como identificar o público-alvo e determinar o tempo ideal para a divulgação de propaganda.

Para além das pesquisas de opinião, a USIA também elaborava anualmente os *Fact Books*. Uma compilação de um amplo painel de informações sobre os países estrangeiros onde ia atuar, que iam desde o perfil político do país, atividades comunistas, acordos realizados entre os dois países, sistema educacional, dados populacionais, estatísticas eleitorais, entre outras. O *Fact Book* de Portugal de 1962,⁷²⁴ continha também informação relativa a outros anos (1950, 1954, 1957 e 1958) e começava com uma introdução ao país,

Sob a ditadura de Salazar, de 32 anos, Portugal continua uma existência insular caracterizada por uma estrutura governamental monolítica e uma imprensa controlada. A maioria da população desta pequena nação é analfabeta e quase metade da força de trabalho está envolvida na agricultura e pesca. O pequeno grupo de elite controla o governo, a indústria e os militares e manteve com sucesso o *status quo* de uma sociedade predominantemente rural. Esta sociedade tem sido relativamente resistente à Revolução Industrial e à fermentação das ideias do século XIX e XX no governo, na reforma social e na participação informada nos assuntos públicos.⁷²⁵

Seguia-se uma análise ao funcionamento do governo de Salazar, em especial o que controlava (censura) a nível dos meios de comunicação, ou seja, na imprensa, rádio e televisão. Passa depois a comentar, de forma breve, o sistema educacional português, a importância e atuação da Igreja no governo e na educação, e finaliza com uma referência curta sobre a forte influência do regime na

⁷²³ A USIA também realizava, de quatro em quatro meses, operações de pesquisa a que em chamava *BarometerReports* em quatro países chave da Europa Ocidental, que lhe permitiam estruturar as tendências de opinião com mais precisão do que qualquer outro método. No entanto, e de acordo com a pesquisa por nós realizada, Portugal não era um desses países chave. *Chief of the Office and Research and Intelligence, U.S. Information Agency* (1955). Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d226>, consultado em 18.04.18.

⁷²⁴ Apenas foi encontrado nos arquivos da NARA um *Fact Book* relativo a Portugal, mas felizmente estava bem preservado para nos permitir reconstruir parte da história da propaganda dos EUA em Portugal.

⁷²⁵ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. i., NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 70)

formação da opinião da população em relação a assuntos a nível nacional e internacional. Em poucas linhas, a opinião norte-americana sobre Portugal não era muito positiva, tendo como “obstáculo” uma forte propaganda governamental de carácter nacionalista.⁷²⁶

Este relatório cruzava dados estatísticos sobre diferentes assuntos, os quais podemos dividir em duas partes. A primeira diz respeito à demografia, educação e religião, enquanto a segunda engloba os meios de comunicação, isto é, publicações, meios audiovisuais e dados comparativos sobre os meios de comunicação de massa.

Quanto ao aspeto demográfico, é referida a área total do país; número populacional e composição étnica; a distribuição regional por distritos, sem esquecer as ilhas da Madeira e dos Açores; a distribuição urbano-rural por distritos, por género e idade, agregado familiar, nível socioeconómico e o número populacional das cinco maiores cidades de Portugal (Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra e Funchal).⁷²⁷

No que diz respeito à educação, a informação recolhida aborda a taxa de iliteracia no país, assim como dados estatísticos sobre os diferentes anos escolares e respetivas matrículas, e número de alunos inscritos nas três principais universidades portuguesas e na Universidade Técnica de Lisboa. Estes dados são acompanhados de uma descrição resumida do funcionamento do sistema educacional geral, primário e secundário, complementar e universitário.⁷²⁸

Segue-se depois uma análise à Igreja em Portugal, onde é feita uma descrição sucinta do sistema religioso, da relação da Igreja com o Estado e com o governo, a sua influência na educação e na opinião pública, e os meios de comunicação de que dispõe, como a Rádio Renascença, o jornal *Novidades* e *A Voz do Pastor*.⁷²⁹

Os outros dados estatísticos, e mais importantes para a avaliação do país, dizem respeito aos meios de comunicação, pois são eles que possuem a capacidade de informação e persuasão das massas, como são as publicações e os meios audio-visuais. No que diz respeito ao primeiro aspeto, é mencionado o número de jornais e respetiva tiragem, assim como, quantos eram diários (matutinos e vespertinos) e semanais, e quais os dez jornais mais importantes no país em 1958. De realçar que também era de interesse para o governo norte-americano a orientação política nacional e internacional destes jornais, por essa razão também fazia parte da análise efetuada pela USIA. É feita depois uma descrição breve à imprensa em geral, com destaque para o funcionamento da

⁷²⁶ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. i-ii, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁷²⁷ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 1-5, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁷²⁸ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 5-7, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁷²⁹ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 7-8, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

censura na imprensa, ao Secretariado Nacional de Informação (SNI), e o resultado da sua ação no tipo de notícias e tiragem dos jornais.⁷³⁰

Segue-se depois uma análise às revistas, tipo de edição e respetiva quantidade, assunto e tipo de revista para homens e mulheres, assim como uma pequena referência à importância de revistas internacionais como são as americanas *Time* e *Newsweek*, que segundo a USIA se deve ao número limitado de revistas portuguesas e do pouco interesse da população em assuntos nacionais da época.⁷³¹ É ainda feita uma descrição da indústria de publicação e das bibliotecas em geral, no ano de 1957, onde se apresenta uma análise estatística por distrito em relação à distribuição das bibliotecas, acervos e número de leitores, e uma breve análise das bibliotecas do país (507 com 5.100.000 livros) e a sua relação com o governo. Por último, e dentro das publicações, são avaliados os livros relativos ao ano de 1958.⁷³²

Por fim, e em relação aos meios audiovisuais, os dados existentes são de 1959 e dizem respeito à rádio, televisão e cinema. Quanto à rádio, o estudo incide sobre as suas estações, a potência e quem era o/a proprietário/a, horas de emissão, aparelhos de rádio existentes nas casas portuguesas e qual era o horário nobre. A mesma análise é feita à televisão. De salientar que tanto num caso, como no outro, o destaque recai no controlo do governo sobre a “Emissora Nacional” e a “Radiotelevisão Portuguesa”, respetivamente. A análise ao cinema é curta, destacando-se a distribuição de filmes estrangeiros em Portugal, com os Estados Unidos a liderar a tabela, e o tipo de filmes americanos mostrados com preferência para o drama. Por fim, é feita um curto estudo comparativo da imprensa, rádio, televisão e livros no país.⁷³³

Como já fizemos questão de salientar, os programas do USIS dependiam de um projeto de operações, o *Country Plan*, ou seja, o “guia” anual da USIA que possibilitava aos seus postos orientar as atividades específicas do programa para cada ano, e deste modo determinar como os USIS podiam contribuir para a realização das metas da política externa dos EUA no exterior. Este plano também lhes permitia terem uma ideia do que se tinha alcançado nos anos anteriores, e o que se podia melhorar ou eliminar. Este tipo de documento era sem dúvida, de grande importância e fonte de informação para os responsáveis pela propaganda. Passemos então a analisar o caso de Portugal. Uma vez que a designação da USIA no exterior era USIS, será esta a sigla que passaremos a usar para nos referirmos à *United States Information Agency* em Portugal.

⁷³⁰ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 9-12, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency Research Reports, box 8.

⁷³¹ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 12-13, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency Research Reports, box 8.

⁷³² Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 13-15, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8

⁷³³ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 15-21, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

Dado não existirem relatórios do NSC, ou do OCB sobre Portugal (as agências responsáveis pela política externa e coordenação da propaganda norte-americana, respetivamente), o conteúdo dos programas a implementar dependia de relatórios, estimativas e orientações da embaixada, assim como da compreensão da situação política e económica, fatores e atitudes tradicionais e um claro conhecimento do estereótipo amplamente difundido dos EUA. Todos estes fatores, destacados pela existência de um regime autoritário em Portugal, foram levados em consideração na determinação de enfatizar ainda mais o conteúdo e a abordagem cultural.⁷³⁴

Para ser aprovado, o plano tinha de ter o aval do *Country Team*, isto é, do embaixador, dos diretores de outras agências dos EUA em Portugal, e de membros de importância na embaixada, dependendo da missão dos EUA no nosso país, como por exemplo o *Chief of the Military Assistance Advisory Group Mission (MAAG)*, o *Director of the U. S. Operations Mission (USOM)*, ou o *Agricultural Attache*. Com o propósito de coordenar a implementação e níveis de operação dos programas em que a missão estava empenhada, tornavam-se elementos fundamentais para uma compreensão ainda maior do programa do USIS.⁷³⁵

Apesar de a IIA ter sido desmantelada cinco meses mais tarde com a criação da USIA, esta agência manteve o plano para Portugal. Neste sentido, e de acordo com o “Country Plan” de março de 1953 para Portugal,⁷³⁶ os objetivos estipulados eram cinco: mobilizar apoio do governo de Salazar às políticas dos Estados Unidos em assuntos internacionais, das quais a NATO era o mais importante; provar que essas políticas se destinavam a melhorar as condições económicas, não só em Portugal mas em todo o mundo, diminuindo a expansão comunista devido a causas económicas; promover interesse na integração económica e política da Europa, na *Organisation for European Economic Co-operation (OEEC)*;⁷³⁷ convencer os portugueses de que a política externa norte-americana contribuía para a segurança das nações livres do mundo contra a agressão externa, ou se preferirmos, convencê-los da sua capacidade de liderança; e por último, estimular um maior interesse nos processos governamentais, cultura, assuntos gerais e instituições dos Estados Unidos, logo mostrar elementos americanos que os portugueses poderiam identificar como equivalentes aos

⁷³⁴ Inspection Report, March 9-20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

⁷³⁵ Report, John R. Bruce, February 12-26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 7, box 8.

⁷³⁶ De referir que apenas foram encontrados dois “Country Plan” sobre Portugal, relativos aos anos 1953 e 1965, nos arquivos da NARA, mas que, mesmo assim, abrange quase todo o espaço temporal em estudo, pelo que nos permitirá fazer uma comparação da sua atividade em 1953, quando entrou em Portugal, e 1965, quando a era de Salazar estava a chegar ao fim.

⁷³⁷ A OEEC, em português Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), foi criada em 16 de abril de 1948 e, uma década mais tarde, em 14 de dezembro de 1960 com a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, passou a ser designada Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE). A sua principal missão é promover políticas económicas e sociais a nível internacional, e atualmente é constituída por 35 países, incluindo os Estados Unidos (1961) e Portugal (um dos 16 países fundadores), e tem sede em Paris. Sem autor, 2006: 371.

seus interesses e aspirações.⁷³⁸ Não podemos deixar de reparar que estes cinco objetivos iam de encontro ao conceito de hegemonia, ou seja, “a liderança associada à capacidade de um Estado de se apresentar como portador de um interesse geral e ser assim percebido pelos outros”.⁷³⁹ Os Estados Unidos aspiravam conseguir, quer através do governo, quer através da população portuguesa, que a sua política externa fosse percebida como a que está de acordo com a do seu país, já que o que defendem é de interesse geral, ou seja, a paz, firmemente enraizada na liberdade e na segurança.

De modo a alcançar estes objetivos, foram estabelecidas seis tarefas: persuadir os líderes de opinião portugueses de que os EUA procuravam estabelecer a paz e que as condições do mundo não eram fruto de uma luta pelo poder entre os Estados Unidos e a União Soviética (o opositor nesta época); mostrar que tanto os Estados Unidos como Portugal, como aliados próximos, partilhavam um interesse comum na luta contra o avanço do comunismo;⁷⁴⁰ demonstrar a necessidade de cooperação estreita entre as nações da NATO na construção de defesa na Europa; demonstrar os esforços e sacrifícios que o contribuinte americano fazia pela sua defesa e a dos aliados americanos em todo o mundo; enfatizar as vantagens da integração económica na Europa de modo a aumentar a produtividade; e por fim, o objetivo mais direcionado para um público mais amplo, promover a amizade entre os dois países, incutindo o interesse nos portugueses pela vida, cultura, ciência e economia americana, e assim disseminar o “American Way of Life”.⁷⁴¹

Para cumprir estes seis pontos, o plano estabelecia quatro grupos-alvo. Os três primeiros eram a base essencial da confiança norte-americana para alcançar os objetivos estipulados de acordo com os interesses políticos de longo prazo dos EUA. O primeiro, bem selecionado, era formado por altos funcionários do governo, oficiais das forças armadas, e grandes empresários, em especial jovens, com potencial de influência ou poder no presente, ou num período pós-Salazar, pois deles dependia a implementação de um programa político pró-democracia; seguido dos restantes funcionários do governo e administrativos; o terceiro abrangia figuras profissionais do campo da informação, como editores, diretores, redatores, colunistas dos principais jornais e revistas diários, funcionários de agências de informação do governo como o SNI, diretores e produtores de programas do serviço nacional de TV e da Emissora Nacional, assim como professores e estudantes, em especial de

⁷³⁸ USIS Country Plan - Portugal, March 12, 1953, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1950-54, p. 1, box 2401.

⁷³⁹ Dupas, 2003: 276-277.

⁷⁴⁰ Através de informações da sua embaixada em Lisboa, os EUA tinham conhecimento que o governo português “nunca reconheceu o regime comunista da Rússia e, durante muitos anos, patrocinou informação e programas educacionais anticomunistas”. USIS Country Plan - Portugal, March 12, 1953, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1950-54, p. 3, box 2401.

⁷⁴¹ USIS Country Plan - Portugal, March 12, 1953, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1950-54, p.1-2, box 2401.

universidades onde era mais provável encontrar os futuros líderes políticos; e por último, as classes mais baixas, a grande parte dos analfabetos como eram os trabalhadores da indústria, da agricultura e da pesca.⁷⁴² Para a implementação deste plano tinham de ter em conta também os fatores favoráveis, ou não, para que fosse levado a bom termo. Neste sentido, os EUA contavam com um governo português estável na altura; o apoio do governo de Salazar para a política dos Estados Unidos em geral;⁷⁴³ ser membro da NATO; e mais dois fatores que se podem unir, uma vez que se interligam, como são as fortes atitudes anticomunistas por parte do governo, e o fato de não haver uma relação formal entre Portugal e a União Soviética e os Estados Satélite, confirmada pela embaixada, “Não há relações formais entre Portugal e qualquer das nações satélites”. Uma situação que atribuem, em parte, à religião, uma vez que os portugueses eram devotos católicos romanos.⁷⁴⁴

Apresentado o panorama que rodeava as relações entre os dois países e o ambiente em que o USIS se estabeleceu, passemos agora a abordar como é que a agência estava organizada, qual era a sua estrutura e como atuava, de forma a percebermos melhor a sua mecânica de trabalho, as condições em que era efetuado e qual o envolvimento dos portugueses neste projeto norte-americano.

O USIS Portugal, planeava e dirigia os programas culturais e de propaganda a partir da embaixada em Lisboa, pois tal como todos os USIS, fazia parte das missões diplomáticas americanas, juntamente com adidos militares e culturais, assessores de imprensa e os serviços de inteligência da CIA e da NSA. A embaixada albergava também a biblioteca americana:

O Posto está alojado no rés-do-chão da Chancelaria,⁷⁴⁵ um edifício de apartamentos remodelado, a quatro quarteirões do Marquês de Pombal, que é considerado o centro da cidade e o ponto de encontro das manifestações. Os escritórios do USIS estendem-se ao longo da rua lateral. Os quartos são pequenos, mas adequados e razoavelmente bem mobilados. No lado oposto da entrada está a biblioteca que tem entrada principal pela rua da frente. A biblioteca tem uma janela pouco profunda, mas bastante longa, onde é feita a maioria das exposições do

⁷⁴² USIS Country Plan - Portugal, March 12, 1953, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1950-54, p. 2, box 2401.

⁷⁴³ Importa lembrar, que a década de 50 foi marcada por um bom relacionamento de cooperação entre os dois países na sequência da assinatura de acordos de âmbito militar como o da base dos Açores, em 1948, da *Mutual Defense Assistance Act* de 1949, e já como membros da NATO assinaram em 1951 um acordo de auxílio mútuo, e um acordo de defesa que estendia as facilidades na base das Lajes até 1956, e um acordo suplementar de defesa em 1957 que estenderia o prazo de vigência até dezembro de 1962. Teixeira, 1999: 24.

⁷⁴⁴ USIS Country Plan - Portugal, March 12, 1953, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1950-54, p. 3, box 2401.

⁷⁴⁵ O edifício principal da embaixada designa-se “Chancelaria”, o local de trabalho do embaixador (Chefe da Missão Diplomática) e a sua equipa. Tecnicamente, o termo “embaixada” referia-se à própria delegação diplomática. Informação disponível em: <https://www.state.gov/discoverdiplomacy/diplomacy101/places/170537.htm>, consultado em 23.04.2018.

posto.⁷⁴⁶

A Legação Americana em Lisboa, elevada a embaixada em 1944, esteve instalada em vários locais, como foi o caso da residência do Conde de Olivais, na Rua do Sacramento à Lapa, que atualmente serve de residência do embaixador, e no edifício da antiga Escola Superior Colonial, agora o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), no Alto da Ajuda. Entre os anos de 1922 e 1983 localizou-se na Rua de Santana à Lapa e, mais tarde, na Avenida Duque de Loulé. Desde 18 de julho de 1983 a embaixada dos Estados Unidos mudou-se para as atuais instalações na Avenida das Forças Armadas.⁷⁴⁷

Para que as políticas do governo norte-americano resultassem, era essencial um trabalho conjunto eficaz entre a USIA, em Washington D.C., e os postos do USIS espalhados por todo o mundo. O USIS Portugal, juntamente com o USIS Suíça, eram os postos mais pequenos da Europa.⁷⁴⁸ Portugal tinha apenas dois postos, um em Lisboa e outro no Porto (figura 3.2). A coordenação das atividades e a distribuição de materiais eram feitas através do posto da capital.⁷⁴⁹ A distribuição de competências do USIS Portugal apresentava-se da seguinte forma:

⁷⁴⁶ Report, John R. Bruce, February 12-26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 8, box 8. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 71)

⁷⁴⁷ Disponível em: <https://pt.usembassy.gov/pt/embassy-consulate-pt/lisbon-pt/>, Embaixada EUA e Consulado em Portugal, consultado em 23.04.2018.

⁷⁴⁸ Report, Joseph S. Evans Jr., March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁴⁹ De referir que o posto da cidade do Porto tinha a designação de “subposto”, por não se situar na capital do país. Contudo, isso não significava que era inferior ao posto de Lisboa, tal como é referido no *Country Plan*, “A operação do Porto não é, em nenhum sentido, uma operação “miniatura” do USIS”. Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 18, box 8.

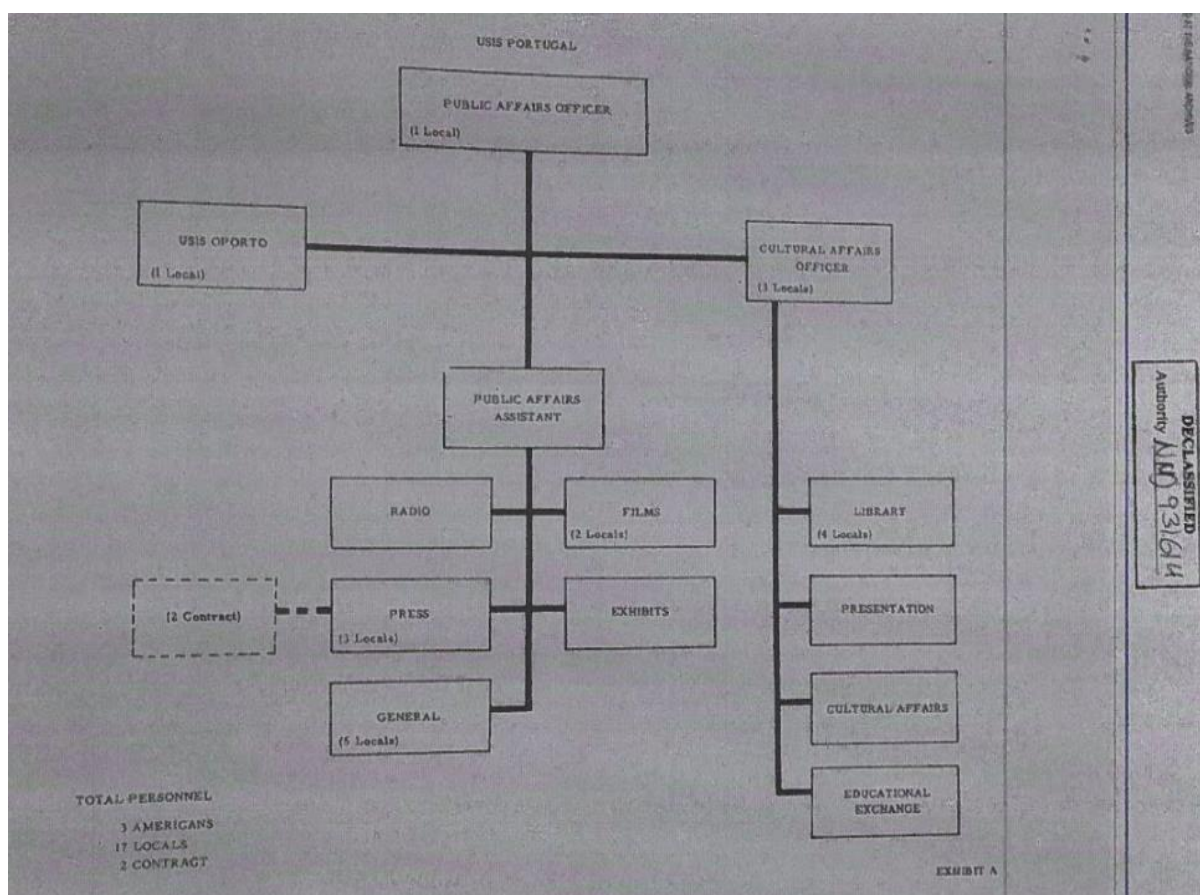


Figura 3.2 – Organograma do USIS Portugal em 1956.⁷⁵⁰

As suas funções dividiam-se entre o serviço de imprensa e publicação, serviço de cinema, que consistia quase exclusivamente na exibição de filmes da USIA, serviço de radiodifusão, ou VOA, serviço de intercâmbio cultural e educacional, incluindo as Bolsas de Estudo Fulbright e atividades como o ensino de Inglês, aconselhamento de estudantes, gestão de eventos, exposições de arte, concertos, palestras, seminários, entre outros programas e/ou atividades que pudessem levar à cooperação educacional, e especialmente cultural entre os dois países, e que conduzissem ao contato entre o público influente no exterior, e especialistas norte-americanos numa ampla variedade de assuntos.

A estrutura padrão dos *Foreign Service Officers* (FSO) para todos os postos, independentemente do país, consistia num triângulo, isto é, três oficiais principais por país: no topo o *Public Affairs Officer* (PAO), o assessor do embaixador, logo o responsável pela gestão das atividades do USIS e da política de propaganda local e, na base, sob a sua supervisão, um *Cultural Affairs Officer* (CAO) e um *Information Officer* (IO). De um lado a cultura e, do lado oposto, mas ao mesmo nível, a “informação”. A agência trabalhava em conjunto com funcionários locais, isto é, pessoas da cidade onde o posto USIS prestava serviço, para planear e executar os programas específicos estabelecidos

⁷⁵⁰ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 33, box 8.

no *Country Plan*, uma vez que se fossem concebidos e administrados apenas por norte-americanos teriam uma eficácia limitada.⁷⁵¹ No entanto, e de acordo com os relatórios de inspeção dos planos de 1956, 1959 e 1962, a estrutura em Portugal não era essa.

No ano de 1956, o USIS era formado por três americanos, o PAO, de nome Hugh B. Sutherland,⁷⁵² e responsável pelos programas do USIS, o CAO, encarregue da parte cultural, e o *Public Affairs Assistant* (PAA) para a parte da “informação”. O PAO era, ainda, responsável por manter contacto com os líderes da imprensa e da rádio, e o CAO concentrava-se na educação e nas artes em geral. Ambos os agentes do USIS tinham estatuto diplomático e a designação de *attaché*, ao contrário do PAA, que não necessitava de qualquer estatuto diplomático.⁷⁵³ O PAA era um funcionário americano residente em Lisboa, ligado ao USIS há muitos anos, pelas agências que atuaram antes da chegada da USIA, pois era “um elemento muito útil e tem um conhecimento valioso sobre quem são as pessoas de influência em Portugal. Além disso, é completamente bilíngue em português e inglês”. Apesar de ser responsável pela “informação”, no ano a que se refere este relatório de avaliação (1956) as suas funções resumiam-se a tarefas rotineiras como o atendimento e reencaminhamento de chamadas telefónicas, ou à manutenção dos arquivos do USIS, estando a propaganda a cargo do PAO. Os funcionários portugueses eram 17. Num USIS de tamanho médio, o número de funcionários locais era de cinco para um americano.⁷⁵⁴ Ainda segundo o mesmo relatório, em anos anteriores tinha havido apenas dois agentes norte-americanos e com outras funções. O PAO estava encarregue dos programas culturais, enquanto os programas de informação estavam a cargo do *Information Officer* (IO). No entanto, foi considerada uma estrutura “adequada às necessidades do USIS Portugal”.⁷⁵⁵

Em 1959, a estrutura seguia o padrão estipulado, já que era formado por três FSOs, o PAO, Francis J. McArdle, um CAO e um IO. Disponha ainda de 13 funcionários portugueses. No entanto,

⁷⁵¹ Smith, Hon. Christopher H., (1999), “Milestone of U.S. Foreign Relations and Diplomacy” (online), consultado em 26.05.2018. Informação disponível em: <https://www.congress.gov/crec/1999/10/04/CREC-1999-10-04-pt1-PgE2021.pdf>. United States Government Information.

⁷⁵² Para ajudar o PAO em início de carreira nas suas responsabilidades, como por exemplo, saber quais os relatórios exigidos pela USIA e quando eram devidos, ou quais eram as etapas para abate de equipamentos excedentes, entre outras tarefas, a agência criou o *Public Affairs Officer's Manual*, um guia e complemento ao seu treino de orientação. Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 25, box 8.

⁷⁵³ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 25, box 8.

⁷⁵⁴ Dos documentos por nós encontrados e analisados, não surgiu qualquer informação a identificar os funcionários portugueses. Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 16-17, box 8. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 72)

⁷⁵⁵ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 16, box 8.

este posto sofreu alterações a meio do ano com a extinção do cargo de IO, resultado de conflitos nas relações entre o CAO e o IO.⁷⁵⁶ Tal situação implicou a redução de atividades ligadas à “informação” e ao aumento da ênfase essencialmente na cultura, direcionada principalmente para os líderes, atuais e futuros, de grupos governamentais, educacionais, intelectuais e outros formadores de opinião. Deste modo, e tal como refere o inspetor norte-americano Joseph Evans (1959), “Que a abordagem cultural seja enfatizada, intensificando as atividades centradas na biblioteca, como programas noturnos de palestras, grupos de discussão, etc., limitados a pequenos grupos prioritários, e que a possibilidade de programas limitados de ensino informal de inglês para tais grupos seja explorada.”⁷⁵⁷

Em relação ao ano de 1962, o posto tinha apenas o PAO, Howard A. White, e o CAO. Quanto aos funcionários locais, havia um total de 15 vagas, mas uma delas ficou sem preencher devido à falta de conhecimentos de língua inglesa por parte da população local. De referir que esta foi uma falha apontada nos três relatórios em análise, e uma das razões que, por vezes, dificultava o trabalho no posto. Já os agentes americanos eram fluentes em português, ou tinham bons conhecimentos da língua.⁷⁵⁸ Os cargos dos portugueses eram os seguintes: Assistente Junior de Assuntos Culturais, Assistente Administrativo e uma Secretária, Tradutor, Editor, Operador Principal de Mimeógrafo e um assistente, Datilógrafo, Bibliotecário e dois assistentes, Rececionista, Cinematográfico, Operador, Rececionista Junior e Motorista.⁷⁵⁹

O “subposto” do Porto, apesar de não ser considerado um posto “miniatura”, funcionava em moldes diferentes. A sua operação consistia exclusivamente na exibição de filmes USIS, pelo que apenas dispunha de um funcionário americano que operava a unidade móvel *Willys* para a projeção dos filmes. A organização das exibições dos filmes e o manuseamento do projetor estava a cargo de um funcionário local do Consulado Americano, pago pelo USIS, razão pela qual os filmes só podiam ser exibidos fora do seu período laboral, ou seja, à noite e aos fins-de-semana. Anteriormente à USIA, o USIS Porto realizou durante vários anos a Feira Popular do Porto, onde eram exibidos murais e projetados filmes à noite. Esta feira começava em junho e ia até finais de setembro. Para os ajudar nas suas tarefas, o USIS Lisboa dispunha de quatro veículos *Willys*, e o

⁷⁵⁶ Report, Joseph S. Evans Jr., March 9-20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁵⁷ Report, Joseph S. Evans Jr., March 9-20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 3, box 8. Citação original em Apêndice - Citações traduzidas (Citação 73)

⁷⁵⁸ Report, Joseph S. Evans Jr., March 9-20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

⁷⁵⁹ Tradução livre a partir do original - “Junior Cultural Affairs Assistant, Administrative Assistant and Secretary, Translator, Editor, Chief Mimeograph Operator and an assistant, Clerk Typist, Librarian and two assistants, Clerk Receptionist, Motion Picture Operator, Junior Clerk Receptionist and Chauffeur”. Report, John R. Bruce, February 12-26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 8, box 8.

Porto apenas um.⁷⁶⁰

É de realçar que o PAO apenas visitou o USIS Porto uma vez ao longo do período de 1955-1956 (até 12 de março de 1956, a data da elaboração do relatório de avaliação). Perante esta situação, o inspetor pôs em causa o valor do tipo de operação que o USIS tinha neste “subposto”, desse modo pediu uma avaliação crítica ao PAO a fim de recomendar: (1) a sua continuação como estava; (2) terminar a operação e lidar com exhibições de filmes naquela área, através de visitas ocasionais a unidades móveis fora de Lisboa; ou (3) torná-lo num “subposto” mais completo. O USIS Porto acabou por encerrar, e Portugal passou a dispor apenas de um posto, o da capital.⁷⁶¹ No relatório de 1962, o inspetor John R. Bruce referia que o USIS Portugal tinha solicitado a reabertura do subposto do Porto, dado ser a segunda maior cidade do país, o centro da oposição política a Salazar, uma cidade industrial líder e com o maior agregado de comunistas do país, mas que o orçamento autorizado não permitia que tal ação fosse tomada em consideração.⁷⁶²

Não podemos ignorar que para o funcionamento eficiente do USIS era fundamental uma boa relação com o corpo diplomático dos EUA, pois a reorientação dos programas era feita com o aval do Embaixador. De acordo com os inspetores norte-americanos dos planos em análise, a relação entre o pessoal da embaixada com os agentes do posto era excelente, de respeito e cooperação a todos os níveis. Para o inspetor James B. Opsata (1956), “o *Public Affairs Officer* era tratado como um membro da equipa e participava nas reuniões semanais e de carácter especial da Embaixada”, junto com os chefes de outras agências dos EUA, em especial com o MAAG, com quem mantinha um contacto próximo, principalmente através do Ajudante de Campo do General, sobre todas as novas atividades. Em algumas ocasiões foi o responsável pela elaboração dos discursos proferidos pelo embaixador norte-americano.⁷⁶³ De acordo com o inspetor Joseph S. Evans Jr. (1959), a orientação da embaixada ao USIS era informal, mas eficaz, e o Chefe da Missão Diplomática e outros agentes norte-americanos demonstravam grande interesse e cooperavam com o programa USIS, pelo que existiam todas as evidências de um excelente trabalho em equipa da embaixada-USIS Portugal.⁷⁶⁴ Ainda segundo o inspetor James B. Opsata (1956), o apoio administrativo

⁷⁶⁰ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 18-19, box 8.

⁷⁶¹ Não encontramos qualquer indicação quanto à data exata do fecho do “subposto” do Porto, tendo apenas como referência uma nota no relatório de inspeção efetuado pelo inspetor John R. Bruce em 1962: “Existe apenas um posto em Portugal e o inspetor passa o seu tempo em Lisboa, onde se concentram todas as atividades.” Report, John R. Bruce, February 12-26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁶² Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 9, box 8.

⁷⁶³ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 11, box 8.

⁷⁶⁴ Report, Joseph S. Evans Jr., March 9-20, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 4, box 8.

fornecido ao USIS Portugal pela embaixada era o mais completo do que o que tinha observado em outros países.⁷⁶⁵ Convém não esquecer que neste período da Guerra Fria (1956-1959), a relação entre os dois países eram pacíficas, tanto durante a Administração Truman, como durante a Administração de Dwight Eisenhower, os quais viam Portugal como um país estável e anticomunista e também o depositário de um recurso fulcral para o dispositivo de segurança norte-americano, ou seja, a salvaguarda dos direitos de longa duração das bases açorianas. Por essa razão, era essencial a total cooperação da embaixada dos EUA em Lisboa para a continuidade da boa relação entre os dois países.

No entanto, em 1962, e apesar de todas as orientações políticas e todos os arquivos disponibilizados ao PAO, o inspetor John Bruce reconheceu que havia pouca participação direta nos programas do USIS por membros do corpo diplomático, apesar da boa relação existente entre a embaixada e a agência.⁷⁶⁶ Contrariamente ao que acontecia nos anos anteriores, com a eleição de John F. Kennedy como presidente dos Estados Unidos, deu-se um arrefecimento nas relações bilaterais devido à questão colonial e que iria determinar o relacionamento Portugal-EUA durante as décadas seguintes.

Neste contexto, e relativamente ao ano de 1965, o PAO Howard A. White informou a USIA em Washington, da dificuldade de orientação do programa. Apesar de existir fluxo constante de comunicação entre o posto e a agência, por vezes não havia o retorno à informação contida nos “Country Plans” e relatórios de avaliação elaborados pelo USIS, tal como refere o *Public Affairs Officer*: “Parece que ainda falta dar ao posto uma justificação convincente do “como” e “porquê””. Além disso, e segundo o agente americano, a direção do programa era excessivamente rígida, e com reconhecimento insuficiente das diferenças nas situações enfrentadas por postos únicos, de maneira que aconselhava a USIA a levar em conta a opinião dos PAO à frente desse tipo de posto, e a reconhecerem a sua situação atípica, para poderem alcançar a máxima eficácia.⁷⁶⁷ Uma situação que exemplificava o ambiente que se vivia neste período, em termos de política externa, condicionada por dois fatores que emergiram durante a Administração Johnson, isto é, a preocupação com a construção da prometida *Great Society* nos Estados Unidos e, em particular, a intensificação da obsessão com a Guerra do Vietname onde era dispendida a maior fatia do orçamento governamental.⁷⁶⁸ Esta situação levou a USIA e os seus postos USIS a perder, sucessivamente, orçamento e importância no interior do governo americano durante a segunda metade dos anos 1960

⁷⁶⁵ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 32, box 8.

⁷⁶⁶ Report, John R. Bruce, February 12-26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 13, box 8.

⁷⁶⁷ Report, Howard A. White, January 14, 1965, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, p. 6, box 8.

⁷⁶⁸ Lyons, 1994 *apud* Rodrigues, 2006, p. 94.

e 1970, como já tivemos oportunidade de analisar no segundo capítulo.

No que diz respeito ao orçamento, mais precisamente à gestão do orçamento do ano fiscal, era feita quase exclusivamente pelo PAO. O estabelecimento de um plano fiscal para o ano (baseado na atribuição do valor base, mais as necessidades do programa) servia como um meio de delinear o programa em termos de despesas para os vários programas. No desenvolvimento do plano fiscal, cada segmento do USIS devia ser informado dos seus fundos e limitações disponíveis. Da mesma forma, era necessário saber quanto dinheiro estava disponível em Washington, não só para os programas como os acervos das bibliotecas ou as apresentações de livros, mas também para outras atividades relacionadas com a operacionalidade do posto como, por exemplo, a substituição de equipamentos.⁷⁶⁹ Quanto às verbas a atribuir aos USIS, elas variavam, tal como indica a figura em baixo (figura 3.3). Entre os anos de 1951 e 1954, ou seja, entre a abolição da IIA e a entrada da USIA em atividade na gestão dos postos USIS, o Congresso aprovou respetivamente \$48.825, \$50.098, \$27.000 e \$40.200 para Portugal. Dentro de um grupo de países da Europa Ocidental, e a par com a Islândia e a Irlanda, Portugal foi dos países que menos dinheiro recebeu, em particular durante os anos de 1953 e 1954. A resposta a esta situação encontra-se num relatório emitido pela IIA, em 1953, para o Departamento de Estado. Segundo a informação no documento, houve necessidade de reexaminar as necessidades do programa em relação às exigências da economia norte-americana, dessa forma o Departamento de Estado fez uma estimativa do custo de manutenção do mínimo de operações para os anos fiscais de 1954 e 1955, recomendando os seguintes cortes nos anos de 1953-1954: eliminação das transmissões da VOA; programa de apresentação de livros, \$30.000; participação em conferências internacionais, \$37.000; programa de tradução de livros, \$37.000; papel de impressão, \$8.000; panfletos, \$5.000; equipamento, \$7.500. No total, o corte sugerido foi de 124.500 dólares. Em resposta, o PAO apresentou apenas três reduções prioritárias, pois, nas suas palavras “Os funcionários que participaram na elaboração deste prospeto não podem, portanto, em boa consciência, fazer mais recomendações para cortes no programa que é considerado uma operação mínima para Portugal”. Deste modo, sugeriu a redução de \$20.000 no programa de apresentação de livros, o abatimento dos \$14.000 destinados à participação na Feira Popular de Lisboa, e a redução de 50% do valor atribuído ao programa para o cinema.⁷⁷⁰

⁷⁶⁹ Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 22, box 8.

⁷⁷⁰ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 23, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

| COUNTRIES | YEARS | | | |
|-----------------|------------|--------------|---------------|--------------|
| | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 |
| Belgium | \$ 75 650 | \$ 117 233 | \$ 122 500 | \$ 155 300 |
| The Netherlands | \$ 53 818 | \$ 71 710 | \$ 151 390 | \$ 152 300 |
| Iceland | \$ 16 656 | \$ 23 590 | \$ 42 000 | \$ 50 500 |
| Ireland | \$ 10 007 | \$ 13 230 | \$ 16 700 | \$ 24 900 |
| Germany | - | - | \$ 11 328 782 | \$ 8 854 980 |
| Austria | \$ 1 486 | - | \$ 3 239 185 | \$ 2 680 000 |
| France | \$ 438 390 | \$ 677 268 | - | \$ 2 066 025 |
| Italy | \$ 795 737 | \$ 1 085 014 | \$ 1 810 700 | \$ 1 884 375 |
| Norway | \$ 39 006 | \$ 57 620 | \$ 66 000 | \$ 91 200 |
| Denmark | \$ 47 445 | \$ 57 585 | \$ 133 700 | \$ 124 340 |
| Finland | \$ 45 864 | \$ 83 365 | \$ 70 900 | \$ 120 200 |
| Sweden | \$ 148 439 | \$ 129 000 | \$ 76 300 | \$ 98 025 |
| Portugal | \$ 42 825 | \$ 50 098 | \$ 27 000 | \$ 40 200 |
| Spain | \$ 71 272 | \$ 114 126 | \$ 176 690 | \$ 240 500 |
| Great Britain | \$ 201 471 | \$ 249 857 | \$ 422 433 | \$ 431 900 |

Figura 3.3 – Verbas atribuídas aos postos USIS na Europa Ocidental pelo Departamento de Estado (1951-1954).⁷⁷¹

No ano de 1959, e de acordo com o “Relatório de Inspeção” de 20 de março desse ano, o orçamento previsto era de apenas 36,790 dólares, dos quais 78% foram usados para pagar custos fixos, como salários, seguros, impostos, gastos com serviços públicos, entre outros.

A partir desta informação, podemos constatar duas coisas: o que aparentava ser a falta de interesse por parte dos EUA em disseminar o “American Way” em Portugal, e qual o tipo de programas que não pareciam cativar a população portuguesa, como era o caso do cinema, um dos grandes promotores do americanismo durante o período da Guerra Fria.

5.3 – As agências de notícias e a imprensa escrita

Para disseminar informação sobre os Estados Unidos e a sua política externa, a USIA continuou a melhorar as suas operações e a construir uma organização altamente eficaz, capaz de transmitir

⁷⁷¹ Frank Gerits, (2014), “*Taking off the Soft Power Lens. The United States Information Service in Cold War Belgium (150-1958)*”, Journal of Belgian History (online), XLII,4, pp. 10-49. Disponível em: <https://www.journalbelgianhistory.be/en/journal/belgisch-tijdschrift-voor-nieuwste-geschiedenis-xlii20124/taking-soft-power-lens-united>.

mensagens rapidamente, através dos diferentes meios de comunicação e a grandes sectores da população mundial, entre os quais, e assumindo forma prioritária, estavam os jornais, as revistas e as publicações de grande circulação.

Em 1953, o serviço de imprensa foi projetado para fornecer material para a imprensa diária e as publicações semanais que iriam dar a conhecer a política externa americana e as ações dos Estados Unidos no cenário mundial, resultantes desta política e da sua implementação. Dava-se ênfase aos fatores positivos em que os Estados Unidos, em cooperação com outras nações da Europa Ocidental, procuravam manter a paz e a segurança, e não aos negativos do material anticomunista. Desta forma, a preocupação era, acima de tudo e tendo em conta o fato de Portugal ser anticomunista, tentar propagandear a forma de governo norte-americana, clarificar mal-entendidos e expor melhor o sistema americano, em especial às elites.

Material relacionado com este tema, juntamente com o material anticomunista que apontava situações como o trabalho escravo e a contínua ameaça do regime, e uma quantidade limitada de material cuidadosamente selecionado sobre temas culturais, foi o tipo de material escolhido para os alvos influentes por meio da imprensa escrita. Um esforço contínuo para os treze principais jornais diários, para os de menor importância, e ainda, para 185 semanários.⁷⁷² Como se pode verificar, a imprensa norte-americana não tinha como alvo a massa da população, particularmente os camponeses e os trabalhadores industriais, uma vez que em Portugal, uma alta percentagem da população era analfabeta. O grande problema, ou desafio, que se punha era, então, o de conseguir chegar às pessoas que não liam jornais ou revistas e que também não tinham rádio.

Entre finais de 1952 e meados de 1953, a aposta na imprensa como uma forma de disseminação da propaganda norte-americana era uma prioridade. A embaixada tinha constatado um crescente interesse de Portugal por vários aspetos dos EUA através da imprensa, como artigos sobre a energia atómica e os seus usos pacíficos na América, e artigos sobre a educação e a literatura americanas que passaram a constar dos diários de Lisboa.⁷⁷³ Deste modo, eram distribuídos materiais que enaltecessem o americanismo, como foi o caso da distribuição semanal de quase duas mil cópias do *Boletim Informativo*, em língua portuguesa. Este boletim continha vários artigos sobre os EUA, como por exemplo, o emprego de energia atómica em medicina, ou textos oficiais sobre política externa e assuntos culturais, de modo a alcançar o maior número possível de destinatários, inclusive nas colónias. Assim como 50,000 cópias da obra *Synopsis of American History*, também em português, distribuídas não só em Portugal e nas colónias, como a todos os cidadãos portugueses

⁷⁷² IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁷³ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 2, box 8.

que iam para os Estados Unidos.⁷⁷⁴

Com os panfletos, a intenção era diferente. Preparados em números variáveis, normalmente de 5.000 a 10.000, seis a oito vezes por ano, pretendia-se chamar a atenção para objetivos mais específicos como a integração europeia, ou a necessidade de cooperação entre as nações ocidentais em esforços de defesa e economia. Deste modo, eram enviados diretamente não só aos alvos com poder de decisão nestas matérias como são os altos funcionários do governo, oficiais das forças armadas, e grandes empresários, mas também a muitas escolas e bibliotecas, onde se encontravam os estudantes, o futuro da nação e possíveis líderes. Também eram enviadas cópias para os consulados nos territórios ultramarinos.⁷⁷⁵

A preocupação em dar a conhecer mais informação sobre os Estados Unidos fez com que em 1956, chegasse a Portugal o *Wireless File* vindo diretamente de Washington.⁷⁷⁶ Um boletim diário, com um resumo da política dos EUA, e de acontecimentos locais e regionais, preparado pelo Departamento de Estado e enviado para um pequeno grupo de diplomatas e missões no exterior e distribuídos através dos USIS.⁷⁷⁷ Antes da sua distribuição em Portugal, o USIS Lisboa dependia do seu envio pelo USIS Madrid, um processo moroso e que significava receber notícias desatualizadas. O *Wireless File* era mimeografado todos os dias, por dois operadores de rádio portugueses, e responsáveis por fazer trinta e quatro cópias para uso interno (embaixada, USIS, MAAG e adidos militares), e quatro cópias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Primeiro Ministro chinês, o Primeiro Ministro egípcio e para a Câmara Americana de Comércio.

Quanto à sua distribuição externa, o responsável local pelo programa da imprensa selecionava os artigos que achava de interesse para Portugal, que depois eram traduzidos para português e colocados segundo quatro tipos de edição: (1) Informação (comunicado de imprensa diário em português para 150 jornais, editores e rádio); (2) Informação Especial, que abrangia dois tipos (a) Urgente e (b) Não urgente (para 12 jornais e 5 rádios); (3) Revista Semanal (enviada por correio para 3.500 portugueses), e (4) Documentos (produzidos ocasionalmente, como textos oficiais de discursos e enviados para 65 jornais e funcionários do governo). No entanto, a distribuição do *Wireless File* e de outros materiais do USIS era relativamente pequena, devido à falta de interesse em notícias sobre a política dos Estados Unidos e, principalmente, devido à máquina da censura do regime.⁷⁷⁸

⁷⁷⁴ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 6-7, box 8.

⁷⁷⁵ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁷⁶ O envio do *Wireless File* era enviado utilizando os transmissores de ondas curtas sem fio da marinha norte-americana. Este boletim era de grande importância para as embaixadas, pois era a fonte mais direta que tinham ao seu dispor para se orientarem sobre a política dos EUA. Dizard, 2004: 158-159.

⁷⁷⁷ Dizard, 2004: 158.

⁷⁷⁸ Inspection Report of USIS Portugal, March 12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States

Todas as notícias vindas do exterior eram fornecidas, na sua maioria, pela *France Press* e *Reuters* e que, de acordo com o USIS, não expressavam uma atitude completamente objetiva sobre os acontecimentos em que participavam os Estados Unidos. As restantes agências noticiosas estrangeiras a operar em Portugal eram a *United Press International* (EUA), *Agenzia Internazionale Fides* (Cidade do Vaticano) *Deutsche Presse Agentur* (Alemanha), *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (italiana), *Arab News Agency* (Egito) e a *Irish News Agency* (Irlanda). Todas as agências passavam pela Agência de Notícias e de Informação (ANI), a maior agência de notícias do país, e por isso controlada pelo regime, para edição e reescrita, e posteriormente, eram verificadas mais uma vez pelo Grémio da Imprensa Diário, para assegurar o exercício profissional do jornalismo dentro da ordem política e social estabelecida pelo Estado Novo.⁷⁷⁹ Uma reação compreendida tendo em conta uma perspetiva profundamente nacionalista, em que o papel da censura era fundamental para “proteger” a nação de influências estrangeiras, do que era moderno, em especial dos Estados Unidos, universalmente aceite como uma nação materialista, como tivemos oportunidade de verificar no primeiro capítulo deste estudo.

Em relação aos panfletos, e apesar de ter sido planeado um aumento da produção, a gráfica existente no posto não estava a funcionar, pois os funcionários do posto não sabiam trabalhar com ela. Todo o trabalho de impressão era feito por tipografias privadas e mais cara, pelo que teve de ser feito um abatimento ao número de cópias planeadas. O mesmo problema foi reportado também em relação à câmara fotográfica à disposição do USIS Lisboa.⁷⁸⁰ Isto acarretava um problema ao posto, que apesar de ter equipamento para desenvolver os seus programas, não tinha pessoal especializado para o manejar, contribuindo para um desempenho deficiente e restritivo em termos de programas e atividades.

Em 1959, e devido a conflitos internos entre os funcionários americanos, que levaram à transferência do *Information Officer* e conseqüente abolição do cargo,⁷⁸¹ o posto sofreu uma redução das atividades ligadas aos meios de comunicação social. Uma situação que veio complicar ainda mais o trabalho neste posto, já de si difícil, tal como refere o inspetor americano Joseph S. Evans Jr., “em que o posto tem tentado fazer demasiado com muito pouco”, e que “incluem um programa de imprensa emasculado, do qual os artigos de destaque do *International Press Service* (IPS) são o seu pilar”. Neste sentido, a partir desse ano, o enfoque da missão passou a ser

Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 12-13, box 8.

⁷⁷⁹ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 12, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁷⁸⁰ Inspection Report of USIS Portugal, March 12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 13, box 8.

⁷⁸¹ Nos documentos recolhidos e analisados, não encontramos qualquer referência à razão pela qual o cargo de Information Officer (IO) foi abolido do USIS Portugal.

essencialmente educacional e cultural.⁷⁸²

O programa de impressão passou a concentrar-se principalmente à volta de artigos e fotos recebidos do IPS, a agência de notícias americana para os assuntos internacionais. O *Wireless File* passou a ser recebido seis dias por semana, em vez de sete como acontecia anteriormente, e apenas para informação da embaixada, embora a aposta era que no futuro também contivesse declarações políticas importantes para distribuição nos noticiários portugueses. O posto começou a elaborar a *Revista*, uma publicação mensal mimeografada e enviada a três mil líderes e formadores de opinião, como altos funcionários do governo, oficiais das forças armadas ou grandes empresários. Os jornais portugueses serviam-se desta revista para a reprodução de artigos.

A tradução era um dos grandes problemas do programa, cuja única solução, segundo o inspetor Joseph S. Evans Jr., passava pela adição de mais fundos e/ou o aumento de pessoal local capacitado para o trabalho de tradução.⁷⁸³

O ano de 1962 foi um ano conturbado nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, entre Salazar e Kennedy, devido às questões coloniais, como já tivemos oportunidade de verificar no primeiro capítulo. O fracasso dos Estados Unidos e de outros países aliados da NATO em impedir a perda da Goa, juntamente com a aprovação prévia da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) relativa a Angola, resultou no ressentimento aberto de Portugal em relação às políticas dos EUA. Uma tensão que iria determinar a forma como o USIS Portugal conduziria os seus programas.

Neste sentido, e de acordo com o inspetor John R. Bruce, os grandes objetivos do governo dos Estados Unidos passaram a ser o reforço da participação de Portugal na NATO e na Aliança Ocidental, de maneira que todo o esforço do USIS em Lisboa foi canalizado para reconquistar o respeito de Portugal pela sociedade americana, e recuperar a sua confiança na liderança dos Estados Unidos nos assuntos mundiais. Uma tarefa longe de ser fácil face à extrema sensibilidade de Portugal em relação à sua perda de poder; agravada ainda mais pela censura governamental, uma barreira que o USIS considerou muitas vezes um bloqueio total, e ainda, pelo emergir do Partido Comunista com uma campanha clandestina eficiente e intensa.

Em oposição ativa ao programa do posto estavam o Chefe de Estado, todos os funcionários do governo, e um considerável apoio do povo ao antiamericanismo de Salazar e à sua designação dos Estados Unidos como uma nação hostil. Nem mesmo o apoio do embaixador Stevenson a Salazar, perante a decisão da AGNU após a invasão de Goa, impediu o Chefe de Estado de manifestar a sua raiva nos diferentes meios de comunicação. Desde essa altura foram realizadas manifestações

⁷⁸² Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 1, box 8.

⁷⁸³ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 7-8, box 8.

contra o posto e a embaixada, e embora fosse evidente a diminuição da violência, o sucesso operacional do posto foi consideravelmente reduzido durante a época de descontentamento.⁷⁸⁴ A imprensa escrita e as publicações tornaram-se na grande prioridade do momento, como iremos verificar, na esperança de que os consumidores de jornais e revistas, e de outros meios de comunicação, voltassem a aceitar o material fornecido pelo USIS quando as relações entre os dois países melhorassem.⁷⁸⁵

O *Wireless File* voltou a ser recebido sete dias por semana, mas as cópias passaram a ser feitas e distribuídas dentro da embaixada. Uma versão editada e traduzida era depois distribuída a todos os interessados, em especial os jornalistas que, apesar de ainda utilizarem parte das notícias divulgadas pelo boletim, era muito inferior aos cinquenta por cento utilizados anteriormente. Relativamente às traduções, passaram a ser verificadas pelo PAO ou pelo CAO, uma vez que os problemas de falta de fundos e pessoal local habilitado continuavam por resolver. Em relação à *Revista*, passou a ter uma tiragem de quatro mil exemplares, mais mil que no início da sua criação. Apesar de o posto dispor de instalação própria de processamento de fotos e de um operador de câmara, uma melhoria em relação à situação que se verificava em 1956, e já referida por nós, ainda não era possível fazer o tratamento das fotografias tiradas. Alguns panfletos passaram a ser criados no posto, mas ainda eram impressos por privados. A sua distribuição passou também a abranger o Consulado norte-americano nos Açores, Angola e Moçambique. Cinco mil pessoas continuaram interessadas em receber material do USIS por correio, mesmo que em regime ocasional.⁷⁸⁶

Tendo como ponto de comparação o “Country Plan” de 1965, podemos verificar que os objetivos propostos para os anos de 1964-1965 sofreram grandes alterações em relação aos que tinham sido estipulados no “Country Plan” de 1953, fruto da conjuntura política que se vivia na altura, e por isso mais direcionados para as bases militares dos Açores e as colónias portuguesas em África. Eram eles: (1) negociação por um período adicional de cinco anos do acordo bilateral com Portugal para o uso de instalações militares nos Açores; (2) contínuo e acelerado processo de mudança nos territórios ultramarinos de Portugal, com o reconhecimento pelo regime do princípio da eventual autodeterminação para o povo dos territórios ultramarinos; (3) uma abordagem mais franca e mais cooperativa na discussão nas Nações Unidas sobre os problemas dos territórios ultramarinos portugueses; (4) apoio aos elementos com poder de influência no período pós-Salazar, especialmente os militares; (5) incentivo ao aumento da participação de Portugal nas organizações multilaterais europeias, de forma a aumentar a influência sobre Portugal dos seus vizinhos mais

⁷⁸⁴ Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 4, box 8.

⁷⁸⁵ Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

⁷⁸⁶ Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 11, box 8.

desenvolvidos.⁷⁸⁷ Isto levou à identificação de seis grupos-alvo, sendo que um permaneceu igual e outro ficou mais específico em relação aos que tinham sido definidos no plano de 1953. Deste modo, um dos novos grupos-alvo passou a ser os grupos organizados de jovens e líderes, incluindo os jovens da Mocidade Portuguesa, Mocidade Católica, Círculo Universitário Luso-Americano e as Associações Académicas de estudantes das várias faculdades das três universidades portuguesas (Coimbra, Lisboa e Porto); seguiu-se o dos líderes educacionais, funcionários do Ministério da Educação, da faculdade do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, do Instituto de Alta Cultura, do Sindicato dos Arquitetos e da Academia das Ciências; o terceiro novo grupo dizia respeito aos líderes culturais e grupos de intelectuais, principalmente a geração mais jovem, preocupada com o avanço das artes plásticas e da música, incluindo funcionários da escola de artes e funcionários das sociedades musicais e das sociedades das artes plásticas; por último, os principais oficiais dos comandos da Força Aérea, Exército e da Marinha, principalmente os jovens oficiais com funções de alguma influência, como instrutores nas várias escolas das Forças Armadas ou que estiveram em formação nos Estados Unidos.⁷⁸⁸ O grupo relativo às classes mais baixas, como os trabalhadores da indústria, da agricultura e da pesca, deixou de ser um grupo de interesse para os Estados Unidos. Como se pode verificar, o foco de atenção norte-americano tinha-se virado para a área da educação, para os jovens, dado serem eles os futuros líderes de Portugal com potencial de influência ou poder no presente, ou num período pós-Salazar, já que deles dependia a implementação de um programa político pró-democracia. Pretendia-se, no fundo, mudar mentalidades em prol dos valores e das políticas norte-americanas, principalmente as que estavam relacionadas com a NATO e a questão colonial. Neste sentido, o trabalho do USIS teria de passar por uma reorganização diferente da que tinha vindo a realizar, no que diz respeito aos programas para Portugal, com ênfase no campo da educação, e que teremos oportunidade de verificar no subcapítulo seguinte.

Voltando ao programa de imprensa, o USIS passou a distribuir material, principalmente a grupos pro-NATO e grupos-alvo, do qual se destacava o seu boletim informativo *Informação e Documentos*, com artigos sobre a importância da NATO, o que levou a um aumento nos comentários dos jornais e no tratamento das notícias relativas à NATO. Também o tema dos Açores fazia as notícias na altura, com a colocação discreta de artigos em jornais portugueses, mostrando o importante contributo económico da Base Americana para os Açores.⁷⁸⁹ Quanto à questão colonial, e também devido à influência do boletim *Informação e Documentos*, escritores editoriais e

⁷⁸⁷ USIS Country Plan - Portugal, March 25, 1965, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 1, box 333-335.

⁷⁸⁸ USIS Country Plan - Portugal, March 25, 1965, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 1-4, box 333-335.

⁷⁸⁹ USIS Country Plan - Portugal, March 25, 1965, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 5-6, box 333-335.

comentadores de vários jornais, nomeadamente do *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *O Século*, passaram a interpretar a política dos EUA de forma mais positiva, o que também ajudou a esclarecer a posição dos Estados Unidos em outras questões controversas, como o problema dos territórios ultramarinos portugueses.⁷⁹⁰

Mesmo com as ameaças de uma nova crise no relacionamento luso-americano devido à descolonização dos territórios ultramarino portugueses, e a opressão da máquina da censura do regime, o USIS continuou o seu trabalho com a imprensa escrita. Apostada em alcançar ainda mais o público português, a USIA voltou-se para uma das grandes áreas de influência, a educação, onde se encontravam dois importantes grupos-alvo, os líderes educacionais e os jovens estudantes.

5.4 – Os programas para os estudantes e profissionais da educação

Ao contrário do que sucedeu com os Estados Unidos, França (desde 1937) e Inglaterra (desde 1942) já desfrutavam de um longo período de penetração cultural e educacional em Portugal, constituindo-se, desse modo, como fortes opositores ao trabalho do USIS. Ambos possuíam institutos em Lisboa e no Porto, onde ofereciam ensino de línguas, convidavam oradores, escritores e artistas para participar em programas dos institutos, e tinham em Lisboa, bibliotecas, mostras de filmes, programas sociais e salas para aulas. França tinha também o *Lycée Charles Lepierr*, uma escola com ensino básico e secundário para centenas de crianças portuguesas. Para além destes dois institutos, existiam ainda um instituto brasileiro, italiano, belga, alemão, espanhol e holandês. A agência também planeava inaugurar um Instituto Americano em Lisboa, e contava com a ajuda do Departamento de Estado e da Biblioteca do Congresso para o envio de material.⁷⁹¹

Tendo em conta a alta taxa de iliteracia (46,4%) existente em Portugal, em 1953, o principal foco de atenção foi dirigido não só a grupos-alvo altamente alfabetizados, mas também a educadores, personalidades literárias e artísticas, estudantes e jornalistas. A classe dos trabalhadores da indústria, da agricultura e da pesca não foi esquecida, mas não era prioridade. Além do mais, o Ministério da Educação português tinha embarcado num programa educacional direcionado para os mais jovens e para pessoas de mais idade, com a construção de novas escolas e a criação de um conjunto de cursos de educação de adultos, respetivamente.⁷⁹²

Enquanto a vertente cultural estava dirigida, de um modo geral, a toda a comunidade portuguesa, a educacional privilegiava, para além dos grupos dominantes no campo da política e da economia e

⁷⁹⁰ Report, Howard A. White, January 14, 1965, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, p. 6, box 8.

⁷⁹¹ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 3, box 8.

⁷⁹² USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 4, box 8.

os formadores de opinião, os professores e os estudantes, sobretudo a nível universitário, pois eram os futuros líderes do país com poder de influência presente e futura e, por isso, os alvos por excelência das políticas norte-americanas. Os programas educacionais e culturais pretendiam apresentar o amplo panorama da sociedade americana nas suas múltiplas fases de atividade, incluindo uma forte ênfase nas artes, nas ciências sociais e nas ciências aplicadas. Os contactos eram geralmente feitos pelo CAO, através de um programa de palestras em português sobre uma série de temas relacionados com os Estados Unidos, e que iam desde a arte americana, arquitetura, música, educação, pintura, bibliotecas, bem-estar social, até aos aspetos sócio medicinais da energia atómica.⁷⁹³ Geograficamente, Portugal teve uma boa cobertura neste tipo de programa, pois chegou não só às zonas urbanas, como até às comunidades rurais de norte a sul do país. Este foi um programa bem recebido pela população e um sucesso do USIS Portugal.⁷⁹⁴

Uma vez que as bibliotecas e arquivos de investigação portugueses não tinham a capacidade de atrair académicos americanos, o USIS desenvolveu o Programa de Académicos e Especialistas Americanos Visitantes que tinha como propósito convidar, de tempos a tempos, professores e investigadores para pesquisas especiais de natureza académica e realização de conferências nas suas áreas específicas perante audiências académicas selecionadas em Lisboa, Coimbra e Porto. Quanto aos portugueses que iam aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado, eram encorajados a dar palestras sobre a sua experiência aos seus compatriotas, com materiais de auxílio visual que o USIS disponibilizava, além de material publicado que lhes pudesse interessar na redação de artigos e livros. O posto dispunha, ainda, de uma coleção de discos, filmes, entre outros materiais que era usado em regime de empréstimo por universidades, escolas e grupos musicais.⁷⁹⁵

Para além desta vertente de trabalho de contacto, o USIS utilizou fundos destinados à apresentação de livros para tornar acessíveis às instituições de ensino portuguesas, boas coleções de referência sobre a vida americana, de modo a servirem de incentivo ao estudo da cultura americana por parte de estudantes e educadores. Neste sentido, o USIS passou a aprovisionar o Instituto de Estudos Norte-Americanos da Universidade de Coimbra, criado pela universidade em 1953, para seminários de trabalho sobre a civilização americana, embora possuísse apenas cerca de 700 títulos. De modo a aumentar o espólio do instituto, e a fim de aproximar-se do esforço dos seus congéneres francês e inglês, este programa tornou-se numa prioridade para o posto. A forte inclinação clássica dos currículos da universidade orientava os seus estudos para a investigação das culturas de outras nações, pelo que também os EUA foram convidados a estabelecer ali as suas próprias salas de

⁷⁹³ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 4, box 8.

⁷⁹⁴ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 11, box 8.

⁷⁹⁵ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

seminários. Muitos dos países europeus com representação diplomática em Portugal tinham contribuído generosamente para o aprovisionamento das suas próprias salas de seminários, levando a universidade a criar cursos relacionados com estes países. Quanto aos Estados Unidos, os progressos na prossecução deste objetivo eram esporádicos e desanimadores, desse modo a agência esperava mais esforço por parte do Departamento de Estado, principalmente a nível de financiamento, para a aquisição, o mais cedo possível, de um número suficiente de volumes para poder ser inaugurado. Este projeto significava reconhecer as capacidades e realizações culturais e científicas dos Estados Unidos.⁷⁹⁶

Muitos líderes portugueses admitiram que estavam pouco ou mal informados a respeito das conquistas culturais norte-americanas, e muitos expressaram espanto ao tomarem conhecimento de que cidadãos norte-americanos eram músicos de primeira linha, tinham sido distinguidos com o Nobel da literatura, ou ainda, que cientistas dos EUA dedicavam o seu trabalho a objetivos altruístas para a humanidade, e que o país se encontrava na vanguarda da investigação científica e tecnológica mundial.

Esta era uma situação que a agência pretendia reverter. Neste sentido, e tendo por base as muitas centenas de pedidos de estudantes de escolas, universidades e institutos a evidenciar interesse numa série de assuntos variados, desde a educação, passando pelas artes e as ciências, até aos usos pacíficos da energia atómica, e interesse em estudar em instituições de ensino superior nos Estados Unidos, foram lançadas as bases para a criação de programas de intercâmbio que, como já tivemos ocasião de referir neste estudo, foram o mais eficiente dos programas desenvolvidos pela USIA, não só em Portugal, como no resto do mundo onde esteve presente. O USIS passou a dar a conhecer às universidades portuguesas listas de publicações académicas publicadas por revistas universitárias nos EUA e, tendo em conta o aumento do interesse de alunos e professores pelos temas abordados, sugeriu ao governo português a realização de intercâmbios de publicações e revistas científicas portuguesas com as suas congéneres americanas. Neste contexto, em 1953, o USIS foi mais longe e solicitou ao Ministério da Educação português que examinasse a possibilidade de estabelecer intercâmbios de estudantes e professores entre as universidades dos dois países, principalmente por ser este um campo deficitário nas relações entre Portugal e os EUA. As bolsas a atribuir destinavam-se aos Programas de Líderes Estrangeiros, Programa Líderes NATO e Programa de Formação de Professores. O Instituto da Alta Cultura foi o canal escolhido pelo regime para lidar com os intercâmbios educacionais e, por isso, responsável por seleccionar os candidatos aos programas.⁷⁹⁷

⁷⁹⁶ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

⁷⁹⁷ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 7, box 8.

De acordo com Jay Castillo, o PAO em funções no ano de 1953, a cooperação entre ambas as partes na execução dos programas de intercâmbio nem sempre foi satisfatória. A insuficiência de pessoal no Ministério da Educação, e a natural relutância das hierarquias burocráticas portuguesas em tomar decisões independentes de Salazar, contribuíram em grande medida para esta situação, e levaram a grandes atrasos na obtenção dos nomes dos nomeados para os projetos de intercâmbio. Verificou-se, ainda, uma demora considerável na resposta às comunicações oficiais emanadas da embaixada, apesar de os prazos departamentais terem sido referidos.⁷⁹⁸

Em 1955, o USIS, no relatório semianual, refere que o escopo do programa de intercâmbio entre os dois países era pequeno, tendo em conta as necessidades e as possibilidades latentes de desenvolvimento grande e frutífero. Segundo o PAO, A. E. Manell, as razões para essa situação prendiam-se com a disputa entre Portugal e a Índia sobre o território ultramarino de Goa, e o facto de Salazar não compreender por que razão os Estados Unidos não assumiam uma posição de apoio em relação a Portugal.⁷⁹⁹ Os Estados Unidos, por seu lado, apontavam como principal fator para a não expansão do programa, a escassez de fundos de ambos os lados, e o forte controle estatal português à educação e às fontes de informação. No que diz respeito ao intercâmbio de pessoas, em particular, o ressentimento do governo português foi mais implícito do que explícito, refletindo-se apenas nos bolsiros do Programa de Líderes NATO. O PAO refere, a título de exemplo, o caso do Dr. A. Tavares de Almeida, um oficial de propaganda próximo de Salazar, que após ter recebido uma bolsa integral como líder NATO, foi obrigado a modificar a sua aceitação para estar em conformidade com a política oficial. Na biblioteca a situação não foi melhor, com pessoas a entregarem os seus cartões de assinantes e algumas a solicitarem que os seus nomes fossem retirados das listas de distribuição do USIS. No entanto, a pouco e pouco, o posto viu os frequentadores da biblioteca a regressarem, os amantes de música a usarem novamente as cabines à prova de som, outros a assistirem a vários programas de TV do USIS, e os livros oferecidos às escolas, mas que entretanto foram devolvidos, a serem aceites por outras escolas.⁸⁰⁰ O Departamento de Estado aconselhava o USIS a não dar demasiada ênfase a este tipo de situações, mas antes a dirigir a atenção para a evidência de qualquer mudança que pudesse funcionar a favor da reciprocidade e da compreensão entre os dois países. Washington sabia que Portugal não se podia dar ao luxo de ter dois terços dos seus cidadãos analfabetos e, conseqüentemente, ineficazes, numa altura em que o país estava envolvido em cooperações com outros poderes comerciais e militares. Qualquer melhoria, no fundo, significava melhorar o topo, onde um programa de

⁷⁹⁸ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 9, box 8.

⁷⁹⁹ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, March 2, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 1062.

⁸⁰⁰ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 6, box 8.

intercâmbio cultural iria procurar os seus candidatos.⁸⁰¹ Uma solução apresentada pela agência para remediar a estagnação do programa de intercâmbio passava pela utilização dos serviços de professores americanos ao abrigo do Programa Fulbright que se deslocassem a outros países europeus, uma vez que o orçamento do USIS dispunha de financiamento extra para projetos inseridos no programa de intercâmbio. O programa de Líderes NATO, devido às circunstâncias especiais inerentes a este projeto, tinha caráter prioritário, logo era importante que fosse bem sucedido. Os primeiros bolseiros a participar neste programa foram o Dr. Santos Mealha e o Engenheiro Almeida da Cruz.

Desde o início dos programas de intercâmbio, em 1953, a aposta era de apenas dois bolseiros por programa. No entanto, em 1955, o PAO sugeria também que, em vez de um aumento gradual de um ou dois bolseiros por ano em cada programa - Formação de Professores, Líder NATO e Líder Estrangeiro - houvesse um aumento imediato para 4, 6, 8 durante uma década ou mais, a fim de estimular o interesse por parte do Departamento em incentivar os portugueses por este tipo de programas nos EUA.

No que diz respeito ao Programa de Formação de Professores, o PAO recomendava, acima de tudo, a seleção orientada para professores de inglês, pois a maioria tinha sido formado em Inglaterra ou por professores de inglês em Portugal, logo eram professores orientados para a Grã-Bretanha e não para os Estados Unidos, o que acabava por se refletir na aprendizagem dos alunos, daí que tal situação devia ser corrigida o mais brevemente possível.⁸⁰² Além do ensino de inglês levado a cabo por ingleses e franceses em Portugal, outro aspeto para o qual alertava era a alta preferência dos portugueses por capitais como Rio de Janeiro, Madrid, Londres, Paris, entre outras, para a sua renovação cultural, pois os EUA estavam demasiado longe. Segundo o PAO, se num período de uma década fosse possível enviar para os Estados Unidos um número considerável de líderes em educação, medicina, música, agricultura, economia, governo, arquitetura e energia atómica, ao ritmo de seis bolseiros, ou mesmo mais, ao longo de um ano, o pequeno fluxo do pensamento transatlântico poderia crescer para dimensões maiores, encorajando e promovendo os intercâmbios entre Portugal e os Estados Unidos.⁸⁰³

Os estudantes, independentemente do seu nível de ensino, não tinham conhecimento da dimensão do ensino superior nos Estados Unidos, nem onde podiam encontrar os cursos que procuravam, de modo que o posto procurava obter o máximo de informações, como por exemplo

⁸⁰¹ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, July 28, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1-2, box 1062.

⁸⁰² USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, March 2, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 3-4, box 1062.

⁸⁰³ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, March 2, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 4, box 1062.

bolsas de estudo específicas, junto do *Institute of International Education (IIE)*⁸⁰⁴ Alguns dos casos referidos pelo PAO eram, por exemplo: uma jovem médica especialista em vírus que queria fazer vários meses de pesquisa num proeminente instituto de oncologia; um jovem de dezoito anos, prestes a deixar o orfanato, que apesar de saber falar inglês queria aperfeiçoar os seus conhecimentos da língua; ou uma jovem bibliotecária, educada na Inglaterra, que queria ir para uma escola normal americana para aprender novos métodos de ensino primário.⁸⁰⁵

A fim de assegurar a cooperação portuguesa na prossecução dos programas e de seleccionar os melhores talentos disponíveis para as bolsas, havia uma relação contínua e muitas vezes estreita com o Instituto de Ensino Superior, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, as Faculdades das Universidades do Porto e de Coimbra, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Nacional de Belas Artes, os Arquivos e Museus Nacionais, o Instituto Tecnológico, o Instituto Agrónomo e o Hospital de São José. Todas estas instituições eram agências oficiais de educação do Estado Novo e as únicas autorizadas a realizar programas de intercâmbio. Qualquer outra instituição para além destas estava fora de questão.⁸⁰⁶

Em 1956, o programa de intercâmbio de pessoas no USIS Portugal já era considerado de grande importância. Para esse ano existiam doze bolsas, quatro para Líderes Estrangeiros, para um período de noventa dias; seis para Líderes NATO, durante trinta dias, e duas bolsas para Formação de Professores, com a duração de seis meses.⁸⁰⁷ No que diz respeito aos selecionados para o Programa Líderes NATO (projeto NATO III), neste ano foram apenas cinco, escolhidos entre escritores e comentadores políticos. Eram eles: Miguel Urbano Tavares Rodrigues (Diário de Notícias); José Carlos Ribeiro dos Santos (Diário de Lisboa); Monsignor António Avelino Gonçalves (Novidades); Adelino Mendes (O Século) e Pedro Correia Marques (A Voz).⁸⁰⁸ No entanto, o Projeto NATO III não abriu, pois apesar de existirem candidatos, estes não apresentavam o nível que os países da *North Atlantic Treaty Organization* recomendavam. Perante esta situação, o PAO sugeria que se abolisse o projeto e transferisse os fundos para um programa de líder.⁸⁰⁹

⁸⁰⁴ O Institute of International Education (IIE) foi fundado em 1919 com o objetivo de apoiar programas de intercâmbio educacional e cultural em nome dos Departamentos de Estado e Defesa dos EUA, além de programas governamentais, corporativos e de fundações. Atualmente, o IIE ajuda académicos, estudantes e artistas ameaçados por conflitos nos seus países de origem. Informação disponível em: <https://www.iie.org/> Institute of International Education, consultado em 06.08.2019.

⁸⁰⁵ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, July 28, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 2-3, box 1062.

⁸⁰⁶ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, July 28, 1955, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 3, box 1062.

⁸⁰⁷ Inspection Report of USIS Portugal, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 15, box 8.

⁸⁰⁸ Report, Hugh B. Sutherland, June 12, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 1062.

⁸⁰⁹ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, October 11, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 3, box 1062.

Devido ao número populacional e à elevada taxa de analfabetismo, o USIS viu-se obrigado a recorrer aos territórios ultramarinos portugueses para preencher as quotas atribuídas por Washington a Portugal. Apesar de em 1956 as escolas secundárias terem começado a ensinar inglês em grande escala, seriam poucos os portugueses que frequentariam as escolas, incrementando ainda mais a falta de conhecimentos da língua inglesa e, por conseguinte, a possibilidade de frequentarem cursos universitários nos Estados Unidos. Quanto ao envio de professores universitários americanos e especialistas para Portugal também não se avizinhava tarefa fácil, pois as correntes de ideias vindas do exterior não eram bem aceites pelo regime. Neste sentido, as vagas para um ou mais professores norte-americanos para a disciplina de “Civilização Americana”, a lecionar nas universidades de Lisboa e Coimbra, continuavam a aguardar autorização do Ministério da Educação.⁸¹⁰

Apesar de se tratar de uma organização paramilitar criada pelo Estado Novo, a Mocidade Portuguesa também participou nos programas de intercâmbio educacional. Cem jovens puderam candidatar-se a uma bolsa, atribuída pelo *American Field Service* (AFS),⁸¹¹ para frequentar uma escola secundária dos EUA, e viver com uma família americana, mas apenas trinta e um tiveram essa oportunidade, conseguida após vários dias de entrevistas exaustivas levadas a cabo pelos dirigentes da Mocidade Portuguesa.⁸¹² Esta foi uma vitória para o governo norte-americano, já que tinha conseguido seduzir uma dos pilares do regime salazarista, que se opunha às influências vindas do exterior.

A previsão da implementação do Programa Fulbright em Portugal, marcada para o início do ano de 1959, veio alterar o plano delineado pelo USIS para esse mesmo ano, em especial no que dizia respeito ao programa de intercâmbio educacional.

Deste modo, os objetivos específicos a que se destinava o Programa de Intercâmbio em Portugal passaram a assentar nos seguintes fatores: (1) a posição de Portugal como membro importante da NATO e membro recente das Nações Unidas, e o seu consequente interesse em assumir um papel mais ativo nos assuntos internacionais; (2) o seu padrão tradicional, cultural e político, em que uma percentagem limitada da população desempenha um papel dominante na orientação do país para os assuntos internacionais; (3) a sua elevada taxa de analfabetismo (em comparação com outras nações europeias), que suscita crescente preocupação por parte do governo e do povo em geral.⁸¹³ Como se pode ver, estes objetivos indicavam uma forte ênfase por parte da agência no programa de

⁸¹⁰ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, October 11, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 1062.

⁸¹¹ USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, October 11, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 1062.

⁸¹² USIS Semi-Annual Report on the International Education Exchange Program, October 11, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 4, box 1062.

⁸¹³ Educational Exchange: Proposed Program Plan for Fiscal Year 1959, June 28, 1957, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 2159.

intercâmbio, uma vez que através dele poderia alcançar com mais rapidez e eficácia um pequeno grupo de pessoas, cujos pontos de vista eram amplamente difundidos em todos os estratos da cena local.

O reconhecimento de desenvolvimentos nacionais, em especial a partir de 1956, permitiu aumentar o tamanho e o escopo do programa de bolsas, assim como determinar a sua orientação para o ano de 1959. Foram eles: a constatação da passagem durante o ano de 1957 de uma nova lei que obrigou o Ministério da Educação a duplicar o número de vagas na escola primária o mais rapidamente possível, acompanhado por um grande programa de construção de escolas e de formação de professores; uma maior preocupação com o desenvolvimento económico de Portugal, ligada à necessidade emergente de determinar o papel de Portugal no Mercado Europeu e em outros mercados, como aconteceu, por exemplo, na legislação para uma mais rápida modernização da economia agrícola, na utilização da energia nuclear como fonte de energia, ou na criação de um novo instituto de estudos económicos e técnicos; e, por último, o reconhecimento de que estes desenvolvimentos em Portugal deviam também afetar os territórios ultramarinos.⁸¹⁴ Neste sentido, o USIS propunha que fossem atribuídas oitenta e duas bolsas tendo em conta três objetivos. O primeiro consistia em ajudar as autoridades locais a reduzir o número de analfabetismo, através do incentivo à formação de professores; o segundo, diminuir as carências de formação de economistas e cientistas, permitindo-lhes participar em palestras nas grandes universidades nestas duas áreas, assim como a possibilidade de desenvolverem o seu trabalho em instituições americanas; e finalmente, incentivar ao ensino de Inglês (americano) e Literatura Americana, que a longo prazo só traria benefícios a nível de intercâmbios educacionais. As áreas de atuação eram, assim, a formação de professores, língua inglesa e literatura americana, ciências físicas e biológicas, administração e economia, medicina e outras áreas a determinar. Esta mudança equivalia a reforçar o número de funcionários no posto, pelo que o USIS pedia que passassem a ser quatro norte-americanos e vinte e sete os locais a gerir todo esse esforço.⁸¹⁵

Ao contrário do que acontecia na maioria dos postos, o USIS Portugal não usava a técnica de questionários para determinar o sucesso dos programas e/ou atividades, pois não dispunha de pessoal suficiente para levar a cabo essa tarefa e, em especial, por não dispor de fundos para a sua realização. Dependia, por isso, dos relatórios de avaliação e inspeção elaborados pela USIA e das opiniões das pessoas, portuguesas e norte-americanos, de que estava, efetivamente, a contribuir para a consecução dos objetivos dos Estados Unidos.⁸¹⁶

⁸¹⁴ Educational Exchange: Proposed Program Plan for Fiscal Year 1959, June 28, 1957, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 2, box 2159.

⁸¹⁵ Educational Exchange: Proposed Program Plan for Fiscal Year 1959, June 28, 1957, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 2-3, box 2159.

⁸¹⁶ Educational Exchange: Proposed Program Plan for Fiscal Year 1959, June 28, 1957, NARA II: RG 59,

De acordo com a embaixada norte-americana, o programa de intercâmbio era um instrumento extremamente eficaz para se alcançar os objetivos propostos para Portugal, já que, em grande medida, podia servir para combater a infiltração constante dos ideais comunistas nos círculos intelectual, cultural e educacional, e reforçar os laços culturais entre os dois países. Indiretamente, era eficaz na promoção de laços económicos e industriais, particularmente através do Programa de Especialistas Estrangeiros.⁸¹⁷

Um relatório do USIS de 1957 apresentava uma lista com os bolseiros que se tinham destacado desde 1953 até 1957, e os quais passamos a indicar, assim como a razão da sua escolha. Foram eles:

-1953: Dr. José F. Moraes Cabral, editor do *Diário de Notícias*, bolseiro Líder NATO. Este bolseiro foi escolhido pelo seu jornal, de entre outros editores, por ter observado os testes nucleares realizados no deserto do Nevada;

-1956: Dr. Tulio Lopes Tomás, professor na escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa, bolseiro Líder Estrangeiro. Nomeado diretor dos Serviços Educacionais Ultramarinos da província de Angola (a posição mais importante no sistema educativo de Angola); Padre Angelino Barreto, conhecido sociólogo e diretor de “A Caridade”. Não refere a razão da distinção, assim como o tipo de bolsa atribuída;

-1957: Dr. Emílio Monteverde, presidente da Câmara de Almada, bolseiro Líder Estrangeiro. Não refere a razão da distinção; Maria Joana Mendes Leal, assistente social, membro da Câmara Corporativa, e diretora da revista juvenil feminina *Menina e Moça*, bolseira Líder Estrangeira. Ministrou uma palestra intitulada "90 dias nos Estados Unidos como convidada do Governo Americano", no teatro local em Gouveia, na Beira Alta.⁸¹⁸

O ano de 1960 foi um ano muito importante para ambos os países, em especial para os Estados Unidos, pois foi o ano da assinatura do acordo do Programa Fulbright. Assinado em 19 de março de 1960, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, o Dr. Marcello Mathias, e o Embaixador norte-americano em Portugal desde 1958, Charles Burke Elbrick.

Neste contexto, foi criada, no mesmo ano, uma comissão responsável pela administração do programa de intercâmbio educacional, a Comissão Fulbright.⁸¹⁹ Estes dois fatores vieram proporcionar ao postomais espaço para um programa mais amplo de intercâmbio educacional, tendo em conta o aumento do interesse nas universidades em enviar estudantes e professores para os

General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 2-3, box 2159.

⁸¹⁷ Educational Exchange: Post's Program for Fiscal Year 1960, June 13, 1958, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p.1-2, box. 2159.

⁸¹⁸ Educational Exchange: Outstanding Activities of Grantees, October 3, 1957, NARA II:RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 2159.

⁸¹⁹ Em 2015 foi assinado um novo acordo entre Portugal e os EUA para renovação da cooperação nas áreas da educação e da ciência. Informação disponível em: <http://www.fulbright.pt/fulbright/a-fulbright-em-portugal/>, Fulbright Portugal, consultado em 04.01.17.

EUA. Tal situação deveu-se, por um lado, à publicidade associada à criação do Programa Fulbright e, por outro, à elevação dos Estudos Americanos como requisito regular no currículo universitário. Deste modo, o posto estabeleceu novos objetivos para o programa: (1) combater noções erradas da cultura americana, em especial a visão generalizada dos Estados Unidos como nação avançada tecnologicamente, ainda era imatura e carecia de cultura geral e valorização das artes; (2) cooperar com as universidades no desenvolvimento de professores qualificados e prestar assistência ao curso de “Civilização Americana”, inserido no Departamento de Estudos Anglo-Germânicos; (3) prevenir infiltrações emergentes comunistas, ou antiamericanas nas instituições académicas e culturais.⁸²⁰ Este parecia ser o programa mais bem sucedido do governo norte-americano em Portugal, e um elemento fundamental de apoio aos programas do USIS.

No entanto, para além da assinatura do Acordo Fulbright, o programa de intercâmbio educacional em Portugal estava abaixo das expectativas previstas para o ano de 1960. Apenas dois dos seis selecionados para o Programa de Líderes e Especialistas foram aos Estados Unidos, e já antes, em 1958, os dois portugueses escolhidos para Líderes haviam desistido do projeto. De acordo com o conselheiro da embaixada dos Estados Unidos em Portugal, John Goodyear, esta não era uma situação fora do normal e consistia num dos principais problemas dos programas de intercâmbio educacional desde a sua implementação. Segundo o agente americano, esta situação devia-se ao reduzido número de pessoas que ocupavam cargos de chefia, e como tal demasiado confinadas às responsabilidades do cargo para encontrarem tempo para uma ausência de dois meses do país. No caso dos estudantes e professores, esta razão não se justificava, mas tinha a ver com a dificuldade em obter a licença de ausência necessária. A solução passava por atribuir as bolsas de intercâmbio aos grupos-alvo inferiores, cujo resultado seria preferível ao grande número de incumprimentos registados.⁸²¹

No que diz respeito à avaliação do programa para o ano de 1960, o conselheiro da embaixada, John Goodyear, referiu oito fatores, todos positivos, e que serviam de guia para a elaboração do plano do ano seguinte. Eram eles: a boa relação com os Consulados do Porto e de Ponta Delgada na promoção de atividades de intercâmbio educacional; publicidade adequada ao objetivo pretendido, ou seja, aumento do número de candidatos interessados em bolsas de estudo; alteração dos procedimentos de seleção de candidaturas ao programa, tendo em conta a participação da Comissão Fulbright no processo; programas com alta taxa de satisfação, tendo em conta os relatórios dos participantes; melhoria da orientação dada ao posto por Washington, em especial a nível de

⁸²⁰ Educational Exchange: Annual report on the International Educational Exchange Program, July 29, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p.1, box. 1613.

⁸²¹ Educational Exchange: Annual report on the International Educational Exchange Program, July 29, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p.2, box. 1613.

materiais; as atividades propostas pelo USIS eram razoavelmente eficazes; boa classificação dada pelos bolsiros aos programas experimentados; boa cooperação com outras organizações e bom apoio e orientação dada pelo Departamento de Estado.⁸²²

Em 1962, e devido ao Programa Fulbright, o posto passou a dar prioridade máxima aos intercâmbios culturais e educativos, que eram geridos pelo CAO. O *Cultural Affairs Officer* gastava cerca de sessenta por cento do seu tempo nesta função, assim como o seu assistente, um funcionário português. O agente americano era também chamado a dar apoio a programas privados do AFS, da Fundação Gulbenkian e até do próprio governo português. O PAO estava encarregue dos outros programas.⁸²³

De acordo com o PAO, Howard A. White, o ano de 1964 foi o ano em que o posto conseguiu o avanço mais significativo nos esforços de alta prioridade, para identificar e influenciar potenciais futuros líderes políticos que um dia podiam assumir posições de importância num regime pós-Salazar. E a sua maior conquista foi persuadir o Professor Adriano Moreira a aceitar uma bolsa para o Programa de Líderes, pois tinha sido Ministro do Ultramar e era diretor do prestigioso Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).⁸²⁴

Os Estados Unidos viam a participação de Portugal na comunidade atlântica, na NATO, como a resposta para a sua prosperidade e segurança internacional, desta forma apostavam num programa de informação sobre a NATO. Neste contexto, muitas das atividades dos programas de intercâmbio educacional e cultural estavam relacionadas com esta organização, e eram dirigidas em especial aos jovens militares e aos jovens estudantes universitários.

Assim, em 1965 foram desenvolvidos seminários sobre a importância política e militar da NATO, especialmente nas universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, e dirigidas aos estudantes; envio de jornalistas e jovens líderes políticos a assistirem a uma reunião de Ministros da Defesa da NATO em Paris, como forma de doutrinação sobre a organização; envio de jovens masculinos aos Estados Unidos para contacto real com projetos do Ministério da Defesa e do Departamento de Estado.⁸²⁵ As outras atividades englobavam o incentivo à criação dos Estudos Americanos nas universidades de Lisboa e Coimbra, através de bolsas de estudo Fulbright a alunos e professores, especialmente nas áreas de economia e sociologia; cooperação com o Instituto de Estudos Sociais e Política Ultramarina (IESPU) na formação de jovens para os serviços públicos, educação e

⁸²² Educational Exchange: Annual report on the International Educational Exchange Program, July 29, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p.2, box. 1613.

⁸²³ Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 12, box 8.

⁸²⁴ Report, Howard A. White, January 14, 1965, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, p. 3, box 8.

⁸²⁵ USIS Country Plan - Portugal, March 25, 1965, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 5, box 333-335.

iniciativa privada, através do envio de professores, em especial na área da sociologia; seleção e doutrinação de jovens líderes políticos, através de bolsas para o Programa de Líderes e de Especialista, considerados capazes de assumir posições de influência em assuntos universitários, educacionais, profissionais e governamentais; apoiar a Comissão Fullbright no seu propósito de melhorar as relações luso-americanas, selecionando as pessoas mais bem capacitadas para ajudar a alcançar este objetivo.⁸²⁶

Como temos vindo a verificar, os estudantes foram o grupo-alvo escolhido pela USIA para mobilizar a opinião pública portuguesa a fim de pressionar, indiretamente, o regime de Salazar. No entanto, e de acordo com um relatório sobre a educação em Portugal elaborado em 2 de setembro de 1966 pelo embaixador norte-americano William Tapley Bennett, a situação era diferente.

Um boletim informativo do USIS intitulado “Attitudes of Portuguese Youth”, dava a conhecer o perfil do jovem estudante português.⁸²⁷ De acordo com o documento, embora estivessem descontentes com as deficiências puramente estruturais do sistema educacional, os estudantes viam nas tentativas do regime em querer doutriná-los politicamente, e na sua interferência nas atividades académicas, o responsável por grande parte do seu empobrecimento intelectual. A nível do ensino primário e secundário, a intrusão do regime assumia a forma de obrigar todos os alunos a pertencer à Mocidade Portuguesa. No ensino universitário, as incursões na autonomia das universidades, o rígido controlo da liderança e das atividades das associações de estudantes, assim como a detenção periódica de estudantes sob acusações de subversão ou de filiação comunista (que os estudantes acreditavam serem enquadrados pela PIDE) levavam muitos estudantes a protestar abertamente contra o regime.⁸²⁸ As razões para a agitação estudantil eram muitas, mas o foco dos incidentes era, na sua maioria, em problemas internos da própria universidade, e não nas guerras em África ou no Vietname, como acontecia na maioria das universidades de outros países. Portugal ainda estava livre de distúrbios universitários de grande escala.⁸²⁹ Apesar da revolta e sentimento de frustração face às restrições impostas à sua liberdade, os estudantes não exerciam muita pressão sobre o governo para mudar as suas políticas. O ressentimento da maioria dos estudantes era passivo e egocêntrico, preferindo concentrar-se no seu próprio horizonte imediato, isto é, passar pela escola e conseguir um emprego. No entanto, os que tinham noções sérias e idealistas de reorganização do sistema eram controlados pelo regime.⁸³⁰

⁸²⁶ USIS Country Plan - Portugal, March 25, 1965, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 8, box 344.

⁸²⁷ USIS Report - Portuguese Education, September 2, 1966, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 12-13, box 372.

⁸²⁸ USIS Report - Portuguese Education, September 2, 1966, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 12, box 372.

⁸²⁹ USIS Report - Student unrest in Portugal, December 30, 1968, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1967-69, p. 1, box 312-313.

⁸³⁰ USIS Report - Portuguese Education, September 2, 1966, NARA II: RG 59, General Records of the

A aposta da USIA nos estudantes e professores foi, de fato, e como pudemos verificar ao longo deste subcapítulo, uma aposta acertada, pois conseguiu mobilizar, através do programa de intercâmbio educacional e cultural, professores, estudantes, jornalistas e políticos, grupos-alvo de grande importância para a construção da imagem do país, e como tal possíveis canais de mudança de mentalidade. Contudo, e devido ao controlo académico, regulatório e psicológico, os estudantes portugueses não foram uma força de mudança, como aconteceu em outros países.

5.5 – As bibliotecas, as exposições e os concertos

Uma biblioteca USIS nunca pode servir como parte de um programa de impacto rápido, pois tal como qualquer biblioteca depende de vários fatores, como as coleções que possui, o nível de analfabetismo existente, os recursos locais disponíveis, entre outros aspetos. O seu valor só pode ser sentido, gradualmente, ao fim de um período de anos.

No caso de Portugal, e como já foi referido, o fator principal a ter em conta é a existência de um regime ditatorial. Um desafio acrescido quando o nível de iliteracia da população é extremamente alto, como já tivemos oportunidade de referir, quando o objetivo básico de uma biblioteca é pôr as pessoas a ler livros. No entanto, e de acordo com o PAO, Jay Castillo, a maioria dos programas do USIS, como os filmes, a imprensa, ou o rádio, têm um serviço de propaganda, a própria razão de ser do programa, o que não acontece com a biblioteca, pois são as pessoas que recorrem à biblioteca, livremente aberta a qualquer pessoa, quando pretendem um serviço de informação.⁸³¹

Em 1953, e desde o último relatório semestral do posto, 927 pessoas requisitaram livros na biblioteca americana, num total de circulação combinada de livros e revistas no montante de doze mil e seissentos e oitenta. Valores que mostram que a biblioteca estava a ser utilizada. No entanto, e de acordo com Jay Castillo, ainda era um valor baixo. Segundo ele, eram dois os fatores que não se coadunavam com o programa da biblioteca, que na realidade acabavam por ser apenas um. O primeiro era a falta de conhecimento de língua portuguesa por parte do bibliotecário americano, e o segundo era a falta de funcionários locais que falassem inglês. Um problema recorrente no posto desde o início do seu funcionamento, e que já constatámos ao analisar os programas anteriores. No primeiro caso, fica claro que se trata de uma falha da USIA, pois falar a língua do país anfitrião era um fator importante na escolha dos seus agentes e, conseqüentemente, no bom funcionamento do posto. De referir ainda, e a título de curiosidade, que o salário do funcionário americano anual era

Department of State, Subject Numeric Files, 1964-66, p. 13, box 372.

⁸³¹ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 5, box 8.

de 5.319 dólares, enquanto os dois únicos funcionários locais auferiam mil dólares cada um.⁸³²

Um dos principais alvos do programa Biblioteca Americana eram as escolas primárias e secundárias, tendo em conta que era neste nível de ensino que o regime, através da Mocidade Portuguesa, e a Igreja Católica, exerciam a sua influência de forma mais vincada. Neste contexto, o CAO, elaborou, juntamente com seis liceus de Lisboa, um programa em que eram usados filmes como material de ensino em sala de aula. Os filmes que despertaram mais interesse foram os que tratavam de figuras de destaque na vida literária americana, de regiões geográficas dos Estados Unidos e da área das ciências. De acordo com o PAO, Jay Castillo, a cooperação com as escolas foi excelente, tendo os professores expressado ao USIS que os filmes ajudaram atornar a literatura norte-americana interessante, como as séries literárias que abordavam Edgar Allan Poe, Cooper, Mark Twain, entre outros.⁸³³

O programa da biblioteca, para além do empréstimo de livros, funcionava também como local onde eram realizadas exposições, em especial exposições que dessem a conhecer as múltiplas dimensões da civilização norte-americana. Por vezes, tinham o apoio de instituições ou organizações portuguesas. De modo a chegar a todos as regiões do país, as exposições eram realizadas em escolas primárias e secundárias.

O ano de 1953 foi produtivo a nível de realização de exposições americanas pelo USIS em Portugal, tanto de carácter lúdico, como mais científico. Foi, por exemplo, o caso do Congresso Internacional de Cegos, no Porto, onde foram apresentados uma série de materiais relacionados com o bem-estar social americano, especialmente elaborados para aquele campo específico. Outra exposição também de referência, centrada na pesquisa de energia atómica e os centros de investigação, foi mostrada durante vários dias na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e na Sociedade de Geografia, também em Lisboa.⁸³⁴

O posto patrocinou também exposições de pintura, como as de pintura a guache do artista americano, Clinton King, no Palácio Foz (o Centro de Informação e do Turismo do governo), que teve críticas muito favoráveis do público português e dos críticos de arte, especialmente pela excelente técnica do pintor. Do mesmo modo, também os concertos de música, algumas vezes patrocinados juntamente com o Conservatório Nacional, faziam parte do esforço de propaganda do USIS, como o realizado pelo violinista Stanley Weiner, que atuou mais de uma vez em Portugal,⁸³⁵

⁸³² USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 6, box 8.

⁸³³ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 10, box 8.

⁸³⁴ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 10, box 8.

⁸³⁵ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 11, box 8.

ou como o pianista Ervin Laszlo, um dos melhores representantes da nova geração de pianistas da época.⁸³⁶

Dentro das exposições, a que mereceu mais destaque por parte do USIS foi a Feira Popular. Um evento com a duração de três meses, que concentrava um grande número de visitantes, e por isso, uma oportunidade para os Estados Unidos explicarem a política externa norte-americana e apresentarem o americanismo à população portuguesa.

Grande parte dos visitantes pertenciam ao grupo-alvo mais baixo, mas também havia pessoas de considerável importância que frequentam as exposições na abertura oficial e, pelo menos, várias vezes durante o período que durava a feira. O USIS, juntamente com a ECA e mais tarde com a MSA, tinha participado na feira nos últimos 2 anos, num edifício que era uma reprodução reduzida do exterior da casa de George Washington em Mount Vernon. O interior tinha sido concebido para realçar as atividades dos Estados Unidos na recuperação económica da Europa, nos esforços de defesa com a ajuda dos MDAP⁸³⁷ dos Estados Unidos, nas temáticas de integração, nas atividades da NATO e, ao mesmo tempo, ilustrar as políticas económicas expansionistas e imperialistas da União Soviética. O USIS, juntamente com a MSA, ia participar pela terceira no ano de 1954, ou seja, com fundos do ano fiscal de 1953, embora a feira se estendesse para o ano fiscal de 1954.

A ajuda financeira da MSA para Portugal consistiu em seis mil dólares, destinados a cobrir as despesas da participação conjunta do USIS/MSA na Feira Popular de Lisboa; apoio salarial para os quatro funcionários locais no programa de informação do USIS no valor de cinco mil dólares; e o equivalente a três mil dólares em dinheiro português para auxiliar na atividade do programa. No ano seguinte não haveria fundos suficientes para todas as atividades, pelo que os quatro funcionários locais, envolvidos em atividades cinematográficas e trabalho de tradução, seriam dispensados a partir de 3 de abril de 1953. Apesar de o USIS ter solicitado um total de sete mil dólares à MSA para atividades conjuntas no ano de 1954, este pedido não foi aceite.⁸³⁸

Em 1956, o Programa Biblioteca Americana era já um projeto bem gerido e a biblioteca era muito utilizada por parte da população portuguesa. No entanto, ao contrário do normal funcionamento do posto, a sua supervisão estava a cargo de um funcionário local e era assistido por outros três portugueses. Esta biblioteca tinha uma característica que a tornava única, que era o fato de a sua janela principal, ao nível da rua, ser utilizada como espaço de exposição, que mudava a cada duas semanas. O CAO era, por norma, o responsável pela gestão da biblioteca, mas devido ao aumento de atividades culturais desenvolvidas pelo USIS, como a apresentação de livros,

⁸³⁶ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 11, box 8.

⁸³⁷ Os MDAPs eram os programas de aquisição mais caros do Ministério de Defesa dos Estados Unidos. Informação disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34026.pdf>, consultado em 20.08.2019.

⁸³⁸ IIA Prospectus Call 1954-1955, April 20, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 4, box 8.

organização de concertos com artistas americanos, entre outras que iam surgindo, a sua gestão ficou a cargo de funcionários portugueses.⁸³⁹

As apresentações de livros consistiam na apresentação e doações de coleções bastante grandes às universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, como, por exemplo, a apresentação de uma coleção de quase duzentos livros sobre economia à Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pelo PAO, Hugh Sutherland. Por conseguinte, as apresentações de livros individuais só tinham lugar quando os funcionários governamentais escreviam livros em vários outros domínios, que não o da política. Quanto à tradução de livros, em Portugal quase nunca era feita sob os auspícios do USIS, pois os livros traduzidos para português eram publicados no Brasil e estavam, na sua maioria, disponíveis em Portugal, incluindo alguns traduzidos e pagos em parte pelo USIS Brasil. Por essa razão, este programa não existia no USIS Portugal.⁸⁴⁰ A embaixada americana fez, a título de exceção, a tradução e publicação de um livro inglês para português, intitulado *How your body works*, de Herman e Nina Schneider, para o jornal *Diário de Notícias*, em Lisboa.⁸⁴¹

Tal como acontecia em 1953, a programação de artistas americanos para concertos em várias partes de Portugal continuava a ter grande sucesso, ocupando uma parte considerável do tempo do CAO, responsável pela sua organização. Os artistas eram obtidos através de um acordo de cooperação com o USIS Madrid. No entanto, o patrocínio dos artistas americanos relativamente desconhecidos ia ser descontinuado como um projeto do USIS Espanha no próximo ano, o que significava acabar também em Portugal. O inspetor James B. Opsata propôs, por sua vez, que se desse mais ênfase a solistas e grupos conhecidos norte-americanos.⁸⁴²

O ano de 1957 não foi exceção ao sucesso das turnês de músicos americanos por Portugal, sob os auspícios do USIS. Os primeiros meses do ano contaram com a presença de Aldo Mancinelli, pianista (10 de março), Miss Vera Little, cantora afro-americana (29 de março a 16 de abril) e Daniel Ericourt, pianista (21 de abril a 9 de maio). Dos três artistas mencionados, Miss Vera Little foi a mais apreciada, com canções em inglês, francês e alemão, arrancando do público e da crítica musical muito aplausos e elogios. Miss Little deu oito concertos em Portugal, cobrindo as principais cidades das regiões sul, centro e norte. Gravou também um concerto na Emissora Nacional de Radiodifusão, e apareceu no programa cultural da Rádio Televisão Portuguesa. Aldo Mancinelli deu concertos no Porto, Coimbra, Lisboa e Setúbal, e a digressão de Daniel Ericourt incluiu Lagos,

⁸³⁹ Inspection Report of USIS Portugal, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 14, box 8.

⁸⁴⁰ Educational Exchange: Opening of USIS Lisbon Musical program for 1956-1957, December 4, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 2159.

⁸⁴¹ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 2, box 8.

⁸⁴² Report, James B. Opsata, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 15, box 8.

Faro, Lisboa, Covilhã, Coimbra, Aveiro, Porto e Viana do Castelo.⁸⁴³

Em 1960, o Programa de Apresentação Cultural, que tinha sido suspenso em 1958 por falta de fundos, regressou com dois espetáculos de ballet de duas companhias de bailado norte-americanas, o *Jerome Robbins Ballets* e o *American Ballet Theatre*. Segundo John Goodyear, Conselheiro da embaixada, este programa foi um dos melhores programas que o posto dinamizou, e um recurso de excelência dentro do Programa de Intercâmbio Educacional, uma vez que foi recebido com muito entusiasmo pelos portugueses, independentemente da sua condição social.⁸⁴⁴

A recém criada Fundação Calouste Gulbenkian também se juntou ao USIS na promoção de exposições, e em 1957 promoveu uma exposição de Artes Plásticas, primeira do género a ser realizada pela Fundação, pois não só oferecia prémios num total de 200.000\$00 escudos, como também oferecia bolsas de estudo em várias áreas, e pretendia, ainda, adquirir algumas das obras mais destacadas que estavam expostas. Para além desta, a fundação também tinha prevista a realização de outras exposições, mas dentro dos mesmos moldes, de pintura (óleo, aguarela e pastel), assim como de esculturas, desenhos e gravuras para as quais estavam também previstos prémios no valor de 200.000\$00 escudos, bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro, e a aquisição de algumas das obras dos autores divulgados. A seleção dos candidatos para a atribuição das bolsas de estudo estava a cargo de um júri de especialistas nas artes: João Couto, membro do Instituto de Ensino Superior e diretor do Museu Nacional de Arte Antiga; o escultor Diogo Macedo, diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea; o arquiteto Carlos Ramos, diretor da Escola de Belas Artes do Porto; Mário Tavares Chicó, professor de História da Arte na Escola de Letras de Lisboa; o arquiteto Francisco Keil Amaral; e Joaquim Pais de Vilas-Boas, crítico de arte.⁸⁴⁵

Para além de exposições de carácter artístico, o posto também prestava apoio a exposições de carácter científico e educativo, como a que foi desenvolvida por Eurico Fonseca, diretor do Centro de Estudos Astronáuticos (CEA), da Mocidade Portuguesa. A sua intenção era realizar uma exposição sobre astronautas, campos de lançamento, mísseis, veículos espaciais, eletrónica avançada e assuntos relacionados, por conseguinte solicitou a assistência da embaixada, em particular do adido da *US Air Force*, assim como do USIS, para a obtenção de materiais para a exposição. Devido ao elevado custo deste tipo de projeto, e sabendo das dificuldades financeiras do centro, a embaixada recorreu às empresas norte-americanas para ajudar no seu financiamento. De

⁸⁴³ Educational Exchange: Music Program, May 3, 1957, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 2159.

⁸⁴⁴ Educational Exchange: Annual report on the International Educational Exchange Program, July 29, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p.6, box. 1613.

⁸⁴⁵ Educational Exchange: Cultural Activities of the Calouste Gulbenkian Foundation, October 10, 1957, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1-2, box 2159.

acordo com o *Second Secretary* da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, William Bell, este era um procedimento corrente sempre que havia carência de fundos para os projetos.⁸⁴⁶

A partir de 1960, a biblioteca americana começava a dar sinais de não estar a conseguir alcançar os objetivos propostos. Estava aberta das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 19h00, de segunda a sexta-feira, contava com cerca de sete mil livros e tinha uma frequência diária média de apenas 200 a 300 pessoas (7.297 pessoas inscritas), mas a maioria eram estudantes do ensino secundário e superior. Para além do empréstimo de livros, dinamizava um concerto musical todas as semanas das 18h00 às 19h00, mas que não atraía muita audiência. Disponha, ainda, de 3.555 discos para empréstimo, dos quais apenas 540 eram álbuns, 425 eram de música clássica e apenas 35 eram discos de música infantil. No entanto, disponibilizava 2.000 gravações da VOA em boas condições. O empréstimo de discos em média era de cerca de 130 por mês, e apesar de ter uma coleção de partituras de cerca de 400 títulos, apenas 3 ou 4 pessoas por mês mostravam interesse por elas. Para o inspetor Joseph S. Evans, a biblioteca devia passar a ser utilizada também para programas noturnos, como palestras, exposições de filmes especializados, grupos de discussão, etc., direcionados a grupos convidados de públicos prioritários, de modo a recuperar o seu dinamismo.⁸⁴⁷

A biblioteca USIS era a única biblioteca de circulação pública em todo o país. Era bem coordenada, e utilizava todos os recursos disponíveis para manter o serviço em funcionamento. No entanto, nem sempre conseguiu ir de encontro às necessidades da população portuguesa. A partir da década de 1960, a aposta do Programa Biblioteca Americana passou a centrar-se mais nas exposições e nos espetáculos musicais, pois eram acessíveis a todas as classes sociais e, principalmente, não requeriam que as pessoas soubessem ler ou falar inglês. Alguns dos programas que se realizavam na biblioteca acabaram por ser eliminados, quer por falta de recursos humanos ou financeiros, quer por falta de interesse por parte da população. Deste modo, em 1962 Portugal não tinha ensino de inglês, centros binacionais e programa de tradução de livros.

5.6 – A rádio, a televisão e o cinema

A emissão radiofónica era dominada pelo regime, que controlava 23 das 29 estações de rádio. A emissora do governo era a Emissora Nacional, e a maior estação de rádio privada era a Rádio Clube Português, situada no Porto. Todo o material utilizado era revisto pela censura, e os programas eram constituídos basicamente de música, nacional e estrangeira, blocos de notícias, jogos e,

⁸⁴⁶ Request by Portuguese Youth Organization for Exhibit Materials on Astronautics, September 22, 1959, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 1, box 2159

⁸⁴⁷ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 9, box 8.

ocasionalmente, telenovelas. A maior parte do tempo da programação era ocupado com a divulgação de cerimónias, inaugurações e outros acontecimentos que valorizassem o regime.⁸⁴⁸

O USIS dispunha apenas de meia hora de tempo de rádio mensal através da Emissora Nacional, que, apesar cooperativa, também hesitava em conceder mais tempo de antena às nações estrangeiras. Neste sentido, o posto requereu um aumento de fundos, os suficientes para permitir a compra de tempo de antena nas estações comerciais. Isto permitiria transmissões periódicas mais frequentes no interesse dos objetivos da informação.⁸⁴⁹

A meia hora que o posto dispunha era ocupada com música e comentários feitos pela rádio operada pelo governo, logo não podia usar materiais ou programas americanos. De tempos em tempos eram apresentadas entrevistas de caráter especial, e raramente eram disponibilizadas e usadas outras gravações na rádio. Os materiais do *Wireless File* eram entregues às estações de rádio para serem analisados pelos censores e só depois era autorizado o seu uso, ou não. As adaptações de séries de ensino de inglês, como era o caso de “Bob y Maria”, que vinham de Madrid, eram muito populares.⁸⁵⁰

Perante o controlo cerrado do governo, a VOA não emitia qualquer programa para Portugal, pois a meia hora disponibilizada não era suficiente. Neste sentido, o USIS apenas tinha um programa norte-americano, veiculado por um funcionário americano residente, que fazia uma ronda semanal das notícias produzidas por Washington, e entrevistas pontuais. Por esta razão a radiodifusão, assim como a VOA não desempenhavam um papel particularmente importante na operação USIS Portugal.⁸⁵¹

Os agentes americanos sabiam os horários e o conteúdo dos programas da VOA. No entanto, depois de pesquisas feitas entre conhecidos e aos funcionários do posto, é que tiveram conhecimento que afinal não se ouvia como devia. Por seu lado, a BBC era ouvida com mais frequência. A população portuguesa tinha pouco, ou nenhum interesse nos programas da VOA, por essa razão as suas transmissões sofreram algumas interrupções. A VOA acabaria por encerrar o seu serviço para Portugal em 1993. O USIS, numa tentativa de solucionar a falta de programas de rádio americanos, pede à Emissora Nacional que lhe seja concedido mais tempo de antena, passando a dispor de um programa de música ao domingo, mas que pouco tempo depois foi cancelado.⁸⁵²

⁸⁴⁸ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 17-18, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁸⁴⁹ USIS Semi-Annual Evaluation Report, May 31, 1953, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 8, box 8.

⁸⁵⁰ Inspection Report of USIS Portugal, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 12, box 8.

⁸⁵¹ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 9, box 8.

⁸⁵² Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 10, box 8.

Quanto à televisão, durante o Estado Novo existiam sete estações televisivas, operadas pela Radiotelevisão Portuguesa, uma empresa privada, mas da qual o governo detinha um terço. Apesar das condições económicas do país, esta estação possuía excelentes instalações técnicas e a qualidade de imagem e som era muito boa. A taxa imposta pela Emissora nacional de treze escudos, assim como o elevado preço do aparelho, fazia que fosse acessível a um número reduzido dos portugueses.⁸⁵³

Ao contrário do rádio, as autoridades portuguesas não olhavam com desconfiança para os programas de televisão do USIS. O material fornecido pelo posto era apreciado e até necessário para a operadora portuguesa, daí que não incomodavam muito. Programas de Ciência e assuntos similares eram muito procurados e eram fornecidos constantemente pelo USIS, mas a Radiotelevisão Portuguesa estava atenta.⁸⁵⁴

Em 1959, os programas americanos de televisão estavam em crescimento, apesar de existirem apenas 35.000 aparelhos, o que levou a RTP a passar também alguns programas do USIS, assim como os seus filmes. Esta situação levou o posto a pedir mais material a Washington, visto o USIS Portugal não ter nem os fundos, nem mão-de-obra que soubesse lidar com o material.⁸⁵⁵ Apesar das dificuldades em lidar com algumas questões pouco amigáveis da RTP, a agência conseguiu chegar a todos os públicos-alvo através da televisão. Em termos gerais, o sucesso foi mensurável pelo facto de a RTP ter utilizado 53 horas e 11 minutos de material de programação USIS durante esse ano.⁸⁵⁶

De acordo com o *Fact Book* de 1962, os Estados Unidos eram o país que mais filmes distribuía em Portugal, num total de 217. Um número elevado quando comparado com os 14 que a Alemanha enviava. A indústria cinematográfica em Portugal era controlada pelo governo, e compreendia 20 produtores, com quatro filmes por ano.⁸⁵⁷ Toda a atividade cinematográfica, tanto em Lisboa como no Porto, quando ainda existia o subposto nesta cidade, era caracterizada pela falta de supervisão estreita por parte dos agentes americanos, de modo que era gerida pelos funcionários portugueses. O programa dividia-se em duas partes: a exibição de programas de cinema pelo USIS, e a exibição privada de filmes emprestados pelo posto. Esta última actividade era realizada exclusivamente em Lisboa. A primeira era feita em Lisboa e no Porto.⁸⁵⁸ Com os cortes drásticos efectuados ao

⁸⁵³ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 10, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁸⁵⁴ Inspection Report of USIS Portugal, February 26, 1962, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 10, box 8.

⁸⁵⁵ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 9, box 8.

⁸⁵⁶ Report, Howard A. White, January 14, 1965, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, p. 5, box 8.

⁸⁵⁷ Research and Reference Service - Portugal: A Communications Fact Book, May 10, 1962, p. 20, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Research Reports, box 8.

⁸⁵⁸ Inspection Report of USIS Portugal, March 1-12, 1956, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 14, box 8.

orçamento de Portugal para 1958, os programas de palestras, música e filmes ficaram muito reduzidos, em especial o programa de palestras. Esta redução obrigou o estudante português a depender quase exclusivamente do filme comercial americano para as suas impressões sobre os Estados Unidos e as suas atividades.⁸⁵⁹

Embora as estações de rádio comerciais privadas fossem autorizadas a operar numa escala muito limitada em Portugal, a censura impedia-as de apresentarem opiniões contrárias às do regime. Assim, a população dependia de dois meios como a sua principal fonte de informação. Uma vez que a escolha das estações era limitada, a preferência era inexistente. A mesma consideração também se aplicava à televisão, ou talvez ainda mais, dado a maioria não ter televisão, devido ao seu elevado custo.

Quanto ao programa de cinema, deixou de existir em 1957, mas foi autorizado a continuar com base em pedidos de venda livre, e de pedidos de grupos patrocinados pelo Ministério da Educação. Mais de 200 pedidos eram atendidos mensalmente, com audiências entre 15.000 e 20.000 espectadores, além das audiências de televisão. A biblioteca de filmes passou a albergar cerca de 1.000 filmes, incluindo cerca de 200 filmes OWI. Em dezembro de 1961, cerca de 100 filmes foram destruídos.⁸⁶⁰

5.7 – USIA e as colónias portuguesas

O principal objetivo da política externa dos Estados Unidos era aumentar o prestígio norte-americano no exterior, sobretudo nas áreas que os americanos consideravam ameaçadas pelo comunismo soviético, um receio mais forte em relação às nações na África e na América Latina, pelo que passaram a desempenhar um papel ativo no palco político africano.

Em 1939, os Estados Unidos tinham três delegações, três consulados gerais e uma agência consular em África. Em outubro de 1957 havia já nove embaixadas, treze consulados gerais e dez consulados em vinte e dois países africanos. Em agosto de 1961, os valores mudaram e passou a haver trinta e uma embaixadas, onze consulados gerais, treze consulados e três agências consulares. O número de serviços estrangeiros e funcionários nos postos africanos passou de 644, em outubro de 1957, para 1411 em agosto de 1961.⁸⁶¹

Neste contexto, os EUA decidem estreitar relações com o continente africano, através de programas educacionais e culturais. E tal como aconteceu com o resto do mundo, a agência

⁸⁵⁹ Educational Exchange: Post's Program for Fiscal Year 1960, June 13, 1958, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1955-59, p. 2, box. 2159.

⁸⁶⁰ Inspection Report of USIS Portugal, March 20, 1959, NARA II: RG 306, Records of the United States Information Agency, Inspection Reports and Related Records, p. 8, box 8.

⁸⁶¹ Relatório Suplementar de Informação nº11 – Organização dos EUA para África; United States Information Service, ANTT, PIDE, CI(2), 7, NT 6924-6925, Serviços Americanos, p. 3.

encarregue dessa missão era a USIA, transformando-se numa parte essencial do aparelho político africano. Através do uso de propaganda como instrumento de política externa, o Departamento de Estado tornou mais eficaz os programas educacionais e culturais.

As suas operações em África foram lentas. Em 1953, o ano da sua criação, apenas existia um funcionário americano para toda a área africana, embora existissem dezassete postos USIS, espalhados por doze países de África. No entanto, esta situação iria alterar-se em 1957. Apesar de ter havido uma diminuição do orçamento, que obrigou a cortes em outras áreas, a USIA expandiu-se no continente africano. Em setembro desse ano já existiam quatro agentes americanos, responsáveis por dezanove postos USIS em catorze países. No ano de 1962, a agência norte-americana já dispunha de 133 agentes americanos, auxiliados por 476 funcionários locais divididos por trinta e um países. Para assegurar a coordenação com outras agências dos Estados Unidos, todos os programas da USIA eram da responsabilidade exclusiva dos americanos. Por sua vez eram geridos pelo embaixador. Neste ano, os fundos destinados a África rondavam os 11,2 milhões de dólares. As operações do USIS dividiam-se em quatro áreas: rádio, bibliotecas, filmes e imprensa.⁸⁶²

Em relação à *Voice of America*, a cobertura era total, chegando a todas as habitações do continente. Dispunha também de um programa de imprensa, com edição de jornais e revistas especialmente para o público africano, e outras menos específicas como a *American Outlook*. O *Wireless File*, uma coleção de notícias divulgadas via rádio, juntamente com a *Associated Press* e a *United Press International*, dava a conhecer os acontecimentos políticos dos EUA. Estas agências de notícias entravam em competição com a britânica *Reuters*, que divulgava os confrontos raciais nos Estados Unidos.⁸⁶³

A delegação USIS Angola era formada por 6 funcionários locais. Eram eles:

- Humberto da Costa, 25 anos, Técnico de rádio;
- Jorge Manuel Nunes Marques, 45 anos, cineasta;
- Edmundo Pires Gabriel, 37, técnico de rádio;
- Jorge António Pereira Gonçalves Granja, 33, chefe de biblioteca;
- José James Josias, não refere a idade, chefe da biblioteca;
- Waemeri Tesyes, não refere a idade, era de origem portuguesa, nacionalidade belga e era casada com um americano.⁸⁶⁴

Ao contrário de Angola, Moçambique nunca teve um posto USIS, daí que todos os pedidos eram canalizados para o USIS Portugal. No entanto, em 1953, antes de a USIA assumir a gestão dos

⁸⁶² Relatório Suplementar de Informação nº11 – Organização dos EUA para África; United States Information Service, ANTT, PIDE, CI(2), 7, NT 6924-6925, Serviços Americanos, p. 6-7.

⁸⁶³ Relatório Suplementar de Informação nº11 – Organização dos EUA para África; United States Information Service, ANTT, PIDE, CI(2), 7, NT 6924-6925, Serviços Americanos, p. 7.

⁸⁶⁴ Relatório sobre a Delegação USIS Angola, United States Information Service, 1963, ANTT, PIDE, CI(2), 7, NT 6924-6925, Serviços Americanos, p. 1

USIS, o posto de Luanda também foi desativado. O principal problema do posto foi a falta de fundos.

O programa de informação passou a ser da responsabilidade do Oficial Consular-Administrativo, que atuava como PAO. Para o ajudar contava com um Assistente Consular, um funcionário local.

Feita a apresentação da USIA em África, passemos então a tratar dos programas que a agência levou a cabo em Angola e Moçambique, durante o período colonial.

Em relação a Moçambique, existia uma grande falta de livros técnicos nas áreas de medicina, medicina veterinária, agronomia, engenharia e exploração florestal, por essa razão o posto em Lourenço Marques recebia muitos pedidos para este tipo de programa, por exemplo: *Dental Technician Prosthetic; History of Economic; Operation of Water Supply; Introduction to Business*, ou ainda, *Marketing Research*, entre outros mais.⁸⁶⁵ Uma vez que o USIS Portugal não tinha um programa de tradução, pois as traduções eram feitas no Brasil, a USIA, e tendo em conta os pedidos que chegavam à embaixada de livros traduzidos para português, passou a incluir na lista de Portugal, também os pedidos de livros traduzidos de Moçambique e Angola.⁸⁶⁶

Juntamente com os livros, chegavam também pedidos para filmes de carácter educativo, em especial ligados ao desporto, assim como pedidos de discos de música para a rádio local, pois os que existiam já estavam velhos e desatualizados. Em 1957, o Consulado Geral solicitou uma pequena quantia de dinheiro para que a biblioteca de livros e filmes pudesse ser melhorada, mas este pedido foi negado. Apesar de os filmes disponíveis serem usados e alguns em mau estado, ainda eram muito procurados pela população. O Consulado Geral recebia, também, numerosos pedidos por parte de escolas, estudantes, jornais e grupos privados para informações sobre os Estados Unidos.⁸⁶⁷

Também o intercâmbio educacional suscitou muito interesse e procura, principalmente depois de ter sido divulgada a notícia da assinatura do acordo entre Portugal e os Estados Unidos para a implementação do Programa Fulbright, ou seja, da atribuição de bolsas de estudo a alunos portugueses, e por conseguinte, a alunos das colónias de Portugal. Uma oportunidade única para conhecerem os Estados Unidos e estudar em escolas e universidades americanas.⁸⁶⁸

Os programas de intercâmbio serviam não só a população onde existiam postos USIS, ou que tinham acordos com os consulados para a integração de programas da USIA, mas também

⁸⁶⁵ Request for Books, September 13 1962, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 1613.

⁸⁶⁶ Proposal for expansion of Information Activities in Angola, April 5, 1962, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 1613.

⁸⁶⁷ Request for USIA book Program and films, July 5, 1956, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 2159.

⁸⁶⁸ Allocation of Fulbright Grants to Portuguese African Provinces, May 17, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 1613.

refugiados. Uma das instituições que apoiava este programa era o Instituto Afro-Americano de Leopoldville.⁸⁶⁹ Um programa que causava algum atrito entre Portugal e os Estados Unidos era o Programa de Formação. Muitos jovens das colónias pretendiam aproveitar a oportunidade de conseguir uma formação académica melhor do que aquela que era oferecida no seu país, ou em Portugal. No entanto, Portugal via esse tipo de programa acessível apenas aos jovens portugueses, uma vez que estavam orientados para a formação de líderes. Deixar os jovens angolanos e/ou moçambicanos frequentar cursos universitários nos EUA era admitir que um dia aqueles jovens seriam os futuros líderes, os futuros governantes do seu país, quando deviam ser os portugueses, já que os dois países africanos pertenciam a Portugal.⁸⁷⁰

No que diz respeito a Angola, os pedidos seguiam a mesma linha que em Moçambique, com os livros e os filmes a serem os mais requisitados.

Uma vez que não existiam postos USIS em Angola e Moçambique, os programas educativos e culturais dependiam das iniciativas dos consulados, assim como dos fundos que Washington estava disposta a dar para a dinamização dos programas. Um grande esforço para o corpo diplomático americano, já que tinha de ganhar “os corações e as mentes” com pouco dinheiro, em especial em zonas onde existiam muitas carências a vários níveis. Para reforçar esta árdua tarefa, o fato de os Estados Unidos não quererem entrar em conflito com Portugal, tendo em vista a renegociação do uso da base dos Açores. Se Portugal achasse que um programa não devia ser implementado, ou abranger a população de Angola ou Moçambique, então os agentes norte-americanos tinham de ser mestres na arte da diplomacia pública.

Este capítulo veio mostrar, como a *United States Information Agency* atuou em Portugal e em duas das colónias ultramarinas. A partir de relatórios semi-anuais e anuais, relatórios fiscais; boletins informativos; memorandos e pareceres trocados entre a USIA (Washington), os postos USIS, a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e os Consulados americanos na capital portuguesa e em Luanda e Lourenço Marques, foi possível verificar o impacto das relações diplomáticas luso-americanas, assim como a importância dos seus programas e atividades na disseminação dos valores e ideias norte-americanas, junto da população portuguesa e de Angola e Moçambique.

Regra geral, a razão pela qual os Estados Unidos também tentaram exercer a sua influência através da USIA em Portugal devia-se ao fato do governo norte-americano pretender o apoio de Salazar às suas políticas internacionais, das quais resultava a cooperação com outros países, em

⁸⁶⁹ Refugee for university course, April 19, 1960, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 1613.

⁸⁷⁰ Training Program in the U.S. For Portuguese African Students, May 3, 1962, NARA II: RG 59, General Records of the Department of State, Subject Numeric Files, 1960-63, p. 1, box 1613.

especial da Europa e à criação de importantes organizações internacionais, das quais a *North Atlantic Treaty Organization* era a mais importante.

Os Estados Unidos pretendiam ainda reverter a posição do regime face à recusa à descolonização. Este foi, de facto, um aspeto que impediu que muitos dos profissionais da educação, militares de altas patentes e membros do governo, tivessem de recusar a sua participação no Programa Líder NATO levado a cabo pela USIA a pedido do ditador. Salazar não compreendia por que razão os Estados Unidos não assumiram um posição de apoio a Portugal em relação à questão colonial.

Ao longo deste estudo a relação entre as duas nações foi sempre muito formal e pautada por um clima de desconfiança no que diz respeito aos interesses económicos e geostratégicos. Os princípios conservadores de Oliveira Salazar impediam-no de aceitar facilmente o liberalismo e a democracia norte-americana. O choque de valores constituiu também uma das razões que leva o regime a limitar o número de instituições do governo, em especial as ligadas ao ensino superior como universidades e institutos a cooperarem com a agência norte-americana. Salazar não queria que houvesse um grande número de estudantes portugueses a serem instruídos nos valores ideológicos dos Estados Unidos.

No entanto, as divergências entre os dois Estados nunca puseram em causa a sua relação bilateral que foi amena durante os anos de 1945 a 1961. O ano de 1947 foi particularmente importante para ambos, pois deu a conhecer o desinteresse dos ingleses em consolidar a aliança com Portugal através de um “pacto de defesa permanente”, um ano depois da sua retirada das bases açorianas. Ficou clara a posição da Grã-Bretanha face à aliança luso-britânica e ao espaço português, mas uma oportunidade que permitiu aos dois países avançar para uma aliança multilateral que iria por em destaque a NATO, já que era através dela que passaria todo o “enquadramento estratégico, militar e mesmo económico da relação com os EUA durante este período”.⁸⁷¹

⁸⁷¹ Telo, 1991: 950.

CONCLUSÃO

Desde a sua criação, em 1953, até à sua extinção, em 1999, a *United States Information Agency* (USIA), foi a agência de propaganda do governo dos Estados Unidos que mais tempo esteve em atividade. Percorreu nove administrações presidenciais, desde o seu fundador, o presidente Dwight D. Eisenhower, passando por John F. Kennedy (1961); Lyndon B. Johnson (1963); Richard Nixon (1969); Gerald Ford (1974); Jimmy Carter (1977); Ronald Reagan (1981); George H. W. Bush (1989) e, por último, o presidente Bill Clinton. Republicanos e Democratas, ambos fizeram uso da propaganda política, uma vez que o objetivo da sua criação era o mesmo para os dois partidos, o de disseminar a propaganda do governo norte-americano, escamoteada de diplomacia pública, ao resto do mundo e, em particular, aos países ameaçados, primeiro pelo nazismo alemão e, depois, pelo comunismo soviético.

O resultado da II Guerra Mundial levou a um confronto maciço soviético-americano a nível económico, ideológico e militar que ajudou a moldar as condições políticas, económicas e sociais de outras nações, em especial na Europa. Os interesses estratégicos, comerciais e políticos dos Estados Unidos em relação aos outros países exigiam que as suas ações fossem, não apenas atrativas e explicadas com precisão, mas também eficazes no combate ao comunismo soviético. Deste modo, mobilizaram toda uma máquina de propaganda, em períodos de guerra, quando a população se encontrava mais fragilizada, e como tal capaz de ser moldada segundo os ideais e valores norte-americanos, e também em período de não guerra, mas obrigando o público estrangeiro a ter de escolher entre dois tipos de ideologia, isto é, entre o capitalismo norte-americano, e o comunismo soviético.

O emprego da propaganda nas relações exteriores levadas a cabo pelo governo norte-americano teve o seu início na Primeira Guerra Mundial contra os alemães, através dos esforços de guerra do *Committee on Public Information* (CPI) e, mais tarde, durante o período da Segunda Guerra Mundial, com a criação do *Office of War Information* (OWI), após a tomada de consciência por parte do governo americano de que a opinião do público estrangeiro era importante para a aquisição de aliados estrangeiros na defesa dos valores democráticos, na disseminação do “americanismo”, contra o comunismo da União Soviética. O seu sucesso veio lançar as bases para criação da USIA.

Antes do início da Guerra Fria, ou se quisermos ir mais longe, durante as I e II Guerras Mundiais, o público estrangeiro não via qual a ligação entre cultura e educação com a política externa dos Estados Unidos. Apreciavam as oportunidades que lhes eram apresentadas, principalmente em períodos de pós-guerra, desfrutando de exposições, livros, filmes, intercâmbios em países estrangeiros, entre muitos outros programas, sem se aperceberem que estavam relacionados com as atividades políticas do governo norte-americano. Esta diversidade veio trazer

benefícios à agência, uma vez que apresentava uma nova perspectiva à propaganda dos Estados Unidos, proporcionando-lhe alcançar um extenso campo de trabalho a nível mundial, um feito que nenhuma outra agência do governo dos Estados Unidos conseguiu. A ligação entre propaganda, cultura e política externa foi o resultado da Guerra Fria e a persuasão foi o meio utilizado, ao serviço da segurança nacional.

Uma das questões mais difíceis para a USIA foi saber qual era o papel da diplomacia pública, fosse para funcionar como um instrumento de propaganda ou de informação. Uma questão que permaneceu sempre em aberto. Embora a USIA apoiasse as políticas do governo norte-americano, também se esperava que com ela, tanto democratas como republicanos reconhecessem inconsistências na política externa dos Estados Unidos, em oposição às políticas dos países europeus, que viam na cultura uma excelente arma de persuasão. Deste modo, os propagandistas norte-americanos não conseguiram compreender que a imagem que passava para o exterior era a imagem que os europeus temiam, o apreço pelo materialismo, individualismo e a perda de identidade cultural.

Ao longo da história da USIA, a ênfase da sua função deslocou-se entre o apoio às políticas públicas e aos interesses nacionais dos EUA, e o fornecimento de relatórios verdadeiros e objetivos sobre os Estados Unidos e os outros governos. Durante a Administração Kennedy, o papel da USIA recebeu o mandato explícito de ajudar os EUA a alcançar os seus objetivos de política externa e influenciar as atitudes públicas em outras nações. No entanto, ao longo dos anos 60 e 70, a agência manteve um forte senso de independência e autonomia em relação aos formuladores de políticas dos EUA. Essa independência começou a diminuir durante a Administração Johnson, acabando na sua extinção em 1999.

No que diz respeito a Portugal, ao longo do século XX e dentro do contexto internacional, apresentava-se com características únicas. Portugal foi, para referir algumas dessas características, um dos primeiros países com um regime ditatorial, um dos poucos países que não participou na II Guerra Mundial, permanecendo neutro durante todo o período da guerra, foi uma das primeiras repúblicas europeias, ou ainda, um dos países fundadores da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) com uma ditadura. Particularidades que adivinhavam a força da política externa de Oliveira Salazar.

Perante dois países com características tão díspares a vários níveis, as relações luso-americanas durante as diferentes administrações aqui analisadas são dignas de análise, tanto do ponto de vista da política americana como da diplomacia pública. A este confronto de duas sociedades opostas juntou-se a escalada da guerra no Vietname e os conflitos raciais que funcionaram como catalisadores do descontentamento social, político e cultural, tanto nos Estados Unidos como no resto do mundo, inclusive em Portugal. Com efeito, a era da Guerra Fria foi um período de

mudanças severas e de transição para ambos os países, as quais viriam a determinar as respectivas políticas na década seguinte.

No período pós-guerra, Salazar tentava justificar o uso da censura como uma necessidade de proteger a opinião pública e os interesses nacionais de empresas proprietárias de jornais e revistas ligadas, no seu entender, a obscuras maquinações políticas e interesses estrangeiros; assim como argumentava que o cidadão português não estava preparado cívica e moralmente para as liberdades que vigoravam nas democracias, pois era um “povo sentimental, emotivo e crédulo”, composto de homens “que são como são e não como alguns queriam que fosse”.⁸⁷²

Esta situação remete-nos para as questões de investigação levantadas no início da presente dissertação, às quais, de forma geral, podemos agora tentar dar uma resposta.

A fraca presença da USIA em Portugal foi o resultado da força da política ditatorial do Estado Novo. Para além da expressão autoritária, presidencialista e antiparlamentar, o aparelho repressivo e a subordinação da liberdade do povo aos interesses do Estado, causaram grande preocupação em Washington, especialmente tendo em conta a fraca ameaça comunista em Portugal. Esta situação minou a visão económica liberal que tinha orientado a propaganda norte-americana na Europa desde os anos do Plano Marshall, com a premissa de que o comunismo era uma consequência da pobreza e da agitação social. Os objetivos do governo norte-americano foram difíceis de alcançar, pois encontraram o impedimento, a ignorância e a hostilidade inerentes a um regime que discordava, fundamentalmente, da aplicação dos ideais democráticos dos EUA a Portugal, e que controlava tudo e todos os meios de comunicação social; a razão pela qual alguns dos programas, até mesmo um dos mais emblemáticos da agência, como a *Voice of America* (VOA) foram eliminados. De todos os programas implementados em Portugal o mais bem-sucedido, por se afastar dos propósitos da propaganda desde a sua criação em 1960, foi o programa de intercâmbios, o Programa Fulbright, reconhecido como um projeto de grande importância para a cooperação e boas relações entre duas nações, financiando licenciados, investigadores e professores convidados.

Em termos do objetivo mais geral da diplomacia pública americana de "contar a história da América aos portugueses", os propagandistas americanos viram-se confrontados com questões que os próprios Estados Unidos ainda não tinham resolvido, sendo necessário recorrer a uma abordagem mais branda e flexível que ajudasse a difundir e traduzir os valores e a visão norte-americana aos portugueses. Por conseguinte, foi fundamental o papel dos funcionários dos EUA no terreno na definição de estratégias. No entanto, o USIS Portugal não teve uma tarefa fácil, assim como não conseguiu usar a força de trabalho, os jovens estudantes, os educadores, e até mesmo os militares para chegar ao governo ditatorial de Oliveira Salazar, mas conseguiu dar a conhecer aos portugueses a sua cultura através de exposições, concertos, livros e filmes. Neste sentido, a opinião

⁸⁷² Barreto, 1999: 21-22.

pública portuguesa passou a ver o norte-americano numa perspetiva mais ampla e variada.

Não podemos, porém, responsabilizar apenas o regime do Estado Novo como o fator impeditivo do sucesso dos programas da USIA em Portugal. Não nos podemos esquecer que ao longo deste estudo, fomos registando fatores que, de certa forma, não favoreciam o desenvolvimento das iniciativas do posto USIS. Eram eles:

- dentro de um grupo de países da Europa Ocidental, Portugal foi dos países que menos dinheiro recebeu de Washington, em particular durante os anos de 1953 e 1954;
- falta de uma direcção clara que caracterizou a estratégia de guerra política dos EUA;
- apesar de existir fluxo constante de comunicação entre o posto e a agência, por vezes não havia o retorno à informação contida nos “Country Plans” e relatórios de avaliação elaborados pelo USIS;
- natureza delicada das operações que lidam com opiniões e comportamentos influentes comofuncionários governamentais, jornalistas e académicos;
- falta de conhecimentos de língua inglesa por parte da população local;
- falta de interesse por parte dos EUA em disseminar o “American Way” em Portugal;
- o tipo de programas determinados não pareciam cativar a população portuguesa, como era o caso do cinema, um dos grandes promotores do americanismo durante o período da Guerra Fria.

Mas não podemos deixar de questionar: se o comunismo não era a razão da existência do USIS em Portugal, um país tão pequeno e marcadamente anti-comunista, então o que o levou até lá?

Podemos sempre pensar que o que os Estados Unidos pretendiam era apresentar um programa de propaganda da NATO que levasse Portugal a reforçar a sua participação nos objetivos da Aliança Atlântica, já que por ela passava também a sua segurança e prosperidade, ao mesmo tempo que contribuía para melhorar a relação entre os dois países, principalmente quando estava envolvida a continuação da utilização da Base Aérea dos Açores, que era, no fundo, o contributo mais importante que Portugal podia dar à NATO.

Por fim, importa deixar algumas referências para investigação futura, e que esclareça, ainda mais, a presença norte-americana num país pequeno e pobre como era Portugal. Como eventual trabalho futuro, poder-se-á continuar a estudar as outras duas agências de propaganda, e que foram as precursoras da USIA, o que equivale dizer, o CPI e o OWI; saber se na altura da existência destas agências já havia interesse por Portugal, e se sim, qual e porquê.

Relembramos que o período do Estado Novo terminou após a Revolução do 25 de abril de 1974, por conseguinte poder-se-á continuar a estudar a ação da *United States Information Agency* em Portugal fora das restrições políticas e sociais que o regime impunha. Seria por isso relevante verificar a continuidade dos programas/atividades da agência norte-americana, assim como verificar se houve alguma alteração na sua forma de atuar ou ainda, se foram implementados novos

programas e qual a receptividade da população portuguesa à influência americana nesse período pós Salazar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

1 – Fontes Primárias

Arquivos Portugueses:

- Arquivo Nacional da Polícia Internacional e de Defesa do Estado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (PT/TT/PIDE).
- Arquivo Nacional do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (PT/TT/SNI).
- Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa – informação sobre a embaixada e diplomatas norte-americanos em Portugal.
- Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal - Acesso às obras digitalizadas do CPI em: <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/905612.html>

Arquivos Norte-Americanos:

- National Archives and Records Administration II / NARA, Maryland (College Park) – informação sobre o *Department of State*:

GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE - record group 59 no National Archives and Records Administration / NARA, Maryland (College Park):

- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1950-54, Stack Area 342, Row 2, Compartment 2, Shelf 11, Entry 1613, Box 2401.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1950-54, Stack Area 342, Row 2, Compartment 2, Shelf 11, Entry 1613, Box 2402.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1955-59, Stack Area 301, Row 4, Compartment 9, Shelf 4, Entry 1613 A, Box 1062.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1955-59, Stack Area 301, Row 4, Compartment 9, Shelf 4, Entry 1613 A, Box 2159.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1960-63, Stack Area 284, Row 2, Compartment 16, Shelf 2, Entry 1613 A, Box 1613.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of*

- State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 5, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 3251.
- NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 5, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 3254.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 5, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 3255.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 5, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 3256.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 3, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 4018.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1963, Stack Area 250, Row 3, Compartment 3, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 4019.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1964-66, Stack Area 250, Row 5, Compartment 31, Shelf 6, Entry 1613 A, Box 333-335.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1964-66, Stack Area 250, Row 5, Compartment 32, Shelf 1, Entry 1613 A, Box 344.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1964-66, Stack Area 250, Row 5, Compartment 32, Shelf 5, Entry 1613 A, Box 372.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1967-69, Stack Area 150, Row 64, Compartment 8, Shelf 2, Entry 1613, Box 312-313.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1967-69, Stack Area 150, Row 64, Compartment 8, Shelf 2, Entry 1613, Box 327.
 - NARA II: RG 59, *General Records of the Department of State, Central Files of the Department of State 1778-1963*, Subject Numeric File, 1967-69, Stack Area 150, Row 64, Compartment 8, Shelf 2, Entry 1613, Box 352.

RECORDS OF THE UNITED STATES INFORMATION AGENCY (USIA) - record group 306 no National Archives and Records Administration / NARA, Maryland (College Park) – informação sobre a *United States Information Agency*:

- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. I, Briefing Papers, Stack Area 230, Row 47, Compartment 20, Shelf 2, Entry 49, Box 2.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. I, Briefing Papers, Stack Area 230, Row 47, Compartment 20, Shelf 3, Entry 49, Box 8.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. I, Country and Subject Files, Stack Area 350, Row 73, Compartment 5, Shelf 4, Entry 50, Box 14.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. I, Subject Files, Stack Area 350, Row 72, Compartment 25, Shelf 1, Entry 52, Box 11-15.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. II, Country Files, Stack Area 131, Row 16, Compartment 20, Shelf 4, Entry 79, Box 11.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. II, Country Files, Stack Area 131, Row 16, Compartment 20, Shelf 4, Entry 79, Box 14-15.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. II, Research Reports - Stack Area 230, Row 48, Compartment 39, Shelf 24, Entry 142, Box 8.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. II, Inspection Reports and Related Records, Stack Area 230, Row 47, Compartment 19, Shelf 1, Entry 1045, Box 8.
- NARA II: RG 306, *Records of the United States Information Agency, General Records of the USIA 1947-78*, Vol. II, Fulbright Program Study, Stack Area 230, Row 47, Compartment 19, Shelf 1, Entry 1057, Box 199.
- Central Intelligence Agency em:
<https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2007-featured-story-archive/a-look-back.html>
- John F. Kennedy Presidential Library and Museum - U.S. Actions in Relation to Portuguese territories in Africa em:
<https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKNSF/330/JFKNSF-330-010>
- LBJ Presidential Library – Press Release em:
<http://www.lbjlibrary.org/press/media-kit/medicare-and-medicaid>
- Library Of Congress – Collection Posters: World War I em: <https://www.loc.gov/collections/world-war-i-posters/about-this-collection/>
- Library Of Congress – Prints and Photographs Online Catalog em:

<http://www.loc.gov/pictures/item/2002712072/>

- National Archives – Access to Arquivial Databases (NARA-AAD) em: <http://aad.archives.gov/aad/>
- National Archives – Access to the Zimmermann Telegram em:
<https://www.archives.gov/education/lessons/zimmermann>
- National Archives – Access to Marks, Leonard Harold em:
<https://catalog.archives.gov/id/10570777>
- United States Senate – Legislation & Records em:
<https://www.senate.gov/legislative/appropsbills.htm>
- United States Department of State – Office of the Historian em:
<https://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/administrator-economic-cooperation-administration>
- United States Department of State – Office of the Historian em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d226>

2 – FONTES IMPRESSAS

Department of State Departmental Announcement No.4, “Establishment of the United States International Information Administration (IIA),” 16 January 1952. *Foreign Relations of the United States 1952-1954*. Volume II. Part 2. (Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1984), 1591.

Eisenhower; Dwight D. (1953), "Statement by the President on the Responsibility of the United States Information Agency", 30 julho, Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project* (Online). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=9658>.

Fahnestock, P. D. (1948), “Report on the information service of the Economic Cooperation Act”. Papers of Paul G. Hoffman, *Harry S. Truman Library*, 1-27.

Fitzpatrick, Kathy (2008), “United States Information Agency Alumni Association Survey”. Disponível em: <http://www.publicdiplomacy.org/Fitzpatrick2008.pdf>

Joint Chiefs of Staff, (2007), DOD Directive 5025.12, 23 August 1989, “Standardization of Military and Associated Terminology, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms”, *Joint Publication*, 1-02 (Washington: Department of Defense), 430.

Joint Chiefs of Staff, (2007), “Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms”, *Joint Publication*, 1-02 (Washington: Department of Defense), 430.

Macmahon, A. W. (1972), *Memorandum on the Postwar International Information Program of the United States*, New York.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1967 e 1968), *Vinte Anos de Defesa do Estado Português na Índia (1947-1967)*, II, III e IV, Lisboa.

Office of the Federal Reg. (1960), “Public Papers of the President of the United States: Dwight D. Eisenhower”.

- Salazar, A. Oliveira (1945), “A Embaixada da Colónia Portuguesa no Brasil e a nossa Política Externa,” *Discursos e Notas Políticas*. II. 1935-1937, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- Secretariado Nacional de Informação (1948), *Catorze Anos de Política do Espírito*. Lisboa.
- Sem Autor (1952), “Memorandum for the Deputy Director of Plans on the Draft Proposal Program and Project Clearance Procedures”, TL, PSB, caixa 13.
- Sem Autor (1949), “First Semi-annual Report by the US Advisory Commission on Information to the Congress” (Online), U.S. Department of State. Disponível em:
<https://www.state.gov/pdcommission/reports/174020.htm>.
- Sem Autor (1955), “Letter From the Chief of the Office and Research and Intelligence, U.S. Information Agency (Loomis) to the Country Public Affairs Officer at the Embassy in South Africa (Graves)” – Washington, Office of the Historian, Foreign Relations of the United States, 1950-1955, *The Intelligence Community*. Disponível em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d226>.
- Sem Autor, (1961), “American Studies Abroad: The Role of the Educational Exchange Program of the Department of State”, Archive of the Bureau of Educational and Cultural Affairs, Group IV, Series 7, Caixa 166, Pasta 10, Special Collections, University of Arkansas.
- Truman, Harry S. (1950), “Address to the American Society of Newspaper Editors”, Files of *Charles Murphy*, *Presidential Speech File*, Caixa 6, Independence, Harry S. Truman Library.

II – BIBLIOGRAFIA

- Adonis, Andrew (2012), “The man who remade America: Lyndon Johnson's dream of the Great Society”, *New Statesman* (1996) (Online), Vol. 141, Issue 5112, 48-50. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Allen, George V. (1948), “U. S. Information Program”, *Vital Speeches of the Day*. 9/1/48, Vol. 14 Issue 22, 702. 3p. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Amaral, Luciano (2002), *How a Country Catches Up: Explaining Economic Growth in Portugal in the Post-War Period: 1950s-1973*. Tese de Doutoramento, European University Institute, *apud* Andresen, Nicolau, (2007), “The Salazar Regime and European Integration, 1947-1972”, *European Review of History* (Online), 14, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Andresen, Nicolau (2007), “The Salazar Regime and European Integration, 1947-1972”. *European Review of History* (Online), 14, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Angelo, Anne-Marie e Davies, Tom A., (2015) “American business can assist (African) hands: the Kennedy administration, US corporations, and the cold war struggle for Africa.” *Sixties: A Journal of History, Politics & Culture* (Online), Vol. 8 Issue 2, 156-178. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Antunes, J. Freire (2013), *Kennedy e Salazar – o Leão e a Raposa*. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Ardnt, R.T. (2006), *The First Resort of Kings. American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*, Potomac Books, Washington.
- Banai, Hussein, (2014), “Diplomatic imaginations: mediating estrangement in world society”, *Cambridge Review of International Affairs* (Online), Vol. 27 Issue 3, p459-474. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Bardos, A. A. (2001), ““Public Diplomacy”: An Old Art, a New Profession”. *Virginia Quarterly Review*, (Online), Vol. 77, Issue 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Barreto, J. (1999), “A Censura em Portugal (1926-1974)”. José Barreto, “Censura”, in A. Barreto e F. Mónica, *Dicionário de História de Portugal – suplemento*, vol.VII, Porto: Figueirinhas, pp. 275-284.
- Barrett, E. W. (1974), “The Voice of America,” 4 April 1952, Psychological Strategy Board Files, Boxes 1 and 3, HSTL, *apud* Yarrow, Andrew L., (2009), “Selling a New Vision of America to the World Changing Messages in Early U.S. Cold War Print Propaganda”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 11, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Barrett, E. W. (1953), *Truth is our weapon*. New York: Funk & Wagnalls, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), ““Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Belmonte, Laura A. (2008), *Selling the American Way: U.S. Propaganda and the Cold War*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Berghahn, Volker R. (2010), “The debate on “Americanization” among economic and cultural historians”, *Cold War History* (Online), 10, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Bernhard, N. (1999), *U.S. Television News and Cold War Propaganda, 1947–1960*, New York, Cambridge University Press, xix 1.

- Bernhard, N. (1999), *U.S. Television News and Cold War Propaganda, 1947–1960*, New York, Cambridge University Press, xix 1, *apud* Osgood, Kenneth A. (2002), “Hearts and Minds: The Unconventional Cold War”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 4, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Bettie, Molly (2015), “Ambassadors unaware: the Fulbright Program and American public diplomacy”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Bishop, R. Lee, *The Overseas Branch of the Office of War Information* (dissertação não publicada, Universidade de Wisconsin, 1966), 1-25, *apud* Roholl, Marja, (2012), “Preparing for Victory. The U.S. Office of War Information Overseas Branch’s illustrated magazines in the Netherlands and the foundations for the American Century, 1944-1945”. *European Journal of American studies*(Online), 7, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Block, Ralph (1949), "Propaganda and the Free Society", *Public Opinion Quarterly*, 12 : 676-86, *apud* Finch, Lynette, (2000), “Psychological Propaganda: The War of Ideas on Ideas During the First Half of the Twentieth Century”, *Armed Forces & Society*, (Online) 26, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Bogart, Leo (1995), “Cool Words, Cold War: A New Look at U.S.I.A.'s Premises For Propaganda”, American University Press Public Policy Series.
- Bogart, Leo (1995), “Cool Words, Cold War: A New Look at U.S.I.A.'s Premises For Propaganda”, American University Press Public Policy Series, *apud* Guth, David W. (2002), From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search for the Real “Voice” of America”. *American Journalism*, (Online) 19:1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Brzezinski, Zbigniew (1960), *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Brown, John (2006), “Arts Diplomacy: The neglected aspects of Cultural Diplomacy”, em William P. Kiehl (editor) (2006), *America's Dialogue With The World*, Public Diplomacy Council.
- Bu, Liping (2003), “Making The World Like Us: Education, Cultural Expansion, and the American Century”, Nova York, Praeger, *apud* Scott-Smith, Giles (2007), “The Ties that Bind: Dutch-American Relations, US Public Diplomacy and the Promotion of American Studies since the Second World War” *The Hague Journal of Diplomacy* (Online), 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Burns, Robert (1786), "*To A Louse, On Seeing One on a Lady's Bonnet at Church*", *apud* Snow, Nancy, (2008), “International Exchanges in the U.S. Image”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, Issue 1, 198-222. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Carletta, David M. (2007), “Those white guys are working for me”: dizzy gillespie, jazz, and the cultural politics of the cold war during the Eisenhower administration”, *International Social Science Review* (Online), 115-134. Disponível em uma base de dados: *JSTOR Journals*.
- Coleman, David G. (2000), “Eisenhower and the Berlin problem, 1953-1954”, *Journal of Cold War Studies* (Online), Vol. 2, No.1, 3–34. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Comstock, G. (1981), “Social and cultural impact of mass media”, E. Abel, (Ed.), *What's news: The media in American society* (pp. 233-253), San Francisco, Institute for Contemporary Society.
- Comstock, G. (1981), “Social and cultural impact of mass media”, E. Abel, (Ed.), *What's news: The media*

- in American society* (pp. 233-253), San Francisco, Institute for Contemporary Society, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), “Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication*, (Online),60, 2.Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Coombs, Philip (1964), *The Fourth Dimension of Foreign Policy*. Nova York, Harper & Row, 33-34.
- Coombs, Philip (1964), *The Fourth Dimension of Foreign Policy*. Nova York, Harper & Row, 33-34, *apud* Bettie, Molly (2015), “Ambassadors unaware: the Fulbright Program and American public diplomacy”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Corke, Sarah-Jane (1997), “Bridging the gap: Containment, covert action and the search for the missing link in American Cold War policy, 1948–1953”, *Journal of Strategic Studies*, (Online) 20, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Corkill, David, Almeida, José C. P. (2009), “Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940”, *Journal of Contemporary History* (Online), 44, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Cova, Anne, Pinto, A. C., (2002), “Women under Salazar’s Dictatorship” *Portuguese Journal of Social Sciences* 1, 2 *apud* Pinto, A. C., Carvalho, R. A., (2018),“The Everyman of the Portuguese New State during the fascista era”,*Bloomsbury Publishing* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Creel, G. (1920), *How We Advertised America: International Propaganda and Communication*, Nova York, Harper & Brothers Publishers, *apud* Murphy, Dennis M., White, J. F., (2007), “Propaganda: Can a Word Decide a War?”, *Parameters: U.S. Army War College* (Online), 37, 3. Disponível em uma Base de dados: *EBSCOhost*.
- Critchlow, James, (2004), “Public Diplomacy during the Cold War: The Record and Its Implications”, *Journal of Cold War Studies*, (Online), Vol. 6, Issue 1, 75-89. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Cull, N. J. (2003) “The man who invented truth’:The tenure of Edward R. Murrow as director of the United States Information Agency during the Kennedy years”, *Cold War History* (Online), 4, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Cull, N. J., (2008), *The Cold War and the United States Information Agency*, Nova York, Cambridge University Press.
- Cull, N. J. (2008), *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945–1989*, Nova York, Cambridge University Press *apud* Rider, Toby C. (2016), “A Campaign of Truth: The State Department, Propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies*, (Online) 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Cull, N. J., (2010), “Public diplomacy: Seven lessons for its future from its past”, *Place Branding & Public Diplomacy* (Online), Vol. 6 Issue 1, 11-17. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Dean B. M. (1968), “The Department of State’s International Visitor Program”, IV, CU, Grupo IV, Caixa 152, 3, *apud* Gómez-Escalonilla, L. D., (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica) ”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.

- Del Pero, M. (2001), "The United States and 'Psychological Warfare' in Italy, 1948–1955," *The Journal of American History* (Online), 87, 4, *apud* Rider, Toby C. (2016), "A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952", *Journal of Cold War Studies*, (Online) 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Dizard, P. W. (2003), "Telling America's Story", *American Heritage* (Online), Vol. 54 Issue 4, 41, Color Photographs, Black and White Photographs. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Dizard, P. W. (2004), *Inventing Public Diplomacy: The Story of The U.S. Information Agency*, Lynne Rienner Publishers, Inc.
- Dizard, P. W. (2004), *Inventing Public Diplomacy: The Story of The U.S. Information Agency*, Lynne Rienner Publishers, Inc. *apud* Kathy Fitzpatrick, (2008), "United States Information Agency Alumni Association Survey" (Online), disponível em:
<http://www.publicdiplomacy.org/Fitzpatrick2008.pdf>, consultado em 24.02.2019.
- Dizard, P. W. (2004), *Inventing Public Diplomacy: The Story of The U.S. Information Agency*, Lynne Rienner Publishers, Inc., *apud* Krugler, D. F. (2008), "Total Cold War: Eisenhower's Secret Propaganda Battle at Home and Abroad" (book review), *Journal of Cold War Studies* (Online), 10, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Dizard, P. W. (2004), *Inventing Public Diplomacy: The Story of The U.S. Information Agency*, Lynne Rienner Publishers, Inc., *apud* Roberts, W.R., (2006), "The evolution of diplomacy", *Mediterranean Quarterly* (Online), Vol. 17, Issue 3, Pages 55-64. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Dizard, P. W. (2004), *Inventing Public Diplomacy: The Story of The U.S. Information Agency*, Lynne Rienner Publishers, Inc., *apud* Roberts, Walter R. (2005), "Inventing Public Diplomacy: The Story of the US Information Agency" (book review), *Mediterranean Quarterly* (Online), 6, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Donovan, R. J. (1956), *Eisenhower: The inside story*. Nova York, Harper & Brothers, *apud* Parry-Giles S. J., (1996), "Camouflaged" propaganda: The Truman and Eisenhower administrations' covert manipulation of news", *Western Journal of Communication* (Online), 60, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Dougherty, J. E., Pfaltzgraff R. L. Jr. (2003), *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa, Gradiva.
- Dubois, D. R. (1995), "Responding to the Needs of Our Nation: A look at the Fulbright and NSEP Education Acts", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* (Online), 1. Disponível em uma Base de dados *B-On*.
- Dupas, Gilberto (2003), "Hegemonia norte-americana, governabilidade global e impasses nos grandes países da periferia", *Contexto Internacional* (Online), 25, 2, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Edwards, Lee (1988), "Congress and the Origins of the Cold War: The Truman Doctrine". *World Affairs* (Online), 151, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Eisenhower, Dwight D. (1953), "Statement by the President on the Responsibility of the United States Information Agency", 30 julho, Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*

- (Online). Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=9658>,.
- Ellul, Jacques (1965), *Propaganda: The formation of men's attitudes*, Nova York, Knopf, *apud* Gregory, B.(2008), “Public diplomacy: Sunrise of an academic field”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Engerman, D. C. (2010), “Ideology and the origins of the Cold War, 1917- 1962”, capítulo 2, Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad, *The Cambridge history of the Cold War*, 1, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ennis, Michael (2015), “All the Way With LBJ.”, *Texas Monthly* (Online), Vol. 43 Issue 9, 64-74. Disponível em uma Base de dados: *B-on*.
- Epstein, S. B. (2005), “Public Diplomacy: Background and the 9/11 Commission Recommendations”, CRS Report for Congress, Web Order Code RL32607. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/misc/RL32607.pdf>, consultado em 23.04.2017.
- Espinosa, J. M. (1977), Department of State, Bureau of Educational and Cultural Affairs, *apud* Lebovic, Sam (2013), “From War Junk to Educational Exchange: The World War II Origins of the Fulbright Program and the Foundations of American Cultural Globalism, 1945-1950”, *Diplomatic History*, (Online), 37, 2, Oxford University Press. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Evans, Rowland e Novak, Robert (1966), “Lyndon B. Johnson: The Exercise of Power”, *Saturday Evening Post* (Online), Vol. 239, Issue 22, 40-57. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Fahnestock, P. D. (1948), “Report on the information service of the Economic Cooperation Act”. Papers of Paul G. Hoffman, Harry S. Truman Library, 1-27.
- Fahnestock, P. D. (1948), “Report on the information service of the Economic Cooperation Act”. Papers of Paul G. Hoffman, Harry S. Truman Library, 1-27, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), “Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication* (Online), 60, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Farmer, Brian (2018), “Wilson's Fourteen Points”, *New American* (Online), 34, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Fernandez-Cavia, Jose, (2011), “Ciudades, regiones y paises como marcas: luces y sombras del place branding”, *Manual de comunicacion turistica: de la informacion a la persuasion, de la promocion a la emocion*, Documenta Universitaria, 103-113, *apud* Vela, Jordi de San Eugenio (2013), “Del Estado-nación al Estado-marca. El rol de la diplomacia pública y la marca de país en el nuevo escenario de las relaciones internacionales”, *Revista de Estudios Sociales* (Online), Issue 46, 145-157, Universidad de los Andes. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Ferreira, José Medeiros (2011), *Os Açores na Política Internacional*. Lisboa: Tinta-da-China, 25-27, *apud* Sá, Tiago Moreira de (2016), “Os Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o retraimento americano / United States and the Azores: the Lajes Base and the American retranchment”, *Relações Internacionais* (R:I), pp. 57-74, IPRI-UNL.
- Ferro, António (1938), *Homens e Multidões*, Lisboa, Bertrand, *apud* Peña-Rodríguez, A. (2012), “Tudo pela nação, nada contra a nação: Salazar, the creation of the Department of National Propaganda and

- Censorship*”, *Hispania* (Online), Vol. 72, Issue 270, 177-204. Disponível em uma base de dados B-On.
- Finch, Lynette (2000), “Psychological Propaganda: The War of Ideas on Ideas During the First Half of the Twentieth Century”, *Armed Forces & Society* (Online), 26, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Fitzpatrick, Kathy (2008), “United States Information Agency Alumni Association Survey”, consultado em 24.02.19. Disponível em: <http://www.publicdiplomacy.org/Fitzpatrick2008.pdf>
- Fosler-Lucier, Danielle (2012), “Music Pushed, Music Pulled: Cultural Diplomacy, Globalization, and Imperialism”, *Diplomatic History* (Online), 36, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Fulbright, J. William (2011), *The Arrogance of Power*. New York, Random House Publishing Group.
- Freeland, R. M. (1989), “The Truman Doctrine and the Origins of McCarthyism: Foreign Policy, Domestic Policy and Internal Security, 1946-48”, *New York University Press* apud Guth, D. W. (2002), “From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search for the Real “Voice” of America”, *American Journalism*, (Online) 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gaddis, John L., (1972), *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, Nova Iorque, Columbia University Press, p. 361, apud Rodrigues, Luís N., (2004), "O debate sobre as origens da Guerra Fria", Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa", Abril de 2010, (Online), consultado em 15.05.18 Academia.Edu. Disponível em: https://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria.
- Gaddis, John L. (1983), “The Emerging Post-Revisionist Thesis on the Origins of the Cold War”, *Diplomatic History*, 7, 171-190, apud Leffler, M., Painter, D. (Eds.), (2005), *Origins of the Cold War: An international history* (2ª ed). London, Routledge.
- Gaddis, John L., (1994), “The Tragedy of Cold War History”, *Foreign Affairs* (Online), Vol. 73 Issue 1, p142-154. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Gaddis, John L. (1997), *We Now Know: Rethinking Cold War History*, Nova York, Oxford University Press.
- García, Oscar J. M. (2013), “A Complicated Mission: the United States and the Spanish Students during the Johnson Administration”, *Cold War History* (Online), 13 (3), 311-329. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gedmin, Jeffrey (2012), “Turn Your Radio On”, *American Interest*, (Online) Vol. 8 Issue 1, Color Photographs. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gemelli, Giuliana (1995), “American Influence on European Management Education: The Role of the Ford Foundation”. Florence, European University Institute, apud Gómez-Escalonilla, L.D. (2014). “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica)”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Gerits, Frank (2014), “Taking off the Soft Power Lens. The United States Information Service in Cold War Belgium (1950-1958)”, *Journal of Belgian History* (Online), XLII, 4. Disponível em: <https://www.journalbelgianhistory.be/en/journal/belgisch-tijdschrift-voor-nieuwste-geschiedenis->

xlii20124/taking-soft-power-lens-united.

- Gienow-Hecht, J. C. E. (2000), “Shame on US? Academics, Cultural Transfer, and the Cold War”. *Diplomatic History* (Online), 24, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gienow-Hecht, J. C. E. (2006), “Always Blame the Americans: Anti-Americanism in Europe in the Twentieth Century”, *American Historical Review* (Online), 111, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gilboa, Eytan, (2008), “Searching for a Theory of Public Diplomacy”, *Annals of the American Academy of Political & Social Science* (Online), Vol. 616, Issue, p55-77. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Gómez-Escalonilla, L. D. (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), Vol. 40, 277-301. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Graham, S. E., (2006), “The (Real)politics of Culture: U.S.Cultural Diplomacy in UNESCO, 1946-1954”, *Diplomatic History*, Vol. 30, nº 2, 231-251. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Gramsci, Antonio (1971), “Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci”, Traduzido por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell-Smith, Nova York, International Publishers, *apud* Izadi, Foad (2016), “US Public Diplomacy: A Theoretical Treatise”, *The Journal of Arts Management, Law and Society* (Online), 46, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gray, B. (1999), *The nervous liberals: Propaganda anxieties from World War I to the Cold War*, Nova York, Columbia University Press, *apud* Guth, David W. (2009), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management* (Online), 14, 3-4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Green, F. (1988), *American propaganda abroad*, Nova York, Hippocrene.
- Green, F. (1988), *American propaganda abroad*, Nova York, Hippocrene, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), “Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication* (Online), 60, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Green, F. (1988), *American propaganda abroad*, Nova York, Hippocrene, *apud* Guth, David W. (2002), “From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search for the Real “Voice” of America”, *American Journalism*, (Online), 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Green, F. (1988), *American propaganda abroad*. New York: Hippocrene, *apud* Guth, David W. (2009), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management*, (Online), 14, 3-4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Gregory, B. (2008), “Public diplomacy: Sunrise of an academic field”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Groome, F. (2015), “Harry S. Truman and the errand of sacrifice: 1945–1953”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online), 13, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Guth, David W. (2002), “From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search for the Real “Voice” of America”, *American Journalism* (Online), 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Guth, David W. (2008), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda

- versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management*, (Online), 14, 3-4. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Haefele, M. (2001), “John F. Kennedy, USIA, and world public opinion”, *Diplomatic History* (Online), Vol. 25, Issue 1, 63-84. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Hager, Robert P. (2007), “Odd Arne Westad: The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times”, *Democracy & Security* (Online), 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Harris, G. S. (1972), “Troubled Alliance: Turkish-American Problems in Historical Perspective, 1945-1971”, *Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research*, *apud* Pakin, Esra (2008), “American Studies in Turkey during the “Cultural” Cold War”, *Turkish Studies* (Online), 9, 3. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Hart, Justin (2013), “Empire of Ideas: The Origins of Public Diplomacy and the Transformation of U.S. Foreign Policy”, *New York: Oxford University Press*, 112–116, *apud* Rider, Toby C. (2016), “”A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Hausrath, D.C. (1981), “United States International Communication Agency”, *Encyclopedia of Library and Information Science*, 32, Kent, A., Lancour, H., Daily, J. E. (Eds.), New York, NY: Marcel Dekker, Inc., *apud* Mizrachi, Diane (2015), “The Rise and Demise of the United States Information Agency”, *Libraries Introduction* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*
- Heath, Jim F., (1969), *John F. Kennedy and the Business Community*. The University of Chicago Press, 198, *apud* Angelo, Anne-Marie & Davies, Tom A., (2015) “American business can assist [African] hands:” the Kennedy administration, US corporations, and the cold war struggle for Africa. *The Sixties*, 8:2, 156-178. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Heiss, M. A. (2015), “Exposing “Red Colonialism”: U.S. Propaganda at the United States, 1953-1963”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 17, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Henderson, J. W. (1969), *The United States Information Agency*, Nova York, Frederick A. Praeger.
- Henderson, John W. (1969), *The United States Information Agency*, Praeger Library of U.S. Government department and agencies, 14 *apud* Sussman, Jody (1973), “United States Information Service Libraries. Occasional Papers Number 111”. Illinois University, Urbana, *Graduate School of Library Science* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Herman, E. S. e Chomsky, N. (1988), *Manufacturing consent: The political economy of mass Media*, Nova York, Pantheon Books, *apud* Gregory, B. (2008), “Public diplomacy: Sunrise of an academic field”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online) 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Hitchcock, William I. (2006), “Odd Arne Westad: The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times” (book review), *History: Reviews of New Books* (Online), 34, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Hixson, W. L. (1997), “Parting the Curtain: Propaganda, Culture, and the Cold War, 1945-1961”, Nova York, *St. Martin's Press*, *apud* Coleman, David G. (2000), “Eisenhower and the Berlin problem, 1953-

- 1954”, *Journal of Cold War Studies* (Online), Vol. 2, No.1, 3–34. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Holland, Max (1993), “Cuba, Kennedy and the Cold War. (cover story)”, *Nation* (Online), Vol. 257, Issue 18, 649-656, Cartoon or Caricature. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Hollander, Paul (1995), *Anti-Americanism: Irrational and Rational*. New Brunswick, N.J., 384, *apud* Gienow-Hecht, J. C. E., (2006), “Always Blame the Americans: Anti-Americanism in Europe in the Twentieth Century”, *American Historical Review* (Online), 111, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Howard, Toni (1960), “The World's Most Durable Dictator”, *Saturday Evening Post* (Online), 232, 41. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Izadi, Foad, (2016), “US Public Diplomacy: A Theoretical Treatise”, *The Journal of Arts Management, law and Society*, 46:1,13-21. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Jarvie, I. C. (1992), *Hollywood's Overseas Campaign: The North Atlantic Movie Trade, 1920-1950*, Nova York, Cambridge University Press.
- Jarvie, I. C. (1992), *Hollywood's Overseas Campaign: The North Atlantic Movie Trade, 1920-1950*, Nova York, Cambridge University Press, *apud* Gómez-Escalonilla, L.D. (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica) ”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Jiménez, F.J.R., (2010), “Controversies of the cultural cold war. A reflection on the American studies, 1945-1975”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), Vol. 36, 79-102. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Johnson, W, Colligan, F. J. (1965), *The Fulbright Program*, University of Chicago Press, *apud* Bettie, Molly (2015), “Ambassadors unaware: the Fulbright Program and American public diplomacy”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Joint Chiefs of Staff, (2007), *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms, Joint Publication 1-02* (Washington: Department of Defense), 430, *apud* Murphy, Dennis M.; White, James F., (2007), “Propaganda: Can a Word Decide a War?” *Parameters: U.S. Army War College* (Online), 37, 3. Disponível em uma Base de dados: *EBSCOhost*.
- Joseph, Franz M. (1959), *As Others See Us. The United States Through Foreign Eyes*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, *apud* Gienow-Hecht, J. C. E., (2000), “Shame on US? Academics, Cultural Transfer, and the Cold War”, *Diplomatic History* (Online), 24, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Jowett, G. S., e O'Donnell, V. (2006), *Propaganda and Persuasion*, 4ª ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, *apud* Guth, David W. (2009), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management*, (Online), 14, 3-4. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Jowett, Garth S. (2009), “The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945-1989”, *Historical Journal of Film, Radio and Television* (Online), Vol. 29

- Issue 1, p129, 4 p. Disponível em uma base de dados: *Scopus*
- Kaplan, Lawrence (2007), “NATO 1948. The Birth of the Transatlantic Alliance”, New York: Rowman & Littlefield, 172–77, *apud* Marcos, Daniel (2014), “Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for Portuguese-American relations in early Cold War (1949-1957)”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online), Vol. 12, Issue 3, 324-341. Disponível em uma base de dados *B-On*.
- Karl, Barry (1997), “Philanthropy and the Maintenance of Democratic Elites”, *Minerva*, Vol. 35, 207–220, *apud* Scott-Smith, G. (2014), “Maintaining Transatlantic Community: US Public Diplomacy, the Ford Foundation and the Successor Generation Concept in US Foreign Affairs, 1960s–1980s”, *Global Society: Journal of Interdisciplinary International Relations* (Online), 28, 1. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Kazbekova, D.S. (2013), “The role of state foreign cultural policy and public diplomacy in realizing foreign policy strategy”, *Middle East Journal of Scientific Research* (Online), vol. 16, nº 3, págs. 407-410. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Kennan, G. F. (1946), *The Long Telegram*, *apud* Groome, F., (2015) “Harry S. Truman and the errand of sacrifice: 1945–1953”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online), 13, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Kennedy, D. M. (1980), “Over Here: The First World War and American Society”, Oxford University Press, *apud* Guth, David W. (2002), “From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search, for the Real “Voice” of America”, *American Journalism*, (Online), 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Koppes, C. R., Black, G. D. (1988), *Hollywood Goes to War. How Politics, Profits and Propaganda Shaped World War II Movies*, London, IB Tauris.
- Koppes, C. R., Black, G. D. (1988), *Hollywood Goes to War. How Politics, Profits and Propaganda Shaped World War II Movies*, London, IB Tauris, *apud* Gómez-Escalonilla, L.D. (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica)”, *Revista Complutense de Historia de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F. (1999), “Radio's Cold War Sleight of Hand: The Voice of America and Republican dissent, 1950-1951”, *Historical Journal of Film, Radio and Television* (Online), 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F., (2000), “The Voice of America and the Domestic Propaganda Battles, 1945-1953”. Columbia, *University of Missouri Press*. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F., (2000), “The Voice of America and the Domestic Propaganda Battles, 1945-1953”. Columbia, *University of Missouri Press*, *apud* Mayer, Michael S. (2001), “History: Review of New Books”, *Taylor & Francis Ltd*, (Online), 29, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F., (2000), “The Voice of America and the Domestic Propaganda Battles, 1945-1953”. Columbia, *University of Missouri Press*, *apud* Rider, Toby C. (2016), “A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F. (2000), “The Voice of America and the Domestic Propaganda Battles, 1945-1953”. Columbia,

- University of Missouri Press, apud Yarrow, Andrew L. (2009), *Selling a New Vision of America to the World: Changing Messages in Early U.S. Cold War Print Propaganda* (Online). *Journal of Cold War Studies*, 11, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Krugler, D. F. (2008), "Total Cold War: Eisenhower's Secret Propaganda Battle at Home and Abroad" (book review), *Journal of Cold War Studies* (Online), 10, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Lasswell, H. (1958), *Politics: Who gets what, when, how, with postscript*, Cleveland, Meridian Books, apud, Gregory, B. (2008), "Public diplomacy: Sunrise of an academic field", *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Lasswell, H. (2015), *Propaganda Technique in the World War*, Coachwhip Publications, 1ª edição 1927, apud Finch, L. (2000), "Psychological Propaganda: The War of Ideas on Ideas During the First Half of the Twentieth Century", *Armed Forces & Society* (Online), 26, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Leal, E. Castro (2015), "Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)", *História Crítica* (Online), 56. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Lebovic, S. (2013), "From War Junk to Educational Exchange: The World War II Origins of the Fulbright Program and the Foundations of American Cultural Globalism, 1945–1950", *Diplomatic History* (Online), 37, 2, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Leffler, M. e Westad, O. (Eds.), (2010), *The Cambridge History of the Cold War*, Vol. I, Cambridge: Cambridge University Press.
- Leffler, M., Painter, D. (Eds.), (2005), *Origins of the Cold War: An international history* (2ª ed). London, Routledge.
- Leonard, M. (2002), "Diplomacy by Other Means". *Foreign Policy* (Online), 132. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- León-Aguinaga, P. (2015), "The Trouble with Propaganda: the Second World War, Franco's Spain, and the Origins of US Post-War Public Diplomacy", *The International History Review* (Online), 37, 2. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Lerner, Max (2011), *America as a Civilization: Life and Thought in the United States Today*, New York, Simon and Schuster, 1. x.
- Lord, Carnes, (1998), "The past and future of public diplomacy", *Orbis* (Online), Vol. 42, Issue 1, 49. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Lourenço, Eduardo (2001), *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, 2.ª ed., Lisboa: Gradiva, 2 pp., 33-34.
- Lundestad, G. (1986), "Empire by invitation in the American Century", *Diplomatic History* (Online), 23, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Lundestad, Geir (2000), "How (Not) to Study the Origins of the Cold War", Westad, O. (ed.), "Reviewing the Cold War: Approaches, Interpretations, Theory", *Londres*, apud Rodrigues, Luís N. (2004), "O debate sobre as origens da Guerra Fria", Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa", abril de 2010, (Online), Academia.Edu, consultado em 28.05.2018. Disponível

em:https://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria.

- Lundestad, G. (2018), *International Relations since 1945: East, West, North, South*, Los Angeles, Sage Publications Ltd.
- Lyons, Terrence (1994), “Keeping Africa off the Agenda”, Warren Cohen e Nancy Bernkopf Tucker (eds), *Lyndon Johnson Confronts the World. American Foreign Policy, 1963-1968*, Cambridge, Cambridge University Press, apud Rodrigues, Luís Nuno (coord.), “Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no século XX”, *Ler História*, 52, Parte II.
- Maack, M. N. (2001), “Books and Libraries as Instruments of Cultural Diplomacy in Francophone Africa during the Cold War”, *Libraries & Culture* (Online), 36, 1. Disponível em uma base de dados: B-on.
- Macekura, Stephen (2013), “The Point Four Program and U. S. International Development Policy”, *Political Science Quarterly* (Wiley-Blackwell), Vol. 128 Issue 1, 127-160. Disponível em uma base de dados: B-on.
- Macmahon, A. W. (1972), *Memorandum on the Postwar International Information Program of the United States*, Nova York, apud Gienow-Hecht, J. C. E. (2000), “Shame on US? Academics, Cultural Transfer, and the Cold War”, *Diplomatic History* (Online), 24, 3. Disponível em uma Base de dados: B-On.
- Maddux, Thomas R., (1999), Review of Zubok, Vladislav; Pleshakov, Constantine, “Inside the Kremlin’s Cold War: From Stalin to Khrushchev”, H-Diplo, H-Net Reviews Humanities & Social Sciences Online, consultado em 16.09.17. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=3262>
- Magalhães, J. Calvet de (1996), *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa, IEEI, apud Rodrigues, Luís N. (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Magalhães, F. A. (2006), “Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: As origens de uma política falhada”, Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Marchi, Riccardo (2008), “Ai Confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)”, *Análise Social* (Online), 43, 187. Disponível em uma Base de dados: B-On.
- Marcos, Daniel (2011), “Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas”, *Relações Internacionais (RI)*, 30, 05-20, Lisboa, IPRI-UNL e Tinta da China. Disponível em uma Base de dados: B-On.
- Marcos, Daniel (2014), “Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for Portuguese-American relations in early Cold War (1949-1957)”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online), Vol. 12, Issue 3, 324-341. Disponível em uma base de dados B-On.
- Matos, Helena (2010), *Salazar, A Construção do Mito (1928-1933)*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, Lisboa apud Peña-Rodrigues, Alberto (2013), “Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda”, *Journal of Spanish Cultural Studies* (Online), 14, 1. Disponível em uma Base de dados: B-On.
- Mayer, Michael S. (2001), “History: Review of New Books”, *Taylor & Francis Ltd*, (Online), 29, 2. Disponível em uma Base de dados: B-On.

- Melo, Daniel (2010), *O essencial sobre a cultura popular no Estado Novo*, Coimbra, Angelus Novus *apud* Pinto, A. Costa, Carvalho, R. A.(2018), “The Everyman of the Portuguese New State during the fascista era”, *Bloomsbury Publishing* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Meneses, F. Ribeiro de (2010), *Salazar-Uma Biografia Política*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Meneses, F. Ribeiro de (2010), *Salazar-Uma Biografia Política*, Lisboa, Publicações D. Quixote, *apud* Rodrigues, Luís N. (2013), “Salazar: A Political Biography”, *Luso-Brazilian Review* (Online), 50, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Meneses, F. Ribeiro (2013), “Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa”. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Merson, M. (1955), *The private diary of a public servant*, Nova York, The Macmillan Company, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), ““Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication* (Online), 60,2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Mertz, G., Lieber, C. M. (1991), “Conflict in context: Understanding local to global security”. Cambridge, *MA: Educators for Social Responsibility*, *apud* Guth, David W. (2009), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management* (Online), 14, 3-4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Metzgar, Emily T. (2012), “Public Diplomacy, Smith-Mundt and the American Public”, *Communication Law & Policy*, Vol. 17 Issue 1, 67-101. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1967 e 1968), *Vinte Anos de Defesa do Estado Português na Índia (1947-1967)*, II, III e IV, Lisboa.
- Mistry, Kaeten, (2011), “Political Warfare against the Kremlin: US and British Propaganda Policy at the Beginning of the Cold War”, *Journal of Transatlantic Studies* (Online), Vol. 9 Issue 2, 176-178. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Mizrachi, Diane (2015), “The Rise and Demise of the United States Information Agency”, *Libraries Introduction* (Online). Disponível em uma Base de dados: *ucla.edu*.
- Mock, J. R., Larson C. (1939), “Words That Won the War: The Story of the Committee on Public Information, 1917-1919”, Princeton, *Princeton Univ. Press*, *apud* Murphy, Dennis M., White, J. F., (2007), “Propaganda: Can a Word Decide a War?” *Parameters: U.S. Army War College* (Online), 37, 3. Disponível em uma Base de dados: *EBSCOhost*.
- Murphy, D. M. White, J. F. (2007), “Propaganda: Can a Word Decide a War?” *Parameters: U.S. Army War College* (Online), 37, 3, p15. Disponível em uma Base de dados: *EBSCOhost*.
- Nelson, R. A. (1996), “A chronology and glossary of propaganda in the United States”, Westport, Greenwood Press, *apud* Guth, David W. (2009), “Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy”, *Journal of Promotion Management*, (Online), 14:3-4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Neto, Sérgio (2010), *recensão a Pinto, Rui Pedro (2008), “Prémios do espírito – Um Estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo”*, Lisboa, Imprensa de Ciências

- Sociais, em *Revista Estudos do Século XX*, (Online), 10, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Nilsson, Mikael (2012), “American Propaganda, Swedish Labor, and the Swedish Press in the Cold War: The United States Information Agency (USIA) and Co-Production of U.S. Hegemony in Sweden during the 1950s and 1960s”, *The International History Review* (Online), Vol. 34, No. 2, 315–345. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*
- Ninkovich, F. A. (1981), “The Diplomacy of Ideas: U. S. Foreign Policy and Cultural Relations, 1938-1950”. Cambridge: Cambridge University Press, (Online), 5, 3, *apud* Yarrow, Andrew L., (2009), “Selling a New Vision of America to the World: Changing Messages in Early U.S. Cold War Print Propaganda”. *Journal of Cold War Studies*, (Online), 11, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Ninkovich, F. A. (1996), “US Information Policy and Cultural Diplomacy”, *Headline Series no. 308*, Nova York, *apud* Scott-Smith, Giles (2007), “The Ties that Bind: Dutch-American Relations, US Public Diplomacy and the Promotion of American Studies since the Second World War”, *The Hague Journal of Diplomacy* (Online), 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal 1933:1974*, Porto, Livraria Civilização, II Suplemento, Edição Monumental.
- Noer, J. Thomas (1985), “Cold War and Black Liberation: The United States and White Rule in Africa, 1948- 1968”, Columbia, University of Missouri Press, *apud* Rodrigues, Luís Nuno (2006), “A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o “Plano Anderson”, Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Nye, J.S., Jr. (2004b), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Nova York: Public Affairs.
- Nye, J.S., Jr. (2004a), *Understanding International Conflicts*, Nova York, Longman Classics.
- Nye, J. S., Jr. (2005), *O Paradoxo do Poder Americano: Por Que é Que a Única Superpotência Mundial não pode actuar Isoladamente?* Lisboa, Gradiva.
- Nye, J. S., Jr. (2008), “Public Diplomacy and Soft Power”, *Annals of the American Academy of political and Social Science*(Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Office of the Federal Reg. (1960), “Public Papers of the President of the United States: Dwight D. Eisenhower”, *apud* Weston Sager (2015), “Apple Pie Propaganda? The Smith-Mundt Act Before and After the Repeal of the Domestic Dissemination Ban”, *Northwestern University Law Review* (Online), 109, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Oliveira, Pedro Aires (2007), “O roubo das Almas: Salazar a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)”, *Análise Social* (Online), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 185. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Osgood, Kenneth A. (2000), “Form before Substance: Eisenhower's Commitment to Psychological Warfare and Negotiations with the enemy”, *Diplomatic History*, (Online), Vol. 24 Issue 3, 405. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Osgood, Kenneth A. (2002), “Hearts and Minds: The Unconventional Cold War”, *Journal of ColdWar Studies* (Online), 4, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Osgood, Kenneth A. (2006) “Total Cold War”, University of Kansas, Biography & Autobiography, *apud* Belmonte, Laura A. (2008), *Selling the American Way: U.S. Propaganda and the Cold War*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Osgood, Kenneth A. (2006) “Total Cold War”, University of Kansas, Biography & Autobiography, *apud* Corke, Sarah-Jane (1997) “Bridging the gap: Containment, covert action and the search for the missing link in American Cold War policy, 1948–1953”, *Journal of Strategic Studies* (Online), 20, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Osgood, Kenneth A. (2006) “Total Cold War”, University of Kansas, Biography & Autobiography, *apud* Nilsson, Mikael (2012), “American Propaganda, Swedish Labor, and the Swedish Press in the Cold War: The United States Information Agency (USIA) and Co-Production of U.S. Hegemony in Sweden during the 1950s and 1960s”, *The International History Review* (Online), Vol. 34, No. 2, 315–345. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Pacheco, Carneiro (1935), *O Retrato do Chefe*, Lisboa, União Nacional, *apud* Leal, E. Castro (2015), “Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)”, *História Crítica* (Online), 56. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Painter, D. e Leffler, M. (eds.), (2005), *Origins of the Cold War: An international history* (2ª ed). London, *Routledge*.
- Pakin, Esra (2008), “American Studies in Turkey during the “Cultural” Cold War”, *Turkish Studies* (Online), 9, 3. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Palmer e Carter, (2006), “The Smith-Mundt Act’s Ban on Domestic Propaganda: An Analysis of the Cold War Statute Limiting Access to Public Diplomacy”, *Communication Law and Policy* (Online), 11, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Pamment, J., (2014), “Articulating influence: Toward a research agenda for interpreting the evaluation of soft power, public diplomacy and nation brands ion brands”, *Public Relations Review* (Online), Vol. 40, Issue 1, 50-59. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Parmar, Inderjeet (2012), “Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power”, *New York: Columbia University Press*, *apud* Scott-Smith, G. (2014), “Maintaining Transatlantic Community: US Public Diplomacy, the Ford Foundation and the Successor Generation Concept in US Foreign Affairs, 1960s–1980s”, *Global Society: Journal of Interdisciplinary International Relations* (Online), 28, 1. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Parmar, Inderjeet (2014), “American Power and Philanthropic Warfare: From the War to End All Wars to the Democratic Peace”, *Global Society* (Online), 28, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Parry-Giles, Shawn J. (1992), “Exporting America’s Cold War Message: The Debate Over America’s First Peacetime Propaganda Program, 1947-1953”. Tese de Doutorado, Departamento de Comunicação Oral, Bloomington, Indiana, Indiana University.
- Parry-Giles, Shawn J. (1994), “Rhetorical Experimentation and the Cold War, 1947–1953: The Development of An Internationalist Approach to Propaganda”, 80 Q. J. OF SPEECH, *apud* Palmer e Carter, (2006), “The Smith-Mundt Act’s Ban on Domestic Propaganda: An Analysis of the Cold War

- Statute Limiting Access to Public Diplomacy”, *Communication Law and Policy* (Online), 11, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Parry-Giles, Shawn J. (1996), ““Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”. *Western Journal of Communication*, (Online), 60, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Paterson, Thomas G. e McMahon, Robert J., (eds), (1991), *The Origins of the Cold War*, 3rd Edition, Lexington, D.C. Heath and Company, 35 e ss., *apud* Rodrigues, Luís N., (2004), "O debate sobre as origens da Guerra Fria", Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa", Abril de 2010, (Online), consultado em 15.05.18 Academia.Edu. Disponível em: https://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria.
- Paulo, Heloisa (1994), *Estado Novo*, Coimbra, Edições Minerva, *apud* Peña-Rodrigues, Alberto (2013), “Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda”, *Journal of Spanish Cultural Studies* (Online), 14, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Paulu, Burton (1953), “The Smith-Mundt Act: A Legislative History”, *Journalism Quarterly* 300. Disponível em uma Base de dados: *SAGE Journals*.
- Pells, Richard (1997), *Not like us*, Nova York, Basic Books, *apud* Nye, J. S., Jr. (2008), “Public Diplomacy and Soft Power”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Peña-Rodriguez, A. (2012), “Tudo pela nação, nada contra a nação: Salazar, the creation of the Department of National Propaganda and Censorship”, *Hispania* (Online), Vol. 72, Issue 270, 177-204. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Peña-Rodrigues, Alberto (2013), “Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda”, *Journal of Spanish Cultural Studies* (Online), 14, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Pinto, A. Costa (2007), “O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em *O Corporativismo em Português*, Civilização Brasileira(Online). Disponível em uma Base de dados: *ResearchGate*.
- Pinto, A. Costa e Carvalho, R. Almeida (2018), “The Everyman of the Portuguese New State during the fascista era”, *Bloomsbury Publishing* (Online). Disponível em uma Base de dados *B-On*.
- Powers, Shawn, e Eytan Gilboa (2007), “The public diplomacy of Al Jazeera”, *New media and the new Middle East* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Price, H. B. (1955), “The Marshall Plan and its meaning”, Nova York, Cornell University Press, *apud* Parry-Giles S. J. (1996), ““Camouflaged” propaganda: The Truman and Eisenhower administrations’ covert manipulation of news”, *Western Journal of Communication* (Online), 60, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Ribeiro, Nelson (2014), “Broadcasting the Portuguese Empire in Africa: Salazar’s singular broadcasting policy”, *Critical Arts: A South-North Journal of Cultural & Media Studies* (Online), 28, 6. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Rider, Toby C. (2016), “”A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Rietzler, K. (2011), “Before the Cultural Cold War: American philanthropy and cultural diplomacy in the inter-war years”, *Historical Research* (Online), Vol. 84, nº 223, 148-164. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Risen, Clay (2014), “The Shrinking of Lyndon Johnson”, *New Republic*(Online), 245, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Robbins, Louise S. (2007), “Publishing American Values: The Franklin Book Programms as Cold War Cultural Diplomacy”, *The Board of Trustees* (Online), University of Illinois, 55, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Roberts, Walter R. (2005), “Inventing Public Diplomacy: The Story of the US Information Agency” (book review), *Mediterranean Quarterly* (Online), 6, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Roberts, W.R., (2006), “The evolution of diplomacy”, *Mediterranean Quarterly* (Online), Vol. 17, Issue 3, Pages 55-64. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Roberts, W. R. (2007), “What is public diplomacy? Past practices, present conduct, possible future“, *Mediterranean Quarterly* (Online), Vol. 18, Issue 4, 36-52. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Rodrigues, Luís N. (1996), *A Legião Portuguesa: A Milícia do Estado Novo. 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rodrigues, Luís Nuno (2000), “As Negociações Que Nunca Acabaram, a renovação do acordo das Lages em 1962”, *Penólope*, 22, pp. 3-70.
- Rodrigues, Luís N., (2002), *Kennedy-Salazar: a crise de uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Rodrigues, Luís N., (2004), "O debate sobre as origens da Guerra Fria", Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa", Abril de 2010, (Online), consultado em 15.05.18 Academia.Edu. Disponível em:
https://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria.
- Rodrigues, Luís N. (ed.) (2006), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Rodrigues, Luís N. (2006), “A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o “Plano Anderson”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Rodrigues, Luís N., (editor literário) (2008), *Franklyn Roosevelt e os Açores nas duas guerras mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Rodrigues, Luís N. (2013), “Salazar: A Political Biography”, *Luso-Brazilian Review* (Online), 50, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Rodrigues, Luís N. (2018), “Establishing a “Cultural Base”? The Creation of the Fulbright Program in Portugal”, Routledge/Taylor and Francis, *The International History Review* (Online), 40:3, 683-697. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Rollo, Maria Fernanda, (1994), “Portugal e o Plano Marshall: História De Uma Adesão a Contragosto (1947-1952).” *Análise Social* (Online), Vol. 29, no. 128, 841-869. Disponível em uma Base de dados: *JSTOR Arts & Sciences II*.
- Romero, Frederico (2014), “Cold War historiography at the crossroads”, *Cold War History* (Online), 14, 4. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Rosas, Fernando (2015), *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China.
- Rostow, Walt W., (1960), *The United States in the World Arena*, Center for International Studies, M.I.T., Harper & Row Publishers, *apud* Rodrigues, Luís N., (2004), "O debate sobre as origens da Guerra Fria", Comunicação apresentada no Seminário "As Crises da Guerra Fria na Ásia e na Europa", Abril de 2010, (Online), consultado em 15.05.18 Academia.Edu. Disponível em: https://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria.
- Sager, W. R. (2015), “Apple Pie Propaganda? The Smith-Mundt Act before and after the repeal of the domestic dissemination ban”, *Northwestern University Law Review* (Online), 109, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Sá, Tiago Moreira de (2016), “Os Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o retraimento americano / United States and the Azores: the Lajes Base and the American retranchment”, *Relações Internacionais (R:I)*, pp. 57-74, IPRI-UNL.
- Salazar, A. Oliveira (1945), “A Embaixada da Colónia Portuguesa no Brasil e a nossa Política Externa,” *Discursos e Notas Políticas. II. 1935-1937*, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, *apud* Pinto, A. C., Carvalho, R. A. (2018), “The Everyman of the Portuguese New State during the fascista era”, *Bloomsbury Publishing*, (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Salazar, A. Oliveira (1949), “O Meu Depoimento”. Speech to Second Conference of União Nacional. Lisboa, 9, *apud* Corkill, David; Almeida, J. C. P., (2009), “Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940”. *Journal of Contemporary History* (Online), 44, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Saunders, Frances S. (2000), “The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters”, *Publishers Weekly* (Online), Vol. 247, Issue 8, 74. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Schoenfeld, Gabriel (1997), “We Now Know: Rethinking Cold War History” (book review), *Commentary Inc.* (Online), 104, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Schwenk, Melinda M. (1999), “Reforming The negative through History: The U.S. Information Agency and the 1957 Little Rock Integration Crisis”. *Journal of Communication Inquiry* (Online), 23, 3. Disponível em uma Base de dados: *SAGE Journals*.
- Scott-Smith, G. (2014), “Maintaining Transatlantic Community: US Public Diplomacy, the Ford Foundation and the Successor Generation Concept in US Foreign Affairs, 1960s–1980s”, *Global Society: Journal of Interdisciplinary International Relations* (Online), 28, 1. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.

- Scott-Smith, G. (2007), “The Ties that Bind: Dutch-American Relations, US Public Diplomacy and the Promotion of American Studies since the Second World War”, *The Hague Journal of Diplomacy*(Online), 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Scott-Smith, Giles (2006), “The US State Department's Foreign Leader Program in France During the Early Cold War”, *Revue française d'études américaines*. (Online). Disponível em uma Base de dados: *ResearchGate*.
- Scott-Smith, G., Krabbendam, H. (eds.) (2003), *The Cultural Cold War in Western Europe, 1945-1960*, Londres, Frank Cass, *apud* Gómez-Escalonilla, L.D. (2014). “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica)”, *Revista Complutense de história de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Secretariado Nacional de Informação (1948), *Catorze Anos de Política do Espírito*. Lisboa, *apud* Corkill, David e Almeida, José Carlos Pina (2009), “Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The Mundo Português Exposition of 1940”, *Journal of Contemporary History* (Online), 44, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Sem Autor (1952), “Memorandum for the Deputy Director of Plans on the Draft Proposal Program and Project Clearance Procedures”, TL, PSB, caixa 13, *apud* Corke, SarahJane, (1997) “Bridging the gap: Containment, covert action and the search for the missing link in American Cold War policy, 1948–1953”. *Journal of Strategic Studies* (Online), 20, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-on*.
- Sem Autor, “The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Sem Autor (1949), “First Semi-annual Report by the US Advisory Commission on Information to the Congress”(Online), U.S. Department of State, consultado em 20.10.2016. Disponível em: <https://www.state.gov/pdcommission/reports/174020.htm>.
- Sem Autor (1954), “US Information Agency First Review of Operations August-December 1953”, pp 24-25 e “3rd Review of Operations July-December 1954” (1955), p 38, RG. 306, UD-WW 287, Caixa 8 *apud* Frank Gerits, (2014), “*Taking off the Soft Power Lens. The United States Information Service in Cold War Belgium (150-1958)*”, *Journal of Belgian History* (Online), XLII,4, consultado em 23.10.18. Disponível em: <https://www.journalbelgianhistory.be/en/journal/belgisch-tijdschrift-voor-nieuwste-geschiedenis-xlii20124/taking-soft-power-lens-united>.
- Sem Autor (1955), “Letter From the Chief of the Office and Research and Intelligence, U.S. Information Agency (Loomis) to the Country Public Affairs Officer at the Embassy in South Africa (Graves)” – Washington, Office of the Historian, Foreign Relations of the United States, 1950-1955, *The Intelligence Community*, consultado em 18.04.2018. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d226>.
- Sem Autor, (1958), “Eisenhower’s remarks”, *The New York Times*, p. 8., *apud* Wang, Jian (2007) “Telling the American story to the world: The purpose of U.S. Public diplomacy in historical perspective”. *Public Relations Review* (Online), 33, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Sem Autor, (1961), “American Studies Abroad: The Role of the Educational Exchange Program of the Department of State”, Archive of the Bureau of Educational and Cultural Affairs, Group IV, Series 7, Caixa 166, Pasta 10, Special Collections, University of Arkansas.
- Sem Autor (1961-1963), Foreign Relations of the United States (FRUS), US Government Printing Office, XIII, pp 901-902.
- Sem Autor (2006), “The Flint Sit-Down Strike Audio Gallery”, *Journal of American History* (Online), 93, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Shulman, Holly Cowan (1990), *The Voice of America. Propaganda and Democracy, 1941-1945*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Shulman, Holly Cowan (1990), *The Voice of America. Propaganda and Democracy, 1941-1945*, Madison, University of Wisconsin Press, *apud* Gómez-Escalonilla, L.D. (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica) ”, *Revista Complutense de História de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Smith, Paul A., Jr. (1989), *On political war*, Washington, DC: National Defense University Press, *apud* Gregory, B. (2008), “Public diplomacy: Sunrise of an academic field”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Snow, Nancy (1998), “The Smith-Mundt Act of 1948”, *Peace Review* (Online), Vol. 10 Issue 4, 619. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- Snow, Nancy, (2008), “International Exchanges in the U.S. Image”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, Issue 1, 198-222. Disponível em uma Base de dados: *Scopus*.
- Snyder, D.J., (2013), “Domesticity, rearmament, and the limits of U.S. public diplomacy in the Netherlands during the early Cold War”, *Journal of Cold War Studies* (Online), Vol. 15, Issue 3, 47-75. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Solta, Lemos (1941), “Discurso do Director da Sala Salazar, o aluno da universidade, Lemos Solta,” *A Universidade na Revolução* (Lisbon: União Nacional), *apud* Pinto, A. Costa, Carvalho, R. A (2018), “The Everyman of the Portuguese New State during the fascista era”, *Bloomsbury Publishing*, (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Sorensen, Thomas C., (1968), “The World War: The Story of American Propaganda”. *New York : Harper & Row*, xi, 337, *apud* Haeefe, Mark (2001), “John F. Kennedy, USIA, and World Public Opinion”, *Diplomatic History*(Online), Vol. 25 Issue 1. Disponível em uma base de dados: *Academic Search Complete*.
- Stonor, Frances S. (1999), “The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters”. Nova York, The New Press, *apud* Osgood, Kenneth A., (2002), “Hearts and Minds: The Unconventional Cold War”, *Journal of ColdWar Studies* (Online), 4, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Sun, Henry H., (2008), “International political marketing: a case study of United States soft power and public diplomacy”, *Journal of Public Affairs* (Online), Vol. 8 Issue 3, p165-183. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Sussman, Jody (1973), “United States Information Service Libraries. Occasional Papes Number 111”, Illinois University, Urbana, *Graduate School of Library Science* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Taylor, P. M. (2003), *Munitions of the mind*, Manchester, UK, Manchester University Press, *apud Gregory, B.* (2008), “Public diplomacy: Sunrise of an academic field”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* (Online), 616, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Teixeira, Nuno Severiano (2011), “Portugal e a NATO: 1949-1999”, *Instituto da Defesa Nacional* (Online), 2ª Série, Nº 89. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Teixeira, Nuno Severiano (2006), “Portugal, a Europa e os Estados Unidos: uma perspetiva histórica”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As relações luso-americanas no século XX*, Lisboa: FLAD/IPRI, pp. 147-162.
- Teixeira, Nuno Severiano (2000), “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, em Costa Pinto, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, pp. 82-83;
- Teixeira, Nuno Severiano (1993), Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico. *Análise Social* (Online), pp. 55-80. Disponível em uma base de dados: *B-On*.
- Telo, A. J. (1991), “Portugal e a NATO: dos Pirinéus a Angola”. *Análise Social*, Vol.xxx.
- Telo, A. J. (1999), *Os Açores e o Controlo do Atlântico 1898/1948*, Porto, Editora Asa.
- Telo, A. J. (2008), *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à actualidade, volume II*, Lisboa, Editorial Presença.
- Telzrow, Michael (2017), “Committee on public information: at the outset of America's involvement in WWI, the Wilson administration needed to convince a reluctant country to fight, so mass media was enlisted to propagandize”, *The New American*, (Online), Vol. 33 Issue 7, 34. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- The United States Advisory Commission on Public Diplomacy (2000), “Consolidation of USIA into the State Department: An Assessment After One Year”, Washington, D. C., *apud Nye, J. S., Jr.*(2005), *O Paradoxo do Poder Americano: Por Que é Que a Única Superpotência Mundial não pode actuar Isoladamente?*, Lisboa: Gradiva.
- Thomson, C. A., Walter C. L. (1963), “Cultural Relations and U.S. Foreign Policy”, Bloomington, Indiana University Press, *apud Rider, Toby C.* (2016), “A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”, *Journal of Cold War Studies*, (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Thompson, C. A. (1948), *Overseas Information Programs of the United States*. Washington, D.C. The Brookings Institution, *apud Gómez-Escalonilla, L.D.* (2014), “The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica) ”, *Revista Complutense de História de America* (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Thomas G. P., Robert J. M. (eds), (1991) *The Origins of the Cold War*, Lexington, D.C. Heath and Company.

- Trachtenberg, Marc (2008), "The United States and Eastern Europe in 1945", *Journal of Cold War Studies* (Online), Vol.10, Issue 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Truman, Harry S. (1950), "Fight False Propaganda with Truth," Washington, D. C., The American Society of Newspaper Editors, *apud* Finch, Lynette (2000), "Psychological Propaganda: The War of Ideas on Ideas During the First Half of the Twentieth Century", *Armed Forces & Society* (Online), 26, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Truman, Harry S. (1950), "Address to the American Society of Newspaper Editors", Files of Charles Murphy, Presidential Speech File, Caixa 6, Independence, Harry S. Truman Library, *apud* Guth, David W. (2009), "Black, White, and Shades of Gray: The Sixty-Year Debate Over Propaganda versus Public Diplomacy". *Journal of Promotion Management* (Online), 14, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Tuch, H. N. (1990), "Communicating with the World. US Public Diplomacy Overseas", New York: St. Martin's Press, *apud* Serikovna, Darzhan (2013), "The Role of State Foreign Cultural Policy and Public Diplomacy in Realizing Foreign Policy Strategy", *Middle-East Journal of Scientific Research* (Online), 16, 3. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Tuch, H. N. (1990), "Communicating with the world: U.S. Public Diplomacy Overseas". New York: St. Martin's Press, *apud* Wang, Jian (2007), "Telling the American story to the world: The purpose of U.S. Public diplomacy in historical perspective", *Journal of Public Affairs* (Online), 8. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Tuch, H. N. (1990), "Communicating with the world: U.S. Public Diplomacy Overseas". New York: St. Martin's Press, *apud* Sun, Henry (2008), "International political marketing: a case study of the United States soft power and public diplomacy". *Public Relations Review* (Online), 33, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Tuch, H. N. (1990), "Communicating with the world: U.S. public diplomacy overseas". New York: St. Martin's Press, *apud* Kazbekova, D.S. (2013), "The role of state foreign cultural policy and public diplomacy in realizing foreign policy strategy", *Middle East Journal of Scientific Research* (Online), Vol.16, nº 3, 407-410. Disponível em uma base de dados: *Scopus*.
- United States Advisory Commission on Public Diplomacy (2005), "United States Advisory Commission on Public Diplomacy 2005 Report", Washington, D.C.
- Vela, Jordi de San Eugenio (2013), "Del Estado-nación al Estado-marca. El rol de la diplomacia pública y la marca de país en el nuevo escenario de las relaciones internacionales", *Revista de Estudios Sociales* (Online), Issue 46, 145-157, Universidad de los Andes. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Vieira, Rui A. (2009), "O Pesadelo de Pandora: a Guerra Fria e o mundo pós-colonial", Lisboa, IPRI-UNL, *Relações Internacionais* (Online). Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Vladislav Zubok (2007), *A Failed Empire: The Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*, Chapel Hill, University of North Carolina Press.

- Vladislav Zubok (1997) “Stalin’s Plans and Russian Archives”, *Diplomatic History*, 21, 2, *apud* Trachtenberg, Marc (2008), “The United States and Eastern Europe in 1945”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 10, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Von Eschen, Penny M. (2004), *Satchmo Blows up the World: Jazz Ambassadors Play the Cold War*, Cambridge and London: Harvard University Press, *apud* Brown, John (2006), “Arts Diplomacy: The neglected aspects of Cultural Diplomacy”, em William P. Kiehl (editor) (2006), *America's Dialogue With The World*, Public Diplomacy Council.
- Warner, Michael (1994), “The CIA Under Harry Truman”, CIA History Staff, Washington D.C., *apud* Corke, Sarah-Jane (1997), “Bridging the gap: Containment, covert action and the search for the missing link in American Cold War policy, 1948–1953”, *Journal of Strategic Studies* (Online), 20, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Wang, Jian (2007), “Telling the America story to the world: The purpose of U.S. Public diplomacy in historical perspective”, *Public Relations Review* (Online), 33, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- WBAP-TV (Television station: Fort Worth, Tex.), (1964-10-27), “NBC NEWS SCRIPTS”. (Online), Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Westad, Odd A. (2010), “The Cold War and the international history of the twentieth century”, M. Leffler e O. Westad (Eds.), *The Cambridge History of the Cold War*, Vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press.
- Westad, Odd A. (2010), *The Cambridge History of the Cold War*, Vol. I, Cambridge: Cambridge University Press.
- Westad, Odd A. (2007), *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*, Cambridge, Cambridge University Press, 2.
- Westad, Odd A. (2007), *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times* Cambridge: Cambridge University Press, 2., *apud* Berghahn, Volker R. (2010), “The debate on “Americanization” among economic and cultural historians”, *Cold War History* (Online), 10, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Whelan, Bernadette (2017), “American propaganda and Ireland during world war one: the work of the Committee on Public Information”, *Irish Studies Review*, (Online), 25, 2. Disponível em uma base de dados: *Routledge Taylor & Francis Group*.
- White House, “Organizational Developments and Delineation of Psychological Warfare Responsibilities Since World War II”. White House Report, Declassified Documents Reference System (DDRS), Doc. 3560, *apud* Rider, Toby C. (2016), “A Campaign of Truth: The State Department, propaganda, and the Olympic Games, 1950-1952”. *Journal of Cold War Studies*, (Online), 18, 2. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Whitton J. Boardman (1963), “Propaganda and the Cold War”, Washington, D.C.: *Public Affairs Press*, 5, *apud* Guth, David W. (2002), “From OWI to USIA: The Jackson Committee's Search, for the Real “Voice” of America”, *American Journalism* (Online), 19, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.

- Winkler, Allan (1978), *The Politics of Propaganda: The Office of War Information, 1942-1945*. New Haven, Yale University Press, 4.
- Winkler, Allan (1978), *The Politics of Propaganda: The Office of War Information, 1942-1945*. New Haven, Yale University Press, 4, *apud* Murphy, Dennis M. e James F. W. (2007), “Propaganda: Can a Word Decide a War?”. *Parameters: U.S. Army War College* (Online), 37, 3. Disponível em uma Base de dados: *EBSCOhost*.
- Winkler, Allan (1978), *The Politics of Propaganda: The Office of War Information, 1942-1945*, New Haven, Conn.: Yale University Press, 4, *apud* Gómez-Escalonilla, L.D., (2014). "The U.S. public diplomacy. A historical review, (La diplomacia pública de Estados Unidos. Una perspectiva histórica) ". *Revista Complutense de História de America*, (Online), 40. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Winkler, Allan M. (1978), *The Politics of Propaganda: The Office of War Information 1942-1945*. New Haven, Yale University Press, 4, *apud* Wang, Jian (2007), “Telling the America story to the world: The purpose of U.S. Public diplomacy in historical perspective”, *Public Relations Review* (Online), 33, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Winkler, Allan M. (1978), *The Politics of Propaganda: The Office of War Information 1942-1945*. New Haven, Yale University Press, 4, *apud* Sager, Weston R. (2015), “Apple Pie Propaganda? The Smith-Mundt Act before and after the repeal of the domestic dissemination ban”. *Northwestern University Law Review* (Online), 109, 2. Disponível em uma Base de dados *B-On*.
- Wolper, G. (1993), Wilsonian public diplomacy: The Committee on Public Information in Spain. *Diplomatic History*, 17(1), 17–33, *apud* Wang, Jian (2007), “Telling the America story to the world: The purpose of U.S. Public diplomacy in historical perspective”, *Public Relations Review* (Online), 33, 1. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Wright, Robin, (2001), “State Dept. Mismanaged, Report Says”, *Los Angeles Times*, 10, *apud* Nye, J.S., Jr.,(2005), *O Paradoxo do Poder Americano: Por Que é Que a Única Superpotência Mundial não pode actuar Isoladamente?*, Lisboa, Gradiva.
- Yarrow, A. L. (2009), “Selling a New Vision of America to the World Changing Messages in Early U.S. Cold War Print Propaganda”, *Journal of Cold War Studies* (Online), 11, 4. Disponível em uma Base de dados: *B-On*.
- Zubok, Vladislav, Pleshakov, Constantine (1996), “Inside the Kremlin's Cold War: From Stalin to Khrushchev”, Cambridge, *Harvard University Press*, *apud* Maddux, Thomas R. (1999) (book review). California State University, Northridge, H-Diplo, *H-Net Reviews*, consultado em 18.06.18. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=3262>.

ANEXOS

ANEXO A

United States Information and Exchange Act of 1948

6

PUBLIC LAWS—CHS. 35, 36—JAN. 27, 1948

[62 STAT.]

thoroughly, once each year, the United States Soldiers' Home, Washington, District of Columbia, its records, accounts, management, discipline, and sanitary condition, and shall report thereon in writing to the Secretary of the Army, including in his report such suggestions as he desires to make."

Approved January 27, 1948.

[CHAPTER 36]

AN ACT

January 27, 1948
[H. R. 3342]
[Public Law 402]

To promote the better understanding of the United States among the peoples of the world and to strengthen cooperative international relations.

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled,

TITLE I—SHORT TITLE, OBJECTIVES, AND DEFINITIONS

SHORT TITLE

United States Information and Educational Exchange Act of 1948.

SECTION 1. This Act may be cited as the "United States Information and Educational Exchange Act of 1948".

OBJECTIVES

SEC. 2. The Congress hereby declares that the objectives of this Act are to enable the Government of the United States to promote a better understanding of the United States in other countries, and to increase mutual understanding between the people of the United States and the people of other countries. Among the means to be used in achieving these objectives are—

- (1) an information service to disseminate abroad information about the United States, its people, and policies promulgated by the Congress, the President, the Secretary of State and other responsible officials of Government having to do with matters affecting foreign affairs;
- (2) an educational exchange service to cooperate with other nations in—
 - (a) the interchange of persons, knowledge, and skills;
 - (b) the rendering of technical and other services;
 - (c) the interchange of developments in the field of education, the arts, and sciences.

UNITED NATIONS

SEC. 3. In carrying out the objectives of this Act, information concerning the participation of the United States in the United Nations, its organizations and functions, shall be emphasized.

DEFINITIONS

SEC. 4. When used in this Act, the term—

"Secretary."
"Department."
"Government agency."

- (1) "Secretary" means the Secretary of State.
- (2) "Department" means the Department of State.
- (3) "Government agency" means any executive department, board, bureau, commission, or other agency of the Federal Government, or independent establishment, or any corporation wholly owned (either directly or through one or more corporations) by the United States.



TITLE II—INTERCHANGE OF PERSONS, KNOWLEDGE AND SKILLS

PERSONS

SEC. 201. The Secretary is authorized to provide for interchanges on a reciprocal basis between the United States and other countries of students, trainees, teachers, guest instructors, professors, and leaders in fields of specialized knowledge or skill and shall wherever possible provide these interchanges by using the services of existing reputable agencies which are successfully engaged in such activity. The Secretary may provide for orientation courses and other appropriate services for such persons from other countries upon their arrival in the United States, and for such persons going to other countries from the United States. When any country fails or refuses to cooperate in such program on a basis of reciprocity the Secretary shall terminate or limit such program, with respect to such country, to the extent he deems to be advisable in the interests of the United States. The persons specified in this section shall be admitted as nonimmigrant visitors for business under clause 2 of section 3 of the Immigration Act of 1924, as amended (43 Stat. 154; 8 U. S. C. 203), for such time and under such conditions as may be prescribed by regulations promulgated by the Secretary of State and the Attorney General. A person admitted under this section who fails to maintain the status under which he was admitted or who fails to depart from the United States at the expiration of the time for which he was admitted, or who engages in activities of a political nature detrimental to the interests of the United States, or in activities not consistent with the security of the United States, shall, upon the warrant of the Attorney General, be taken into custody and promptly deported pursuant to section 14 of the Immigration Act of 1924 (43 Stat. 162, 8 U. S. C. 214). Deportation proceedings under this section shall be summary and the findings of the Attorney General as to matters of fact shall be conclusive. Such persons shall not be eligible for suspension of deportation under clause 2 of subdivision (c) of section 19 of the Immigration Act of February 5, 1917 (54 Stat. 671, 56 Stat. 1044; 8 U. S. C. 155).

Post, p. 227.

Termination or limitation of program.

Admission of persons; status.

Deportation authority.

Post, p. 1216.

BOOKS AND MATERIALS

SEC. 202. The Secretary is authorized to provide for interchanges between the United States and other countries of books and periodicals, including government publications, for the translation of such writings, and for the preparation, distribution, and interchange of other educational materials.

INSTITUTIONS

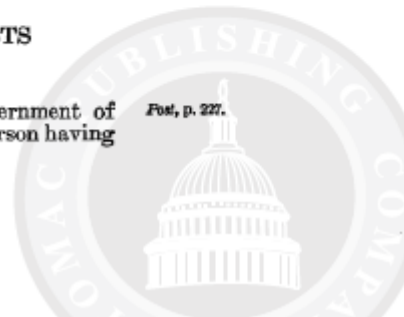
SEC. 203. The Secretary is authorized to provide for assistance to schools, libraries, and community centers abroad, founded or sponsored by citizens of the United States, and serving as demonstration centers for methods and practices employed in the United States. In assisting any such schools, however, the Secretary shall exercise no control over their educational policies and shall in no case furnish assistance of any character which is not in keeping with the free democratic principles and the established foreign policy of the United States.

TITLE III—ASSIGNMENT OF SPECIALISTS

PERSONS TO BE ASSIGNED

SEC. 301. The Secretary is authorized, when the government of another country is desirous of obtaining the services of a person having

Post, p. 227.



special scientific or other technical or professional qualifications, from time to time to assign or authorize the assignment for service, to or in cooperation with such government, any citizen of the United States in the employ or service of the Government of the United States who has such qualifications, with the approval of the Government agency in which such person is employed or serving. No person shall be assigned for service to or in cooperation with the government of any country unless (1) the Secretary finds that such assignment is necessary in the national interest of the United States, or (2) such government agrees to reimburse the United States in an amount equal to the compensation, travel expenses, and allowances payable to such person during the period of such assignment in accordance with the provisions of section 302, or (3) such government shall have made an advance of funds, property, or services as provided in section 902. Nothing in this Act, however, shall authorize the assignment of such personnel for service relating to the organization, training, operation, development, or combat equipment of the armed forces of a foreign government.

Infra.
Post, p. 13.

STATUS AND ALLOWANCES

SEC. 302. Any citizen of the United States, while assigned for service to or in cooperation with another government under the authority of this Act, shall be considered, for the purpose of preserving his rights, allowances, and privileges as such, an officer or employee of the Government of the United States and of the Government agency from which assigned and he shall continue to receive compensation from that agency. He may also receive, under such regulations as the President may prescribe, representation allowances similar to those allowed under section 901 (3) of the Foreign Service Act of 1946 (60 Stat. 999). The authorization of such allowances and other benefits and the payment thereof out of any appropriations available therefor shall be considered as meeting all the requirements of section 1765 of the Revised Statutes.

60 Stat. 1025.
22 U. S. C. § 1131 (3).

5 U. S. C. § 70.

ACCEPTANCE OF OFFICE UNDER ANOTHER GOVERNMENT

SEC. 303. Any citizen of the United States while assigned for service to or in cooperation with another government under authority of this Act may, at the discretion of his Government agency, with the concurrence of the Secretary, and without additional compensation therefor, accept an office under the government to which he is assigned, if the acceptance of such an office in the opinion of such agency is necessary to permit the effective performance of duties for which he is assigned, including the making or approving on behalf of such foreign government the disbursement of funds provided by such government or of receiving from such foreign government funds for deposit and disbursement on behalf of such government, in carrying out programs undertaken pursuant to this Act: *Provided, however*, That such acceptance of office shall in no case involve the taking of an oath of allegiance to another government.

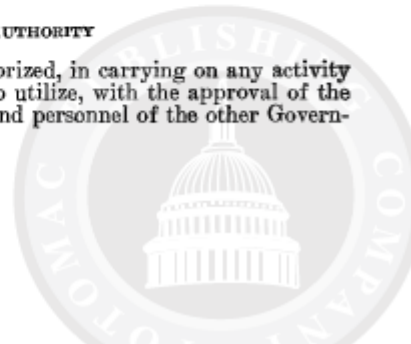
Restriction.

TITLE IV—PARTICIPATION BY GOVERNMENT AGENCIES

GENERAL AUTHORITY

SEC. 401. The Secretary is authorized, in carrying on any activity under the authority of this Act, to utilize, with the approval of the President, the services, facilities, and personnel of the other Govern-

Post, p. 227.



ment agencies. Whenever the Secretary shall use the services, facilities, or personnel of any Government agency for activities under authority of this Act, the Secretary shall pay for such performance out of funds available to the Secretary under this Act, either in advance, by reimbursement, or direct transfer. The Secretary shall include in each report submitted to the Congress under section 1008 a statement of the services, facilities, and personnel of other Government agencies utilized in carrying on activities under the authority of this Act, showing the names and salaries of the personnel utilized, or performing services utilized, during the period covered by such report, and the amounts paid to such other agencies under this section as payment for such performance.

Report to Congress.
Foot, p. 14.

TECHNICAL AND OTHER SERVICES

SEC. 402. A Government agency, at the request of the Secretary, may perform such technical or other services as such agency may be competent to render for the government of another country desirous of obtaining such services, upon terms and conditions which are satisfactory to the Secretary and to the head of the Government agency, when it is determined by the Secretary that such services will contribute to the purposes of this Act. However, nothing in this Act shall authorize the performance of services relating to the organization, training, operation, development, or combat equipment of the armed forces of a foreign government.

POLICY GOVERNING SERVICES

SEC. 403. In authorizing the performance of technical and other services under this title, it is the sense of the Congress (1) that the Secretary shall encourage through any appropriate Government agency the performance of such services to foreign governments by qualified private American individuals and agencies, and shall not enter into the performance of such services to any foreign government where such services may be performed adequately by qualified private American individuals and agencies and such qualified individuals and agencies are available for the performance of such services; (2) that if such services are rendered by a Government agency, they shall demonstrate the technical accomplishments of the United States, such services being of an advisory, investigative, or instructional nature, or a demonstration of a technical process; (3) that such services shall not include the construction of public works or the supervision of the construction of public works, and that, under authority of this Act, a Government agency shall render engineering services related to public works only when the Secretary shall determine that the national interest demands the rendering of such services by a Government agency, but this policy shall not be interpreted to preclude the assignment of individual specialists as advisers to other governments as provided under title III of this Act, together with such incidental assistance as may be necessary for the accomplishment of their individual assignments.

Limitation on services relating to public works.

Ante, p. 7.

TITLE V—DISSEMINATING INFORMATION ABOUT THE UNITED STATES ABROAD

GENERAL AUTHORIZATION

SEC. 501. The Secretary is authorized, when he finds it appropriate, to provide for the preparation, and dissemination abroad, of information about the United States, its people, and its policies, through press, publications, radio, motion pictures, and other information



Availability of
press releases, etc.

media, and through information centers and instructors abroad. Any such press release or radio script, on request, shall be available in the English language at the Department of State, at all reasonable times following its release as information abroad, for examination by representatives of United States press associations, newspapers, magazines, radio systems, and stations, and, on request, shall be made available to Members of Congress.

POLICIES GOVERNING INFORMATION ACTIVITIES

SEC. 502. In authorizing international information activities under this Act, it is the sense of the Congress (1) that the Secretary shall reduce such Government information activities whenever corresponding private information dissemination is found to be adequate; (2) that nothing in this Act shall be construed to give the Department a monopoly in the production or sponsorship on the air of short-wave broadcasting programs, or a monopoly in any other medium of information.

TITLE VI—ADVISORY COMMISSIONS TO FORMULATE POLICIES

SEC. 601. There are hereby created two advisory commissions, (1) United States Advisory Commission on Information (hereinafter in this title referred to as the Commission on Information) and (2) United States Advisory Commission on Educational Exchange (hereinafter in this title referred to as the Commission on Educational Exchange) to be constituted as provided in section 602. The Commissions shall formulate and recommend to the Secretary policies and programs for the carrying out of this Act: *Provided, however,* That the commissions created by this section shall have no authority over the Board of Foreign Scholarships or the program created by Public Law 584 of the Seventy-ninth Congress, enacted August 1, 1946, or the United States National Commission for UNESCO.

60 Stat. 754.
50 U. S. C. app.
§§ 1619, 1641.

MEMBERSHIP OF THE COMMISSIONS; GENERAL PROVISIONS

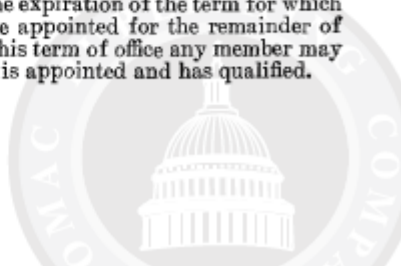
SEC. 602. (a) Each Commission shall consist of five members, not more than three of whom shall be from any one political party. Members shall be appointed by the President, by and with the advice and consent of the Senate. No person holding any compensated Federal or State office shall be eligible for appointment.

(b) The members of the Commission on Information shall represent the public interest, and shall be selected from a cross section of professional, business, and public service backgrounds.

(c) The members of the Commission on Educational Exchange shall represent the public interest and shall be selected from a cross section of educational, cultural, scientific, technical, and public service backgrounds.

Term of office.

(d) The term of each member appointed under subsection (a) of this section shall be three years, except that the terms of office of such members first taking office on each Commission shall expire, as designated by the President at the time of appointment, two at the end of one year, two at the end of two years, and one at the end of three years from the date of the enactment of this Act. Any member appointed to fill a vacancy occurring prior to the expiration of the term for which his predecessor is appointed shall be appointed for the remainder of such term. Upon the expiration of his term of office any member may continue to serve until his successor is appointed and has qualified.



(e) The President shall designate a chairman for each Commission from among members of the Commission.

(f) The members of the Commissions shall receive no compensation for their services as such members but shall be entitled to reimbursement for travel and subsistence in connection with attendance of meetings of the Commissions away from their places of residences, as provided in subsection (6) of section 801 of this Act.

(g) The Commissions are authorized to adopt such rules and regulations as they may deem necessary to carry out the authority conferred upon them by this title.

(h) The Department is authorized to provide the necessary secretarial and clerical assistance for the Commissions.

Chairman.

Compensation.

Post, p. 12.

Rules and regulations.

RECOMMENDATIONS AND REPORTS

SEC. 603. The Commissions shall meet not less frequently than once each month during the first six months after their establishment, and thereafter at such intervals as the Commissions find advisable, and shall transmit to the Secretary a quarterly report, and to the Congress a semiannual report of all programs and activities carried on under the authority of this Act, including appraisals, where feasible, as to the effectiveness of the several programs, and such recommendations as shall have been made by the Commissions to the Secretary for effectuating the purposes and objectives of this Act and the action taken to carry out such recommendations.

TITLE VII—APPROPRIATIONS

GENERAL AUTHORIZATION

SEC. 701. Appropriations to carry out the purposes of this Act are hereby authorized.

Post, pp. 226, 312.

TRANSFER OF FUNDS

SEC. 702. The Secretary shall authorize the transfer to other Government agencies for expenditure in the United States and in other countries, in order to carry out the purposes of this Act, any part of any appropriations available to the Department for carrying out the purposes of this Act, for direct expenditure or as a working fund, and any such expenditures may be made under the specific authority contained in this Act or under the authority governing the activities of the Government agency to which a part of any such appropriation is transferred, provided the activities come within the scope of this Act.

TITLE VIII—ADMINISTRATIVE PROCEDURES

THE SECRETARY

SEC. 801. In carrying out the purposes of this Act, the Secretary is authorized, in addition to and not in limitation of the authority otherwise vested in him—

(1) In carrying out title II of this Act, within the limitation of such appropriations as the Congress may provide, to make grants of money, services, or materials to State and local governmental institutions in the United States, to governmental institutions in other countries, and to individuals and public or private nonprofit organizations both in the United States and in other countries;

Grants of funds, etc.
Act, p. 7.

(2) to furnish, sell, or rent, by contract or otherwise, educational and information materials and equipment for dissemination to, or use by, peoples of foreign countries;

Radio facilities.
Act, p. 9.

(3) whenever necessary in carrying out title V of this Act, to purchase, rent, construct, improve, maintain, and operate facilities for radio transmission and reception, including the leasing of real property both within and without the continental limits of the United States for periods not to exceed ten years, or for longer periods if provided for by the appropriation Act;

40 Stat. 1270.

(4) to provide for printing and binding outside the continental limits of the United States, without regard to section 11 of the Act of March 1, 1919 (44 U. S. C. 111);

(5) to employ, without regard to the civil-service and classification laws, when such employment is provided for by the appropriation Act, (i) persons on a temporary basis, and (ii) aliens within the United States, but such employment of aliens shall be limited to services related to the translation or narration of colloquial speech in foreign languages when suitably qualified United States citizens are not available; and

Advisory committees.

(6) to create, with the approval of the Commission on Information and the Commission on Educational Exchange, such advisory committees as the Secretary may decide to be of assistance in formulating his policies for carrying out the purposes of this Act. No committee member shall be allowed any salary or other compensation for services; but he may be paid his actual transportation expenses, and not to exceed \$10 per diem in lieu of subsistence and other expenses, while away from his home in attendance upon meetings within the United States or in consultation with the Department under instructions.

GOVERNMENT AGENCIES

SEC. 802. In carrying on activities which further the purposes of this Act, subject to approval of such activities by the Secretary, the Department and the other Government agencies are authorized—

(1) to place orders and make purchases and rentals of materials and equipment;

(2) to make contracts, including contracts with governmental agencies, foreign or domestic, including subdivisions thereof, and intergovernmental organizations of which the United States is a member, and, with respect to contracts entered into in foreign countries, without regard to section 3741 of the Revised Statutes (41 U. S. C. 22);

44 Stat. 686,
5 U. S. C. § 521.

(3) under such regulations as the Secretary may prescribe, to pay the transportation expenses, and not to exceed \$10 per diem in lieu of subsistence and other expenses, of citizens or subjects of other countries, without regard to the Standardized Government Travel Regulations and the Subsistence Act of 1926, as amended; and

(4) to make grants for, and to pay expenses incident to, training and study.

MAXIMUM USE OF EXISTING GOVERNMENT PROPERTY AND FACILITIES

SEC. 803. In carrying on activities under this Act which require the utilization of Government property and facilities, maximum use shall be made of existing Government property and facilities.



TITLE IX—FUNDS PROVIDED BY OTHER SOURCES

REIMBURSEMENT

SEC. 901. The Secretary shall, when he finds it in the public interest, request and accept reimbursement from any cooperating governmental or private source in a foreign country, or from State or local governmental institutions or private sources in the United States, for all or part of the expenses of any portion of the program undertaken hereunder. The amounts so received shall be covered into the Treasury as miscellaneous receipts.

ADVANCE OF FUNDS

SEC. 902. If any other government shall express the desire to provide funds, property, or services to be used by this Government, in whole or in part, for the expenses of any specific part of the program undertaken pursuant to this Act, the Secretary is authorized, when he finds it in the public interest, to accept such funds, property, or services. Funds so received may be established as a special deposit account in the Treasury of the United States, to be available for the specified purpose, and to be used for reimbursement of appropriations or direct expenditure, subject to the provisions of this Act. Any unexpended balance of the special deposit account and other property received under this section and no longer required for the purposes for which provided shall be returned to the government providing the funds or property.

TITLE X—MISCELLANEOUS

LOYALTY CHECK ON PERSONNEL

SEC. 1001. No citizen or resident of the United States, whether or not now in the employ of the Government, may be employed or assigned to duties by the Government under this Act until such individual has been investigated by the Federal Bureau of Investigation and a report thereon has been made to the Secretary of State: *Provided, however*, That any present employee of the Government, pending the report as to such employee by the Federal Bureau of Investigation, may be employed or assigned to duties under this Act for the period of six months from the date of its enactment. This section shall not apply in the case of any officer appointed by the President by and with the advice and consent of the Senate.

Employment pending report of FBI.

DELEGATION OF AUTHORITY

SEC. 1002. The Secretary may delegate, to such officers of the Government as the Secretary determines to be appropriate, any of the powers conferred upon him by this Act to the extent that he finds such delegation to be in the interest of the purposes expressed in this Act and the efficient administration of the programs undertaken pursuant to this Act.

RESTRICTED INFORMATION

SEC. 1003. Nothing in this Act shall authorize the disclosure of any information or knowledge in any case in which such disclosure (1) is prohibited by any other law of the United States, or (2) is inconsistent with the security of the United States.

REPEAL OF ACT OF MAY 25, 1938, AS AMENDED

SEC. 1004. (a) The Act of May 25, 1938, entitled "An Act authorizing the temporary detail of United States employees, possessing special



- 6 U. S. C. § 118a. qualifications, to governments of American Republics and the Philippines, and for other purposes," as amended (52 Stat. 442; 53 Stat. 652), is hereby repealed.
- Executive orders and regulations. (b) Existing Executive orders and regulations pertaining to the administration of such Act of May 25, 1938, as amended, shall remain in effect until superseded by regulations prescribed under the provisions of this Act.
- 22 U. S. C. § 801 et seq. (c) Any reference in the Foreign Service Act of 1946 (60 Stat. 999), or in any other law, to provisions of such Act of May 25, 1938, as amended, shall be construed to be applicable to the appropriate provisions of titles III and IX of this Act.
- Act, pp. 7, 13.

UTILIZATION OF PRIVATE AGENCIES

SEC. 1005. In carrying out the provisions of this Act it shall be the duty of the Secretary to utilize, to the maximum extent practicable, the services and facilities of private agencies, including existing American press, publishing, radio, motion picture, and other agencies, through contractual arrangements or otherwise. It is the intent of Congress that the Secretary shall encourage participation in carrying out the purposes of this Act by the maximum number of different private agencies in each field consistent with the present or potential market for their services in each country.

TERMINATION PURSUANT TO CONCURRENT RESOLUTION OF CONGRESS

SEC. 1006. The authority granted under this Act shall terminate whenever such termination is directed by concurrent resolution of the two Houses of the Congress.

VETERANS' PREFERENCE ACT

SEC. 1007. No provision of this Act shall be construed to modify or to repeal the provisions of the Veterans' Preference Act of 1944.

REPORTS TO CONGRESS

SEC. 1008. The Secretary shall submit to the Congress semiannual reports of expenditures made and activities carried on under authority of this Act, inclusive of appraisals and measurements, where feasible, as to the effectiveness of the several programs in each country where conducted.

REGULATORY PROVISIONS TO APPLY TO ALL INTERNATIONAL INFORMATION ACTIVITIES AND EDUCATIONAL EXCHANGES OF STATE DEPARTMENT

SEC. 1009. All provisions in this Act regulating the administration of international information activities and educational exchanges provided herein, shall apply to all such international activities under jurisdiction of the Department of State.

SEPARABILITY OF PROVISIONS

SEC. 1010. If any provision of this Act or the application of any such provision to any person or circumstance shall be held invalid, the validity of the remainder of the Act and the applicability of such provision to other persons or circumstances shall not be affected thereby.

Approved January 27, 1948.

48 Stat. 367.
5 U. S. C. §§ 351-
367; Supp. I, § 512
note, 853.
Act, p. 3; post, pp.
575, 1232.



ANEXO B

Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961

(d) Section 9(c) of such Act (49 U.S.C. 1108(c)) is amended by striking out "Alaska, Hawaii," and by inserting before the period at the end thereof the following: ", or a special reservation for Government purposes".

(e) Section 10(c) of such Act (49 U.S.C. 1109(c)) is amended by striking out "Alaska and" where it appears in the heading and in the text of such section.

SEC. 9. Section 1109 of the Federal Aviation Act of 1958 (49 U.S.C. 1509) is amended by adding at the end thereof the following new subsection:

"(e) There are authorized to be appropriated such sums as may be necessary to enable the head of any department or agency of the Federal Government charged with any duty of inspection, clearance, collection of taxes or duties, or other similar function, with respect to persons or property moving in air commerce, to acquire such space at public airports (as defined in the Federal Airport Act) as he determines, after consultation with the Administrator of the Federal Aviation Agency, to be necessary for the performance of such duty. In acquiring any such space, the head of such department or agency shall act through the Administrator of General Services in accordance with the procedures established by law which are generally applicable to the acquisition of space to be used by departments and agencies of the Federal Government."

49 USC 1101 note.

SEC. 10. The amendments made by this Act shall not apply with respect to projects for which amounts have been obligated by the execution of grant agreements before their enactment. With respect to such projects, the Federal Airport Act shall continue to apply as if this Act had not been enacted.

Approved September 20, 1961, 11:55 a.m.

Public Law 87-256

AN ACT

September 21, 1961
[H. R. 8666]

To provide for the improvement and strengthening of the international relations of the United States by promoting better mutual understanding among the peoples of the world through educational and cultural exchanges.

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That this Act may be cited as the "Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961".

Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961.

SEC. 101. STATEMENT OF PURPOSE.—The purpose of this Act is to enable the Government of the United States to increase mutual understanding between the people of the United States and the people of other countries by means of educational and cultural exchange; to strengthen the ties which unite us with other nations by demonstrating the educational and cultural interests, developments, and achievements of the people of the United States and other nations, and the contributions being made toward a peaceful and more fruitful life for people throughout the world; to promote international cooperation for educational and cultural advancement; and thus to assist in the development of friendly, sympathetic, and peaceful relations between the United States and the other countries of the world.

SEC. 102. (a) The President is authorized, when he considers that it would strengthen international cooperative relations, to provide, by grant, contract, or otherwise, for—

Presidential authority.

(1) educational exchanges, (i) by financing studies, research, instruction, and other educational activities—



- (A) of or for American citizens and nationals in foreign countries, and
 - (B) of or for citizens and nationals of foreign countries in American schools and institutions of learning located in or outside the United States;
- and (ii) by financing visits and interchanges between the United States and other countries of students, trainees, teachers, instructors, and professors;
- (2) cultural exchanges, by financing—
 - (i) visits and interchanges between the United States and other countries of leaders, experts in fields of specialized knowledge or skill, and other influential or distinguished persons;
 - (ii) tours in countries abroad by creative and performing artists and athletes from the United States, individually and in groups, representing any field of the arts, sports, or any other form of cultural attainment;
 - (iii) United States representation in international artistic, dramatic, musical, sports, and other cultural festivals, competitions, meetings, and like exhibitions and assemblies;
 - (iv) participation by groups and individuals from other countries in nonprofit activities in the United States similar to those described in subparagraphs (ii) and (iii) of this paragraph, when the President determines that such participation is in the national interest.
 - (3) United States participation in international fairs and expositions, including trade and industrial fairs and other public or private demonstrations of United States economic accomplishments and cultural attainments.
- (b) In furtherance of the purposes of this Act, the President is further authorized to provide for—
- (1) interchanges between the United States and other countries of handicrafts, scientific, technical, and scholarly books, books of literature, periodicals, and Government publications, and the reproduction and translation of such writings, and the preparation, distribution, and interchange of other educational and research materials, including laboratory and technical equipment for education and research;
 - (2) establishing and operating in the United States and abroad centers for cultural and technical interchanges to promote better relations and understanding between the United States and other nations through cooperative study, training, and research;
 - (3) assistance in the establishment, expansion, maintenance, and operation of schools and institutions of learning abroad, founded, operated, or sponsored by citizens or nonprofit institutions of the United States, including such schools and institutions serving as demonstration centers for methods and practices employed in the United States;
 - (4) fostering and supporting American studies in foreign countries through professorships, lectureships, institutes, seminars, and courses in such subjects as American history, government, economics, language and literature, and other subjects related to American civilization and culture, including financing the attendance at such studies by persons from other countries;

(5) promoting and supporting medical, scientific, cultural, and educational research and development;

(6) promoting modern foreign language training and area studies in United States schools, colleges, and universities by supporting visits and study in foreign countries by teachers and prospective teachers in such schools, colleges, and universities for the purpose of improving their skill in languages and their knowledge of the culture of the people of those countries, and by financing visits by teachers from those countries to the United States for the purpose of participating in foreign language training and area studies in United States schools, colleges, and universities;

(7) United States representation at international nongovernmental educational, scientific, and technical meetings;

(8) participation by groups and individuals from other countries in educational, scientific, and technical meetings held under American auspices in or outside the United States;

(9) encouraging independent research into the problems of educational and cultural exchange.

SEC. 103. (a) The President is authorized to enter into agreements with foreign governments and international organizations, in furtherance of the purposes of this Act. In such agreements the President is authorized, when he deems it in the public interest, to seek the agreement of the other governments concerned to cooperate and assist, including making use of funds placed in special accounts pursuant to agreements concluded in accordance with section 115(b)(6) of the Economic Cooperation Act of 1948, or any similar agreements, in providing for the activities authorized in section 102, and particularly those authorized in subsection 102(a)(1), of this Act with respect to the expenses of international transportation of their own citizens and nationals and of activities in furtherance of the purposes of this Act carried on within the borders of such other nations.

(b) Such agreements may also provide for the creation or continuation of binational or multinational educational and cultural foundations and commissions for the purpose of administering programs in furtherance of the purposes of this Act.

(c) In such agreements with international organizations, the President may provide for equitable United States participation in and support for, including a reasonable share of the cost of, educational and cultural programs to be administered by such organizations.

SEC. 104. (a) The President may delegate, to such officers of the Government as he determines to be appropriate, any of the powers conferred upon him by this Act to the extent that he finds such delegation to be in the interest of the purposes expressed in this Act and the efficient administration of the programs undertaken pursuant to this Act: *Provided*, That where the President has delegated any of such powers to any officer, before the President implements any proposal for the delegation of any of such powers to another officer, that proposal shall be submitted to the Speaker of the House of Representatives and to the Committee on Foreign Relations of the Senate, and thereafter a period of not less than sixty days shall have elapsed while Congress is in session. In computing such sixty days, there shall be excluded the days on which either House is not in session because of an adjournment of more than three days.

Agreements.

62 Stat. 151.

U. S. participation.

Delegation of authority.

Transmittal to Congress.

Personnel.

63 Stat. 954,
5 USC 1071 and
note.

5 USC 1105.

60 Stat. 999.

60 Stat. 1010.

60 Stat. 1030.

Grants.

Use of funds.

(b) The President is authorized to employ such other personnel as he deems necessary to carry out the provisions and purposes of this Act, and of such personnel not to exceed ten may be compensated without regard to the provisions of the Classification Act of 1949, as amended, and of these not to exceed five may be compensated at a rate in excess of the highest rate provided for grades of the general schedule established by the Classification Act of 1949, as amended, but not in excess of \$1,000 per annum more than such highest rate. Such positions shall be in addition to the number authorized by section 505 of the Classification Act of 1949, as amended.

(c) For the purpose of performing functions under this Act outside the United States, including participation in binational or multinational foundations or commissions, the Secretary of State may employ or assign or authorize the employment or assignment for the duration of operations under this Act of persons in or to the Foreign Service Reserve or Foreign Service Staff and alien clerks and employees in accordance with applicable provisions of the Foreign Service Act of 1946, as amended (22 U.S.C. 801).

(d) For the purpose of performing functions under this Act outside the United States, the President is authorized to provide that any person employed or assigned by a United States Government agency shall be entitled, except to the extent that the President may specify otherwise in cases in which the period of employment or assignment exceeds thirty months, to the same benefits as are provided by section 528 of the Foreign Service Act of 1946, as amended (22 U.S.C. 928), for persons appointed to the Foreign Service Reserve and, except for policymaking officials, the provisions of section 1005 of the Foreign Service Act of 1949, as amended (22 U.S.C. 807), shall apply in the case of such persons.

(e) (1) In providing for the activities and interchanges authorized by section 102 of this Act, grants may be made to or for individuals, either directly or through foundations or educational or other institutions, which foundations or institutions are public or private nonprofit, and may include funds for tuition and other necessary incidental expenses, for travel expenses from their places of residence and return for themselves, and, whenever it would further the purposes of this Act, for the dependent members of their immediate families, for health and accident insurance premiums, emergency medical expenses, costs of preparing and transporting to their former homes the remains of any of such persons who may die while away from their homes as participants or dependents of participants in any program under this Act, and for per diem in lieu of subsistence at rates prescribed by the President, for all such persons, and for such other expenses as are necessary for the successful accomplishment of the purposes of this Act.

(2) Funds available for programs under this Act may be used (i) to provide for orientation courses, language training, or other appropriate services and materials for persons traveling out of the countries of their residence for educational and cultural purposes which further the purposes of this Act, whether or not they are receiving other financial support from the Government, and (ii) to provide or continue services to increase the effectiveness of such programs following the return of such persons to the countries of their residence.

(3) For the purpose of assisting foreign students in making the best use of their opportunities while attending colleges and universities in the United States, and assisting such students in directing their talents and initiative into channels which will make them more effective leaders upon return to their native lands, the President may make suitable arrangements, by contract or otherwise, for the establishment and maintenance at colleges and universities in the United States attended by foreign students of an adequate counseling service.

Counseling serv-
ice.

(4) The President is authorized to provide for publicity and promotion (including representation) abroad of activities of the type provided for in this Act.

Publicity and
promotion abroad.

(f) All persons employed or assigned to duties under this Act shall be investigated with respect to loyalty and suitability in accordance with standards and procedures established by the President.

Investigation of
employees.

SEC. 105. (a) Appropriations to carry out the purposes of this Act, to remain available until expended, are hereby authorized, and this authorization includes the authority to grant, in any appropriation Act, the authority to enter into contracts, within the amounts so authorized, creating obligations in advance of appropriations.

Appropriations.

(b) Funds appropriated for programs under this Act may, without regard to section 3651 of the Revised Statutes (31 U.S.C. 543), be used for the acquisition from any source of foreign currencies in such amounts as may be necessary for current expenditures and for grants, including grants to foundations and commissions in accordance with international agreements providing for the accomplishment of the purposes of this Act.

Foreign curren-
cies.
Acquisition.

(c) Moneys appropriated to any department or agency of the Government in furtherance of the purposes of this Act for research, technical aid, and educational and cultural programs, may be transferred by the President to any other appropriation available for like purposes, but no appropriation authorized by this Act shall be increased or decreased by more than 10 per centum by reason of transfers pursuant to this paragraph.

Transfers of
funds.

(d) The President is authorized—

Reserve and use
of certain funds.

(1) to reserve in such amounts and for such periods as he shall determine to be necessary to provide for the programs authorized by subsections 102(a)(1) and 102(a)(2)(i); and

(2) notwithstanding the provisions of any other law, to use in such amounts as may from time to time be specified in appropriation Acts, to the extent that such use is not restricted by agreement with the foreign nations concerned, for any programs authorized by this Act,

any currencies of foreign nations received or to be received by the United States or any agency thereof—

(i) under agreements disposing of surplus property or settling lend-lease and other war accounts concluded after World War II;

(ii) as the proceeds of sales or loan repayments, including interest, for transactions heretofore or hereafter effected under the Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954, as amended;

(iii) in repayment of principal or interest on any other credit extended or loan heretofore or hereafter made by the United States or any agency thereof; or

68 Stat. 454.
7 USC 1691 note.

63 Stat. 54; 64
Stat. 201.
22 USC 1513 note.

(iv) as deposits to the account of the United States pursuant to section 115(b) (6) or section 115(h) of the Economic Cooperation Act of 1948, as amended, or any similar provision of any other law.

40 Stat. 1161.

42 Stat. 363.

Foreign partici-
pation.

(e) The President is further authorized to reserve and use for educational and cultural exchange programs and other activities authorized in subsections 102 (a) and (b) of this Act, in relation to Finland and the people of Finland, all sums due or paid on and after August 24, 1949, by the Republic of Finland to the United States as interest on or in retirement of the principal of the debt incurred under the Act of February 25, 1919, as refunded by the agreement dated May 1, 1923, pursuant to the authority contained in the Act of February 9, 1922, or of any other indebtedness incurred by that Republic and owing to the United States as a result of World War I.

(f) Foreign governments, international organizations and private individuals, firms, associations, agencies, and other groups shall be encouraged to participate to the maximum extent feasible in carrying out this Act and to make contributions of funds, property, and services which the President is hereby authorized to accept, to be utilized to carry out the purposes of this Act. Funds made available for the purposes of this Act may be used to contribute toward meeting the expenses of activities carried out through normal private channels, by private means, and through foreign governments and international organizations.

Board of Foreign
Scholarships.

SEC. 106. (a) (1) For the purpose of selecting students, scholars, teachers, trainees, and other persons to participate in the programs authorized under section 102(a) (1) of this Act, and of supervising such programs and the programs authorized under section 102(b) (4) and (6), there is hereby continued the authority of the President to appoint a Board of Foreign Scholarships (hereinafter referred to as the "Board") consisting of twelve members. In connection with appointments to such Board, due consideration shall be given to the selection of distinguished representatives of cultural, educational, student advisory, and war veterans groups, and representatives of the United States Office of Education, the United States Veterans' Administration, public and private nonprofit educational institutions.

(2) In the selection of American citizens for participation in programs under this Act, preference shall be given to those who have served in the Armed Forces of the United States, and due consideration shall be given to applicants from all geographical areas of the United States.

U. S. Advisory
Commission on In-
ternational Educa-
tional and Cultural
Affairs.

(b) (1) The United States Advisory Commission on International Educational and Cultural Affairs (hereinafter referred to as the "Commission") is hereby established to replace the United States Advisory Commission on Educational Exchange. The Commission shall formulate and recommend to the President policies for exercising his authority under this Act and shall appraise the effectiveness of programs carried out pursuant to it. The Commission shall make a special study of the effectiveness of past programs with emphasis on the activities of a reasonably representative cross section of past recipients of aid and shall submit a report to the Congress not later than December 31, 1962.

Report to Con-
gress.

(2) The Commission shall consist of nine members, who shall be appointed by the President, by and with the advice and consent of the Senate. Members of the Commission shall be appointed on a nonpartisan basis.

Composition of Commission.

(3) The members of the Commission shall represent the public interest and shall be selected from a cross section of educational, cultural, scientific, technical, and public service backgrounds.

(4) The term of each member shall be three years except that, of the first nine appointments, three shall be for a term of one year and three shall be for a term of two years. Any member appointed to fill a vacancy occurring prior to the expiration of the term for which his predecessor is appointed shall be appointed for the remainder of such term. Upon the expiration of his term of office any member may continue to serve until his successor is appointed and has qualified.

Term.

(5) The President shall designate a Chairman from among members of the Commission.

Chairman.

(6) The Commission is authorized to adopt such rules and regulations as it may deem necessary to carry out the authority conferred upon it by this Act.

Rules and regulations.

(c) (1) There is hereby continued the Advisory Committee on the Arts (hereinafter referred to as the "Committee") created under section 10 of the International Cultural Exchange and Trade Fair Participation Act of 1956, consisting of a Chairman and nine other members of whom at least one shall be a member of the Commission. Appointment of all members and selection of the Chairman of this Committee shall hereafter be made by the Secretary of State. In making such appointments due consideration shall be given to the recommendations for nomination submitted by leading national organizations in the major art fields.

Advisory Committee on the Arts.

70 Stat. 779,
22 USC 1999.

(2) The members of the Committee shall be individuals whose knowledge of or experience in, or whose profound interest in, one or more of the arts will enable them to assist the Commission, the President, and other officers of the Government in performing the functions described in paragraph (3) of this subsection.

(3) The Committee shall, in connection with activities authorized under subsection 102(a)(2) of this Act—

Activities.

(A) advise and assist the Commission in the discharge of its responsibilities in the field of international educational exchange and cultural presentations with special reference to the role of the arts in such fields;

(B) advise other interested officers of the Government in the discharge of their responsibilities in connection with such activities and in connection with other international activities concerned with the arts;

(C) provide such other advice and assistance as may be necessary or appropriate.

(4) The term of office of each of the members of the Committee shall be three years.

(d) The President is authorized to create such interagency and other advisory committees as in his judgment may be of assistance in carrying out the purposes of this Act, and from time to time to convene conferences of persons interested in educational and cultural affairs to consider matters relating to the purposes of this Act.

Creation of other committees.

(e) The provisions of section 214 of the Act of May 3, 1945 (59 Stat. 134; 31 U.S.C. 691), shall be applicable to any interagency com-

mittee created pursuant to the provisions of this Act. Members of the Board, the Commission, the Committee, and other committees provided for in this section shall be entitled (i) to transportation expenses and per diem in lieu of subsistence at the rate prescribed by or established pursuant to section 5 of the Administrative Expense Act of 1946, as amended (5 U.S.C. 73b-2), while away from home in connection with attendance at meetings or in consultation with officials of the Government or otherwise carrying out duties as authorized, and (ii) if not otherwise in the employ of the United States Government, to compensation at rates not in excess of \$50 per diem while performing services for such Board, Commission, Committee, or other committee.

Ante, pp. 339,
340,
66 Stat. 808; 69
Stat. 394.

Committee,
etc., staffs.

Reports to Con-
gress.

(f) The President is authorized to provide for necessary secretarial and staff assistance for the Board, the Commission, the Committee, and such other committees as may be created under this section.

SEC. 107. The Board, the Commission, and the Committee shall submit annual reports to the Congress and such other reports to the Congress as they deem appropriate, and shall make reports to the public in the United States and abroad to develop a better understanding of and support for the programs authorized by this Act.

SEC. 108. (a) Whenever the President determines it to be in furtherance of this Act, the functions authorized in section 102(a) (2) and (3) may be performed without regard to such provisions of law or limitations of authority regulating or relating to the making, performance, amendment, or modification of contracts, the acquisition and disposition of property, and the expenditure of Government funds, as he may specify.

(b) The President shall submit annual reports to the Congress of activities carried on and expenditures made in furtherance of the purposes of this Act. Each such report shall include the texts of agreements made with other nations during the period covered by the report, a full description of the program and the funds expended with respect to each country in which activities have been carried on in furtherance of the purposes of this Act.

(c) In connection with activities authorized by section 102(a) (2) and (3) of this Act, the President is authorized to provide for all necessary expenditures involved in the selection, purchase, rental, construction, or other acquisition of exhibits and materials and equipment therefor, and the actual display thereof, including but not limited to costs of transportation, insurance, installation, safekeeping and storage, maintenance and operation, rental of space, and dismantling.

(d) The President is authorized to utilize the provisions of title VIII of the United States Information and Educational Exchange Act of 1948, as amended, to the extent he deems necessary in carrying out the provisions and purposes of this Act.

22 USC 1471-
1473.

Immigration and
Nationality Act,
amendment.

8 USC 1161 note

SEC. 109. The Immigration and Nationality Act, as amended, is hereby amended as follows:

(a) In section 101(a) (15) (F) insert "(i)" at the beginning thereof, strike out the semicolon at the end thereof, and add the following: "and (ii) the alien spouse and minor children of any such alien if accompanying him or following to join him;"

(b) In section 101(a) (15) (I) change the period to a semicolon at the end thereof and add the following:

"(J) an alien having a residence in a foreign country which he has no intention of abandoning who is a bona fide student, scholar, trainee, teacher, professor, research assistant, specialist, or leader in a field of specialized knowledge or skill, or other person of similar description, who is coming temporarily to the United States as a participant in a program designated by the

Secretary of State, for the purpose of teaching, instructing or lecturing, studying, observing, conducting research, consulting, demonstrating special skills, or receiving training, and the alien spouse and minor children of any such alien if accompanying him or following to join him."

(c) In section 212 redesignate subsection "(e)" to read "(f)" and add a new subsection "(e)" to read:

"(e) No person admitted under section 101(a)(15)(J) or acquiring such status after admission shall be eligible to apply for an immigrant visa, or for permanent residence, or for a nonimmigrant visa under section 101(a)(15)(H) until it is established that such person has resided and been physically present in the country of his nationality or his last residence, or in another foreign country for an aggregate of at least two years following departure from the United States: *Provided*, That such residence in another foreign country shall be considered to have satisfied the requirements of this subsection if the Secretary of State determines that it has served the purpose and the intent of the Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961: *Provided further*, That upon the favorable recommendation of the Secretary of State, pursuant to the request of an interested United States Government agency, or of the Commissioner of Immigration and Naturalization after he has determined that departure from the United States would impose exceptional hardship upon the alien's spouse or child (if such spouse or child is a citizen of the United States or a lawfully resident alien), the Attorney General may waive the requirement of such two-year foreign residence abroad in the case of any alien whose admission to the United States is found by the Attorney General to be in the public interest: *And provided further*, That the provisions of this paragraph shall apply also to those persons who acquired exchange visitor status under the United States Information and Educational Exchange Act of 1948, as amended"; and

(d) In section 248, after the language "paragraph (15)(C)", in both instances, add "or (J)".

Sec. 110. (a) Section 117(b)(2)(A) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to the conditions for exclusion of scholarships and fellowship grants in the case of individuals who are not candidates for degrees) is amended to read as follows:

"(A) CONDITIONS FOR EXCLUSION.—The grantor of the scholarship or fellowship grant is—

"(i) an organization described in section 501(c)(3) which is exempt from tax under section 501(a),

"(ii) a foreign government,

"(iii) an international organization, or a binational or multinational educational and cultural foundation or commission created or continued pursuant to the Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961, or

"(iv) the United States, or an instrumentality or agency thereof, or a State, a territory, or a possession of the United States, or any political subdivision thereof, or the District of Columbia."

(b) Section 871 of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to tax on nonresident alien individuals) is amended by redesignating subsection (d) as subsection (e) and by inserting after subsection (c) the following new subsection:

"(d) PARTICIPANTS IN CERTAIN EXCHANGE OR TRAINING PROGRAMS.—For purposes of this section, a nonresident alien individual who (without regard to this subsection) is not engaged in trade or business within the United States and who is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or

8 USC 1182.

Ante, p. 534.

62 Stat. 6.
22 USC 1431
note.
8 USC 1258.Internal Revenue
Code, amend-
ments.
26 USC 117.

26 USC 501.

26 USC 871.

8 USC 1101.
Ante, p. 534.
26 USC 872.

(J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, shall be treated as a nonresident alien individual engaged in trade or business within the United States."

(c) Section 872(b) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to exclusions from gross income of nonresident alien individuals) is amended by adding at the end thereof the following new paragraph:

"(3) COMPENSATION OF PARTICIPANTS IN CERTAIN EXCHANGE OR TRAINING PROGRAMS.—Compensation paid by a foreign employer to a nonresident alien individual for the period he is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended. For purposes of this paragraph, the term 'foreign employer' means—

"(A) a nonresident alien individual, foreign partnership, or foreign corporation, or

"(B) an office or place of business maintained in a foreign country or in a possession of the United States by a domestic corporation."

26 USC 1441.

(d)(1) Section 1441(a) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to withholding of tax on nonresident aliens) is amended by inserting before the period at the end thereof the following: "except that in the case of any item of income specified in the second sentence of subsection (b), the tax shall be equal to 18 percent of such item".

(2) Section 1441(b) of such Code (relating to income items subject to withholding) is amended by adding at the end thereof the following new sentence: "The items of income referred to in subsection (a) from which tax shall be deducted and withheld at the rate of 18 percent are—

"(1) that portion of any scholarship or fellowship grant which is received by a nonresident alien individual who is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, and which is not excluded from gross income under section 117(a)(1) solely by reason of section 117(b)(2)(B); and

26 USC 117.

"(2) amounts described in subparagraphs (A), (B), (C), and (D) of section 117(a)(2) which are received by any such nonresident alien individual and which are incident to a scholarship or fellowship grant to which section 117(a)(1) applies, but only to the extent such amounts are includible in gross income."

26 USC 1441.

(3) Section 1441(c)(4) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to exceptions to withholding of tax on nonresident aliens) is amended to read as follows:

"(4) COMPENSATION OF CERTAIN ALIENS.—Under regulations prescribed by the Secretary or his delegate, there may be exempted from deduction and withholding under subsection (a) the compensation for personal services of—

"(A) nonresident alien individuals who enter and leave the United States at frequent intervals, and

"(B) a nonresident alien individual for the period he is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended."

26 USC 3121.

(e)(1) Section 3121(b) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to the definition of employment for purposes of the Federal Insurance Contributions Act) is amended—

26 USC 3125.

(A) by striking out "or" at the end of paragraph (17);

(B) by striking out the period at the end of paragraph (18) and inserting in lieu thereof "; or"; and

(C) by adding at the end thereof the following new paragraph:

"(19) Service which is performed by a nonresident alien individual for the period he is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, and which is performed to carry out the purpose specified in subparagraph (F) or (J), as the case may be."

8 USC 1101.
Ante, p. 534.

(2) Section 210(a) of the Social Security Act, as amended, is amended—

42 USC 410.

(A) by striking out "or" at the end of paragraph (17);

(B) by striking out the period at the end of paragraph (18) and inserting in lieu thereof "; or"; and

(C) by adding at the end thereof the following new paragraph:

"(19) Service which is performed by a nonresident alien individual for the period he is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, and which is performed to carry out the purpose specified in subparagraph (F) or (J), as the case may be."

(f) Section 3306(c) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to the definition of employment for purposes of the Federal Unemployment Tax Act) is amended—

26 USC 3306.

(1) by striking out "or" at the end of paragraph (16);

(2) by striking out the period at the end of paragraph (17) and inserting in lieu thereof "; or"; and

(3) by adding at the end thereof the following new paragraph:

"(18) Service which is performed by a nonresident alien individual for the period he is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, and which is performed to carry out the purpose specified in subparagraph (F) or (J), as the case may be."

(g) (1) Section 3401(a)(6) of the Internal Revenue Code of 1954 (relating to the definition of wages for purposes of withholding of income tax at source) is amended by adding at the end thereof the following new subparagraph:

26 USC 3401.

"(C) an individual who is temporarily present in the United States as a nonimmigrant under subparagraph (F) or (J) of section 101(a)(15) of the Immigration and Nationality Act, as amended, if such remuneration is exempt, under section 1441(c)

(4) (B), from deduction and withholding under section 1441(a), and is not exempt from taxation under section 872(b)(3), or".

Ante, p. 536.
26 USC 1441.
Ante, p. 536.
26 USC 3402.

(2) Section 3402(f) of such Code (relating to withholding exemptions) is amended by adding at the end thereof the following new paragraph:

"(6) EXEMPTION OF CERTAIN NONRESIDENT ALIENS.—Notwithstanding the provisions of paragraph (1), a nonresident alien individual (other than an individual described in section 3401(a)(6) (A) or (B)) shall be entitled to only one withholding exemption."

26 USC 3401.

(h) (1) The amendments made by subsections (a), (b), and (c) of this section shall apply to taxable years beginning after December 31, 1961.

(2) The amendments made by subsection (d) of this section shall apply with respect to payments made after December 31, 1961.

(3) The amendments made by subsections (e) and (f) of this section shall apply with respect to service performed after December 31, 1961.

Repeals.

(4) The amendments made by subsection (g) of this section shall apply with respect to wages paid after December 31, 1961.

Sec. 111. (a) There are hereby repealed—

(1) Section 32(b)(2) of the Surplus Property Act of 1944, as amended (60 Stat. 754, 50 U.S.C. App. Sec. 1641);

(2) Sections 2(2), 201, 203 insofar as it relates to schools, 601, 602 and 603 insofar as they relate to the Advisory Commission on Educational Exchange, 1001 insofar as it relates to persons employed or assigned to duties under this Act, and 1008 and 1009 insofar as they relate to educational exchange activities, of the United States Information and Educational Exchange Act of 1948, as amended (62 Stat. 6; 22 U.S.C. sections 1431 (2); 1434, 1439, 1440, 1446, 1448, 1466, 1467, and 1468);

(3) The International Cultural Exchange and Trade Fair Participation Act of 1956 (70 Stat. 778; 22 U.S.C. 1991-2001);

(4) The joint resolution of August 24, 1949, authorizing the use of Finnish World War I debt payments available for educational and technical instruction, and so forth (63 Stat. 630; 20 U.S.C. 222-224).

(b) All Executive orders, agreements, determinations, regulations, contracts, appointments, and other actions issued, concluded, or taken under authority of any provisions of law repealed by subsection (a) of this section shall continue in full force and effect, and shall be applicable to the appropriate provisions of this Act until modified or superseded by appropriate authority.

(c) Any reference in any other Act to the provisions of law listed in subsection (a) shall hereafter be considered to be references to the appropriate provisions of this Act.

Approved September 21, 1961.

Public Law 87-257

AN ACT

September 21, 1961
[H. R. 8719]

To amend the Act of July 23, 1947, chapter 301, as amended, to extend for two years the authority to make temporary appointments and promotions in the United States Coast Guard.

Coast Guard.
Temporary ap-
pointments.
72 Stat. 1555.

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That section 16 of the Act of July 23, 1947, chapter 301 (61 Stat. 413; 14 U.S.C. 435, note), as amended, is amended, to read as follows:

70A Stat. 621.

“Sec. 16. Notwithstanding the limitations contained in subsection (a) of section 435, and subsection (a) of section 436, of title 14, United States Code, the authority granted by those sections may be exercised until—

“(1) such time as the Secretary of the Treasury determines that the number of officers holding permanent appointments on the active list of the Coast Guard is equal to 95 per centum of the number of such officers authorized by law, exclusive of extra numbers; or

“(2) January 1, 1964; whichever occurs earlier.”

Approved September 21, 1961.

APÊNDICE - Citações traduzidas

CAPÍTULO I – GUERRA FRIA: IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA PÚBLICA

Citação 1 - Tradução livre da autora: “Oh, será que algum Poder nos daria o presente, vermo-nos como os outros nos vêem!”

Citação 2 - Tradução livre da autora. No original “*There are now two great nations in the world, which starting from different points, seem to be advancing toward the same goal: the Russians and the Anglo-Americans. . . . [E]ach seems called by some secret design of Providence one day to hold in its hands the destinies of half the world.*”

Citação 3 - Tradução livre da autora. No original “*(...) an East-West antagonism rooted in irreconcilable ideologies, structured on geographical partition and strategic deterrence, and fought in a variety of spheres (from alliance diplomacy and political manipulation to development projects, from cultural and intellectual confrontations all the way to bloody ‘proxy wars’ in allegedly ‘peripheral’ areas).*”

Citação 4 - Tradução livre da autora. No original “*Communist ‘takeover’ in Eastern Europe was ultimately designed and executed by Moscow for the purpose of extending its sphere of influence in Europe and the world.*”

Citação 5 - Tradução livre da autora. No original “*(...) each group involved in the conflict had sets of concepts or ideas which defined and constituted them.*”

Citação 6 - Tradução livre da autora. No original “*La diplomacia publica trata sobre la influencia de las actitudes publicas en la formacion y ejecucion de politicas exteriores. Comprende dimensiones de las relaciones internacionales mas alla de la diplomacia tradicional; el incentivo por parte de los gobiernos a la opinion publica de otros paises; la interaccion de grupos e intereses privados entre paises [...]. En la diplomacia publica, el flujo transnacional de la informacion y de las ideas es un aspecto clave.*”

Citação 7 - Tradução livre da autora. No original “*(...) government-sponsored programmes intended to inform or influence public opinion in other countries; its chief instruments are publications, motion pictures, cultural exchanges, radio and television.*”

Citação 8 - Tradução livre da autora. No original “*(...) is the process of informing, engaging and influencing foreign audiences so that they in turn can encourage their governments to support key U.S. policies.*”

Citação 9 - Tradução livre da autora. No original “*Listening is an actor’s attempt to manage the international environment by collecting and collating data about publics and their opinions overseas and using that data to redirect its policy or its wider public diplomacy approach accordingly.*” (Cull, 2008: 32); “*Exchange diplomacy is an actor’s attempt to manage the international environment by sending its citizens overseas and reciprocally accepting citizens from*

overseas for a period of study and/or acculturation.” (Cull, 2008: 33); *“IB is an actor’s attempt to manage the international environment by using the technologies of radio, television, and the Internet to engage with foreign publics.”* (Cull, 2008: 34).

Citação 10 - Tradução livre da autora. No original *“Soft power is the ability to affect others to obtain the outcomes one wants through attraction rather than coercion or payment.”*

Citação 11 - Tradução livre da autora. No original *“(…) springboard for political and military expansion by the USSR into the Near and Middle East”*

Citação 12 - Tradução livre da autora. No original *“The projection of French culture abroad thus became a significant component of French diplomacy.”*

Citação 13 - Tradução livre da autora. No original *“The study of American subjects in the educational systems of other countries strengthens the basis for a better understanding of American life and institutions on the part of those elements of the population that shape public opinion and give direction to national policy - through educators, students, intellectuals, serious writers, and other leadership elements.”*

Citação 14 - Tradução livre da autora. No original *“And Voice of America (VOA) broadcasts that extol the virtues of government policies that are seen by others as arrogant will be dismissed as mere propaganda and not produce the soft power of attraction.”*

Citação 15 - Tradução livre da autora. No original *“Propaganda as a label suffered (and suffers) from a certain imprecision; it is not unlike Justice Potter Stewart’s fabled definition of pornography: ‘I don’t know how to define it, but I know it when I see it.’”*

Citação 16 - Tradução livre da autora. No original *“(…) any form of communication in support of national objectives designed to influence the opinions, emotions, attitudes, or behavior of any group in order to benefit the sponsor, either directly or indirectly.”*

Citação 17 - Tradução livre da autora. No original *“Messages may say as much about an adversary’s propaganda or opinion leader’s image of their country as about the sender’s.”*

Citação 18 - Tradução livre da autora. No original *“We did not call it “propaganda,” for that word in German hands had come to be associated with lies and corruptions. Our work was educational and informative only, for we had such confidence in our case as to feel that only fair presentation of its facts was needed.”*

Citação 19 - Tradução livre da autora. No original *“American corporate and advertising executives, as well as the heads of Hollywood studios, were selling not only their products but also America’s culture and values, the secrets of its success, to the rest of the world.”*

Citação 20 - Tradução livre da autora. No original *“(…) rested on differences between those who believed that propaganda should form part of the program of subversive operations . . . and those who believed that propaganda should be a public, responsible government operation to tell the*

truth.”

Citação 21 - Tradução livre da autora. No original “*This government will not attempt to outstrip the extensive and growing information programs of other nations. Rather, it will endeavor to see to it that other peoples receive a full and fair picture of American life and the aims and policies of the United States government.*”

Citação 22 - Tradução livre da autora. No original “*(...) (one of the most powerful weapons the Communists have in this struggle. Deceit, distortion and lies are systematically used by them as a matter of deliberate policy)*” and, on the other: “*truth*” (“*Everywhere that the propaganda of Communist totalitarianism is spread, we must meet it and overcome it with honest information about freedom and democracy*”).

Citação 23 - Tradução livre da autora. No original “*(...) mass media are not vessels impassively conveying content. They frame, transform, and invent what they purport to convey.*”

Citação 24 - Tradução livre da autora. No original “*The state controlled virtually all breaking security news, strict codes of objectivity excused journalists from evaluating official statements, and anyone who contradicted policy statements risked charges of subversion.*”

Citação 25 - Tradução livre da autora. No original “*It published over twenty prestigious magazines, held art exhibitions, owned a news and feature service, organized high-profile international conferences, and sponsored public performances by musicians and artists.*”

Citação 26 - Tradução livre da autora. No original “*Propaganda, psychological warfare, and covert operations were critical instruments of U.S. foreign policy in the early Cold War. The “unconventional Cold War” was not a peripheral but a central aspect of the Cold War.*”

Citação 27 - Tradução livre da autora. No original “*The cause of freedom is being challenged throughout the world by the forces of imperialistic communism. This is a struggle, above all else, for the minds of man. Propaganda is one of the most powerful weapons the communists have in this struggle. Deceit, distortion, and lies are systematically used by them as a matter of deliberate policy. This propaganda can be overcome by truth-plain, simple, unvarnished truth-presented by newspapers, radio, and other sources that the people trust.*”

CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Citação 28 - Tradução livre da autora. No original “*(...) the main goal . . . is to re-establish an authoritarian and national state But we must avoid the tendency to create . . . a totalitarian state. A state that is a servant to the idea of nation or of race is an omnipotent being, the beginning and end of itself.*”

Citação 29 - Tradução livre da autora. No original “*(...) was that American ideas on how to organize a modern society and economy would not only be discussed, but also adopted, rejected, and transformed by other nations as they responded to the ‘American Challenge.’*”

Citação 30 - Tradução livre da autora. No original “[W]e would be decadent people,” ... “if we did not wish others to know about American standards and American techniques . . . that demonstrably have contributed to human happiness.”

CAPÍTULO III – A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NORTE-AMERICANA NO ESTRANGEIRO

Citação 31 - Tradução livre da autora. No original “*Information and education are powerful forces in support of peace. Just as war begins in the minds of men, so does peace.*”

Citação 32 - Tradução livre da autora. No original “*As Secretary Baker points out, the war was not fought in France alone. Back of the firing-line, back of armies and navies, back of the great supply depots, another struggle waged with the same intensity and with almost equal significance attaching to its victories and defeats. It was the fight for the minds of men, for the "conquest of their convictions," and the battle line ran through every home in every country.*”

Citação 33 - Tradução livre da autora. No original “*But as a formal, organized function of the government, such overseas information operation began in earnest during the First World War with the creation of the Committee on Public Information (CPI).*”

Citação 34 - Tradução livre da autora. No original “*There was no part of the great war machinery that we did not touch, no medium of appeal that we did not employ. The printed word, the spoken word, the motion picture, the telegraph, the cable, the wireless, the poster, the signboard all these were used in our campaign to make our own people and all other peoples understand the causes that compelled America to take arms. We are trying “to sell” America to the world.*”

Citação 35 - Tradução livre da autora. No original “*(...) frequently wore a benign face, and ... its creators genuinely believed it to be in the service of an altruistic cause," but on the whole it showed an "overbearing concern for correct opinion, for expression, for language itself." Creel's agency promoted jingoism, intolerance, and vigilantism, an assessment that quickly became the reigning interpretation of both Creel's legacy and, at war's end, of the powers of propaganda.*”

Citação 36 - Tradução livre da autora. No original “*The easiest way to inject a propaganda idea into most people's minds is to let it go in through the medium of an entertainment picture when they do not realize that they are being propagandized.*”

Citação 37 - Tradução livre da autora. No original “*(...) a fair and full picture of American life and of the aims and policies of the United States government.*”

Citação 38 - Tradução livre da autora. No original “*Our failure to understand (political communication's) proper role was sharply demonstrated ... when President Truman, by decree, almost completely demolished the formidable information apparatus so laboriously assembled during the war.*”

Citação 39 - Tradução livre da autora. No original “(...) *propaganda, economic warfare, preventive direct action; including sabotage, anti-sabotage, demolition and evacuation measures; subversion against hostile states, including assistance to guerrilla and refugee liberation groups, and support of indigenous anti-communist elements in the threatened countries of the world.*”

Citação 40 - Tradução livre da autora. No original “(...) *the time has come when the freemen and women of the world must face the threat to their liberty squarely and courageously.*”

Citação 41 - Tradução livre da autora. No original “(...) *closer departmental coordination without the creation of a new agency; the development of a new planning authority with no operational functions; or the establishment of a new executive agency to take over all psychological warfare operations.*”

Citação 42 - Tradução livre da autora. No original “(...) *to promote a better understanding of the United States in other countries, and to increase mutual understanding between the people of the United States and the people of other countries.*”

Citação 43 - Tradução livre da autora. No original “*We shall no longer have a Department of State that deals with foreign policy in an aloof duster...*”

Citação 44 - Tradução livre da autora. No original “*The Operations Coordinating Board is designed to achieve better integrated direction of the program of the United States in the world struggle and to fill the gap which has existed in the past between the formulation of general objectives and the detailed actions needed to give effect to them.*”

Citação 45 - Tradução livre da autora. No original “*The tone and content should be forceful and direct, but a propagandist note should be avoided.*”

Citação 46 - Tradução livre da autora. No original “(...) *the breakdown between policy decisions and operational planning ... has often been at the root of our difficulties in the Cold War.*”

Citação 47 - Tradução livre da autora. No original “*Close coordination of our information and educational exchange programs will, of course, be effected by the Secretary of State and the Director of the United States Information Agency.*”

Citação 48 - Tradução livre da autora. No original “*Our overseas information service never carried a heavier responsibility than it does now. The service must clearly and factually present to the world the policies and objectives of the United States. It is not enough for us to have sound policies, dedicated to goals of universal peace, freedom, and progress. These policies must be made known to and understood by all peoples throughout the world. That is the responsibility of the new United States Information Agency.*”

Citação 49 - Tradução livre da autora. No original “(...) *to help achieve the foreign policy objectives of the United States by using the tools of information and persuasion to build understanding abroad of the United States, its institutions, culture and policies.*”

Citação 50 - Tradução livre da autora. No original *“Edward R. Murrow, the best reporter of his time, has been given the job of fixing his country's overseas propaganda. Considering the fix it's in this quite a job, for no country had a better story to tell, or failed so lamentably to tell it well as the United States since the end of the war...No doubt Ed Murrow has the qualities to do the job. He has the poetry of the nation in his bones...”*

Citação 51 - Tradução livre da autora. No original *“(...) help achieve U.S. foreign policy objectives by (a) influencing public attitudes in other nations, and (b) advising the President, his representatives abroad, and the various departments and agencies on the implications of foreign opinion for present and contemplated U.S. policies, programs and official statements...”*

Citação 52 - Tradução livre da autora. No original *“(1) personal association with Africa on the part of the President, (2) personal association of the President with the principle of self-determination, (3) the use of economic aid to serve political as well as developmental objectives, and (4) the strengthening of our programs in the fields of information and cultural and educational exchange to promote the U.S. and combat Communism.”*

Citação 53 - Tradução livre da autora. No original *“Maybe we made a mistake... in abolishing the USIA... I wonder if the reorganization ... was really a mistake, and maybe someone should go back... And maybe the system we had to defeat the Soviet Union wasn't really a bad system, which we should have in place now to deal with this (terrorist) issue.”*

CAPÍTULO IV – OS PERCURSOS LEGISLATIVOS

Citação 54 - Tradução livre da autora. No original *“The Secretary is authorized...to provide for...dissemination abroad, of information about United States, its people and its policies, through press, publications, radio, motion pictures, and other information media and through information centers...”*

Citação 55 - Tradução livre da autora. No original *“(...) the State Department's programs do not interfere with the activities of private news services, broadcasters, and directors, emphasizing that the department only intends to play an important role in disseminating additional information abroad about the United States.”*

Citação 56 - Tradução livre da autora. No original *“This is no more than a frank recognition that totalitarian regimes imposed on free people, by direct or indirect aggression, undermine the foundations of international peace and, consequently, the security of the United States.”*

Citação 57 - Tradução livre da autora. No original *“(...) give legislative authority for our Voice of America short-wave program and also set up a broad overall program to tell the truth about America in the areas of the world where we are today being misinterpreted abroad by the voices coming from the Moscow headquarters of Red fascism.”*

Citação 58 - Tradução livre da autora. No original *“(...) to provide for the interchange of persons, knowledge and skills between the United States and other countries: he could arrange the*

interchange of students and teachers; he could provide financial or other assistance to foreign schools sponsored by American citizens; and under certain conditions he could assign United States Government employees for work with foreign governments.”

Citação 59 - Tradução livre da autora. No original “(...) were particularly agreed with the importance of using private American agencies to the maximum extent possible in everything having to do with the understanding of America abroad.” He also noted, “[I]t is the sense of the Congress that the Secretary of State shall reduce Government information activities whenever corresponding private information dissemination is found to be adequate.”

Citação 60 - Tradução livre da autora. No original “The act also authorized the federal government - specifically, the State Department to employ its own agencies and private organizations to “disseminat[e] abroad ... information about the United States, its people, and its policies, through press, publications, radio, motion pictures, and other information media, and through information centers and instructors abroad.”

Citação 61 - Tradução livre da autora. No original “(...) lead to substantial economies and significantly improved effectiveness of administration” for countering anti-American propaganda abroad.”

Citação 62 - Tradução livre da autora. No original “In the context of public diplomacy, the practice of educational exchange is based on the premise that ordinary citizens are accurate, capable representatives of their country.”

Citação 63 - Tradução livre da autora. No original “Foreign governments, international organizations and individuals, companies, associations, agencies and other groups should be encouraged to participate to the maximum extent possible in the implementation of this law and to make contributions of funds, goods and services that the President is authorized to accept.”

Citação 64 - Tradução livre da autora. No original “(...) if 50,000 students from other countries could come here annually and 50,000 of our students go to other lands it would constitute a powerful lever toward the realization of mankind’s greatest dream - a world at peace.”

Citação 65 - Tradução livre da autora. No original “There is no room, and there must not be any room, for an interpretation of these programs as propaganda, even recognizing that the term covers some very worthwhile and respectable activities.”

Citação 66 - Tradução livre da autora. No original “Books, libraries, cultural centers, English-teaching and exhibits went to USIA, while exchange-of-persons programs, support of American-sponsored schools, the UNESCO National Commission secretariat and a few odds and ends were left behind in the State Department.”

Citação 67 - Tradução livre da autora. No original “Education is a slow-moving but powerful force. It may not be fast enough or strong enough to save us from catastrophe, but it is the strongest force available for that purpose, and its proper place, therefore, is not at the periphery but at the center of international relations.”

CAPÍTULO V – A USIA EM PORTUGAL DE 1953 A 1968

Citação 68 - Tradução livre da autora. No original *“American traditions and American ethics require us to be true, but the most important reason is that truth is the best propaganda and lies are the worst. To be persuasive, we must be credible; to be credible, we must be convincing; to be convincing, we must be true. It is as simple as that.”*

Citação 69 - Tradução livre da autora. No original *“(…) it was the biggest information and cultural effort ever mounted by one society to influence the attitudes and actions of men and women beyond its borders.”*

Citação 70 - Tradução livre da autora. No original *“Under the Salazar dictatorship of 32 years, Portugal continues an island existence characterized by a monolithic governmental structure and a controlled press. The majority of the population of this small nation is illiterate and almost half the workforce is involved in agriculture and fishing. The small elite group controls government, industry and the military and has successfully maintained the status quo of a predominantly rural society. This society has been relatively resistant to the Industrial Revolution and the fermentation of 19th and 20th century ideas in government, social reform and informed participation in public affairs.”*

Citação 71 - Tradução livre da autora. No original *“The Post is housed on the ground floor of the Chancellery, a refurbished apartment building, four blocks from the Marquês de Pombal, which is considered the centre of the city and the meeting point for demonstrations. The USIS offices extend along the side street. The rooms are small but adequate and reasonably well furnished. On the opposite side of the entrance is the library, which has a main entrance from the front street. The library has a shallow but rather long window, where most of the exhibits at the post are made.”*

Citação 72 - Tradução livre da autora. No original *“(…) a very useful element and has valuable knowledge about who are the people of influence in Portugal. Furthermore, it is completely bilingual in Portuguese and English.”*

Citação 73 - Tradução livre da autora. No original *“That the cultural approach be emphasized by intensifying library-centric activities such as evening programs of lectures, discussion groups, etc., limited to small priority groups, and that the possibility of limited informal English teaching programs for such groups be explored.”*